

cadernos

# IHU

em formação

ano 5 nº 34 2009

ISSN 1807-7862

# A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO EM DISCUSSÃO



# **Cadernos IHU em formação**

**A crise mundial do capitalismo em discussão**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos – IHU**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

**Cadernos IHU em formação**

Ano 5 – Nº 34 – 2009

ISSN 1807-7862

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Gilberto Dupas (\*) – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

*Responsável técnico*

Laurício Neumann

*Revisão*

André Dick

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Projeto gráfico e editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)**

## Sumário

Introdução .....	5
A ética do mercado financeiro internacional é o lucro <i>Entrevista com Gilberto Dupas</i> .....	9
Hegemonia neoliberal: “Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade” <i>Entrevista com Antonio Prado</i> .....	13
“A extensão dessa crise será medida pelo impacto dela sobre a China” <i>Entrevista com Carlos Lessa</i> .....	16
A “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado <i>Entrevistas com Fernando Ferrari Filho</i> .....	19
O neoliberalismo acabou (não foi o fim da história, portanto) <i>Entrevista com José Guilherme Vieira</i> .....	25
“O discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates” <i>Entrevistas com Leda Paulani</i> .....	29
“Será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver” <i>Entrevistas com Luiz Gonzaga Belluzzo</i> .....	36
A crise atual não pode ser atribuída ao capitalismo e às ideias econômicas liberais <i>Entrevista com Roberto Camps Moraes</i> .....	44
“O dinheiro não se administra a si mesmo”. Lições da política econômica keynesiana <i>Entrevista com Luiz Antônio de Oliveira Lima</i> .....	48
A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada <i>Entrevista com Alvaro Bianchi</i> .....	52
A lógica hegemônica do capital fictício <i>Entrevista com Marcelo Carcanholo</i> .....	56
“A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista” <i>Entrevista com Paulo Nakatani</i> .....	60
O capitalismo ainda não morreu <i>Entrevista com Claus Magno Germer</i> .....	65

O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna <i>Entrevistas com Robert Kurz</i> .....	69
A crise financeira internacional e a vulnerabilidade externa da economia brasileira <i>Entrevista com Luiz Filgueiras</i> .....	85
A recessão é inevitável <i>Entrevista com Paulo Sandroni</i> .....	91
Brasil será atingido pela crise mundial <i>Entrevista com André Filipe Zago de Azevedo</i> .....	93
A insatisfação com a sociedade da mercadoria não pode se transformar em mercadoria <i>Entrevista com Raphael Alvarenga</i> .....	96
“Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua” <i>Entrevista com Ricardo Antunes</i> .....	103
É preciso construir alternativas de produção e distribuição de riquezas <i>Entrevista com Jonas de Oliveira Bertucci</i> .....	107
O último baluarte da ortodoxia no governo Lula é o Banco Central <i>Entrevista com José Luís Oreiro</i> .....	110
O combate à desregulamentação financeira americana. Ainda há tempo? <i>Entrevistas com Reinaldo Gonçalves</i> .....	114
A crise do capitalismo e a construção de alternativas <i>Entrevista com David Harvey</i> .....	123
A crise e a esquerda. Diagnóstico e prognóstico diferentes <i>Entrevista com Paul Singer</i> .....	126
Esquerda traiu projeto original do socialismo <i>Entrevista com Eric Toussaint</i> .....	130
Está caindo o “muro de papel” da nova finança. Será o fim do capitalismo? <i>Entrevista com Mario Deaglio</i> .....	134
Crise abre espaço para a política do <i>comum</i> <i>Entrevista com Michael Hardt</i> .....	138
A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda <i>Entrevistas com Ricardo Abramovay</i> .....	141
“A esquerda não pode ser um mero salva-vidas do capitalismo” <i>Entrevista com James Petras</i> .....	148
A política externa americana para o Oriente Médio: petróleo, poder e ideologia <i>Por Silvia Feraboli</i> .....	153

## Introdução

A crise financeira que abalou os Estados Unidos, a partir de outubro de 2008, e que se alastrou por todo o mundo, nos incita a refletir sobre os rumos do capitalismo e sobre a maneira como a economia é conduzida internacionalmente. Da mesma forma, uma das preocupações dos brasileiros, hoje, é entender de que forma nosso país será atingido por esta crise, quanto tempo ela irá durar e qual o preço que cada um terá de pagar.

Igualmente preocupados com a questão, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU trouxe para o debate economistas, pesquisadores, estudiosos do tema, que nos ajudam a entender melhor o que se passa neste conturbado cenário de crise do capitalismo mundial. Com este objetivo o IHU oferece aos seus leitores esta edição número 34 dos **Ca-  
dernos IHU em formação**, sob o título *A crise mundial do capitalismo em discussão*.

A crise trouxe para o cenário várias questões de discussão como a autorregulação do mercado; a utopia do livre mercado; o fim do neoliberalismo; a lógica especulativa do mercado desregulado; as lições de Keynes e Marx, para entender as cíclicas crises do capitalismo mundial; o capitalismo como sistema que se alimenta e sobrevive às custas das crises; e as perspectivas da construção de uma nova sociedade.

Enquanto a era do pensamento único dá sinais de esgotamento, Karl Marx (1818 – 1883) e John Maynard Keynes (1883 – 1964), que, até pouco tempo, eram alijados do debate econômico, hegemonizado pelo discurso do mercado livre, sem controle, quanto menos regulado melhor, voltam ao cenário da discussão para contribuir, com suas ideias, na compreensão desta crise financeira americana, com suas repercussões mundiais.

Antonio Prado, economista e professor licenciado no Departamento de Economia da Pontifí-

cia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), explica que a crise financeira aconteceu porque “os bancos de investimento não tinham supervisão e, portanto, fizeram operações extremamente arriscadas, alavancando operações muito acima do seu capital. E, ao quebrarem, colocaram todo o sistema financeiro e a economia real numa situação de risco de colapso”. Quanto à discussão da utilização de dinheiro público para recuperar instituições privadas, como bancos, Prado sustenta que “não há outra saída neste momento. É preciso resgatar o sistema financeiro dessa situação de pré-colapso, rever as regulações e punir os responsáveis”.

Carlos Lessa, economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), considerando os altos e baixos do cenário econômico norte-americano, que deixou o mundo em alerta, se pergunta: “Será que o capitalismo chegou ao fim?”. Ele responde: “Não”, pois o capitalismo tem “recursos para minimizar a crise”. Porém, com tanta turbulência, aponta Lessa, o capitalismo irá “negar a sua ideologia de livre mercado, porque sofrerá uma intervenção do Estado para superar essa crise”. Ainda não há como medir os estragos dessa tensão, mas uma coisa é certa: “O Brasil já foi atingido”, garante Lessa, que justifica: “A bolsa de valores caiu violentamente, o real se desvalorizou, a taxa de câmbio subiu, e as empresas brasileiras que têm empréstimos no exterior estão com muitas dificuldades de renová-los”.

José Guilherme Vieira, economista e professor nas Faculdades Integradas Santa Cruz, de Curitiba, ao refletir sobre a crise financeira internacional, é taxativo: “Eu não recomendaria para ninguém se endividar agora. Daí para frente é tudo previsível: esfriamento da construção civil, desemprego, queda no setor de serviços, mais empresas



em dificuldade, inadimplência, quebras, mais desemprego”. Vieira se considera um keynesiano ao defender a presença e a intervenção do Estado para “regular não só o sistema financeiro como também para defender a concorrência”.

Luiz Antônio de Oliveira Lima, advogado, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos traz o seguinte questionamento: “Se o Estado pode investir bilhões de dólares para salvar grandes instituições que assumiram riscos insensatos, por que não pode intervir para salvar milhões de americanos do risco eminente de perder suas moradias pela execução de hipotecas?”. Na opinião dele, “Ressuscitar os ensinamentos keynesianos é, neste momento, a melhor alternativa para tentar conter a avalanche que se estende sob a economia mundial”. Por isso, ele propõe a retomada do modelo econômico proposto por Keynes, como uma “forma de se neutralizar o efeito da crise financeira sobre a economia real”.

Fernando Ferrari Filho, economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sustenta que a “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado. Em outras palavras, “a reestruturação do sistema monetário internacional precisa ser arquitetada de forma tal que o referido sistema não fique à mercê do livre mercado e, principalmente, da hegemonia econômico-financeira de determinado país”.

Leda Paulani, economista, professora da Universidade de São Paulo (USP), e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, afirma que Keynes lhe ensinou que a teoria do livre mercado não funciona: “Quanto mais deixado a si mesmo, quanto menos regulado, tanto mais forte desponta sua tendência de se enroscar em suas próprias pernas, gerando crises como essa de agora”. Seguidora das ideias de Karl Marx, a economista da USP explica que, para o autor de *O capital*, o “livre mercado esconde por trás de sua aparência de liberdade, igualdade e equilíbrio o contrário disso. Ele põe a aparência de liberdade porque todos são juridicamente iguais, proprietários de mercadorias, e parecem livres para vender suas mercadorias a quem quiserem e se quiserem e para comprar o que quiserem, de quem quiserem e se quiserem. Ele põe a igualdade porque quan-

do mostra que algo, como uma bolsa, por exemplo, é igual a R\$ 25,00, a venda da bolsa parece uma transação justa, em que se trocou valor de um tipo por valor de outro tipo. A aparência de equilíbrio vem da reiteração das transações mercantis (com suas trocas iguais) no dia-a-dia dos mercados, num movimento que parece poder repetir-se indefinidamente. Quando surgem crises da dimensão da que agora vivemos, elas não combinam com essa aparência idílica e denunciam a complexidade e as relações contraditórias que constituem o sistema capitalista”.

Luiz Gonzaga Belluzzo, advogado, economista, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e editor da revista *Carta Capital*, também sustenta a posição de que o livre mercado é uma utopia, pois “a história do capitalismo confirma isso”. E acrescenta: “Não há mesmo alternativa quando uma crise financeira sistêmica se desenvolve. Se não se decidir pela intervenção decisiva dos mercados, a crise pode avançar a um ponto que destrói completamente a capacidade de decisão dos indivíduos. A menos que a intervenção seja de tal ordem potente e abrangente, como, por exemplo, a estatização do sistema bancário”. Na prática, o economista se mostra bastante cético em relação às mudanças que se fazem necessárias, pois o “ambiente mental e ideológico que hoje prevalece é um obstáculo a uma mudança mais profunda. Não há nenhuma evidência de que as reformas necessárias serão implementadas facilmente”.

Álvaro Bianchi, cientista social, professor da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), acredita que o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em *O capital*, de Marx, é que “deixem de ser capitalistas e liberais”. “A obra de Marx, e principalmente *O capital*, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises”, afirma Bianchi. Ele lembra que “Marx nunca achou que o capitalismo encontraria calma e pacificamente seu fim dando lugar a uma forma de sociabilidade que conseguisse expurgar as crises. Mas as recorrentes crises do capitalismo revelam

as tendências autodestrutivas do próprio capitalismo. A escala dessa autodestruição não pode ser subestimada”.

Marcelo Carcanholo, economista, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e marxismo (NIEP-UFF), também reflete sobre as especulações econômicas em torno da atual turbulência internacional, como também sobre as possíveis mudanças no capitalismo. “O que ocorrerá daqui para frente? O socialismo, rumo a uma sociedade comunista?”, pergunta Carcanholo. Com pouca esperança, o economista responde que não existem garantias de mudança. Para ele, uma transformação no modelo econômico capitalista só irá ocorrer “se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível”. Como estudioso de Marx e pesquisador do marxismo, Carcanholo busca entender e explicar a crise financeira mundial a partir das lições de Marx: “A obra de Marx – em especial, *O capital*, que trata das leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista – não tem como objetivo construir uma instrumentalização político-econômica para resolver os momentos de crise da economia capitalista. Ao contrário, o que se pretende é mostrar como o processo de acumulação de capital, e mais especificamente suas leis (de tendência) gerais, pressupõe as crises econômicas, manifestem-se estas da forma que for”. Em outras palavras, explica o professor: “As crises não são anomalias do sistema, mas partes integrantes de sua lógica”.

Paulo Nakatani, economista, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), membro do conselho editorial da *Revista de Economia Crítica*, e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de forma categórica sustenta que “Os escritos de Marx nos permitem entender que o desenvolvimento capitalista é o caminho para a destruição da própria humanidade”. Referindo-se aos defensores do livre mercado, que defendem que no capitalismo não pode haver crise, a não ser por fatores externos Nakatani responde que para “os neoliberais a ‘culpa’ é sempre dos outros, nunca do capital”. “São estes economistas, naturalmente junto com políticos no

poder, escolas, meios de comunicação etc. que capitanearam as ideias, proposições e políticas econômicas chamadas de neoliberais que nos conduziram à situação atual. Eles estão incrustados em todos os níveis e esferas da economia e do Estado, defendendo essas ideias, sugerindo as atuais medidas de intervenção e agravando ainda mais a crise do capital”, explica Nakatani.

Para Claus Magno Germer, agrônomo, economista e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o atual momento de crise representa apenas uma certeza: “a continuidade da barbárie capitalista”, pois, para ele, “as crises não constituem anomalias do capitalismo, mas são uma das suas características mais fundamentais”. Seguindo a orientação marxista, ele lembra que Karl Marx, já advertia: “As crises financeiras não podem ser evitadas, embora possam ser atenuadas, ou acentuadas, em certa medida, pelo Estado”. Segundo Klaus Magno, a crise financeira em curso é prova concreta dos ensinamentos de Marx, a respeito da impossibilidade de reverter quadros como o apresentado no decorrer dos últimos meses. Mesmo com a adoção de inúmeras medidas para conter colapsos financeiros, “as crises sucedem-se porque fazem parte da natureza do capitalismo, e são por esta razão inevitáveis”, explica o economista.

Robert Kurz, filósofo alemão, historiador, pedagogo e redator da revista teórica *EXIT! – Kritik und Krise der Warengesellschaft* (EXIT! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria), ressalta a importância de Karl Marx para compreendermos o sistema capitalista e a crise financeira mundial ao afirmar contundentemente que “os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, bem como as capacidades e necessidades humanas não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos *Fundamentos da Crítica da Economia Política*, ‘desaba o modo de produção baseado no valor de troca’; manifesta-se a ‘desvalorização do valor’ enquanto limite histórico da valorização do capital”.

André Filipe Zago de Azevedo, economista e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), prevê “um menor ritmo de cresci-



mento econômico, especialmente das economias desenvolvidas” e “o aumento da inflação devido ao incremento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, impulsionados pela manutenção de elevadas taxas de crescimento nos países asiáticos”. Na sua avaliação, o economista faz a seguinte projeção: “Embora o mercado financeiro tenha sido alvo de inseguranças e turbulências, não há motivos para pânico”. Segundo ele, a desaceleração das grandes economias “pode contribuir para aliviar o segundo problema”, ou seja, “o aumento de preços das *commodities*, reduzindo a pressão da demanda sobre alimentos e petróleo”.

Gilberto Dupas, que foi membro da Comissão de Ética da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), afirma que a crise internacional afeta o Brasil de duas formas: “Primeiro, pela capacidade do Brasil de manter níveis de exportação da mesma magnitude em dólar que mantinha anteriormente, em função da queda da economia mundial. E, em segundo lugar, é preciso reconhecer que os efeitos desta queda da economia mundial caem sobre a própria renda interna, considerando que, se o país vier a crescer menos em 2009 (já se fala em números da ordem de 2 a 3%), evidentemente a expansão da renda deve acompanhar essa diminuição do crescimento”. Esses dois fatores, esclarece Dupas, afetam a renda e a demanda do país e dos brasileiros pois, “uma diminuição da demanda externa de *commodities*, o que afeta nossos volumes de exportação e, ao mesmo tempo, uma diminuição do crescimento da demanda interna em função de um menor crescimento do próprio país”.

Roberto Camps Moraes, economista e professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), discorda de que a crise financeira atual

seja produto da aplicação de princípios liberais. Ele defende que a crise atual não pode ser atribuída ao capitalismo e às ideias econômicas liberais. “Esta ideia é completamente falsa”, afirma ele. Em sua argumentação, Moraes explica que “a teoria moderna da política monetária, aquela em que se baseiam os grandes bancos centrais do mundo, e que nada tem que ver com as falhas regulatórias que foram responsáveis pela crise atual deve uma grande parte a alguns princípios básicos que foram defendidos por Milton Friedman nas décadas de 1950 a 1970 do século passado”.

Em janeiro de 2009, os chefes de Estado das potências capitalistas, reunidos no *Fórum Econômico de Davos*, Suíça, admitiram que estavam enganados em relação a autoregulação do mercado e admitiram também a necessidade de reformular o capitalismo. Enquanto isso, no Fórum Social Mundial, no Brasil, também em janeiro de 2009, Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e professor da Universidade de Coimbra, levantou o seguinte questionamento: “Se nós não dermos a solução, ela virá de Davos, com mais capitalismo e menos direitos. São eles que estão a pensar uma solução. Nós nos reunimos (no Fórum Social Mundial) desde 2001 e não fomos nós que derrotamos o neoliberalismo, ele cometeu suicídio. Eles estão lá (em Davos) pensando o que vai ser o capitalismo depois da crise. E nós, o que estamos fazendo?”.

Com a contribuição dos pensadores David Harvey, Robert Kurz, Reinaldo Gonçalves, Paul Singer, Ricardo Abramovay, Eric Toussaint, Michael Hardt, Mario Deaglio e James Petras, abordamos também neste nº 34 dos **Cadernos IHU em formação** a questão de como a esquerda visualiza a crise internacional do capitalismo e que propostas tem a oferecer para a superação da mesma.

## A ética do mercado financeiro internacional é o lucro

Entrevista com Gilberto Dupas

Gilberto Dupas foi professor visitante da Universidade de Paris II e da Universidade Nacional de Córdoba e membro da Comissão de Ética da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES). Entre seus livros mais recentes publicados, citamos **O mito do progresso** (São Paulo: Unesp, 2006) e **Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileira** (São Paulo: Unesp, 2007).

Outras entrevistas concedidas por Gilberto Dupas à **IHU On-Line**, podem ser conferidas na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)):

\* **Nanotecnologias: entre a lógica do mercado e a necessidade das sociedades.** Publicada nas **Notícias do Dia**, de 30 de maio de 2008;

\* **Nanotecnologias: mais um mito do progresso?** Publicada na **IHU On-Line** edição 259, de 26 de maio de 2008.

Confira na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)) as duas edições dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Gilberto Dupas:

\* Edição nº 55, **Terra habitável: o grande desafio para a humanidade**;

\* Edição nº 77, **Progresso: como mito ou ideologia**.

Os fatores principais de preocupação em relação à renda e à demanda brasileira em função da crise financeira internacional, sob o olhar do professor Gilberto Dupas, é a “diminuição da demanda externa de commodities, que afetam nossos volumes de exportação e, ao mesmo tempo, uma diminuição do crescimento da demanda interna em função de um menor crescimento do próprio país”. Na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da

**IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, Dupas alerta para o fato de que continuamos praticando, no Brasil, as maiores taxas de juros do mercado internacional. “Então, evidentemente que a diminuição da taxa de juros seria uma condição essencial, que não foi alcançada, para estarmos num período de maior estabilidade do crescimento”.

**IHU On-Line – Com a melhora na renda dos brasileiros aumentou o consumo também. O que muda e como esse cenário se transforma a partir da crise financeira internacional?**

**Gilberto Dupas** – Nós passamos, na economia brasileira, por uma fase interessante, que foi disparada pela explosão das exportações de *commodities* neste século, a partir do grande aumento da demanda chinesa. Nesta fase, num primeiro tempo, a renda foi alimentada pelas exportações. Num segundo momento, que é esse onde estávamos um pouco antes da crise, vários outros fatores alimentaram a renda; não só o crescimento do emprego, como o crescimento da demanda interna, especialmente em alguns setores, como construção civil, além do fator de previdência e aposentadoria. Então, estávamos num momento da economia brasileira, crescendo mais de 5% ao ano, em que se associavam aos ganhos motivados pela exportação fatores endógenos, que significavam a expansão do mercado interno, que permitia esse crescimento. Precisamos lembrar, também, que, ao mesmo tempo em que crescia a renda, também crescia o endividamento de médio e longo prazo. A estabilidade relativa da inflação tinha permitido, ainda que com taxas de juro muito altas, recordes no mundo, com o Selic a 14%, que

a expansão do prazo de financiamento, tanto de bens de consumo duráveis como de residências, proporcionasse um significativo aumento do endividamento, comprometendo, portanto, a renda futura do brasileiro. Evidentemente que já havia sinais de preocupação, embora pequenos, porque, como o prazo do endividamento aumentou e essas dívidas eram sustentadas por uma taxa de juros muito alta, imaginava-se que poderia haver na frente um ciclo de inadimplência por conta destes prazos longos de financiamento. Este era o quadro antes da crise internacional que tínhamos aqui no Brasil.

### Depois da crise

Agora, podemos dizer que a crise internacional afeta, fundamentalmente, duas coisas. Primeiro: a capacidade do Brasil de manter níveis de exportação da mesma magnitude em dólar que mantinha anteriormente, em função da queda da economia mundial. E, em segundo lugar, é preciso reconhecer que os efeitos desta queda da economia mundial caem sobre a própria renda interna, considerando que, se o país vier a crescer menos no ano que vem (já se fala em números da ordem de 2 a 3%), evidentemente a expansão da renda deve acompanhar essa diminuição do crescimento. Esses são os fatores principais de preocupação do lado da renda e da demanda: uma diminuição da demanda externa de *commodities*, o que afeta nossos volumes de exportação e, ao mesmo tempo, uma diminuição do crescimento da demanda interna em função de um menor crescimento do próprio país.

### **IHU On-Line – Com a crise financeira internacional, como fica a questão dos empréstimos e financiamentos bancários?**

**Gilberto Dupas** – Isso depende, justamente, deste quadro de projeção da renda futura do brasileiro. Houve uma sensível melhora nas rendas, especialmente das classes baixas. Uma parte muito significativa dos pobres foi incorporada à cha-

mada classe média baixa.<sup>1</sup> Então, isso significou a possibilidade de uma classe social, que basicamente consumia poucos bens de consumo duráveis, entrar numa fase nova, que foi a que nós vimos até então. Vamos nos lembrar que financiamento é basicamente comprometimento das rendas futuras. E, portanto, com as rendas futuras caindo, a condição talvez seja de tomar novos empréstimos e seja de diminuição de pagar os empréstimos em curso. Isso pode afetar o consumo. Outro fator preocupante também se refere à questão da casa própria. Especialmente nas classes de renda baixa, mas, em geral, o que tem predominado agora é não só o emprego formal, mas também o emprego flexível. E isso faz com que o tempo de permanência no emprego, na mesma atividade, encurte, o que significa também que os deslocamentos do local de trabalho devem ser mais intensos. Se a liquidez no mercado de imóveis estiver muito boa, o sujeito que comprou um imóvel e seu emprego passou para um lugar distante pode vender esse imóvel e passar para a frente. Se, por acaso, a liquidez imobiliária estiver baixa, num momento de maior contração, e a sua condição de pagar as prestações de casa própria diminuírem, nós teremos provavelmente um imóvel abandonado, com dificuldades de liquidez. Então, esses são os fatores principais que podem afetar a questão dos empréstimos. Não nos esquecendo nunca que continuamos praticando as maiores taxas de juros do mercado internacional. Então, evidentemente que a diminuição da taxa de juros seria uma condição essencial, que não foi alcançada, para estarmos num período de maior estabilidade do crescimento. Pelo contrário, do jeito que as coisas caminham hoje, com o dólar neste novo patamar, e com a nossa dependência muito grande de importações (dado que acabamos nos acostumando em exportar *commodities* e importar tecnologia), significa um encarecimento muito grande das importações. Isso pode ter pressões inflacionárias e a tendência normal de um Banco Central ortodoxo como o nosso é reagir ao aumento de pressão de preços com aumento de juros ainda mais. O que pode tornar complicada não só a questão

<sup>1</sup> Sobre o tema, confira a **IHU On-Line** número 270, de 25-08-2008, intitulada *Uma nova classe média brasileira?* (Nota da **IHU On-Line**)

da inadimplência, mas também a própria condição de crescimento a níveis em que estávamos antes. O que quer dizer que, em última análise, a persistir essa crise no nível em que está, precisamos esquecer realmente o patamar de crescimento 5% pelo menos por um ano ou talvez mais.

**IHU On-Line – Considerando o capitalismo neste mundo globalizado, quais os maiores riscos para a economia nacional da crise financeira que abala principalmente os Estados Unidos?**

**Gilberto Dupas** – Em primeiro lugar, essa crise nos pega e pega a maioria dos países da América Latina também numa posição de reservas bastante forte. É absolutamente inédito na história brasileira a reserva de mais de 200 bilhões de dólares. Isso pode nos dar, num primeiro momento, uma certa sensação de conforto. Mas precisamos imaginar que essas reservas têm como correspondentes, do outro lado, um estoque muito grande de capital especulativo, de capital flutuante internacional, ou de brasileiros do exterior que reaplicam aqui, que se movem com grande velocidade nos momentos de crise. Vimos agora, nestes dias, o impacto disso não só na bolsa de valores, como também no crédito de curto prazo. Estima-se que esse capital volátil deve atingir em torno de 280 bilhões, e é possível que nesta crise tenha saído uns 30 bilhões. Isso quer dizer que há muito capital volátil ainda a sair. E se tivermos uma crise de grandes proporções, que junte uma recessão internacional com a diminuição das exportações do Brasil e com o aumento da taxa do dólar, poderemos ter sinais de crise de contas correntes, que já estão por aí. Isso pode significar que essas reservas, na pior das hipóteses, possam ser consumidas com grande rapidez, o que não só acenderia um sinal amarelo sobre a questão da dívida externa, mas também da dívida interna brasileira. Isso é tudo o que nós gostaríamos que não acontecesse.

**IHU On-Line – Quais as principais repercussões no mundo inteiro da reprovação inicial do pacote bilionário de Bush para salvar os bancos americanos? Como entra aqui a discussão sobre a tensão entre público e privado, considerando o uso do dinheiro do Esta-**

**do para recuperar instituições privadas como os bancos?**

**Gilberto Dupas** – Tem se falado muito em Keynes nesses últimos tempos. Vocês mesmos estão nessa edição da revista preocupados com isso. Isso tem muito a ver, porque Keynes trabalhou com essa ideia da diferença entre especulador e investidor, caracterizando o mercado financeiro fundamentalmente como volátil, do ponto de vista do especulador, e a atividade produtiva como sendo o mercado do investidor. Keynes dizia que os mercados financeiros favorecem o investimento e sustentam a demanda agregada na medida em que diminuem o risco do investidor de assumir posições ilíquidas. Porque, no caso, por exemplo, do mercado de ações, o investidor, quando investe num mercado estável, sabe que, se essa companhia tiver uma rentabilidade menor do que a de uma bolsa estável, ele pode sempre vender suas ações em bolsa e poder fazer sua liquidez. O que quer dizer, nesse caso, que o mercado financeiro para ele poderia ser até um mercado bastante positivo com relação à dinâmica capitalista. Só que Keynes lembra que o investidor incorpora a ideia de que ele pode sempre sair da sua posição de ações e daí, citando o clássico, “o que vale para todos individualmente, mas que não vale para nenhum enquanto conjunto”. O que quer dizer o seguinte: se vem uma crise de grandes proporções e o mercado financeiro perde liquidez e trava, como o que vimos, acontece o que tipicamente chamamos de “comportamento de manada”; se todos querem sair ao mesmo tempo, ninguém pode sair. Foi o que vimos recentemente com relação às ações dos bancos americanos, que tiveram uma queda muito grande e que, portanto, viraram pó. Keynes estabelece claramente um perfil para a atividade de especulação, que diz ser uma atividade que consiste em prever a psicologia do mercado. E que “os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento, mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas num turbilhão especulativo”. É exatamente o que nós temos aqui agora. Basicamente, o mercado especulativo no mercado financeiro se transformou num jogo de pôquer.

**IHU On-Line – Que previsões podemos fazer para o crescimento econômico brasileiro, tendo em vista o desfavorável cenário financeiro internacional?**

**Gilberto Dupas** – Tudo indica que esta fase de crescimento de mais de 5% no Brasil deve refluir para níveis em torno de 3%, se tudo estiver mais ou menos bem no ano que vem. As repercussões mais profundas da crise sobre os bancos brasileiros, por exemplo, é muito provável que sejam bastante pequenas, porque não só os bancos brasileiros não entraram como os bancos americanos, de maneira tão intensa nesse mercado especulativo de segundo e terceiro nível, mas porque também o Brasil tem fundamentos razoáveis agora para não estar tão atingido por essa crise. Mas estará atingido, sem dúvida e, evidentemente, o quadro só se tornará mais grave se tivermos efetivamente uma erosão rápida das nossas reservas por conta de uma crise de conta corrente, envolvendo a diminuição das exportações e a dificuldade de diminuir as importações, além de pressões inflacionárias por conta do preço dessas importações no consumo interno, e algum sinal de preocupação com relação à dívida interna realimentada à taxa de juros muito alta. Se a crise internacional for grande o suficiente para que contamine dessa forma o quadro brasileiro, aí poderíamos ter cenários mais preocupantes no Brasil.

**IHU On-Line – Como o capitalismo e o mercado liberal podem enfrentar o “mal financeiro” constituído? Podemos vislumbrar possíveis transformações na estrutura do capitalismo?**

**Gilberto Dupas** – Essa é uma questão muito relevante e difícil. De um lado, podemos dizer que a história do capitalismo é a história das suas crises. Capitalismo sem crise não é capitalismo. Fazendo uma retrospectiva histórica, lembramos que o capitalismo se tornou o sistema dominante depois da derrocada dos regimes socialistas reais e, sendo dominante, se viu desobrigado a trazer efetivamente o que prometia, que era o bem-estar geral, da inclusão de populações maiores. Pelo contrário, o que vemos é um aumento da população pobre no mundo. O que fez diminuir o número de pobres nesses últimos 20 anos foi o crescimento

da China, que se deu aplicando regras contrárias aos princípios liberais. No entanto, não há nenhum sistema alternativo que podemos propor quando criticamos o capitalismo. Mas temos de fazer essa crítica, esperando que o capitalismo possa se reformar. Quais são as chances de uma reforma no sistema capitalista? É muito complicado, porque o risco e a capacidade do empreendedor de buscar oportunidades de maximização do lucro onde quer que elas estejam e passando por cima de valores de natureza social e política só podem ser controlados com Estados fortes e com instituições reguladoras internacionais fortes, que possam definir as regras, que limitem o tamanho das “garras” do capitalismo, de tal forma que as empresas possam exercer sua atividade de maximização do lucro sem danos sociais muito intensos. Estamos vendo o sintoma de que as instituições financeiras internacionais não funcionam mais neste nível do capitalismo globalizado, operando com grande velocidade e transferência de fluxos em tempos reais em mercados especulativos. A grande pergunta é: o capitalismo quer ser regulado? E a segunda pergunta é: o capitalismo pode ser regulado por instituições reguladoras internacionais?

**IHU On-Line – Qual a ética predominante no sistema financeiro internacional, que nos permite entender as origens e os rumos da atual crise?**

**Gilberto Dupas** – A ética do mercado financeiro internacional e a ética do capitalismo é o lucro. Este é o grande problema. Portanto, a sociedade precisa criar a sua ética para definir limites para essa mola fundamental da lógica capitalista. Este é o grande dilema: a sociedade civil, através do exercício da política, das suas entidades políticas, tem de buscar uma ética que procure definir regulações que permitam ao capitalismo exercer a sua dinâmica de tal modo que a “fúria” do empreendedor não bata de frente com as necessidades da sociedade e com os princípios éticos mais fundamentais da promoção do ser humano, da inclusão social mínima, da proteção contra a fome, do emprego mínimo decente. Vamos ver se a ética da sociedade pode combinar com a ética do lucro.

## **Hegemonia neoliberal:**

### **“Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade”**

#### *Entrevista com Antonio Prado*

Antonio Prado é economista, mestre e doutor pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Também é professor licenciado no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ex-diretor técnico do Dieese (1990 a 1999) e atual chefe da representação do BNDES em Brasília.

“Esses bancos de investimento não tinham supervisão e, portanto, fizeram operações extremamente arriscadas, alavancando operações muito acima do seu capital. E, ao quebrarem, colocaram todo o sistema financeiro e a economia real numa situação de risco de colapso.” A avaliação é do economista Antonio Prado, na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008. Para ele, a saída é “resgatar o sistema financeiro dessa situação de pré-colapso, rever as regulações e punir os responsáveis”. Ao refletir sobre a relação entre democracia e crescimento econômico, Prado enfatiza: “Para haver desenvolvimento econômico e social, é preciso ter crescimento com distribuição de renda em um ambiente democrático”.

**IHU On-Line – Como entra aqui a discussão sobre a tensão entre público e privado, considerando o uso do dinheiro do Estado para recuperar instituições privadas como os bancos?**

**Antonio Prado** – Essa é uma questão bastante delicada, porque ela deveria ter sido evitada atra-

vés de regulações adequadas. Esses bancos de investimento não tinham supervisão e, portanto, fizeram operações extremamente arriscadas, alavancando operações muito acima do seu capital. E, ao quebrarem, colocaram todo o sistema financeiro e a economia real numa situação de risco de colapso. Esse colapso certamente custaria muito mais caro do que esse pacote de 700 bilhões de dólares. É bom dizer que é possível recuperar parte importante desses recursos, mas, de fato, estamos numa situação em que a utilização de recurso público para recuperar uma situação provocada por agentes privados provoca uma grande tensão. No entanto, não há outra saída neste momento. É preciso resgatar o sistema financeiro dessa situação de pré-colapso, rever as regulações e punir os responsáveis.

**IHU On-Line – Qual a importância do Estado e da regulação dos mercados para a recuperação da ordem financeira mundial? O livre mercado não funciona realmente?**

**Antonio Prado** – Nunca houve o mercado auto-regulado da forma que os teóricos liberais apresentam. Se verificarmos a construção do sistema capitalista, perceberemos que a atuação do Estado sempre foi essencial para que houvesse mercado operando de forma regular e contínua. Existem livros que tratam dessa questão. O principal deles é *A grande transformação*, de Karl Polanyi.<sup>2</sup> Ele deixa muito claro que o mercado é uma construção institucional a partir do sistema político.

<sup>2</sup> **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A grande transformação – As origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 1980). Sobre o economista, a **IHU On-Line** 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens da nossa época*. (Nota da **IHU On-Line**)

Então, não existe isso de “mercado auto-regulado”. Durante o século XX, houve uma tentativa de reduzir essa regulação, a partir dos anos 1980 e 1990, e deu no que deu agora, nessa situação de completa desordem em Wall Street, mas que se espalha, se difunde, por todo o planeta.

**IHU On-Line – Que balanço o senhor faz do período da hegemonia das políticas liberais? Quais suas consequências em relação às demandas sociais e à volatilidade econômica?**

**Antonio Prado** – O balanço preliminar é que houve uma regressão do ponto de vista do desenvolvimento do bem-estar social durante esse período. O que caracterizou o crescimento econômico de prevalência do neoliberalismo foi justamente a perda de conquistas do ponto de vista de coesão social, de redução das heterogeneidades da sociedade, de segurança no mercado de trabalho, de segurança pessoal. Esse é um período em que houve uma tentativa de se desidratar as políticas de Welfare State. Em muitos casos, houve, de fato, uma redução de direitos ou pelo menos uma redução na velocidade do desenvolvimento dessas políticas. O resultado, do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade, de conquista da autonomia e da realização do ser humano, é uma perda substantiva durante esse período. Houve uma concentração brutal de renda, e os ordenados de executivos dessas grandes corporações, principalmente do sistema financeiro, se tornaram milionários. E não é por acaso que um dos pontos negociados nesse pacote de ajuda ao mercado financeiro norte-americano é de uma restrição ao pagamento de bônus a esses executivos das grandes corporações financeiras. Justamente porque isso se tornou um escândalo nos Estados Unidos, principalmente onde presidentes e diretores de grandes corporações recebem ordenados de até 250 milhões de dólares anuais. Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade.

**IHU On-Line – É possível conciliar democracia e crescimento econômico?**

**Antonio Prado** – Democracia numa ordem social capitalista é essencial. Porque essa ordem social tem uma característica de só distribuir os resultados das conquistas realizadas pela máquina econômica, capitalista, a partir de uma sociedade organizada. E isso só se desenvolve com democracia, que é essencial para que haja uma disputa legítima dos ganhos de produtividade da máquina econômica e do orçamento público. Onde não há democracia, pode até haver crescimento, mas este, certamente, não redundará em desenvolvimento econômico. Temos esse aumento da heterogeneidade que exclui uma parcela substantiva da população do crescimento econômico. Para haver desenvolvimento econômico e social, é preciso existir crescimento com distribuição de renda em um ambiente democrático.

**IHU On-Line – Que alternativas podemos vislumbrar para a saída da crise financeira internacional? O que deveria fazer parte de uma nova regulação para o mercado?**

**Antonio Prado** – Certamente, as instituições que participam do mercado financeiro precisam ser reguladas. Não podemos ter segmentos com capacidade de operações financeiras sem regulação. Foi o que ocorreu agora com os bancos de investimento. Todas essas instituições deverão ser reguladas em âmbito nacional e internacional. Provavelmente, não haverá só uma reforma na regulação em cada um dos países, mas também a necessidade de rever o Acordo da Basileia,<sup>3</sup> que estabelece esses limites prudenciais para o sistema financeiro. Outra coisa importante é a fiscalização de algumas instituições, por exemplo, as empresas de classificação de risco, as empresas de auditoria e também a própria legislação em termos de transparência das operações das grandes corporações. É necessário que haja uma ampliação da transpa-

<sup>3</sup> O Acordo de Capital de Basileia, oficialmente denominado International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, também designado por Acordo de Basileia, foi um acordo firmado em 1988, na cidade de Basileia (Suíça), por iniciativa do Comitê da Basileia e ratificado por mais de 100 países. Este acordo teve como objectivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito. Basileia I não conseguiu evitar inúmeras falências de instituições financeiras na década de 1990. Em 2004, o Comitê da Basileia lançou um novo documento em substituição ao acordo de 1988. O Basileia II, como ficou conhecido, fixa-se em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária. (Nota da **IHU On-Line**)



rência. Não é possível que você tenha crises sucessivas, como tivemos, por exemplo, em 2001. Ela foi grave e envolveu empresas quase centenárias de auditoria. Não é possível que agora tenhamos outra crise em que agências de classificação de risco tenham deixado passar títulos podres<sup>4</sup> com classificação AAA. Também não é possível que tenhamos grandes corporações realizando operações altamente especulativas e que isso não apareça de forma transparente em seus balanços. Tudo isso precisará ser regulamentado com muito cuidado.

**IHU On-Line – O senhor acha importante resgatar as teorias de Keynes nesse momento?**

**Antonio Prado** – A teoria keynesiana é fundamental em situações de ameaça de colapso, como essa. Ela sempre estabeleceu a necessidade de uma intervenção do Estado para impedir que tenhamos processos deflacionários intensos. Hoje, o grande risco é que, se temos uma liquidação de ativos<sup>5</sup> em escala planetária, sairemos de uma inflação para uma deflação. A teoria keynesiana defende a intervenção e a regulação do Estado justamente para que se possa ter um mercado que não se autodestrua. Esse é o centro da preocupação de Keynes, não só como teórico, mas também como político, que discutia a crise de 1929, o entre-guerras e Bretton Woods, em 1944. A preocupação de Keynes é justamente ter percebido que o mercado capitalista precisa ser regulado, senão ele tem uma tendência ao caos.

**IHU On-Line – Como entender que em uma economia globalizada ainda exista tanta exclusão social? Que tipo de instituição absorve as demandas sociais das massas excluídas?**

**Antonio Prado** – Estamos vivendo, nos últimos 40 anos, uma grande conflagração política entre duas visões do mundo capitalista. Uma é essencial-

mente keynesiana, de que devemos ter o Estado intervindo de forma importante na economia, regulando e com instituições que permitam geração de emprego, de renda e de crescimento. Uma outra visão é a liberal, de que precisamos diminuir da forma mais drástica possível a participação do Estado na economia e sua regulação das atividades econômicas. Portanto, nesta conflagração, tivemos uma hegemonia liberal nesses últimos 40 anos. Passamos também por uma hegemonia keynesiana do período que vai do fim da Segunda Guerra até meados da década de 1970, durante, portanto, 30 anos. Infelizmente, o resultado é que essa hegemonia liberal nas políticas impediu que existisse uma distribuição de renda do crescimento ocorrido nesse período. Houve crescimento. O que não houve foi um avanço do bem-estar social em nível planetário. O que tem ocorrido recentemente, completamente fora desses mecanismos, é que alguns países, em que o Estado tem um papel relevante na economia, conseguiram processos de desenvolvimento que retiraram centenas de milhões de pessoas da pobreza, como é o caso da China e da Índia, por exemplo.

**IHU On-Line – O que podemos esperar para os próximos meses?**

**Antonio Prado** – Nesse momento, o mais relevante é acompanhar a negociação política desse pacote nos Estados Unidos e também a mobilização das instituições multilaterais para tratar desse assunto da regulação em escala planetária. Haverá a necessidade de acompanhar tanto o que ocorre nos Estados Unidos quanto o que ocorrerá em cada país em termos de revisão das suas regulações do sistema financeiro, de monitoramento das operações do sistema financeiro e também os debates nas instituições multilaterais. Estamos no limiar de uma mudança importante do ponto de vista do sistema financeiro mundial.

<sup>4</sup> Títulos podres são títulos não pagos pelos tomadores dos empréstimos. Estão na base da crise atual: 4 milhões de americanos que haviam financiado seus imóveis deram “calote” na dívida; quem tinha esses créditos ficou com o prejuízo, que se espalhou pelos mercados. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>5</sup> Ativos são bens, direitos, créditos e valores pertencentes a uma empresa ou pessoa. (Nota da **IHU On-Line**)

## “A extensão dessa crise será medida pelo impacto dela sobre a China”

*Entrevista com Carlos Lessa*

Carlos Lessa é formado em Ciências Econômicas, pela antiga Universidade do Brasil, e doutor em Ciências Humanas, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). Também é ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Entre altos e baixos, o cenário econômico norte-americano tem deixado o mundo em alerta. Será que o capitalismo chegou ao fim? Não. Ele tem “recursos para minimizar a crise”, afirma Carlos Lessa, em entrevista concedida para Bruna Quadros, Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008. Mas com tanta turbulência, aponta, o capitalismo irá “negar a sua ideologia de livre mercado, porque sofrerá uma intervenção do Estado para superar essa crise”. Ainda não há como medir os estragos dessa tensão, mas uma coisa é certa: “O Brasil já foi atingido”, garante Lessa, que justifica: “A bolsa de valores caiu violentamente, o real se desvalorizou, a taxa de câmbio subiu, e as empresas brasileiras que têm empréstimos no exterior estão com muitas dificuldades de renová-los”. Segundo ele, esses indicativos já estão comprometendo a economia brasileira de 2009, e, se medidas não forem tomadas, os brasileiros correm o risco de assistir a “uma bolha interna”. “Duvido que seja possível manter o crescimento explosivo de vendas a crédito às famílias brasileiras. Elas se endividaram de maneira assustadora nos últimos dois anos, e agora, como vão segurar o pagamento de suas prestações com os juros subindo?”, questiona. O mo-

mento é cauteloso, e o Brasil deve “desenvolver políticas de controle de câmbio e de regulação das exportações”, aconselha.

**IHU On-Line – Como o senhor vê a crise financeira internacional? Acredita que ela pode provocar mudanças no capitalismo?**

**Carlos Lessa** – Toda e qualquer crise provoca danos no capitalismo. Obviamente, esse tem recursos para minimizar a crise, mas, em última instância, negará a sua ideologia de livre mercado, porque sofrerá uma intervenção do Estado para superar essa crise.

O capitalismo já enfrentou muitas anormalidades e deu a volta por cima. Só que a superação não é instantânea. As crises sempre têm efeitos prolongados e de difícil enfrentamento. Então, nesse caso, a especulação financeira desenfreada comandada pelos bancos norte-americanos debilitou o sistema financeiro mundial e acabou com o papel do dólar como reserva mundial. O problema é que não tem um instrumento alternativo à moeda americana. Em torno desse instrumento alternativo, ocorrerá discussão geopolítica poderosíssima. Como o mundo agora é monopolar, não acredito que teremos uma guerra, como aconteceu no passado. Mas, de qualquer modo, passaremos por uma intensidade diplomática incrível. França, Alemanha e Rússia já disseram que é necessária uma reunião para reformular o sistema financeiro mundial. Por trás disso, esses países querem dizer que é preciso substituir o dólar por uma outra regra para estabilizar o sistema financeiro.

## **Crise abalou países conservadores**

Impressionei-me ao ver que o principal banco Suíço, o UBF, extremamente conservador, perdeu 40 bilhões de dólares até agora. Isto é um indicador de que os bancos do mundo inteiro se moveram em direção aos derivativos norte-americanos, e por isso estão perdendo.

Com certeza, a turbulência não ficará restrita aos Estados Unidos, mas eu diria que a extensão dessa crise será medida pelo impacto dela sobre a China. Não tenho nenhuma informação atualizada do que está acontecendo com o país. Porém, certamente os Estados Unidos, principal mercado para a China, irão reduzir as compras, fazendo com que a crise se estenda até lá. As repercussões da crise no continente Asiático irão demonstrar a extensão de como e quanto o Brasil será abalado nas exportações. Nós somos exportadores de produtos primários que, nos últimos anos, tiveram os preços melhorados, devido à presença chinesa. Se a crise norte-americana chegar até a China e os chineses reduzirem o ritmo das suas compras, isso será muito preocupante para o Brasil.

### **IHU On-Line – Qual o risco do Brasil ser atingido? Concorda com a postura do presidente Lula em demonstrar tranquilidade?**

**Carlos Lessa** – O Brasil já foi atingido pela crise de alguma maneira, pois a bolsa de valores caiu violentamente, o real se desvalorizou, a taxa de câmbio subiu, e as empresas brasileiras que têm empréstimos no exterior estão com muitas dificuldades de renová-los. Assim, a reserva internacional brasileira começou a diminuir. Por isso, nesse momento, o Brasil deveria desenvolver políticas de controle de câmbio e de regulação das exportações. Lula procura passar a ideia da tranquilidade, mas tem medo de uma mudança na classificação de risco brasileiro, o que agora seria uma coisa muito ruim para o país. Isso explica o discurso otimista.

### **IHU On-Line – Como o senhor avalia a economia brasileira, a partir do sentimento ufanista de crescimento econômico?**

**Carlos Lessa** – O que aconteceu com a crise já comprometeu o ano de 2009. Quer dizer, os 5% que o Brasil cresceu em 2007 e 2008 ficarão na história como um “voo de galinha”. 2008 já está comprometido por uma razão muito simples: os empresários sabem ler os sinais, e vão reduzir os projetos de investimentos. Por outro lado, duvido que seja possível manter o crescimento explosivo de vendas a crédito às famílias brasileiras. Elas se endividaram de maneira assustadora nos últimos dois anos, e agora, como irão segurar o pagamento de suas prestações com os juros subindo? Se não houver novos empregos e se os empregos atuais ficarem abalados, as pessoas terão dificuldades para pagar as dívidas. Poderá acontecer o que eu chamo de uma bolha interna.

### **IHU On-Line – Acredita que, caso a crise atinja o Brasil, o país tem condições de controlar a situação?**

**Carlos Lessa** – O Brasil é um dos poucos países que tem condições de controlar uma situação dessas. Porém, é necessário mudar a política econômica, principalmente em sua dimensão monetária e cambial. A política atual do Banco Central nos arrastou para esse precipício, e não acredito que eles mudem significativamente a política. Pelo contrário, irão insistir em atrair dólares para o país. No entanto, os dólares estão saindo do Brasil, apesar de o país ter indicadores muito melhores que os dos Estados Unidos.

### **IHU On-Line – Qual sua avaliação sobre o capital estrangeiro investido no Brasil? O que pode acontecer com a política de juros considerando o novo cenário financeiro internacional?**

**Carlos Lessa** – Considero nefasta a presença desse capital especulativo dentro do Brasil. Há muito tempo, defendia controles na entrada desses investimentos no país, devido à insegurança desses capitais. Se depender do Banco Central, o juro será elevado, porque eles irão querer reter os dólares no Brasil de qualquer maneira, já que têm medo de uma desvalorização cambial. Se o país elevar mais os juros, o que poderia haver ainda de

projeto de investimento privado em ampliação de produção será paralisado.

***IHU On-Line – Qual sua opinião sobre o uso do FGTS para a compra de ações de Petrobrás?***

**Carlos Lessa** – Não tenho nada contra a compra dessas ações através do uso do FGTS, porque os brasileiros compram pouco, cerca de 2, 2%. Não penso que seja ruim para os brasileiros, a longo

prazo, serem donos de um pedaço da Petrobras. O que me deixou extremamente irritado foi a venda de mais de 30% das ações da Petrobras na Bolsa de Nova Iorque. Isso foi criminoso. Em 1983, 87% do capital da Petrobras era do tesouro nacional. Hoje, o valor se reduziu a menos de 40%. A maior parte do capital da Petrobras foi vendida ou na bolsa de Nova Iorque ou para estrangeiros na Bolsa de São Paulo.

## A “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado

Entrevistas com Fernando Ferrari Filho

Fernando Ferrari Filho é graduado em Economia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Economia, pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutor pela University of Tennessee System. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele publicou, na edição nº 37 dos **Cadernos IHU Ideias** o artigo **As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes**. O texto está disponível para download em [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

Outras entrevistas concedidas por Fernando Ferrari Filho à **IHU On-Line** podem ser acessadas na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)):

\* **Uma política econômica única e exclusivamente para controlar a dinâmica inflacionária**. Publicada na **IHU On-Line** edição 204, de 13 de novembro de 2006.

\* **Programa de aceleração do crescimento. Um ano depois**. Publicada nas **Notícias do Dia** de 23 de janeiro de 2008.

Publicamos, a seguir, duas entrevistas com o economista Fernando Ferrari Filho. Na primeira, concedida a Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, Fernando Ferrari afirma que “a crise de liquidez financeira dos Estados Unidos sem dúvida alguma afeta o lado real da economia norte-americana, ocasionando deflação dos ativos e recessão, e desencadeia um

efeito contágio na economia mundial, principalmente na economia européia, especialmente a região do Euro, e a economia asiática”.

Conforme análise do economista, “em um mundo globalizado e financeirizado, de livre mobilidade de capitais, a crise do subprime é a expressão mais clara e contundente de como a demanda por riqueza financeira e especulativa acaba gerando crises econômicas”. Com certeza, continua ele, “Keynes e os pós-keynesianos são as referências para entendermos os turbulentos dias atuais”.

Na segunda entrevista, concedida a Bruna Quadros, da equipe de Comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 283, de 24 de novembro de 2008, Ferrari sustenta que a sociedade brasileira ainda não percebeu a “dramaticidade” da crise. Esta postura, segundo ele, também se relaciona ao fato de o governo insistir em dizer que o país não será afetado substancialmente. “Se o governo, por sua vez, não realizar políticas contracíclicas, fiscal e monetária, o desaquecimento da economia pode ser ainda maior”, frisou o economista, que esteve no Instituto Humanitas Unisinos – IHU no dia 27 de novembro de 2008, para debater o tema “A crise dos mercados financeiros globais e as repercussões sobre a economia brasileira”.

**IHU On-Line – Em que sentido as teorias de Keynes podem ser úteis no sentido de compreender a crise financeira internacional? Keynes contribui para vislumbrarmos alguma saída ou alternativa?**

**Fernando Ferrari Filho** – A origem da crise do *subprime*<sup>6</sup> está relacionada às perdas causada pelo crescente default dos empréstimos das hipotecas de *subprime*, grande parte delas “securitizadas” e distribuídas a investidores do mercado global. O agravamento da referida crise, por sua vez, passa pelo aumento da fragilidade financeira produzida por um lento e não percebido processo de erosão das margens de segurança de firmas e bancos, visto que os agentes apresentam posturas especulativas, que resultam em práticas de empréstimos de alto risco. Pois bem, sabendo que a teoria keynesiana explica os motivos pelos quais economias monetárias/capitalistas são inerentemente instáveis – sinteticamente, em um contexto de incerteza aguçada em relação aos resultados econômicos esperados em um futuro próximo e diante de um ambiente institucional desfavorável às tomadas de decisões, os agentes econômicos postergam decisão de gastos (consumo e investimento) e preferem liquidez (manutenção da riqueza na forma monetária) –, logo, em um mundo globalizado e “financeirizado” e de livre mobilidade de capitais, a crise do *subprime* é a expressão mais clara e contundente de como a demanda por riqueza financeira e especulativa (“securitizada” e “coberta”) acaba gerando crises econômicas. Com certeza, Keynes e os pós-keynesianos, dentre os quais H. Minsky,<sup>7</sup> são as referências para entendermos os turbulentos dias atuais.

**IHU On-Line – O senhor acredita que a crise financeira internacional em efeito dominó pode provocar mudanças no capitalismo?**

**Fernando Ferrari Filho** – A crise do *subprime* e, por conseguinte, a crise de liquidez financeira dos Estados Unidos, sem dúvida alguma afeta o lado

real da economia norte-americana, ocasionando deflação dos ativos e recessão, e desencadeia um efeito contágio na economia mundial, principalmente na economia europeia, especialmente a região do Euro, e a economia asiática.

**IHU On-Line – Segundo Keynes, o que é necessário para assegurar a estabilidade econômica e a harmonia social?**

**Fernando Ferrari Filho** – Em situações de crises de demanda efetiva, políticas fiscal e monetária contra-cíclicas e políticas de renda são imprescindíveis para mitigar os problemas de desemprego. Essa, sem dúvida, é a principal mensagem do capítulo 24 da *The general of employment, interest and money* de J. M. Keynes.

**IHU On-Line – Qual a contribuição do Estado para a sobrevivência do capitalismo? Como o senhor avalia, nesse sentido, a postura do presidente Bush e do presidente Lula?**

**Fernando Ferrari Filho** – A “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado. Em outras palavras, pelo fato de os mercados terem, inerentemente, falhas de coordenação, a intervenção do Estado, visando criar um ambiente institucional favorável à realização de investimentos privados e expandindo a demanda efetiva, é imprescindível. Sem dúvida alguma, a discussão internacional atual não está centrada na questão terrorista, mas, sim, na crise financeira mundial, no fracasso da Rodada de Doha<sup>8</sup> e na perspectiva da recessão mundial, entre outros temas econômicos. Nesse sentido, o discurso de Lula da Silva foi muito mais relevante do que o de G. W. Bush.

<sup>6</sup> **Subprime**: em bom português, “de segunda”. Enquanto as hipotecas *prime* foram concedidas aos bons pagadores, as *subprime* foram parar nas mãos de clientes de alto risco – aqueles com grandes chances de não efetuar os pagamentos e que nos Estados Unidos ficaram conhecidos como “ninja” (sigla em inglês para “sem renda, sem trabalho, sem bens”). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>7</sup> **Hyman Minsky** (1919-1996): economista norte-americano. É dele a hipótese da instabilidade financeira do capitalismo, desenvolvida a partir de uma reinterpretação da obra de Keynes. A abordagem pós-keynesiana de Minsky é baseada no reconhecimento da importância da formação das expectativas dos agentes que intervêm do lado da oferta e da procura de crédito. A importância das expectativas dos agentes resulta da incerteza fundamental que rodeia o perfil presente e futuro da rentabilidade e do risco dos projetos de investimento em ativos financeiros e de capital. Neste contexto, os agentes são influenciados por convenções na sua tomada de decisão. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> **Rodada de Doha**: rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Começou em novembro de 2001. O objetivo era a adesão à Agenda de Desenvolvimento de Doha, e a partir daí negociar a abertura dos mercados, agrícolas e in-

**IHU On-Line – Podemos imaginar, no contexto atual, a proposta de Keynes de um capitalismo administrado, em que as disfunções do mercado fossem supridas pela intervenção do Estado?**

**Fernando Ferrari Filho** – As crises cambiais e financeiras dos últimos anos, tais como as cambiais dos países emergentes ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 e a recente crise norte-americana, mostram que a reestruturação do sistema monetário internacional está na ordem do dia. Nesse particular, mais uma vez, o legado de Keynes é de fundamental importância para se pensar a referida reestruturação. Uma proposta de reestruturação do sistema monetário internacional, tendo como base as ideias de Keynes, passa, pelo menos, por quatro pontos: (1) criação de um *international market maker*, emissor de uma moeda de conversibilidade, capaz de assegurar a liquidez necessária à expansão da demanda efetiva mundial; (2) controle dos fluxos de capitais de curto prazo (especulativos); (3) mecanismos de reciprocidade de ajustamento de balanço de pagamentos; e (4) taxas de câmbio administradas. Em outras palavras, a reestruturação do sistema monetário internacional precisa ser arquitetada de forma tal que o referido sistema não fique à mercê do livre mercado e, principalmente, da hegemonia econômico-financeira de determinado país.

**IHU On-Line – Como Keynes veria o chamado “livre mercado”?**

**Fernando Ferrari Filho** – Com ceticismo. Keynes, a partir, dos anos 1920, passa a ser bastante crítico do capitalismo à *la laissez-faire*. Por exemplo, em um artigo intitulado “The end of laissez-faire”, Keynes já argumentava que “o capitalismo, relativamente, administrado poderia ser mais eficiente”.

**IHU On-Line – Podemos perceber algo das proposições de Keynes na política econômica do governo Lula?**

**Fernando Ferrari Filho** – Em termos do tripé da política macroeconômica – regime de metas de in-

flação, metas de superávit fiscal e flexibilidade cambial com livre mobilidade de capitais, política que vem sendo implementada no país desde 1999 e que foi endossada pelo governo Lula da Silva –, não há similaridade entre a referida política e as proposições de Keynes. Todavia, se levarmos em consideração os programas de natureza social, tais como Bolsa Família e o Programa de Aceleração do Crescimento, pode-se dizer que esses programas procuram distribuir renda e criar um ambiente institucional favorável à realização dos investimentos privados, respectivamente.

**IHU On-Line – Como entender, principalmente no contexto econômico atual, a afirmação de Keynes de que, em uma economia monetária, a moeda nunca é neutra?**

**Fernando Ferrari Filho** – Em um mundo no qual o futuro é incerto e desconhecido, os indivíduos preferem reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gasto, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas. Em outras palavras, a retenção de moeda, por parte dos indivíduos, se constitui em uma forma de segurança contra a incerteza em relação aos seus planos de transações e produção. Por que moeda? Porque moeda é o ativo líquido *par excellence*.

**IHU On-Line – Quais as principais mudanças na economia introduzidas pela revolução teórica de Keynes e que permanecem com força até os dias atuais?**

**Fernando Ferrari Filho** – As principais contribuições da teoria keynesiana são o “princípio da demanda efetiva” e a “teoria monetária da produção”. As duas contribuições ajudam a explicar porque as economias capitalistas não convergem para o pleno emprego e, mais ainda, são sujeitas a recorrentes instabilidades. O principal legado em termos de política econômica e que é válido nos dias de hoje? Estado e mercado são duas instituições complementares. Há uma sinergia entre ambas as instituições. A intervenção do Estado, seja em termos, eventualmente, de atividade produ-  
 dustriais. A rodada de Doha visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20). (Nota da **IHU On-Line**)



va e de políticas públicas, seja no sentido de criar mecanismos que propiciem um ambiente institucional favorável às tomadas de decisões dos indivíduos, constitui-se na solução para as crises de demanda efetiva e de desemprego.

**“A sociedade brasileira ainda não percebeu a ‘dramaticidade’ da crise”**

**IHU On-Line – Em sua opinião, que fatores podem ser considerados como decisivos para o desencadeamento deste desequilíbrio financeiro que abalou grandes potências econômicas?**

**Fernando Ferrari Filho** – A crise financeira mundial foi produzida por um lento e não percebido processo de erosão das margens de segurança de indivíduos, firmas e bancos, quando de suas tomadas de decisão de gastos (consumo e investimento) e de empréstimos e de concessões de empréstimos de alto risco, respectivamente. Diante deste quadro, a elevação das taxas de juros do Federal Reserve Bank,<sup>9</sup> em 2005 e 2006, a inadimplência dos mutuários da casa própria e a quebra do Lehman Brothers,<sup>10</sup> por exemplo, são fatores que corroboram, mas não podem ser considerados os causadores da crise. Em suma, os componentes da crise são essencialmente endógenos e não exógenos.

**IHU On-Line – De que maneira esta crise dos mercados internacionais repercute sobre a economia brasileira? Qual o impacto psicológico dessa crise no Brasil, principalmente em relação às bolsas?**

**Fernando Ferrari Filho** – No curto prazo, as linhas de créditos foram reduzidas, os juros se ele-

varam e câmbio sofreu um processo de *overshooting*.<sup>11</sup> No longo prazo, com a recessão dos Estados Unidos, dos países da zona do Euro e do Japão e o desaquecimento econômico da China, principais parceiros comerciais do Brasil, os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes (BPTC)<sup>12</sup> tendem a ser maiores. Redução de crédito, elevação da taxa de juros, volatilidade cambial e desequilíbrios de BPTC levam, inevitavelmente, para uma situação de desaquecimento econômico e ligeira instabilidade inflacionária.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia a postura do Brasil, um dos poucos países que está praticamente despreocupado com a crise mundial, enquanto que outras nações europeias estão até entrando em recessão?**

**Fernando Ferrari Filho** – No primeiro momento, não havia uma preocupação das autoridades econômicas, porque em termos fiscais e cambiais nossa situação era e é relativamente confortável e não se tinha uma ideia do tamanho da crise. Verificadas a gravidade e as repercussões da crise, felizmente tal postura foi alterada por parte das autoridades econômicas: não existe país que passe incólume pela crise mundial.

**IHU On-Line – Qual a sua visão sobre o posicionamento da sociedade brasileira diante da crise? Esta chamada nova classe média está intimidada?**

**Fernando Ferrari Filho** – A sociedade brasileira ainda não percebeu a “dramaticidade” da crise, seja porque nos encontramos no último trimestre do ano, período sazonalmente próspero para a economia, seja porque o governo insiste em dizer que o país não será afetado substancialmente. Todavia, os efeitos sobre os níveis de emprego, mas-

<sup>9</sup> **Federal Reserve Bank (FED):** Banco Central dos Estados Unidos da América, composto por 12 bancos regionais e 24 filiais. É responsável pelas decisões de política econômica e monetária (fixação das taxas de juros) nos EUA, sendo que é a partir da atuação do FED que sobem ou descem as taxas de juros no mercado americano, cuja tendência afeta outros países. (Nota da IHU On-Line)

<sup>10</sup> **Lehman Brothers:** banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global, sediado em Nova Iorque, nos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

<sup>11</sup> **Overshooting:** “chute para o alto” ou “chute no escuro”, em livre conversão linguística. É a reação exagerada, descoordenada e desconectada da realidade verificada nas cotações do dólar depois que o Brasil liberou o câmbio. (Nota da IHU On-Line)

<sup>12</sup> **Balanço de Pagamentos em Transações Correntes (BPTC):** O balanço se refere ao total de dinheiro que entra e sai do país nas transações com o exterior. As transações correntes são as receitas com exportações, gastos com importação, pagamentos de juros da dívida externa, seguros e fretes, e transferências unilaterais. (Nota da IHU On-Line)

sa salarial, inflação etc. serão observados em 2009 e 2010. Em suma, a sociedade aprenderá com a crise e se posicionará frente a ela em um futuro próximo.

**IHU On-Line – Que conduta os brasileiros devem assumir para sobreviver em tempos de crise? É hora de controlar os gastos ou de continuar consumindo e fomentando o capitalismo?**

**Fernando Ferrari Filho** – O passado nos ensina que, diante de incertezas e perspectivas de crise, a preferência pela liquidez é exacerbada. Com certeza, menores gastos, sob a ótica de consumo e investimento, devem ser observados e, por conseguinte, o PIB deve ser desaquecido. Nesse sentido, se o governo, por sua vez, não realizar políticas contracíclicas, fiscal e monetária, o desaquecimento da economia pode ser ainda maior.

**IHU On-Line – Que perspectivas o senhor vislumbra para o próximo ano? Quais os rumos que essa crise ainda irá tomar?**

**Fernando Ferrari Filho** – Para a economia brasileira, o reflexo da crise será o recrudescimento do déficit do BPTC, desaquecimento vertiginoso do PIB e ligeira inflação. Os rumos da crise, por sua vez, estarão associados às ações dos governos. Quanto mais rápidas elas forem e quanto mais recursos forem injetados na economia real, menos dramáticos serão os impactos da crise.

**IHU On-Line – O senhor diz que as pessoas irão sentir as consequências da crise a partir de 2009 e 2010. De que maneira a sociedade será atingida nos próximos anos? O senhor vislumbra altos índices de desemprego? Como ficará a estrutura social brasileira no futuro?**

**Fernando Ferrari Filho** – Havendo um desaquecimento da economia brasileira nos próximos anos, a consequência natural é um aumento das taxas de desemprego. Desemprego maior, menor massa salarial e restrição de crédito resultam em

menor nível de consumo. Menos consumo, por sua vez, afeta negativamente o investimento e, por conseguinte, passamos a ter um ciclo vicioso. Assim sendo, os problemas sociais tendem a recrudescer, principalmente se o governo resolver reduzir os gastos públicos, o que reiteradamente ocorre quando há crises externas.

**IHU On-Line – O que representa para o mercado financeiro interno a fusão dos bancos Itaú e Unibanco? Como entender o apoio do governo brasileiro a essa medida, sendo que são bancos privados e no Brasil temos a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil?**

**Fernando Ferrari Filho** – Em termos gerais, crises financeiras levam inexoravelmente à concentração do mercado financeiro. Esta deve ser uma das consequências da crise financeira mundial. No que diz respeito ao Brasil, o sistema financeiro brasileiro é eficiente, dinâmico e competitivo devido, em grande parte, ao PROER,<sup>13</sup> dos anos 1990. A fusão dos bancos Itaú e Unibanco tornará o sistema mais concentrado. Não vejo maiores problemas. O Banco do Brasil está indo na mesma direção, ao anunciar a intenção de adquirir outras instituições, tanto públicas quanto privadas. É natural.

**IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre a crise econômica e climática?**

**Fernando Ferrari Filho** – Ocorrendo um desaquecimento da economia mundial e, principalmente, da economia chinesa nos próximos anos, provavelmente a deterioração do meio ambiente desacelerará. A propósito, por mais que eu não tenha familiaridade com as questões ambientais, seria interessante que as autoridades governamentais e os organismos multilaterais discutissem e articulassem uma estratégia de crescimento econômico sustentável compatível a preservação do meio ambiente.

**IHU On-Line – É possível pensar em uma alternativa para a crise financeira a partir da crise climática?**

<sup>13</sup> Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER): programa brasileiro que tem a finalidade de recuperar instituições financeiras que estejam com problemas financeiros. (Nota da IHU On-Line)

**Fernando Ferrari Filho** – Não há relação específica entre as referidas crises, pelo menos em meu ponto de vista. O que se pode dizer é que, em um contexto de valorização da riqueza monetária, os agentes especulam com os preços das commodities agrícolas e energéticas como especulam com os preços dos títulos públicos e outros ativos financeiros. Como as alterações climáticas ocorridas ao longo dos últimos anos afetaram a oferta de produtos agrícolas, a oferta de energia elétrica etc., logo os agentes passaram a especular com os preços das *commodities* e, portanto, valorizaram a riqueza monetária. A questão relevante é que a redução da oferta, por sua vez, gera elevação dos preços, uma vez que a demanda seja insensível. Por exemplo, a inflação mundial no primeiro semestre de 2008 esteve vinculada basicamente à elevação dos preços agrícolas, pois a demanda é relativamente inelástica.

**IHU On-Line – Considerando os aspectos negativos da crise financeira mundial, o Brasil pode se beneficiar de alguma maneira, investindo em outras alternativas para conter a deterioração ambiental?**

**Fernando Ferrari Filho** – No que diz respeito à questão da deterioração ambiental, o Brasil pode se beneficiar da crise financeira e das repercussões dela sobre o lado real da economia (que acabam afetando a produção de grãos, de energia, de combustíveis etc.), pois, por exemplo, tem condições de produzir combustíveis menos poluentes.

**IHU On-Line – Pensar no meio ambiente neste momento estimularia uma nova forma de desenvolvimento econômico?**

**Fernando Ferrari Filho** – Com certeza, a sustentabilidade do meio ambiente assegura crescimento e desenvolvimento econômicos. Todavia, o problema central da “funcionalidade” do capitalismo neste exato momento é de liquidez, crédito. Nesse sentido, as atenções estão voltadas para a crise financeira e seus desdobramentos. Mitigá-la ou solucioná-la é a “agenda” atual.

**IHU On-Line – De que maneira o Brasil pode readaptar suas estratégias e se beneficiar com essas duas crises?**

**Fernando Ferrari Filho** – No que diz respeito à crise financeira, as medidas anunciadas pelos Banco Central e pelo governo são interessantes e necessárias, mas tímidas. A crise afetará nosso balanço de pagamentos brasileiro, o PIB etc. Nesse sentido, medidas fiscais, monetárias e cambiais mais contundentes são fundamentais para que não tenhamos problemas de balanço de pagamentos e possamos dinamizar o mercado interno, diante das restrições do mercado externo. Por outro lado, é provável que o país se beneficie com a retração mundial, visto que podemos expandir a oferta agrícola, produzir combustíveis menos poluentes, prospectar novas reservas de petróleo etc. Se a matriz energética será revisada, é outra questão.

## **O neoliberalismo acabou (não foi o fim da história, portanto)**

*Entrevista com José Guilherme Vieira*

*José Guilherme Vieira é graduado em Ciências Econômicas, pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, e mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é também professor na Universidade Positivo e nas Faculdades Integradas Santa Cruz, de Curitiba.*

*Restrição ao crédito no curto prazo? “Não se engane! É só o começo”, alerta o professor José Guilherme Vieira. Ao refletir sobre a crise financeira internacional, ele dispara: “Eu não recomendaria para ninguém se endividar agora. Daí para frente é tudo previsível: esfriamento da construção civil, desemprego, queda no setor de serviços, mais empresas em dificuldade, inadimplência, quebras, mais desemprego”. Na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, Vieira afirma que “o Estado é necessário para regular não só o sistema financeiro como também para defender a concorrência”. Ele se diz um grande defensor do capitalismo regulado e acha que, nisso, pode ser considerado um seguidor de Keynes.*

***IHU On-Line – Em que sentido as teorias de Keynes podem ser úteis para compreendermos a crise financeira internacional? Keynes contribui para vislumbrarmos alguma saída ou alternativa?***

***José Guilherme Vieira*** – Keynes, mais do que Kalecki,<sup>14</sup> outro grande nome na heterodoxia, ajuda a entender muito bem esse estado de ânimo

dos investidores no mercado de capitais. No famoso capítulo 12 de sua *Teoria Geral*, ele descreve, aliás, de forma ambígua, o papel desse tipo de “investidor”. Ao mesmo tempo em que o especulador permite o aumento da liquidez na economia, causa também as instabilidades e contribui para a formação de um ambiente de incertezas. A partir daí, podemos ter bem claro que a leitura de sua obra-prima pode nos ajudar a prever os próximos passos “naturais” da crise. Isso quer dizer que, independente dos desdobramentos da crise no sistema bancário (que é séria e sistêmica), o “Animal Spirit” já foi abalado. O índice de confiança empresarial – que é a melhor *proxy* para medir esse estado de espírito do empresário brasileiro – já demonstra, na prática, que teremos uma recessão forte assegurada. Keynes e Kalecki se parecem mais com relação ao que se deve fazer diante da crise, mas a sutileza da interpretação dos mecanismos que levam a uma parada nos investimentos é uma contribuição única do mestre inglês.

***IHU On-Line – O senhor acredita que a crise financeira internacional em efeito dominó pode provocar mudanças no capitalismo? Que tendências se apresentam?***

***José Guilherme Vieira*** – Sim, a crise é sistêmica. Além dos impactos naturais em todo o castelo de cartas que se erigiu em cima de créditos podres, os impactos mais imediatos nos setores da economia real se fazem sentir sobre aqueles que vendem a prazos longos (imóveis e automóveis) devido a um contínuo encarecimento de crédito e

<sup>14</sup> **Micha Kalecki** (1899-1970): economista polonês, especialista em macroeconomia. Seus trabalhos de 1933 a 1935 introduziram proposições de Keynes. De suas obras, citamos *A theory of commodity, income and capital taxation*, de 1937, e *The last phase in the transformation of capitalism*, de 1972. (Nota da **IHU On-Line**)

redução de prazos para pagamentos. Não se engane! Qualquer restrição que venha a surgir no curto prazo é só o começo. Eu não recomendaria para ninguém se endividar agora. Daí para frente é tudo previsível: esfriamento da construção civil, desemprego, queda no setor de serviços, mais empresas em dificuldade, inadimplência, quebras, mais desemprego. O que deve acontecer no Brasil é que o governo acabará acelerando as obras do PAC para compensar o desaquecimento, sobretudo porque em 2010 tem eleição presidencial. Mas, no mundo, as coisas se arrastarão por mais tempo e acabarão, sim, por decretar uma mudança de paradigmas. Em primeiro lugar, porque os efeitos da recessão econômica acabam por se refletir na mudança de governos. Insatisfeitos com a crise em seus países, os eleitores tendem a promover a renovação política. O novo governo, por sua vez, precisa mudar o *status quo*. Assim, espero um maior fechamento das economias mundiais para o comércio internacional (embora em menor escala do que antes dos anos 1980) e um maior fechamento do mercado de capitais (esse sim, em grande escala). O neoliberalismo acabou (não foi o fim da história, portanto).

**IHU On-Line – O livre mercado é viável na atual economia capitalista ou a intervenção do Estado é realmente necessária?**

**José Guilherme Vieira** – Nunca houve livre mercado. Estados Unidos e Europa nunca se abriram para os produtos dos países emergentes. Na realidade, essa retórica foi sempre em favor dos seus próprios interesses comerciais. Nós deveríamos abrir nossos mercados, mas eles não. Argumentos como “setores sensíveis” sempre estiveram na mesa de negociações. No entanto, eu sou favorável ao livre mercado, acredito na lei das vantagens comparativas. É uma pena que nunca possamos testá-la na prática, pois isso exigiria a ausência de barreiras comerciais. O ponto em que realmente não acredito é que o sistema de preços funcione. Saiu um livro esse ano, *Previsivelmente irracional* (Rio de Janeiro: Campus, 2008), de

Dan Ariely,<sup>15</sup> que mostra como pensamos os preços na prática. O mercado não é capaz de mandar sinais eficientes através de preços. E eu provo isso: qual é o valor da Vale do Rio Doce? Bom, se esse valor é estabelecido pelo preço das suas ações eu imagino que todos os dias eles estejam assinando e rasgando contratos (pois essa seria a única explicação para a flutuação absurda de seus preços na Bolsa de Valores de São Paulo). O Estado é necessário para regular não só o sistema financeiro como também para defender a concorrência. Eu sou um grande defensor do capitalismo regulado e acho que nisso posso ser considerado um seguidor de Keynes.

**IHU On-Line – Qual a principal contribuição da retórica na economia keynesiana para a revolução na economia provocada por suas teorias?**

**José Guilherme Vieira** – Keynes, em certa medida, foi um artista. Ele era mesmo uma celebridade na Inglaterra. Dava entrevistas, circulava entre a elite, os intelectuais. Você pode ver sua personagem em filmes que retratam a vida de vários escritores famosos. Mas o fato de ser filho da elite e ter uma excelente educação burguesa fazia com que suas palavras, fossem elas quais fossem, tivessem espaço para serem ouvidas. Eu me interessei pela análise da retórica de Keynes depois de ler um trabalho de Francisco Anuatti<sup>16</sup> (USP), que falava sobre o assunto. Daí resolvi fazer o mesmo estudo só que focado na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Quando empreendi a leitura do livro com esse propósito, tive uma outra percepção da sistemática de Keynes. Antes, sempre achei o livro desorganizado (embora genial pelo conteúdo). Às vezes, achei-o confuso e mesmo incompreensível em determinados trechos. Mas pude ver que essa confusão foi muitas vezes proposital. Por exemplo: concluí, entre outras coisas, que a distribuição de renda também era uma variável chave (e não apenas marginal) no esquema de Keynes. Para a economia, portanto, um programa como o Bolsa Família é extremamente positivo no seu esquema

<sup>15</sup> **Dan Ariely**: economista comportamental americano. (Nota da IHU On-Line)

<sup>16</sup> **Francisco Anuatti**: economista brasileiro, autor de, entre outros, *Manual de Economia* (4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003). (Nota da IHU On-Line)

teórico. Os especuladores financeiros também são responsabilizados pelas crises na economia capitalista. Mas por que ele apresenta esses temas com pouco destaque? Porque seria revolucionário demais juntar medidas destinadas a corrigir esses problemas a todo o conjunto de outras mudanças propostas. Eu acho que ele também viu a janela de oportunidade que se abriu diante de seus olhos para se colocar enfaticamente como a única alternativa dentro do capitalismo (já que a outra possibilidade de sair da depressão de 1929 seria o socialismo soviético). E isso pode ser visto no capítulo 24 da *Teoria geral*, no qual Keynes diz para onde deve levar a sua filosofia. A revolução keynesiana está para a economia como Einstein está para a física. Ocorre que, diferentemente do que ocorre com a física, na economia a Revolução foi sucedida de uma contrarrevolução que tentou apagar tudo dos livros. Veja os livros de economia de hoje: apagaram Marx,<sup>17</sup> Keynes onde foi possível (obviamente, não na macroeconomia) e enalteceram Friedman,<sup>18</sup> Lucas etc. Acho que vem uma Revolução paradigmática por aí. Mas não sei o que virá, que corrente dará as cartas. Mas, com certeza, será intervencionista.

**IHU On-Line – Podemos estabelecer alguma comparação entre o momento econômico vivido na época da ascensão do paradigma keynesiano e o momento econômico atual?**

**José Guilherme Vieira** – Totalmente. Mas não ainda nesse exato momento. Mais de 10000 bancos faliram nos EUA na década de 1930 (o sistema era composto por pequenos bancos). Estamos

longe disso. Mas algumas coisas são semelhantes. O foco da crise é o cerne do sistema e por isso a crise é inegável. O presidente da República dos EUA é republicano (como o era na época). Ele também não fez nada no começo da crise como seu correspondente na Depressão. Teremos eleições em que se afigura uma mudança de comando de ideologias (como ocorreu na Depressão). O mundo está dependente dos EUA como sempre (comercial e financeiramente). Vínhamos de um período de expansão global, extrema liquidez, irracionalidade nos mercados de ações e agora assistimos à restrição de liquidez, entesouramento de dinheiro nos bancos, enfim, é o mesmo cenário só que agora os governos agiram relativamente mais cedo e com maior força. Só que isso já não afasta mais a crise.

**IHU On-Line – Qual a influência das revoluções científicas para as transformações econômicas? Como Keynes contribui para a compreensão deste fenômeno?**

**José Guilherme Vieira** – Ele foi a única Revolução Científica Kuhniana<sup>19</sup> na economia. Quase em toda a parte se dizia que Keynes e sua macroeconomia dirigida eram a solução. Acho que a maior contribuição dada pela revolução é que toda a unanimidade é burra quando se fala em ciência. O liberalismo virou uma fé e quando isso estava disseminado veio a crise. De igual forma, quando o mesmo ocorreu com Keynes, veio a crise. Agora, quando todos falavam das maravilhas do mercado eficiente, veio a crise. É preciso uma dose de pluralismo na economia. Sejamos plurais.

<sup>17</sup> **Karl Marx** (1818–1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU. A palestra *A utopia de um novo paradigma para a economia* foi proferida pela Profa. Dra. Leda Maria Paulani, em 23-06-2005. A edição 41 dos **Cadernos IHU Ideias** teve como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, com artigo da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> **Milton Friedman** (1912-2006): economista americano, o mais conhecido líder da Escola de Chicago e defensor do livre mercado. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. Sobre Friedman, confira a edição nº 101 dos **Cadernos IHU Ideias**, intitulada *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1*, e edição nº 104, intitulada *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2*, de autoria de Roberto Camps Moraes. O material está disponível para *download* no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>19</sup> Aqui o entrevistado refere-se a **Thomas Samuel Kuhn** (1922-1996), físico dos Estados Unidos da América cujo trabalho incidiu sobre história e filosofia da ciência, tornando-se um marco importante no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico. Sua principal obra é *A estrutura das revoluções científicas* (7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – Como o senhor avalia a política econômica (juros) do governo Lula e o risco da inflação? Keynes teria algo a ensinar a esse governo?**

**José Guilherme Vieira** – Agora é tarde para falar sobre isso, acho. Perdemos uma oportunidade para crescer e a política monetária não tem mais a força necessária para recuperar a economia da recessão que virá. Pode observar. Não adiantarão pacotes de liquidez se você estiver pensando em salvar o “Animal Spirit”. Os pacotes monetários servem para evitar que o mal se agrave ainda mais. A dose de juros foi exagerada sim e existem razões para acreditar que isso não se deva apenas ao sistema de metas inflacionárias. Mas, como disse, é passado. Se tudo der certo, a inflação será tolerável. Se der tudo errado, teremos deflação!

**IHU On-Line – Qual a importância do trabalho para as teorias econômicas de Keynes? Como isso se aplica na sociedade brasileira**

**atual, considerando o aumento de postos de trabalho, do salário mínimo e da renda em geral de uma determinada camada da população?**

**José Guilherme Vieira** – O trabalho sempre foi a única fonte da riqueza produzida. Se existem trabalhadores desempregados, é produto potencial que se perde. Riqueza que não se cria e que divide a que já existe. Reconhecer que não nos encontramos no ponto de emprego máximo e erigir uma teoria que objetiva atingi-lo foi sua maior contribuição. Mas não podemos nos enganar a respeito de onde os trabalhadores entram no esquema keynesiano. Eles são úteis. Eles consomem o que ganham (Kalecki foi mais eficiente em demonstrar as implicações desse ponto). Não é por pena dos trabalhadores que Keynes os quer empregados. Se eu fosse um marxista – e estou longe disso –, diria que ele deseja que eles estejam empregados por que seriam uma espécie de mais-valia desperdiçada.



## “O discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates”

*Entrevistas com Leda Paulani*

Leda Paulani é doutora em Teoria Econômica, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP). Obteve livre docência pela mesma universidade. Atualmente, é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas e professora da USP. É autora de obras como **Modernidade e discurso econômico** (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005) e **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico** (São Paulo: Boitempo Editorial, 2008). Em outubro de 2007, a professora esteve na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), participando do Ciclo de Estudos Fundamentos Antropológicos da Economia, no qual apresentou o pensamento de Guy Debord (1931-1994), com a palestra “A mercadoria como espetáculo”. Leda Paulani é autora do artigo “A (anti)filosofia de Karl Marx”, publicado na edição nº 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de 2005.

Outras entrevistas concedidas por Leda Paulani à **IHU On-Line** podem ser acessadas pela nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)):

\* **“Só uma crise de grandes proporções mudará o rumo do governo”**. Publicada na **IHU On-Line** edição 125, de 29 de novembro de 2004.

\* **Lula. “Um governo muito amigo do capital produtivo e financeiro”**. Publicada nas **Notícias do dia** de 07 de outubro de 2007.

\* **“O PAC não se constitui num projeto para a economia do país”**. Publicada nas **Notícias do Dia** de 29 de fevereiro de 2008.

Publicamos, a seguir duas entrevistas com a professora e economista Leda Paulani. Na primeira, sob o título “O discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates”, concedida a Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, a economista sustenta que Keynes ensinou que a teoria do livre mercado não funciona. “Quanto mais deixado a si mesmo, quanto menos regulado, tanto mais forte desponta sua tendência de se enroscar em suas próprias pernas, gerando crises como essa de agora”, afirma a economista. “A crise de hoje é um misto de crise clássica com crise estritamente financeira e, tanto num quanto noutro lado, a crise de confiança está presente”. Em outras palavras, completa Paulani, “será muito difícil e demorado reativar a máquina do crédito, sem a qual a economia capitalista funciona muito mal”. Ao falar sobre a contribuição da teoria de Keynes, a economista acredita que certamente o autor diria a Lula para “não desperdiçar a oportunidade aberta pelo pré-sal e impor controles aos fluxos de capital, recuperando assim os graus de liberdade necessários para conduzir a política cambial e a política monetária de modo geral”. Em relação à crise financeira internacional, Paulani vê como evento mais provável “a afirmação do discurso neoliberal, de modo que não é tão cedo que rezaremos sua missa de réquiem”.

Na segunda entrevista, sob o título “Poder e dinheiro. A flexibilidade do capital financeiro”, concedida a Graziela Wolfart e Patricia Fachin, jornalistas da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de ou-

tubro de 2008, Paulani se pergunta: depois de tantas oscilações na economia mundial, chegou a hora de vislumbrarmos o fim do capitalismo? Ou essa é apenas mais uma das acentuadas crises que compõe o sistema financeiro internacional? Embora muitos marxistas estimem que o capitalismo esteja em crise há quase meio século, a economista da USP afirma o contrário. Quanto ao futuro do capital financeiro, Paulani é enfática: “Creio que o reinado financeiro ainda durará por um bom tempo, primeiro porque, por mais que a crise tenha debilitado essa poderosa riqueza financeira, ela ainda parece grande demais para deixar de impor seus requerimentos ao andamento material do planeta”. Seguidora das ideias de Karl Marx, Leda aponta para uma possibilidade futura: “Passaremos por um período de maior regulação”. De qualquer modo, essas mudanças de posicionamento político e econômico não irão conseguir acabar com a instabilidade econômica. “Se prevalecer, como imagino que prevalecerá, o poder do capital financeiro, essas crises abissais continuarão no horizonte, porque o capital financeiro é extremamente flexível e pródigo em invenções que escapam a qualquer regulação”, considera.

**IHU On-Line – Em que sentido as teorias de Keynes podem ser úteis no sentido de compreender a crise financeira internacional? Keynes contribui para vislumbrarmos alguma saída ou alternativa?**

**Leda Paulani** – A principal contribuição de Keynes, que salta à vista com esta crise, foi ele ter demonstrado que o sistema capitalista não produz por si mesmo o equilíbrio e a harmonia que a teoria econômica convencional (neoclássica) apregoa. Antes o contrário. Quanto mais deixado a si mesmo, quanto menos regulado, tanto mais forte despenda sua tendência de se enroscar em suas

próprias pernas, gerando crises como essa de agora. Marx, de seu jeito, mostrou a mesma coisa. Dentre outras coisas, Keynes mostrou que, quando a crise é de confiança, não adianta muito oferecer liquidez, que o que é preciso é mostrar ao capital privado que há demanda no horizonte e que essas demandas viabilizam novos investimentos. A crise de hoje é um misto de crise clássica com crise estritamente financeira e, tanto num quanto noutro lado, a crise de confiança está presente. Isso indica que o tal pacote pensado pelo sr. Paulson talvez não seja suficiente para enfrentar o problema, mas, dada a atual pressão sobre os gastos governamentais americanos e o tamanho da dívida que eles já assumiram (os EUA vêm vivendo de dívidas já há alguns anos), a solução vislumbrada por Keynes, mesmo que fosse um dos remédios, está longe do alcance do governo americano. Em outras palavras, será muito difícil e demorado reativar a máquina do crédito, sem a qual a economia capitalista funciona muito mal.

**IHU On-Line – A senhora acredita que a crise financeira internacional pode provocar mudanças no capitalismo?**

**Leda Paulani** – A questão estrutural que está por trás disso tudo foi a mudança no sistema monetário internacional nos anos 1970 do século passado e que manteve a moeda americana como meio internacional geral de pagamento, mesmo com seu vínculo ao ouro tendo sido rompido. Isso deixou os Estados Unidos com a faca e o queijo na mão, pois sua moeda continuou a ser hegemônica, como já era desde Bretton Woods (1944),<sup>20</sup> sem que a economia americana tivesse que pagar por isso o elevado preço de mantê-la permanentemente valorizada, o que colocava em xeque a competitividade de sua economia. Os EUA usaram e abusaram desse poder e pilotaram a cha-

<sup>20</sup> **Conferência de Bretton Woods:** nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. A conferência de Bretton Woods, definindo o sistema de gerenciamento econômico internacional, estabeleceu as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados do mundo. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. (Nota da **IHU On-Line**)

mada financeirização da economia. Por isso, já há algum tempo, se fala que o dólar americano vem perdendo as credenciais que permitem tal situação privilegiada, argumentando-se que o surgimento do euro, bem como o fortalecimento da economia chinesa e asiática, estariam mudando essa situação. A crise de agora oferece a esse tipo de argumento um forte elemento, pois, para além da desvalorização diária da moeda americana frente a outras moedas, coloca-se agora também a nu a fragilidade orgânica da economia americana. Nesse sentido, portanto, se a crise trouxer alguma mudança de peso no sistema capitalista, essa mudança estará sem dúvida relacionada à questão do dinheiro mundial. Não podemos esquecer, contudo, que o dólar americano continua sendo a moeda constitutiva de mais de 70% das reservas monetárias mundiais, o que por si só indica que essa transição do dólar para outra moeda qualquer não deverá ser nem tão simples nem tão rápida.

**IHU On-Line – Em que medida a crise financeira internacional está relacionada com o fenômeno da financeirização da economia? Como Keynes analisaria o caso?**

**Leda Paulani** – Evidentemente, crise e financeirização estão diretamente ligadas. Quando se fala em financeirização, o fenômeno que se quer capturar é o aumento crescente da importância da lógica financeira, de caráter rentista, que o capitalismo vem experimentando desde pelo menos o início dos anos 1980 do século passado. Empiricamente, isto é visível na comparação entre o crescimento da riqueza financeira mundial (ações e debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias) e o crescimento do PIB mundial. Entre 1980 e 2006, o primeiro cresceu mais de 14 vezes, enquanto o segundo não chegou a cinco. O aumento da importância da lógica financeira é proporcional ao crescimento da riqueza financeira e aos interesses materiais atrelados a esse crescimento. Ora, a lógica financeira, vale dizer, aquela que procura “fazer dinheiro” sem passar pela esfera produtiva, é a “matriz de todas as formas alouçadas de capital” e da “capacidade que o sistema tem de ir além de si mesmo”. O pai dessas ideias não é Keynes, mas Marx. Foi

ele quem melhor definiu o crédito e o capital financeiro. É só na teoria de Marx que há um conceito tão importante quanto o de capital fictício, apto a esclarecer o caráter da crise de agora. Resumidamente, significa que se prega o rótulo de capital em muita coisa que está efetivamente longe de sê-lo. No entanto, como não se trata aí de ilusões subjetivas, mas de ilusões objetivamente constituídas, essas formas descarnadas começam a mandar no sistema como um todo. A posição disso num contexto que tem dinheiro inconvertível funcionando como meio de pagamento internacional constitui uma combinação altamente explosiva e ainda mais contraditória do que as relações que constituem a espinha dorsal do capitalismo.

**IHU On-Line – Como Keynes veria o chamado “livre mercado”?**

**Leda Paulani** – Keynes foi um dos maiores críticos do livre mercado. Como já afirmei, ele duvidou seriamente da capacidade de o livre mercado produzir resultados equilibrados e convergentes com aquilo que se poderia chamar de “ótimo social”. Quando escreveu a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, seu livro mais conhecido, ele já tinha à sua frente, como exemplo concreto de que sua desconfiança tinha fundamento, a crise dos anos 1930 do século passado. Como liberal que era e amante da sociedade organizada pelo mercado, entendeu que para salvar o capitalismo de si mesmo era preciso que o Estado, que, em princípio, pauta-se por uma outra lógica, vale dizer, uma lógica distinta da mera busca do lucro, estivesse permanentemente monitorando a máquina capitalista. Marx desconfiou tanto quanto Keynes da capacidade do sistema capitalista de produzir harmonia e simetria, enfatizando, inversamente, sua tendência a produzir desproporções cavalares, enormes concentrações de capital, miséria extrema e crises abissais. Como não tinha nenhum amor por esse tipo de sociedade, que considerava, ao contrário do que apregoava o liberalismo, tão violenta e discriminatória quanto as formações sociais anteriormente inventadas pelo homem, e como trabalhou com a lógica da contradição, fez uma crítica muito mais abrangente e fundamentada do que a de Keynes.

**IHU On-Line – Seria o caso de retomar a macroeconomia keynesiana?**

**Leda Paulani** – A macroeconomia keynesiana transformou-se num evento historicamente datado. É só num quadro como o que brotou da crise de 1930 e das duas guerras mundiais, sob a mol-dura da Guerra Fria, que tal macroeconomia pôde ter vida plena. Mas essa página a História já virou. Ficam alguns dos alertas de Keynes, como a necessidade de regular os mercados, principalmente o mercado financeiro, o que leva, por exemplo, à necessidade de controlar os fluxos internacionais de capital.

**IHU On-Line – Como entender historicamente a construção do cenário financeiro internacional atual?**

**Leda Paulani** – O cenário financeiro internacional atual é resultado de profundas transformações que estão em curso desde os anos 1960 do século passado, muitas delas resultantes do próprio sucesso das políticas de intervenção que vigoram desde o final da Segunda Guerra, tanto no centro do sistema capitalista quanto em suas periferias. O período de mais de 60 anos que se estende desde 1945 pode ser analisado de vários ângulos. O mais interessante, do ponto de vista da crise que ora presenciamos, é aquele que percebe o mundo construído a partir de Bretton Woods como uma derrota das chamadas altas finanças e do “financismo” e simultaneamente uma vitória da produção real de bens e serviços e, por conseguinte, do capital produtivo. Ora, esses anos dourados do capitalismo, quando a lógica produtiva dava as cartas e colocava as finanças a seu serviço, terminam no início dos anos 1970 do século passado, década na qual se combinam uma reversão cíclica, a enorme elevação dos preços de insumos básicos, a começar pelo petróleo, o fim oficial de Bretton Woods, com a desvinculação do dólar ao ouro, e o empoçamento de liquidez na city londrina, uma praça *off shore*, cujo crescimento de importância foi transformando o mundo capitalista e mudando o bastão de comando da esfera produtiva para a esfera financeira. A ascensão do neoliberalismo foi a contraparte ideológica dessa mudança.

**O admirável mundo novo da globalização**

O retorno vitorioso das altas finanças ao papel de mandarim se consagrou e se reforçou com a difusão dessas ideias, que não se limitaram a pregar o fim da “repressão financeira”, mas a ditar uma cartilha completa de reformas e ajustes que os estados nacionais deveriam empreender para recuperar sua saúde econômica e conquistar um lugar ao sol no admirável mundo novo da globalização. O resultado desse comando prolongado e do mundo desregulado e governado exclusivamente pela lógica do mercado (que, nesse quadrante histórico, consumou-se como lógica financeira) estamos vendo agora. Entretanto, isso não quer dizer que, nesse meio tempo, os estados nacionais tenham enfraquecido. Ao contrário, eles se fortaleceram de várias formas, inclusive com os meios violentos necessários para submeter todo o sistema econômico aos caprichos da valorização financeira e para viabilizar a extração de renda real que, de uma forma ou de outra, com maior ou menor correspondência, deve estar por trás do crescimento do capital fictício. Geopoliticamente, isso significou o fortalecimento dos EUA, situação que evidentemente se complica agora, mas cuja mudança radical não acredito que tão cedo aconteça.

**IHU On-Line – A senhora acredita que o neoliberalismo está se aproximando do fim?**

**Leda Paulani** – O discurso livre-cambista não deve se enfraquecer por causa dessa crise. Ao contrário, a crise será um belo álibi para a continuação da pregação anterior e para o reforço da exigência de mais reformas, mais ajustes, mais cortes de direitos, pois afinal estamos numa situação emergencial. Mesmo que a realidade desminta frontalmente a crença nas virtudes do mercado deixado a si mesmo, o discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates. É muito difícil que os EUA deem o nome aos bois em relação à prática intervencionista que vêm adotando. Eles continuarão a pregar as virtudes do mercado e de sua capacidade autorregulatória. Além do mais, mesmo que reste um tanto debilita-

da, a riqueza financeira deverá continuar a ver seu peso crescer como proporção da riqueza total, o que torna difícil acreditar que subitamente o discurso se altere.

**IHU On-Line – Como avalia a postura do governo brasileiro? Se atingido pela crise, terá como se reerguer usando como “força” o vangloriado crescimento econômico? O que Keynes poderia ensinar a Lula?**

**Leda Paulani** – A reação do governo brasileiro tem sido errática, ora afirmando que “a crise é lá deles” ou que o país não será afetado por ela, pois fez a “lição de casa” e os “fundamentos” da economia estão mais sólidos, ora concedendo que, de uma forma ou de outra, seremos afetados. Bem, é evidente que, sendo a crise do tamanho que é, dificilmente passaremos incólumes. Por mais que nosso sistema financeiro não tenha se envolvido no tipo de operação que detonou a crise, o aumento da insegurança e a perda de confiança nos negócios em geral tornarão, como já vêm tornando, muito mais difícil para as empresas que operam na economia doméstica a obtenção do crédito externo, fácil, barato e abundante de que até então desfrutavam, além de afugentar boa parte do capital que para cá tem vindo em busca dos elevados rendimentos e de ativos a preços baixos oferecidos pela economia brasileira. Além disso, a necessidade de honrar compromissos assumidos em outras praças deve levar embora outro tanto de capital. Acrescente-se ao cenário a maior fragilidade de nosso balanço de pagamentos (vide a estrutura muito mais rígida que hoje apresenta o balanço de serviços e rendas) e as consequências da crise para o desempenho de nossa balança comercial. O aumento do valor do dólar, com consequente desvalorização da moeda doméstica, pode não ser suficiente para compensar a queda de demanda pelas *commodities* que uma crise muito funda nos EUA provocará na economia mundial, particularmente no gigante chinês. Tudo somado, o tempo de bonança em nosso balanço de pagamentos pode estar chegando ao fim. Keynes certamente diria a Lula para não desperdiçar a oportunidade aberta pelo pré-sal e impor controles aos fluxos de capital, recuperan-

do assim os graus de liberdade necessários para conduzir a política cambial e a política monetária de modo geral. Resta saber se a banca irá permitir tamanha autonomia. Como afirmei anteriormente, o evento mais provável é a afirmação do discurso neoliberal, de modo que não é tão cedo que rezaremos sua missa de réquiem.

**Poder e dinheiro. A flexibilidade do capital financeiro**

**IHU On-Line – É correto afirmar que a crise financeira internacional é consequência da crise do capitalismo?**

**Leda Paulani** – Essa é uma questão polêmica, cuja resposta não podemos dar aqui integralmente, pois o espaço não é suficiente. O ponto mais polêmico é se o capitalismo está ou não em crise e se está desde quando. Dentre os autores marxistas, alguns julgam que o capitalismo está em crise desde meados dos anos 70 do século passado, porque desde então as taxas médias de crescimento declinaram em todo o planeta. Outros acreditam que há, desde pelos menos uma década antes disso, um problema não resolvido de sobreacumulação de capital. Outros ainda acreditam que o capitalismo passa por ciclos sistêmicos de acumulação, ora real, ora financeira e que estaríamos agora num ciclo de acumulação financeira. Seja como for, o fato é que, pelo menos desde o início deste novo século, essa morosidade do sistema no que tange ao crescimento da riqueza real parece ter sido substituída por uma velocidade maior, puxada fundamentalmente pela decisão da China de passar a integrar o sistema capitalista. Nesse sentido, o terremoto financeiro que assistimos tem funcionado como desmancha prazeres, de modo que se poderia dizer, ao contrário, que a crise do capitalismo (a que virá agora) é que é consequência da crise financeira. Mas, como disse, essa uma questão muito complicada para ser trabalhada aqui.

**IHU On-Line – Quais as lições de Marx em relação ao livre mercado que podem nos ajudar a compreender a crise financeira atual?**

**Leda Paulani** – O que Marx mostrou de mais importante sobre o assim chamado “livre mercado” é que ele esconde por trás de sua aparência de liberdade, igualdade e equilíbrio o contrário disso. Ele põe a aparência de liberdade porque todos são juridicamente iguais, proprietários de mercadorias, e parecem livres para vender suas mercadorias a quem quiserem e se quiserem e para comprar o que quiserem, de quem quiserem e se quiserem. Ele põe a igualdade porque quando mostra que algo, uma bolsa, por exemplo, é igual a R\$ 25,00, a venda da bolsa parece uma transação justa, em que se trocou valor de um tipo por valor de outro tipo. A aparência de equilíbrio vem da reiteração das transações mercantis (com suas trocas iguais) no dia-a-dia dos mercados, num movimento que parece poder repetir-se indefinidamente. Quando surgem crises da dimensão da que agora vivemos, elas não combinam com essa aparência idílica e denunciam a complexidade e as relações contraditórias que constituem o sistema capitalista.

**IHU On-Line – Qual a validade das definições de Marx para o crédito e o capital financeiro neste momento de crise mundial?**

**Leda Paulani** – Crédito e Capital Financeiro condicionam-se mutuamente. Quando o dinheiro serve não apenas para comprar mercadorias (bens, serviços, força de trabalho, máquinas etc.), mas igualmente para pagar dívidas (e também comprar honra, consciência, enfim tudo aquilo que seja adaptável à forma preço), Marx diz que ele se transforma em meio de pagamento geral, e se ele funciona assim é porque já estão em cena credores e devedores. Aquele que fornece crédito é, ao mesmo tempo, o detentor de uma forma especial de capital, que Marx chama de capital portador de juros, e que mais popularmente é chamado de capital financeiro. Marx diz sobre o capital portador de juros que ele é a matriz de todas as formas alouçadas de capital. Quem acompanhou o redemoinho vivido pelos mercados financeiros do mundo nas últimas semanas não pode deixar de dar-lhe razão.

**IHU On-Line – Em que sentido o conceito de “capital fictício” elaborado por Marx con-**

**tribui para esclarecer o caráter da crise de agora?**

**Leda Paulani** – Dentre todos os conceitos criados por Marx para dar conta da realidade capitalista, talvez não haja conceito mais importante para interpretar a crise atual do que o de capital fictício. Muitos autores têm considerado que, pelo menos desde o início dos anos 1980 do século passado, o capitalismo vive uma nova etapa, cujo tom é dado pela financeirização. Essa financeirização, produzida pelo crescimento desmesurado da riqueza financeira (frente ao crescimento da riqueza real), implica a submissão da totalidade do sistema econômico aos imperativos da lógica financeira da acumulação, o que garante a continuidade do crescimento dessa mesma riqueza. Ora, esse crescimento desmesurado simplesmente não existiria se não existisse o capital fictício. Quando o dinheiro é emprestado para que se o receba de volta aumentado, numa data futura, está implícita nessa transação a capacidade potencial que o dinheiro tem de se multiplicar. Essa capacidade é “verdadeira”, se esse dinheiro for dar uma voltinha no mundo da produção de bens e serviços, mas cria capital fictício quando, por meio de uma série de mecanismos, cuja explicação demandaria um espaço que não temos, ele não percorre esse caminho. A crise que agora presenciamos tem em seu bojo uma criação num grau inédito de capital fictício. Tudo seria mais simples se pudéssemos simplesmente eliminar esse capital, digamos assim, “espúrio”, penalizando apenas quem contribuiu para sua disseminação, conseguindo com isso colocar o sistema de volta num curso menos fantasmagórico. Mas isso está longe de ser simples, porque existem inúmeros fios nervosos ligando um sistema ao outro. O crédito para a produção e para o comércio é o mais importante e o mais visível desses fios.

**IHU On-Line – A partir das teorias de Marx, quais os rumos que podemos imaginar para o mundo capitalista, a partir da crise financeira internacional?**

**Leda Paulani** – Esta pergunta está relacionada à anterior sobre a crise do sistema capitalista e sua resposta depende, em última instância, da forma como enxergamos o capitalismo hoje. Tem se fa-

lado muito que voltaremos a viver sob um capitalismo super regulado, como aquele vigente desde o fim da Segunda Guerra até meados dos anos 1970, que o capital financeiro perderá força, que o neoliberalismo morreu etc. Não acredito muito nessas previsões. Creio que o reinado financeiro ainda durará por um bom tempo, primeiro porque, por mais que a crise tenha debilitado essa poderosa riqueza financeira, ela ainda parece grande demais para deixar de impor seus requerimentos ao andamento material do planeta. Segundo porque o que vivemos hoje é o resultado de um longo processo de financeirização, cujo desmonte não se dará assim do dia para a noite. Terceiro porque, e esse talvez seja o argumento mais forte, ninguém sabe para onde vai o sistema monetário internacional, e esse processo todo – a financeirização e sua crise – é resultado, entre outras coisas, da (não) solução encontrada para a desarticulação do sistema de Bretton Woods.

***IHU On-Line – A crise financeira internacional representa o fim de um ciclo? Podemos aguardar uma mudança na condução do sistema financeiro internacional?***

**Leda Paulani** – Se entendemos que a financeirização configurou um ciclo e se ao mesmo tempo acreditamos que esta crise marca o fim do domínio do capital financeiro, então estamos autorizados a falar que esta crise marca o fim de um ciclo. Se pensarmos, porém, que a economia mundial vinha finalmente retomando um crescimento menos anêmico depois de décadas de resultados pobres, então não dá para acreditar em ciclo e teremos simplesmente que admitir que as estripulias financeiras destinadas a aumentar mais e mais a riqueza e o poder do capital financeiro atropelaram o ciclo que vinha firmemente engatando a marcha da subida.

***IHU On-Line – Até que ponto a regulação do mercado proposta por Marx e Keynes permitirá que o mercado não se autodestrua?***

**Leda Paulani** – Parece evidente que passaremos por um período de maior regulação, até porque isso acabará por se impor como exigência política. Contudo, se prevalecer, como imagino que prevalecerá, o poder do capital financeiro, essas crises abissais continuarão no horizonte, porque o capital financeiro é extremamente flexível e pródigo em invenções que escapam a qualquer regulação. Além disso, não podemos esquecer que vivemos uma fase do capitalismo em que o dinheiro e o poder estão muito próximos, particularmente por conta de ativos financeiros importantíssimos como os títulos da dívida pública, cujo volume é hoje enorme em praticamente todos os países. Passada a turbulência e passado o temor, essa proximidade impedirá que qualquer regulação mais efetiva se estabeleça.

***IHU On-Line – A senhora acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido a senhora vislumbra mudanças?***

**Leda Paulani** – Uma verdadeira renovação política mundial só aconteceria se a crise permitisse uma reorganização dos trabalhadores e dos movimentos sociais de modo geral e planetário, num processo que permitisse a construção de uma efetiva resistência a esse “fascismo do capital” que experimentamos há pelo menos um quarto de século. Infelizmente, creio que estamos muito longe de um cenário como esse. Ao contrário, me parece que a crise irá contribuir para vitaminar o discurso conservador (afinal estamos numa situação de emergência!) e permitir a elevação do grau de exploração que possibilita, a um só tempo, enfrentar a tendência congênita deste tipo de capitalismo a sobreacumular capital, e gerar a renda real que coloca sempre ao alcance da mão a possibilidade de tornar absolutamente concretos, assim que se queira, os luxuosos desejos dos donos do capital fictício. Assim, se alguma mudança houver será talvez uma perda relativa de importância dos EUA, mas nada que altere o âmago do sistema capitalista e de sua reprodução tal como hoje se dá.

## **“Será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver”**

Entrevistas com Luiz Gonzaga Belluzzo

Luiz Gonzaga Belluzzo é graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia Industrial, pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal, e doutor em Economia, pela Universidade de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professor do Instituto de Economia da Unicamp e editor da revista Carta Capital.

Luiz Gonzaga Belluzzo concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line** sobre o tema de capa da edição nº 34 dos **Cadernos IHU em formação**. Na entrevista concedida a Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, sob o título “Será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver”, Belluzzo sustenta que a saída da crise financeira internacional não se dará por um passe de mágica.

Belluzzo afirma que o “ambiente mental e ideológico que hoje prevalece será um obstáculo a uma mudança mais profunda. Não há nenhuma evidência de que as reformas necessárias serão implementadas facilmente”, afirma o economista da Unicamp. Para ele, a história do capitalismo mostra que o livre mercado é uma utopia. E acrescenta: “Não há mesmo alternativa quando uma crise financeira sistêmica se desenvolve. Se não se decidir pela intervenção decisiva dos mercados, a crise pode avançar a um ponto que destrói completamente a capacidade de decisão dos indivíduos. A menos que a intervenção seja de tal ordem potente e abrangente, como, por exemplo, a estatização do sistema bancário”.

Na entrevista sob o título “Nós não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise”, publicada na edição 249, de 3 de março de 2008, e nas **Notícias do Dia** do site

do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 2 de março de 2008, Belluzzo sustenta que os desequilíbrios globais estão ganhando mais dimensão e tomando um rumo desenfreado na última década. Isso se deve à chamada “fuga para frente”, alternativa adotada com bastante frequência pelos Bancos Centrais, explica o economista.

Com a repetição de várias crises ao longo dos anos 1990, afirma Belluzzo, o mercado internacional acreditava que podia “cometer qualquer insensatez que os Bancos Centrais seriam capazes de salvar”. Mesmo que o Fed (Federal Reserve) interfira baixando as taxas de juros, ou o tesouro americano tome novas providências para aumentar o dinamismo econômico, não se “poderá sair rapidamente dessa situação e recompor o cenário anterior. Isso é uma ilusão”, argumenta Belluzzo.

Com tantas elevações no cenário internacional, é necessário discutir como se dará a reforma do sistema monetário e financeiro, sugere o pesquisador. Para ele, um dos pontos fundamentais a serem discutidos diz respeito “à natureza da moeda internacional, hoje exercida pelo dólar”. Embasado nos ensinamentos keynesianos, o economista afirma que, enquanto a função de moeda internacional continuar “sendo exercida por uma moeda nacional”, ela levará “a desequilíbrios cumulativos e difíceis de serem resolvidos”.

O pesquisador e professor Luiz Gonzaga Belluzzo também concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**, sob o título “Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável”, publicada na edição 218, de 7 de maio de 2007. Essa entrevista pode ser acessada na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).



**IHU On-Line – O senhor acredita que a crise financeira internacional pode provocar mudanças no capitalismo?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Esse é um exercício de adivinhação, mas certamente será difícil que o padrão que prevaleceu até hoje possa sobreviver, particularmente em relação à regulamentação dos mercados financeiros. A experiência da desregulamentação e da liberalização financeira mostrou que os mercados deixados à sua própria lógica de funcionamento podem levar a desfechos como esses que estamos observando, e a processos cumulativos de deflação de ativos com efeitos muito negativos sobre a economia real. É muito provável que haja um debate intenso nos próximos meses a respeito da re-regulamentação. No entanto, é muito difícil saber qual será o desfecho, porque, de uma certa forma, ainda há um predomínio do pensamento conservador. Basta ver o que justificou a não aprovação imediata do chamado pacote de estabilização. Há muita resistência ideológica a uma mudança mais profunda. Mas isso será decidido no debate político. Eu imagino que o ambiente mental e ideológico que hoje prevalece será um obstáculo a uma mudança mais profunda. Não há nenhuma evidência de que as reformas necessárias serão implementadas facilmente.

**IHU On-Line – Então, na sua opinião, o livre mercado não funciona?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – A história do capitalismo mostra que isso é uma utopia, como chamou Karl Polanyi “a utopia do mercado autorregulado”, e isso se aplica mais especificamente aos mercados de crédito e que têm uma tendência intrínseca a produzir instabilidade. Recentemente, essas avaliações feitas por economistas como Keynes, Marx, Schumpeter,<sup>21</sup> ou Minsky, foram superadas por um bloco de teorias insustentáveis e formuladas ideologicamente a respeito da autorregulação dos mercados. A teoria dos mercados eficientes, por exemplo, defende a ideia de que, diante das informações disponíveis, o mercado produz sempre o melhor resultado com ajusta-

mentos não traumáticos. Isso é uma falsificação a respeito do objeto que estão tratando. No entanto, está muito entranhado no ideário popular. Essa decisão de negação inicial do congresso americano não foi acidental. Foi resultado de uma forte convicção popular transmitida, inclusive, pela mídia. A imprensa teve um trabalho esplendoroso, nesse período, de convencer as pessoas de que existe uma oposição entre o livre mercado e o Estado, que teremos mais livre mercado se tivermos menos Estado. Isso é uma tolice. Tenho lido que a decisão inicial do congresso americano foi a rebelião da política contra a economia, o que é um equívoco. Foi, na verdade, a repetição da vitória do economicismo sobre a política, porque o economicismo tomou conta do congresso americano.

**IHU On-Line – Como o senhor vê a não aceitação inicial do pacote proposto por Bush? Além da queda das bolsas, que outras consequências podemos esperar para a economia internacional?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – A queda e a subida das bolsas só refletem um pouco o grau de perplexidade que tomou conta dos mercados. A bolsa só é o sintoma do que está ocorrendo. O mais grave que está acontecendo é a contração do crédito global, o *credit crunch* global. Isso configura uma crise de crédito que está começando a se espalhar pelo mundo inteiro, atingindo mesmo países com sistemas bancários mais sólidos, como é o caso do Brasil.

**IHU On-Line – Como o Brasil está sendo e ainda será atingido por essa crise econômica, principalmente do ponto de vista do emprego e da renda?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Se a crise de crédito se agravar, o Brasil tem instrumentos para enfrentá-la e precisa ter muita capacidade de decisão para se livrar do paradigma anterior. O Brasil vinha vindo de uma etapa de rápido crescimento da economia, estava crescendo a 6%, o crédito se expandindo, o investimento estava acelerando.

<sup>21</sup> **Joseph Alois Schumpeter** (1883-1950): economista austríaco, entusiasta da integração da Sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas. Seu pensamento esteve em debate no I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

Agora, a tendência do setor privado é reduzir o crédito. E isso irá afetar, sem dúvida, o desempenho da economia. Mas o Brasil não está envolvido diretamente nessa crise financeira. Não foram praticadas aqui essas imprudências. Então, o país pode reverter essa crise se tomar medidas de política econômica adequadas, como, por exemplo, socorrer os exportadores, ampliando a oferta de crédito em dólares para eles; permitir às pequenas e médias empresas que continuem rolando as suas dívidas ou financiando seu capital de giro e seu investimento. O Brasil tem condições de fazer isso. Vamos ver como as autoridades irão reagir.

**IHU On-Line – Como o senhor acha que o Brasil deve conduzir a economia, nesse momento de crise global? O que faria parte de um ajustamento à situação, considerando a desaceleração no crescimento?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Já há sinais de que o crescimento está desacelerando. E ele irá desacelerar mesmo, o que tem várias implicações, como a expectativa dos empresários a respeito dos investimentos e implicações para a situação fiscal. Mas, ao mesmo tempo, isso oferece uma oportunidade para o Brasil adotar uma política cíclica de defesa contra a crise. Não será possível reproduzir a situação anterior, mas o Brasil pode perfeitamente se defender. Será uma luta entre as decisões de política econômica e a evolução da situação. O Brasil terá um enfrentamento permanente. Irá depender mais da sensibilidade dos formuladores de política econômica do que da sua sabedoria técnica.

**IHU On-Line – Como os autores clássicos da economia podem nos ajudar a refletir e encontrar possíveis soluções para este momento de crise? Qual a importância de retomar Keynes, por exemplo?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Acho importante ler os autores que trataram da economia monetária de crédito. Keynes, certamente um dos maiores entre os clássicos, olhou a economia capitalista como uma economia de ativos, com sistema bancário. Ele era, antes de mais nada, um teórico da economia monetária com sistema bancário em-

penhado na criação de moeda e de crédito. Ele é o grande pensador do sistema bancário no capitalismo moderno. Keynes era muito favorável à intervenção do Estado na economia. Ele dizia que a ideia de que o interesse individual leva necessariamente ao interesse coletivo é equivocada e que é preciso que o estado racional interfira na economia.

**IHU On-Line – O que esse episódio tem a dizer sobre a relação entre democracia e capitalismo?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Ouvi muita discussão a esse respeito, inclusive alguém invocando a importância da decisão inicial do congresso americano como gesto de independência da política. Isso é uma interpretação equivocada. A política foi totalmente aprisionada pelo econômico. O que essa decisão mostra é isso; essa incapacidade da política de se livrar das amarras econômicas. Então, as relações entre democracia e capitalismo são contraditórias. A economia capitalista cria um sistema de necessidades, que é imposto aos indivíduos. Além da sua livre escolha (dos seus representantes, que é uma atitude política), ela impõe certos constrangimentos que são semelhantes ao fato de tomar uma decisão com um revólver na cabeça. Na verdade, não há mesmo alternativa quando uma crise financeira sistêmica se desenvolve. Se não se decidir pela intervenção decisiva dos mercados, a crise pode avançar a um ponto que destrói completamente a capacidade de decisão dos indivíduos. A menos que a intervenção seja de tal ordem potente e abrangente, como, por exemplo, a estatização do sistema bancário.

**IHU On-Line – China e Índia ganham mais importância na economia mundial?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Isso é uma ilusão. Nem a China nem a Índia têm condições. Essa ideia de que irão contrabalançar a queda do crescimento americano é um pouco complicada, até porque não têm peso suficiente na economia mundial para fazer isso. É claro que a China pode evitar que os efeitos da crise atinjam completamente a sua economia. Ela pode se defender, continuar crescendo, mas não é isso que impedirá

uma recessão global. Ela pode até montar um esquema de defesa dentro das economias asiáticas, que estão desacelerando rapidamente.

**IHU On-Line – O senhor concorda com o uso do FGTS para a compra de ações da Petrobras?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Agora não é hora para isso, não. É preciso tomar um certo cuidado. Não vejo nenhum impedimento grave, mas isso já foi feito, os trabalhadores compraram ações com os recursos do FGTS. Insisto: agora não é o momento de se pensar nisso, porque a bolsa está muito instável. Acho que ela irá sofrer um processo de desvalorização. Não é hora de se discutir esse assunto.

**“Nós não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise”**

**IHU On-Line – Como o senhor descreve o atual momento da economia mundial? Está ocorrendo uma crise de superprodução ou uma crise de especulação financeira?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Essa é uma crise cujo gatilho é financeiro, existente por causa dos excessos cometidos na década de 1990, quando os Bancos Centrais conseguiram enfrentar a primeira crise de ações e das tecnologias da informação, dando a impressão de que poderiam superar qualquer adversidade.

Na época, o Fed (Federal Reserve), por exemplo, conseguiu enfrentar isso com eficiência. Ao baixar rapidamente as taxas de juros e conseguir conter a recessão, ele deu fôlego à continuidade da febre especulativa, agora concentrada nos imóveis.

Ambos os “abusos” incitam a especulação tanto com artigos reais quanto com perspectivas de ganhos com investimento na produção e no sistema financeiro. A base de tudo é o descontrole com a expansão do crédito, mas isso acontece sempre.

No caso da crise atual, o desequilíbrio se deu com grande velocidade com a criação de derivativos como, por exemplo, os que protegem ou ten-

tam proteger a possibilidade da inadimplência por parte dos tomadores finais dos créditos. Essas inovações também se multiplicaram com a chamada securitização. Os bancos que fazem os empréstimos securitizavam esses créditos para veículos especiais que os vendiam para fundos de pensão. Essas ações originaram uma pirâmide de ativos, cuja base eram os empréstimos hipotecários feitos àqueles que pretendiam adquirir a sua casa própria.

Como era uma disputa feroz para poder ampliar esses créditos e, ao mesmo tempo, o foco estava, sobretudo, na quantidade e não na qualidade do crédito que se concedia, foram capturados devedores que não tinham condições de pagar. Eles foram fisgados mediante formas de pagamento que sustentavam esses créditos, que previam, por exemplo, o pagamento de juros favorecidos durante dois anos. Mas, quando essas condições mudaram e foi feita a revisão das taxas de juros, a inadimplência começou a se tornar incontável. Isso passou a afetar toda a cadeia alimentar da especulação, que termina agora com os problemas causados às seguradoras de crédito, que se propunham, mediante o ganho de uma comissão, a garantir o pagamento integral desses créditos.

Por isso, essa crise é muito mais profunda do que se pode imaginar. Digo isso porque não só ela avançou muito nessas inovações perigosas, mas também porque se espalhou dos Estados Unidos para a Europa e provavelmente por alguns países da Ásia.

**Projeções**

Não temos uma definição exata nem da profundidade nem da extensão da crise. É claro que isso tem um efeito, porque irá afetar muito a situação econômica das famílias americanas que estão muito endividadas, não só por causa da aquisição dos imóveis, mas também porque elas se endividaram muito com compra de duráveis nos cartões de créditos. O que está se observando é que há uma desconfiança dos consumidores. Eles já estão começando a cortar gastos. O consumo tem

um peso importante na formação do gasto e da renda nos Estados Unidos, e o nível de endividamento está muito alto, o que torna muito presente o risco de uma recessão mais profunda. Se isso acontecer, certamente a capacidade de pagamento das famílias irá diminuir e, conseqüentemente, aumentará a inadimplência, agravando a crise.

***IHU On-Line – Como o senhor disse, em 2000, a bolha da tecnologia da informação não gerou uma crise maior devido às intervenções do Fed. Na conjuntura atual, o senhor acredita que o mercado imobiliário também será salvo pelo Estado? Se sim, a crise pode se prolongar a longo prazo e voltar sempre com mais força? A injeção de 150 bilhões de dólares liberados por Bush é uma boa medida para amenizar a crise ou evitar que a economia norte-americana enfrente uma recessão profunda?***

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – A história da segunda metade do século XX tem sido essa da fuga para frente. Depois que houve a repressão financeira, as crises começaram a se repetir. O ano de 1990 iniciou com a crise da serpente monetária europeia. Depois, veio a crise com a libra, vieram as crises de 1994, a crise mexicana, no início de 1995, a crise asiática, a russa, o colapso da Argentina no começo do milênio, em 2001. Em 2002, o Brasil sofreu os efeitos da desconfiança dos mercados em relação à eleição do presidente. E, a partir de 2003, as coisas se acalmaram e os mercados começaram a funcionar com maior fluidez, já que todos os riscos caíram, as condições gerais melhoraram, a inflação estava baixa e as bolsas se recuperaram. Mas, nessa época, ocorreu um período de bonança que facilitou muito. Tivemos a impressão de que se podia cometer qualquer insensatez que os Bancos Centrais seriam capazes de salvar o cenário.

Hoje em dia, com essa crise, a dificuldade dos Bancos Centrais aumentou muito. Não sei se eles conseguirão reverter o quadro. É claro que ainda restam alguns instrumentos como, por exemplo, as ações de política fiscal, que podem

ser combinadas com uma tentativa de se criar um espaço maior para a capacidade de pagamento dos devedores em situação mais grave. Esse espaço implicaria de certa forma numa moratória, ou seja, uma reestruturação da dívida concedida a esses devedores. Agora, não sabemos o quanto irá durar o crescimento abaixo do potencial dessas economias. Precisamos lembrar que, no caso do Japão, uma crise parecida com essa levou dez anos para ser digerida.

### **Intervenção ou prevenção?**

Há, no mercado, uma percepção equivocada de que, se o Fed interferir baixando mais as taxas de juros ou se o tesouro americano tomar as providências para aumentar o dinamismo econômico, se poderá sair rapidamente dessa situação e recompor a situação anterior. Isso é uma ilusão. Há questões que devem ser resolvidas, como a colocação de limites para certas operações, a supervisão das autoridades em relação aos derivativos, a imposição de limites quantitativos à expansão de certas operações de créditos. Tudo isso está em questão, mas levará tempo para chegar ao consenso das medidas que precisam ser tomadas. Mas, de fato, sem essa intervenção ampla e abrangente do Estado, não será possível contornar a crise.

***IHU On-Line – Levando em consideração os desequilíbrios econômicos internacionais ocorridos nos últimos anos, como o senhor percebe a atuação dos Bancos Centrais? Eles estão mais preparados para administrar uma crise global? Qual o desafio em situações como essas?***

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Essa é uma discussão que envolve pontos de vista ideológicos diferentes. Há muitos que celebravam a gestão do Banco Central europeu como muito eficaz para combater a inflação. Os Bancos Centrais, particularmente o Fed, se recusaram a interferir na formação da bolha. Se pegarmos os discursos do

Alan Greenspan,<sup>22</sup> ao longo dos últimos anos em que ele permaneceu na presidência do Fed, ele dizia que a bolha deveria ser curada só depois que ocorresse o estouro e não antes. Eu diria que os críticos às vezes são muito lenientes no período de êxito e muito duros no período da derrocada. Então, o Greenspan de fato é um liberal no sentido econômico, pois ele achava que o mercado acabava se acomodando, o que não aconteceu. O fato é que ele preferiu não se utilizar de certos instrumentos que eram mais intervencionistas, como o aumento da margem requerida para as operações e a intervenção no mercado de derivativos, por exemplo. Essa leniência contribuiu muito para que a bolha se formasse na proporção que ela acabou assumindo. De fato, é claro que teremos uma discussão muito longa nos próximos anos a respeito da re-regulamentação. Muitos acham que é melhor não re-regulamentar, porque isso impediria que a economia tivesse o dinamismo que realmente teve.

**IHU On-Line – Esses picos altos e baixos demonstram que a principal economia do mundo está enfraquecendo e perderá continuamente mais espaço para a China e o mercado asiático?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Nós ainda não temos elementos para fazer um julgamento mais preciso dos efeitos da recessão americana no mercado chinês e asiático. Eu diria que é um pouco otimista pensar que não haverá impacto nenhum, até porque a China está enfrentando dois problemas simultaneamente: os efeitos da recessão americana e a inflação, que está em aceleração por conta do seu próprio papel como demandante de commodities, tanto metálicas quanto agrícolas. Os preços estão muito altos, e os chineses terão de tomar alguma providência para fazer com que a inflação caia.

Se a China tiver que enfrentar a inflação com medidas mais duras – eu não sei qual será a decisão e nem eles sabem –, poderemos passar rapidamente de uma estagflação para uma deflação.

A concessão não concorda com o que eu digo. Eles acreditam que as *commodities* irão continuar por conta da demanda chinesa e, mesmo que ocorra uma desaceleração, que não irá haver uma queda tão acentuada no preço dessas mercadorias. Mas eu digo francamente que não sei, porque nós temos um componente especulativo no aumento dos preços das *commodities*. Quem está conseguindo se salvar da crise financeira está apostando nelas. E agora há um consenso de que as *commodities* são uma espécie de refúgio contra os riscos de perda, de baixa rentabilidade nos setores. Isso pode trazer, a médio prazo, consequências muito ruins.

**IHU On-Line – O senhor disse que, na esfera financeira, o “ajustamento” dos preços dos ativos, em curso nos Estados Unidos, não irá poupar o Brasil. Sendo o mercado brasileiro dependente das exportações de commodities para os EUA, como a crise norte-americana poderá afetar a nossa economia nacional?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Diante da gravidade dessa crise, o Brasil está numa situação bastante favorável. No entanto, não podemos nos descuidar. Eu fico muito preocupado com a possível ocorrência de uma transição muito rápida de um superávit comercial de 40 bilhões, por exemplo, para uma situação de déficit, sobretudo de déficit comercial.

Se a economia mundial entrar em recessão, o Brasil continuar crescendo e crescer acima da média mundial, com essa taxa de câmbio, que está sendo valorizada pela entrada de dólares para aproveitar o diferencial de taxas de juros ou para ser beneficiado do otimismo em relação às bolsas brasileiras, teremos uma esquizofrenia. Por um lado, a economia real sofrerá os efeitos da valorização do câmbio e da desaceleração da economia mundial, o que pode reduzir o déficit. Isso porque, se a economia brasileira começa a crescer acima da média mundial, é claro que nosso superávit cairá. E também porque nossas importações,

<sup>22</sup> **Alan Greenspan** (1926): economista estadunidense. Entre 1987 e 2006, atuou como presidente do Fed (Federal Reserve) dos Estados Unidos. Entre os livros de Greenspan, está **A era da turbulência, as aventuras em um novo mundo** (Rio de Janeiro: Campus, 2007). (Nota da **IHU On-Line**)

mesmo com uma taxa de câmbio melhor, irão crescer acima das exportações, como já está acontecendo de uma maneira dramática. Quando o mercado se der conta disso, a situação pode se reverter rapidamente. E a pior maneira de impedir essa situação é fazer com que a taxa de crescimento caia muito drasticamente por conta de uma subida dos juros ou de um choque cambial.

**IHU On-Line – O senhor disse, no artigo “As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais”, que, no início do século XXI, três movimentos interdependentes promoveram profundas transformações na economia global: a liberalização financeira e cambial, a mudança nos padrões de concorrência, e a alteração das regras institucionais do comércio e do investimento. Esse arranjo ainda é pertinente? Esses movimentos também contribuíram para a crise norte-americana?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – Levando em consideração os desequilíbrios globais que afetaram particularmente a economia americana e suas relações com a China, torna-se imprescindível discutir como se dará a reforma do sistema monetário e financeiro. Obviamente, um dos pontos que devem ser discutidos é a natureza da moeda internacional, que hoje é dólar. Keynes,<sup>23</sup> em 1944, dizia que, se a função de moeda internacional continuasse sendo exercida por uma moeda nacional, isso levaria a desequilíbrios cumulativos e difíceis de serem resolvidos. Enquanto os Estados Unidos foram superavitários, não houve nenhum problema com o dólar. Mas, quando eles passaram a ser deficitários, sobretudo, depois de 1971, nos primeiros déficits da balança comercial americana, o seu governo fez a desvinculação do dólar em rela-

ção ao ouro, que passou a ser unilateral. Isso funcionou razoavelmente bem para os Estados Unidos, que conseguiram expandir seu endividamento externo sem grandes riscos, ao contrário de qualquer outro país.

Esse sistema já está começando a afetar o padrão de vida dos americanos, porque o déficit e a importação de produtos chineses estão deslocando emprego de melhor qualidade, jogando uma boa parte da população americana nos escalões mais baixos da distribuição de renda. Assim, esses desequilíbrios não são apenas econômicos, mas são também sociais, ou seja, afetam diretamente a vida das pessoas. Se a recessão for muito forte e a situação da classe média piorar, há um risco muito grande de ter uma escalada protecionista.

Esse arranjo, que eu mencionei no artigo publicado na *Supremacia dos Mercados*,<sup>24</sup> está seriamente ameaçado. É muito difícil dizer qual será o encaminhamento disso, porque essa questão depende muito da política. Talvez a política externa e interna americana venham afetar muito esse arranjo.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia o final do governo Bush? Algum dos candidatos à presidência norte-americana tem condições de transformar o cenário da principal economia do mundo?**

**Luiz Gonzaga Belluzzo** – O governo Bush termina de uma forma melancólica, com uma rejeição enorme por conta, sobretudo, dos fracassos da sua política externa. Aumentou muito a hostilidade em relação aos Estados Unidos. Ele termina seu governo com um espaço e uma capacidade de intervenção menor, tanto que houve um recuo em relação ao Irã e à Coreia do Norte.

<sup>23</sup> **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 2 de maio de 2005, outra entrevista na 144ª edição, de 6 de junho de 2005, dois artigos na 145ª edição, de 13 de junho de 2005, e um artigo na edição nº 37 dos **Cadernos IHU Ideias**, de 2005, intitulado *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho. Sobre Keynes e a crise econômica, confira a edição nº 276, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, de 06-10-2008. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>24</sup> O entrevistado refere-se ao livro *Supremacia dos mercados. E a política econômica do governo Lula* (São Paulo: Unesp, 2006), organizado pelo economista Ricardo Carneiro. (Nota da **IHU On-Line**)

A política externa americana, desse modo, precisa ser recomposta. Houve fracasso também nas relações com a América Latina. O Brasil de fato se sobressaiu, porque foi capaz de fazer essa mediação entre americanos, Chávez e Morales.

Eu não tenho nenhuma certeza se Barack Obama<sup>25</sup> ou Hillary Clinton<sup>26</sup> podem realizar uma mudança expressiva e clara na orientação da crise. Não há dúvida que nós estamos às vésperas de uma mudança, e que ninguém irá repetir as gafes do Bush.

Em relação à economia, eu vejo muitas reticências no que Obama fará, porque ele apresenta um traço ideológico e doutrinário. Eu diria que,

desse ponto de vista, Hillary me parece mais sólida. O Obama está tentando agradar as várias tendências da sociedade americana e por isso mesmo fica preso a certas opiniões bastante genéricas. De qualquer maneira, dentro da sociedade americana se faz uma corrente muito forte. Há muito tempo, eu não ouço falar tanto no New Deal,<sup>27</sup> no Roosevelt,<sup>28</sup> na conquista dos anos 1930 e 1940. Então, a sociedade se move, mas não necessariamente na mesma direção na política externa ou interna. Então, não podemos traçar um quadro do que será a nova administração dos Estados Unidos.

<sup>25</sup> **Barack Hussein Obama II** (1961): advogado e político estadunidense. É o quadragésimo quarto presidente dos Estados Unidos, desde 21 de janeiro de 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>26</sup> **Hillary Clinton** (1947): política estadunidense. Atualmente, senadora democrata pelo Estado de Nova York, a esposa do ex-presidente americano Bill Clinton está concorrendo às eleições nos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>27</sup> **New Deal**: nome dado às reformas executadas por Roosevelt nos EUA, a partir de 1933, que consagrava certa intervenção do Estado nos domínios econômico e social. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>28</sup> **Franklin Delano Roosevelt** (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), o único a ser eleito mais de duas vezes presidente. É considerada uma das figuras centrais da história do século XX. Foi um dos presidentes mais populares da história americana, tendo emergido a nação da grande depressão de 1930. (Nota da **IHU On-Line**)

## A crise atual não pode ser atribuída ao capitalismo e às ideias econômicas liberais

*Entrevista com Roberto Camps Moraes*

A ideia de que a crise financeira atual é produto da aplicação de princípios liberais é completamente errada, defende o professor Roberto Camps Moraes. Moraes é graduado em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais, mestre em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Economia, pela Vanderbilt University, dos Estados Unidos. Atualmente, ele é professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É autor dos **Cadernos IHU Ideias** números 101 e 104, intitulados **As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária (Parte 1 e As Principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária – Parte 2)**.

Na opinião do professor Roberto Camps Moraes, em entrevista concedida a Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008, a crise atual não pode ser atribuída ao capitalismo e às ideias econômicas liberais. “Esta ideia é com-

pletamente falsa”, afirma ele. Em sua argumentação, ele explica que “a teoria moderna da política monetária, aquela em que se baseiam os grandes bancos centrais do mundo, e que nada tem que ver com as falhas regulatórias que foram responsáveis pela crise atual deve uma grande parte a alguns princípios básicos que foram defendidos por Milton Friedman nas décadas de 1950 a 1970 do século passado”.

**IHU On-Line – Em que sentido a crise financeira mundial nos convida a revisitar os autores clássicos da economia? Que autor melhor contribuiu para a compreensão do momento econômico atual, a partir da crise nos EUA?**

**Roberto Camps Moraes** – Na minha área – a Macroeconomia e a Teoria Monetária –, a crise nos leva a quase todos os clássicos, tais como David Hume,<sup>29</sup> Adam Smith,<sup>30</sup> Ricardo,<sup>31</sup> Wil-

<sup>29</sup> **David Hume** (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o *Tratado da natureza humana*. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>30</sup> **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A riqueza das nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento, a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência “A atualidade do pensamento de Adam Smith”. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição nº 35 do **Cadernos IHU Ideias**, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download no sítio do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>31</sup> **David Ricardo** (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela



liam Bagehot, J. S. Mill,<sup>32</sup> Karl Marx, Knut Wicksell,<sup>33</sup> Alfred Marshall,<sup>34</sup> A. Pigou<sup>35</sup> e Irving Fisher.<sup>36</sup> Mas, sem dúvida, aqueles autores do século XX que estão mais próximos e que nos são mais familiares pelas suas obras posteriores à Grande Depressão – a mãe de todas as crises e geradora da teoria keynesiana – e que a interpretaram são John Maynard Keynes e Milton Friedman. Tanto na *Teoria geral* (1936), de Keynes, como na *História monetária dos EUA*, de Friedman e Scharwtz, especialmente no capítulo 7 (“The great contraction”), encontraremos uma discussão que se aplica em parte à análise da atual crise. Mas atual mesmo, e com uma análise com a qual eu concordo em quase 100%, é Nouriel Roubini,<sup>37</sup> professor da NYU, que tem um site muito interessante e informativo na rede (RGE Monitor). Barry Eichengreen<sup>38</sup> (autor do excelente *Globalização do capital* e professor de Berkeley) também tem uma produção que ajuda muito a entender esta crise. Acabo de ver na internet que hoje (02/10) ele publicou uma explicação da crise fundada na falha regulatória, que, sem dúvida foi, a meu ver, um dos fatores básicos.

**IHU On-Line – Como essa crise elucida o contraponto entre Friedman e Keynes? Como Milton Friedman enfrentaria o momento atual? O senhor concorda que as suas teses se desfazem feito um castelo de areia?**

**Roberto Camps Moraes** – Muito pelo contrário. Milton Friedman – assim como os autores que se alinham na história do pensamento econômico em torno de uma tradição que poderia ser chamada de monetarista, começando com Ricardo – sempre defenderam a idéia-chave de que devem existir regras sobre a expansão da moeda e do crédito. Ricardo defendeu o padrão-ouro, que foi uma grande regra de contenção da moeda e do crédito pela camisa de força da moeda lastreada. Friedman defendeu, para o sistema de moeda fiduciária do século XX, uma regra monetária simples de contenção: a regra do X%. Mas, se você ler *O papel da política monetária* (1968), encontrará passagens que antecipam o sistema de metas de inflação, por exemplo, que nada tem a ver com a causação da atual crise. A ideia de que esta crise é produto da aplicação de princípios liberais é

---

sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>32</sup> **John Stuart Mill** (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, foi defensor do utilitarismo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>33</sup> **Johan Gustaf Knut Wicksell** (1851-1926): economista sueco. Usou o conceito “natural” a fim de explicar o equilíbrio de longo prazo da taxa de juros. Em seu trabalho *Interest and Prices*, Wicksell escreveu sua versão da Teoria Quantitativa da Moeda, com uma visão particular a respeito dos efeitos indiretos da oferta da moeda nos preços. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>34</sup> **Alfred Marshall** (1842-1924): considerado um dos economistas mais influentes de sua época. Sua principal obra, *Principles of Political Economy*, de 1890, trouxe as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. O Instituto Humanitas Unisinos, através do evento I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, em 2005, promoveu a palestra “A era industrial e a contribuição de Marshall”, no dia 5 de outubro, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, ministrada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Grandene de Souza, da UFRGS, e no dia 20 de outubro, na Unisinos, pela Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva – UNICAMP/SP. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>35</sup> **Arthur Cecil Pigou** (1877-1959): economista inglês. Aluno e sucessor de Alfred Marshall na cátedra de Economia Política da Universidade de Cambridge (1908-1943), desafiou doutrinas econômicas vigentes e a tradição neoclássica em relação à substituição da ação industrial privada pelo estado. Desenvolveu o conceito da taxa de Pigou, uma medida do estado para influenciar o comportamento de agentes econômicos no mercado, com o objetivo de corrigir externalidades negativas. Além disso, formulou o efeito de Pigou, que explica o aumento da demanda para bens de consumo num período de deflação. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>36</sup> **Irving Fisher** (1867-1947): economista americano. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>37</sup> **Nouriel Roubini** (1958): economista turco. É presidente da Roubini Global Economics, escritório de economia e análise financeira. Também é professor de economia na Universidade de Nova York. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>38</sup> **Barry Eichengreen** (1952): economista americano. É professor de economia e ciências políticas na Universidade da Califórnia. Sua mais recente obra é *The european economy since 1945: co-ordinated capitalism and beyond* (Princeton University, 2007). (Nota da **IHU On-Line**)

completamente errada. Dá para entender a sua origem nos seguintes fatos: (a) os executivos dos bancos de investimento que atuavam fora da supervisão do Fed, e que formavam um sistema bancário paralelo e clandestino que foi responsável pelo alavancamento e riscos excessivos do crédito, costumavam defender a sua liberdade de ação predatória, usando argumentos ditos liberais de autorregulação; e (b) Hayek defendeu em uma obra – e alguns anarco-capitalistas defendem – a ideia de *free banking*, que poderia ser traduzida como a “privatização” da moeda pela abolição do monopólio do Banco Central.

### **Predadores do crédito e da moeda**

Estes dois fatos não transformam o Goldman Sachs<sup>39</sup> em agente de ideias liberais; pelo contrário, estes indivíduos que usaram argumentos liberais e que vão pedir socorro para o governo socializar as maciças perdas impostas à sociedade pela sua conduta não controlada são animais que jamais existiriam em um ambiente regulatório que preserva os direitos de propriedade e a portabilidade intertemporal da riqueza, que é uma das funções mais importantes do sistema financeiro. Ao permitirem a assunção de riscos excessivos, estes predadores terminam destruindo riqueza e bens públicos como o crédito e a moeda. Hayek defendeu a “privatização” da moeda, mas Friedman não. Isto não transforma Friedman em não-liberal. Friedman entendia perfeitamente que a moeda e o crédito são bens públicos que necessitam de supervisão e regras de contenção e que se estas não existirem estes bens rapidamente serão destruídos. A existência de bancos centrais e da regulação prudencial dos bancos, assim como o seguro dos depósitos bancários, é prática que emergiu da evolução dos mercados; quando alguns injetam ideologia na discussão destas questões estão

querendo ser “vivos”, ao atrair apoios automáticos baseados na ignorância dos aspectos técnicos.

### **IHU On-Line – Como os valores da escola de economia pregados na Universidade de Chicago por Friedman se relacionavam com liberdade e democracia? Qual a atualidade desses conceitos no cenário atual?**

**Roberto Camps Moraes** – A escola de Chicago abriga muitos programas de pesquisa em várias áreas. Cada um dos onze economistas que receberam o Nobel de economia e que trabalham ou trabalharam lá é responsável pela criação de um programa de pesquisa. O pessoal de Chicago gosta de pensar que um princípio básico que os une é a liberdade. E aqui eu gostaria de fazer uma distinção que poucos fazem: a liberdade é uma ideia que não se confunde com a democracia, que é outra ideia. Você pode ter liberdade sem democracia e democracia sem liberdade. Na prática, no entanto, e na nossa época, não se pode conceber uma democracia sem liberdade. O que isto tem a ver com a Escola de Chicago? Creio que nada.

### **IHU On-Line – Como fica, nesse momento, a legitimidade do capitalismo e das ideias econômicas liberais? Podemos prever uma transformação?**

**Roberto Camps Moraes** – Se eu bem entendi a pergunta, ela parte da ideia de que a crise atual pode ser atribuída ao capitalismo e às ideias econômicas liberais. Como já dito anteriormente, esta ideia é completamente falsa. Mas, certamente, assim como ocorreu depois da Grande Depressão, os coletivistas se aproveitarão, agora, do discurso oportunista dos banqueiros de investimento e da ideia, a meu ver louca, de Hayek, para fazerem esta ligação.

### **IHU On-Line – Qual a importância da teoria monetária de Friedman para a concepção**

<sup>39</sup> **Goldman Sachs:** um dos maiores bancos de investimento do mundo. Fundado em 1869 por Marcus Goldman, a companhia está sediada atualmente em Nova York e mantém escritórios em muitos outros principais centros financeiros através do mundo. Goldman Sachs oferece consultivos de fusões e aquisições, serviços de subscrição financeiro, e outros produtos financeiros aos seus clientes. É também um revendedor primário no mercado de valores mobiliários do tesouro americano. (Nota da **IHU On-Line**)

**da economia vigente atualmente? Quais as principais revoluções provocadas por ela?**

**Roberto Camps Moraes** – A regra particular sugerida por ele em 1968 – segundo a qual uma meta de expansão monetária de X%, sendo X uma constante, seria o melhor mecanismo de estabilização da economia – foi enterrada em 1982, por ocasião do fim do que ficou conhecido na história da política monetária americana como o “grande experimento monetarista”. Mas, em um sentido mais amplo, a teoria moderna da política monetária, aquela em que se baseiam os grandes bancos centrais do mundo, e que nada tem que ver com as falhas regulatórias que foram responsáveis pela crise atual, deve uma grande parte a alguns princípios básicos que foram defendidos por Milton Friedman nas décadas de 1950 a 1970 do século passado. Entre estes princípios, no campo monetário, estão (1) a superioridade de regras quando comparadas à discricionariedade pura; (2) a prudência nas doses, devido ao desconhecimento dos *leads e lags* de seus efeitos; e (3) o estabelecimento de um método para o cálculo do imposto inflacionário. No campo fiscal, a demonstração de que os sucessivos déficits fiscais conduzem a uma redução da taxa de crescimento da economia no longo prazo e que, portanto, uma restrição orçamentária do governo teria de entrar no modelo macroeconômico. Isto tudo foi defendido em meio a um período em que a hegemonia da ortodoxia keynesiana dispensava preocupações com o longo prazo, baseada no acaciano (porém perigoso) dito “no longo prazo estaremos todos mortos”.

**IHU On-Line – Que paralelos podemos traçar entre a crise de 29 e a crise atual?**

**Roberto Camps Moraes** – Muitos. Esperemos que esta não seja tão devastadora como aquela. Mas tudo indica que ela provocará uma recessão americana bem mais funda e bem mais longa do que as últimas (2001 e 1991). Em 1929, como Milton Friedman mostrou em seu livro, a crise financeira – corridas aos bancos e queda da bolsa – pegou as autoridades monetárias em meio a uma instabilidade organizacional, sem definição de um

novo organograma, e em meio a uma transição geracional e de poder do pessoal dirigente. Também não havia uma liderança do tipo de Benjamin Strong,<sup>40</sup> que havia presidido por anos o Fed de Nova Iorque e conhecia muito bem o funcionamento dos mercados, incluindo os europeus. A sua morte deixou as autoridades monetárias americanas em um estado de divisão e discussão permanente, o que conduziu a uma total inércia de política. O agregado monetário M1 caiu, em termos reais, em torno de 33%, junto à falência de milhares de bancos. Naquela época, não havia o seguro de depósito que hoje existe; então os depositantes perdiam tudo. As autoridades monetárias, ao permitirem passivamente a contração geral da moeda e do crédito, deixaram que a cadeia de pagamentos no lado real da economia fosse interrompida, contaminando as empresas não-financeiras e levando-as à falência. O auge da crise econômica ocorreu em 1933, quando 25% da força de trabalho estava desempregada. E naquela época não havia seguro-desemprego. O nível de atividade da economia americana só recuperou o nível de 1929 dez anos depois.

Se bem que as trapalhadas regulatórias e institucionais atuais lembram muito as narradas por Milton Friedman – inclusive os argumentos nas discussões –, hoje há uma compreensão generalizada dos envolvidos nas decisões sobre a necessidade de dar uma solução à crise de confiança e restaurar a circulação sanguínea à economia. Como consequência da queda geral na renda e no emprego, houve várias rodadas de desvalorizações das moedas, buscando empurrar o desemprego para os seus vizinhos e/ou parceiros comerciais. Além disso, foram estabelecidas tarifas de importação na casa dos três dígitos. Tudo isso contraiu os fluxos de comércio internacional, magnificando ainda mais as quedas no emprego e na renda. Embora a crise atual não deva chegar perto da catástrofe que foi a anterior, se já se faziam difíceis passos adicionais na direção da integração econômica internacional – como um acordo na Rodada de Doha –, provavelmente o cenário ficará mais pesado ainda.

<sup>40</sup> **Benjamin Strong Jr.** (1872-1928): economista americano. (Nota da **IHU On-Line**)

## **“O dinheiro não se administra a si mesmo”.**

### **Lições da política econômica keynesiana**

*Entrevista com Luiz Antônio de Oliveira Lima*

Luiz Antônio de Oliveira Lima tem graduação em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Economia, pela Michigan State University *Máster of Arts in Economics*, e doutorado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde desenvolveu a tese **O conceito de economia monetária – A visão de Keynes**. Autor de **Estudo sobre a economia do capitalismo – Uma visão keynesiana** (São Paulo: Editora Bial, 1991), Luiz Antônio participou do projeto de pesquisa “Um modelo estatístico de simulação para a economia brasileira – Uma visão pós-keynesiana”. Atualmente, é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Se o Estado pode investir bilhões de dólares para salvar grandes instituições “que assumiram riscos insensatos, por que não pode intervir para salvar milhões de americanos do risco eminente de perder suas moradias pela execução de hipotecas?”, questiona o economista Luiz Antônio de Oliveira Lima, em entrevista concedida a Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 276, de 6 de outubro de 2008. Na opinião dele, “Resuscitar os ensinamentos keynesianos é, neste momento, a melhor alternativa para tentar conter a avalanche que se estende sob a economia mundial”. Por isso, ele propõe a retomada do modelo econômico proposto por John Maynard Keynes, um dos mais influentes economistas do século XX, como uma “forma de se neutralizar o efeito da crise financeira sobre a economia real”. Segundo ele, Keynes já antecipou que “mercados financeiros não regulados seriam dominados por forças

especulativas que poderiam, eventualmente, transformar a economia capitalista num verdadeiro cassino”. Para reverter esse quadro, embasado nas teorias do articulista do *Financial Times*, Martin Wolf, Lima sugere três procedimentos: “a queda e a estabilização dos preços inflacionados para valores sustentáveis; a desalavancagem do setor privado americano que é extremamente alta para os níveis atuais; e o reconhecimento dos prejuízos resultantes para o setor financeiro”.

**IHU On-Line – Qual a contribuição de Keynes para o debate econômico atual, especialmente, sobre a crise financeira internacional? Pode-se aceitar que houve uma retomada do pensamento de Keynes?**

**Luiz Antônio de Oliveira Lima** – Comentaristas das principais revistas e jornais econômicos têm procurado retomar a análise keynesiana da economia capitalista como a forma mais adequada de se entender a atual crise da economia americana. Pode-se dizer que há claramente uma retomada das sugestões da política econômica propostas por Keynes. Assim, verificamos que muitos economistas conservadores têm sugerido a utilização de uma série de instrumentos de natureza fiscal (redução da tributação, transferência de recursos para as famílias, elevação dos gastos públicos) como uma forma de se neutralizar o efeito da crise financeira sobre a economia real.

Assim, para Martin Feldstein, atual presidente do National Bureau of Economic Research (NBER), ligado à Casa Branca, além de um corte de juros, serão necessários estímulos fiscais. Para

Dominique Strauss-Kahn,<sup>41</sup> atual presidente do FMI, simples políticas monetárias serão insuficientes numa situação em que bancos com grandes perdas de capital precisam consolidar seus balanços, reduzindo as possibilidades de financiamento para a produção. Daí a necessidade de instrumentos fiscais para se elevar a demanda agregada. O mesmo é sugerido por Lawrence Summers,<sup>42</sup> ex-reitor e atual professor da Universidade de Harvard. Desse modo, se interpretarmos Keynes como um simples fiscalista, não há dúvidas que em termos de utilização de instrumentos de políticas econômicas, há uma retomada de seu pensamento.

Entretanto, a contribuição keynesiana mais importante não foi a de mostrar a importância da política fiscal anticíclica, mas sim a de apontar que mercados financeiros não regulados seriam dominados por forças especulativas que poderiam, eventualmente, transformar a economia capitalista em um verdadeiro cassino. Se considerarmos as transformações no sistema financeiro americano nas últimas três décadas, veremos que o “problema de Keynes” tornou-se cada vez mais virulento conforme a desregulamentação avançou, trazendo com ela uma série de inovações financeiras. Isso aconteceu a partir do fim dos anos 1970, com a introdução de novos depósitos e novas aplicações sensíveis a taxa de juros, que permitiram manter a rentabilidade de instituições de poupança e empréstimos, que, por sua vez, perderam aplicações em função do aumento da rentabilidade de aplicações em títulos públicos. Tais instituições encontravam-se em estado quase falimentar. Essas alterações introduziram novos desafios especulativos na economia ao permitir o surgimento de títulos mobiliários apoiados no financiamento hipotecário, bem como o aparecimento de hipotecas ajustáveis sem a necessidade de reserva para

seus emissores, uma vez que os depósitos continuavam garantidos pelo governo federal.

Ora, se considerarmos esse aspecto da obra de Keynes, isto é, a tendência para a crise numa economia na qual se permite o surgimento contínuo desses ativos, não houve uma retomada do pensamento de Keynes, pois ele nunca deixou de existir através da obra de seus discípulos John Kenneth Galbraith,<sup>43</sup> Hyman Minsky, Charles Kindleberger<sup>44</sup> e Paul Davidson.<sup>45</sup>

***IHU On-Line – Em que sentido a visão de Keynes no capitalismo como uma economia fundamentalmente monetária e não simplesmente monetizada foi importante para a compreensão das crises capitalistas?***

**Luiz Antônio de Oliveira Lima** – Para explicar os fundamentos de sua visão econômica, Keynes elaborou o que chamou de uma teoria monetária da produção. Para ele, o capitalismo é por excelência uma economia monetária e não uma simples economia monetizada, na qual a moeda é um simples meio de troca; como supõe toda a teoria neoclássica. Daí a preocupação de Keynes com a existência de uma demanda efetiva, isto é, de uma procura monetária pelo total da produção, capaz de fazer retornar aos capitalistas uma quantia de dinheiro em condições de cobrir seus custos e fornecer-lhes o lucro desejado. Daí também a discordância de Keynes com a teoria econômica convencional que, ao eliminar a partir de seus pressupostos a função do dinheiro enquanto reserva de valor, eliminava a possibilidade de se entender as crises capitalistas e de se sugerir medidas adequadas para superá-las. O problema da formação da demanda efetiva está presente como peça fundamental na concepção de uma economia monetária.

<sup>41</sup> **Domenique Strauss-Kahn**: político francês, atual presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>42</sup> **Lawrence H. Summers** (1954): economista norte-americano. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>43</sup> **John Kenneth Galbraith** (1908): economista norte-americano. Em seus livros *A sociedade da opulência* (1958), *O novo estado industrial* (1967) e *A ciência econômica e o interesse geral* (1974), faz um requisitório contra a sociedade de consumo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>44</sup> **Charles P. Kindleberger** (1910-2003): historiador econômico americano. O seu livro, de 1978, *Manias, panics, and crashes*, sobre bolhas especulativas em mercados de ações, foi republicado em 2000 após a bolha da internet. Ficou famoso com a Teoria da estabilidade hegemônica. Ficou também conhecido por ter dado seguimento a uma teoria administrativa, a Teoria da Contingência. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>45</sup> **Paul Davidson** (1930): macroeconomista norte-americano. (Nota da **IHU On-Line**)

Ora, a decisão do empresário de investir, isto é, de despendar os recursos correspondentes ao custo do capital empregado, envolve uma grande dose de incertezas, pois o caráter dessa decisão é o de produzir resultados em uma data futura que, em geral, é distante no tempo. Ora, Keynes chama a atenção para o fato de que o cálculo das receitas futuras está sujeito a um grande grau de incertezas, as quais não podem ser eliminadas pela aplicação de métodos estatísticos de previsão, ou seja, não há um cálculo de risco para o que vai acontecer no futuro.

Assim, em condição de grande incerteza, o cálculo da rentabilidade econômica fica muito difícil, de tal forma que os empresários e os principais agentes financeiros podem se recusar a fazer novos investimentos ou empréstimos como está acontecendo nos EUA, preferindo manter seus recursos monetários sob forma líquida, como reserva de valor. Esta possibilidade permite que se desviem recursos do ciclo produtivo ao preferir a liquidez, levando com isso a uma redução da demanda monetária pela produção e, em consequência, à crise econômica. Este fato, a preferência pela liquidez, pode ser uma hipótese adequada para explicar por que, apesar de a economia americana estar abalada, a sua moeda não está. A aplicação financeira ainda mais segura é a compra de títulos públicos nos EUA, apesar de sua baixa rentabilidade. Isso explica por que pode haver uma grande demanda de dólares mantendo ou elevando seu valor. Na hora do pânico, isto serve como refúgio, porque ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com a economia americana e global.

**IHU On-Line – Qual a contribuição de Keynes para o debate macroeconômico atual, especialmente em relação às expectativas de uma grande recessão ou depressão?**

**Luiz Antônio de Oliveira Lima** – Seria difícil dizer de maneira precisa o que Keynes estaria pensando sobre a crise atual, com exceção do fato de que mercados financeiros não regulados têm a tendência natural de se encaminharem para uma especulação intensa. De outro lado, pode-se utili-

zar o pensamento de seus discípulos que procuraram estender sua teoria para entender as condições de um sistema financeiro altamente complexo, tal como o fez Hyman Minsky. Assim, em artigo publicado recentemente, o excelente articulista do *Financial Times* Martin Wolf<sup>46</sup> observou que, caso se queira saber o que deu errado, pode se recorrer “à obra-prima de Minsky”. Segundo Minsky, um longo período de crescimento rápido, baixa inflação, baixas taxas de juros e estabilidade macroeconômica geraram complacência e aumentaram a disposição de se assumir riscos. A estabilidade leva a instabilidade. A securitização inovadora e o financiamento fora dos balanços se constituíram em uma grande parte da história. A fé indevida em mercados não regulamentados se revelou uma armadilha.

**IHU On-Line – Pode-se dizer que o pior já passou? Quais as condições para que isso aconteça e que lições se podem tirar dela?**

**Luiz Antônio de Oliveira Lima** – Martin Wolff apresenta três procedimentos para que haja uma reversão da crise: a queda e a estabilização dos preços inflacionados para valores sustentáveis; a desalavancagem do setor privado americano que é extremamente alta para os níveis atuais, cerca de 30 unidades de capital de terceiro para uma unidade de capital próprio; e o reconhecimento dos prejuízos resultantes para o setor financeiro. Atingidos tais resultados, permanecem os problemas de se evitar o colapso da demanda monetária do setor privado.

Sem dúvida, algum ensinamento deve recorrer desse processo, e, pelo menos por algum tempo, as lições de Keynes serão levadas a sério. Porém, infelizmente, como aconteceu depois da depressão dos anos 1930, se as coisas voltarem ao normal, não faltarão economistas que voltem a pregar as delícias dos mercados livres não regulamentados. Porém, uma constatação merece ser feita: os fatos atuais podem provocar movimentos sociais capazes de cobrar uma maior ação do Estado na economia; se o Estado pode gastar, intervir gastando bilhões de dólares para salvar

<sup>46</sup> **Martin Wolf** (1946): jornalista britânico, editor chefe e comentarista econômico do *Financial Times*. (Nota da **IHU On-Line**)

grandes corporações que assumiram riscos insensatos, por que não pode intervir para salvar milhões de americanos do risco eminente de perder suas moradias pela execução de hipotecas? Se o governo pode intervir em tempos de crise financeira, ficará cada vez mais difícil alegar a impossibilidade de intervir em benefício de mais saúde, educação e igualdade para os grupos sociais mais po-

bres. Porém, nada acontecerá sem uma pressão pública muito forte sobre os políticos, ou seja, sem a volta das pessoas às ruas e ao tipo de ação direta que levou ao New Deal<sup>47</sup> americano dos anos 1930. De um modo mais geral, sempre devemos ter em mente o ditado de Keynes: “O dinheiro não se administra a si mesmo e muito menos o crédito é capaz de fazê-lo”.

---

<sup>47</sup> **New Deal**: traduzido em português significa “novo pacto” ou “novo acordo”. New Deal foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre os anos 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

## A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada

*Entrevista com Alvaro Bianchi*

Alvaro Bianchi é doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Também é diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e secretário de redação da revista Outubro.

Para o professor Alvaro Bianchi, da Unicamp, o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em **O capital**, de Marx, é que deixem de ser capitalistas e liberais. “A obra de Marx, e principalmente **O capital**, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises”, afirma Bianchi. Na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008, ele lembra que “Marx nunca achou que o capitalismo encontraria calma e pacificamente seu fim dando lugar a uma forma de sociabilidade que conseguisse expurgar as crises. Mas as recorrentes crises do capitalismo revelam as tendências autodestrutivas do próprio capitalismo. A escala dessa autodestruição não pode ser subestimada”. E acrescenta: “O retorno de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo nas zonas agrícolas extrativistas, ou formas

degradadas de salário, com a remuneração por peça na moderna indústria, o aquecimento global e a invasão do Iraque são algumas manifestações dessa autodestruição”.

**IHU On-Line – O que Marx entendia por “economia política vulgar”? Como ela contribui para chegarmos à crise atual?**

**Alvaro Bianchi** – Marx tinha em grande conta a economia política clássica e considerava a obra de David Ricardo<sup>48</sup> o ápice da ciência econômica de sua época. Mas, na medida em que o conflito social tornou-se mais intenso, a ciência econômica deixou de ter como objetivo a investigação das contradições sociais e transformou-se em uma apologética. Marx chamava essa ciência econômica pós-ricardiana de “economia vulgar”. A principal característica da economia vulgar é que ela insiste em fixar-se nas formas de manifestação da mais-valia e da produção capitalista, ao invés de analisar a verdadeira natureza destas. Desse modo, se, no capital produtor de juros, que é a forma do capital financeiro, este aparece (e destaco a palavra aparece) como fonte independente de valor, os economistas vulgares tomavam essa aparência como sua essência. Este erro, que já havia sido denunciado por Marx em seus escritos do começo dos anos 1860, pode ajudar a explicar a crise atual.

---

<sup>48</sup> **David Ricardo** (1772-823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. (Nota da **IHU On-Line**)



**IHU On-Line – Quais as principais transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira?**

**Alvaro Bianchi** – Nos últimos vinte anos, tiveram lugar profundas transformações na estrutura de classes de nossa sociedade. Tais mudanças não atingiram apenas os trabalhadores como também a composição da burguesia. Começamos por esta última. Nas décadas de 1980 e 1990, teve lugar uma recomposição profunda da economia nacional que reconfigurou a burguesia. A indústria nacional, que ganhou força nas décadas anteriores, foi fortemente internacionalizada. Fusões e aquisições tiveram lugar, e indústrias que simbolizavam o período anterior – por exemplo, Metal Leve, Cofap e Cobrasma – simplesmente deixaram de existir, dando lugar a empresas multinacionais em alguns casos. Ao mesmo tempo, os setores da indústria mais fortemente vinculados ao mercado internacional ganharam espaço. Houve, também, uma enorme expansão do setor financeiro e um importante crescimento da agricultura e da pecuária vinculadas à exportação. Tudo isso mudou profundamente a cara da burguesia brasileira. Se antes era difícil falar de uma burguesia nacional, agora é uma completa impropriedade. Do lado da classe trabalhadora, ocorreu uma intensa desregulamentação e precarização do mercado de força de trabalho com processos de terceirização, externalização, deslocalização, fragmentação, trabalho temporário ou eventual. A relação salarial “canônica”, isto é, portadora de direitos sociais, tornou-se uma exceção à regra da “contratualização”, ou seja, da multiplicação das formas contratuais. A força de trabalho em alguns setores da indústria, como a metalúrgica, diminuiu. Na verdade, durante o governo FHC, a indústria brasileira perdeu mais de dois milhões de postos de trabalho. Alguns mais apressados chegaram até mesmo a falar do fim do proletariado. Trata-se, a meu ver, de um grande equívoco. Mas também é errado di-

zer que nada mudou. A classe trabalhadora assumiu novas formas e cresceu numericamente em setores como o de serviços.

**IHU On-Line – Em que sentido Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?**

**Alvaro Bianchi** – Em 2005, Colin Graham, da Merrill Lynch Investment Management, aconselhou investidores que ouviam sua palestra a terem cautela com os *hedge funds*<sup>49</sup> e contou que, quando havia começado a trabalhar na empresa, durante a crise nas bolsas de outubro de 1997, seu chefe saiu correndo e comprou *O capital*, de Marx, para compreender o que ocorreria quando o capitalismo ruísse. A obra de Marx, e principalmente *O capital*, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises. Uma compreensão apurada dessas contradições permitiria um conhecimento mais aprofundado do desenvolvimento capitalista. Mas a esse respeito é necessário um esclarecimento. Marx nunca achou que o capitalismo encontraria calma e pacificamente seu fim dando lugar a uma forma de sociabilidade que conseguisse expurgar as crises. Mas as recorrentes crises do capitalismo revelam as tendências autodestrutivas do próprio capitalismo. A escala dessa autodestruição não pode ser subestimada. O retorno de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo nas zonas agrícolas extrativistas, ou formas degradadas de salário, com a remuneração por peça na moderna indústria, o aquecimento global e a invasão do Iraque são algumas manifestações dessa autodestruição.

**IHU On-Line – Por que hoje muitos retomam Marx como o centro das atenções no debate sobre a crise financeira internacional?**

<sup>49</sup> Os *hedge funds*, também conhecidos como Fundos de Investimento Financeiro, foram criados para propiciar uma redução do risco inerente às aplicações no mercado financeiro. Esses fundos representam uma mobilidade de investimento que reúne recursos de pessoas físicas e jurídicas através de cotas, onde todos possuem o objetivo de realizar um investimento em comum. Os recursos obtidos através desse fundo são administrados por uma instituição financeira, e destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários, em cotas de outros fundos ou em títulos disponíveis no mercado financeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

**Alvaro Bianchi** – É como o romance de García Márquez:<sup>50</sup> a crise financeira é a crônica de uma morte anunciada. Como disse, a obra de Marx é uma investigação sobre as contradições e os limites do capitalismo. Com base nessa obra, os marxistas insistiram muito, nas últimas décadas, que a liberalização e desregulamentação das finanças, do comércio e da força de trabalho tinham por objetivo superar os entraves à acumulação do capital que tinham levado ao esgotamento o modelo econômico do pós-guerra, assentado nos acordos de Breton Woods. Acontece que, enquanto as contradições iminentes ao sistema não forem superadas, os limites ao desenvolvimento da economia capitalista também não o serão definitivamente. Eles reaparecem logo à frente ainda maiores, mais perigosos e mais difíceis de transpor. Tomemos o caso que está sendo discutido agora. A partir do final dos anos 1960, começou a ficar claro que o capitalismo enfrentava uma grave crise de superprodução. Um dos meios de superar essa crise foi incentivar fortemente o consumo mediante uma expansão do capital fictício (ações, títulos da dívida, derivativos etc.) e do crédito. Isso permitiu contornar os obstáculos à acumulação, mas, como estamos vendo agora, os novos obstáculos se revelaram ainda maiores. Aparentemente, o capital financeiro havia se tornado independente do processo de produção de novos valores. Para Marx, assim como para David Ricardo, era mais fácil encontrar no trabalho o fundamento do valor. Hoje a expansão dos mercados financeiros torna mais difícil encontrar essa essência por detrás da aparência e a crise contemporânea assume também a forma de uma crise da medida do valor. Os mercados são incapazes de dizer quanto os ativos realmente valem. Mas essa aparência só enganava os economistas vulgares, ou seja, aqueles que queriam ser enganados. Certamente essa aparência não enganou os leitores mais atentos de *O capital*.

**IHU On-Line – Qual o valor que os capitalistas e liberais veem nas teorias de Marx? Como entender esse paradoxo?**

**Alvaro Bianchi** – Na verdade, a maioria deles nunca leu *O capital*. O juízo que costumam fazer da obra de Marx costuma ser desinformado ou baseado em lugares comuns. Veja-se o tal economista relatado por Colin Graham. Marx nunca disse que o capitalismo ruiria sozinho devido a suas crises econômicas. Se ele esperava encontrar isso em *O capital*, e se de fato o leu, deve ter ficado decepcionado. Os mais esclarecidos, é verdade, procuram na obra de Marx uma análise do desenvolvimento capitalista. Mas a teoria que podem encontrar em *O capital* não é uma teoria do desenvolvimento e sim uma teoria das contradições desse desenvolvimento. O paradoxo é que essas contradições não podem ser superadas sem que o próprio capitalismo seja superado. Ou seja, o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em *O capital* é que deixem de ser capitalistas e liberais. Mas não creio que estejam dispostos a aceitá-lo.

**IHU On-Line – Como relacionar o 160º aniversário da publicação do Manifesto comunista com uma crise econômica internacional particularmente dramática, em um período de ultrarrápida globalização do livre mercado?**

**Alvaro Bianchi** – No *Manifesto comunista*, há uma descrição com cores muito vivas do processo de afirmação e expansão do capitalismo em uma escala mundial. Muitos já disseram que Marx previu o fenômeno da globalização econômica, e isso já se tornou um daqueles lugares comuns que os liberais gostam de repetir. Na verdade, nesse texto, está explicitada a tendência à internacionalização da acumulação capitalista que se verificava já em seu próprio nascedouro, com as grandes navegações e o empreendimento colonial nas Américas. O proletariado não tem pátria, segundo o *Manifesto*, porque o capital também não tem. A reprodução ampliada do capital tende a transgredir fronteiras a encontrar novas frentes de expansão, a atingir os mais recônditos lugares. O que o *Manifesto* não disse e não poderia dizer é que essa transgressão seria levada a cabo pelo capital fi-

<sup>50</sup> **Gabriel García Márquez** (1928): escritor colombiano, autor de *Crônica de uma morte anunciada* (26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000). Sobre a obra do autor, confira a **IHU On-Line** n° 221, *Cem anos de solidão. Realidade, fantasia e atualidade*, disponível para *download* no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). (Nota da **IHU On-Line**)

nanceiro. De fato, em outros textos de Marx, é possível encontrar menções à especulação financeira promovida pelos mercados acionários. Mas são poucas passagens. Há, entretanto, um tema sobre o qual devemos prestar atenção. A mundialização do capital afirmada no *Manifesto* é, também, a mundialização de suas crises econômicas e políticas. O ano no qual esse texto foi publicado já deu uma amostra do que estava por vir. A partir de fevereiro de 1848, uma onda de revoluções propagou-se pelo continente europeu com uma velocidade superior a dos meios de comunicação. Essas revoluções foram precedidas pela crise econômica que teve seu ápice em 1847. Embora os comunistas fossem uma pequena força política, o fantasma da revolução andou assombrando muita gente. Hoje o espectro que ronda o mundo é o da crise do capitalismo. Mas ainda é cedo para saber se ele será capaz de acordar seu parceiro, o fantasma da revolução. Tem gente que já não dorme direito pensando nisso.

***IHU On-Line – Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?***

**Alvaro Bianchi** – Em 1999, o ultraliberal Alan Greenspan, o chefe todo-poderoso do Federal Reserve,<sup>51</sup> anunciou em depoimento ao Congresso dos Estados Unidos, que teriam ido “para além da história”, isto é, superado as agruras dos ciclos econômicos e atingido o crescimento perpétuo. Hoje ele é acusado pelo prêmio Nobel da Economia, Paul Krugman,<sup>52</sup> de ser co-responsável pela atual crise. Para evitar justamente a apologética, os marxistas são muito cuidadosos, ou deveriam sê-lo, com as previsões. A única previsão que creio possível é a de que a dinâmica de crises continuará e que os conflitos sociais se tornarão mais intensos. A teoria de Marx não permite (e não deseja) prever mais do que isso.

<sup>51</sup> A Reserva Federal dos Estados Unidos da América (em inglês oficialmente Federal Reserve System, mas conhecida simplesmente como Federal Reserve e informalmente como The Fed) é o banco central dos Estados Unidos da América. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>52</sup> **Paul Krugman** (1953): economista norte-americano e professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, Krugman, neokeynesiano, é considerado um crítico da Nova Economia. Ele acaba de receber o prêmio Nobel de Economia de 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

## A lógica hegemônica do capital fictício

*Entrevista com Marcelo Carcanholo*

Marcelo Carcanholo é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e doutor na mesma área, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, Carcanholo é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e marxismo (NIEP-UFF). De suas obras, citamos **A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo** (São Paulo: Edições Loyola, 1997) e **A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90** (Aparecida: Ideias & Letras, 2005).

Além das especulações econômicas em torno da atual turbulência internacional, economistas de todo o mundo refletem sobre as possíveis mudanças no capitalismo. “O que ocorrerá daqui para frente? O socialismo, rumo a uma sociedade comunista?”, questiona o professor Marcelo Carcanholo, na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008. Com pouca esperança, Carcanholo diz que não existem garantias de mudança. Para ele, uma transformação no modelo econômico capitalista só irá ocorrer “se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível”. Independente de uma interpretação marxista, aponta, “o período neoliberal manifestou sua crise ideológica e política de forma aguda com esta crise financeira atual”. A única alternativa para o capital, nesse momento, é contar com a atuação do Estado. “Isto significa que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem ne-

nhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro”, enfatiza. De qualquer modo, alternativas como essa podem amenizar situações de crise, mas não são eficientes para combatê-las. “Após um bom período de crescimento na acumulação do capital, esse tipo de ideário acaba voltando, com uma ou outra roupagem”, assegura.

**IHU On-Line – Quais são as lições do marxismo para resolver uma situação de crise mundial, como a que se apresenta no sistema financeiro?**

**Marcelo Carcanholo** – Em primeiro lugar, do ponto de vista mais rigoroso, a obra de Marx – em especial, *O capital*, que trata das leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista – não tem como objetivo construir uma instrumentalização político-econômica para resolver os momentos de crise da economia capitalista. Ao contrário, o que se pretende é mostrar como o processo de acumulação de capital, e mais especificamente suas leis (de tendência) gerais, pressupõe as crises econômicas, manifestem-se estas da forma que for. Em outras palavras, as crises não são anomalias do sistema, mas partes integrantes de sua lógica. O processo de acumulação de capital é cíclico, porque, para cada fase de crescimento na acumulação de capital, as contradições aprofundadas nessa fase levam, inexoravelmente, a crises, e estas, por sua vez, produzem consequências que permitirão uma nova fase de acumulação de capital. Dessa forma, nem o capitalismo acabará, por si só, em razão de uma crise econômica – ainda que esta possa explicitar tanto as contradições do sistema que os seres humanos se propo-

nam a transformar esse sistema social – e nem os crescimentos da economia são eternos. Qualquer perspectiva (que se diga) marxista que analise instrumentos de política econômica para minorar os efeitos das crises está, no fundo, propondo uma perspectiva muito mais keynesiana que marxista, pois, para esta última, a política econômica para suavizar os movimentos cíclicos é uma questão menor, se é que se trata de uma questão.

Em segundo lugar, o que o livro III de *O capital* mostra, dentre outras coisas, é que o desenvolvimento do capital fictício (que não pode ser confundido com aquilo que Hilferding,<sup>53</sup> em 1910, chamou de Capital Financeiro) potencializa o caráter dialético da acumulação de capital, e, em momentos de preponderância de sua funcionalidade, acelera o seu crescimento. No entanto, pelas mesmas razões, nos momentos de imposição de sua disfunção, ele potencializa os efeitos da crise, podendo ser até o fator detonador dessa fase. Este é o momento em que vivemos agora.

**IHU On-Line – Em que medida a regulação das instituições financeiras poderá acalmar o mercado financeiro e proporcionar um novo rumo para o capitalismo? Isso é possível?**

**Marcelo Carcanholo** – Regulamentações que desincentivem as tomadas de posições mais especulativas de instituições financeiras podem diminuir a instabilidade do sistema. Mas a lógica que prevaleceu no capitalismo contemporâneo até agora foi justamente a oposta: desregulamentação e flexibilização de mercados. Do ponto de vista do capital fictício, isso representa um terreno construído para expansão de sua lógica meramente de apropriação de valor, sem contribuição direta para a sua produção. Isso levou à crise atual. Quais as suas consequências e o seu tamanho? Isso é algo que só poderá ser tratado com rigor *a posteriori*. É possível uma nova “fase de ouro” para o capitalismo, com regulamentação do

setor financeiro e participação do Estado? Pode até ser, mas não antes que todas as consequências – extremamente malélicas para os seres humanos – se explicitem, e mesmo a retomada da acumulação de capital, dada a conjuntura atual, só será possível com um extremo aprofundamento da exploração do trabalho, a fim de expandir a taxa de mais-valia. O resultado disso para os trabalhadores é o aprofundamento da atual lógica. O que poderia mudar, lá adiante, é a lógica da apropriação dessa mais-valia produzida, com menor participação da lógica fictício-especulativa. Isso é meramente uma possibilidade, mas mesmo aí o capitalismo tenderá a aprofundar a exploração do trabalho.

**IHU On-Line – Quais as principais transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira?**

**Marcelo Carcanholo** – Pelo fato de que o capitalismo neoliberal (contemporâneo) corresponde ao domínio da lógica do capital fictício, meramente apropriador de mais-valia, sem produzi-la diretamente, tende-se a acreditar que isso produziu um fracionamento determinístico na classe burguesa entre capitalistas produtivos e capitalistas “financeiros”. Isto é um equívoco. De fato, esse fracionamento das formas do capital se aprofundou na atualidade, mas trata-se ainda de conteúdo-capital, por mais que se manifeste em outras formas. Isso, do ponto de vista social, nos permite entender como mesmo os capitalistas “produtivos” são também “financeiros”. As principais empresas “produtivas” da sociedade brasileira possuem, hoje em dia, bancos e, portanto, atuam também com uma lógica fictício-especulativa. Além do mais, distintos arranjos econômicos podem unificar frações de classe que, por alguma razão, estivessem efetivamente fracionadas em seus interesses. O melhor exemplo disso foi depois da crise cambial brasileira em 1999, quando a desvalorização do câmbio permitiu atender os interesses

<sup>53</sup> **Rudolf Hilferding** (1877-1941): economista austríaco marxista e médico, foi líder da social-democracia alemã durante a República de Weimar. Proponente da leitura “econômica” de Karl Marx, foi um dos primeiros a seguir a teoria do “capitalismo organizado”. Rebatendo a teoria de Marx acerca da instabilidade e de um eventual colapso do capitalismo, argumentava que a concentração do capital estaria caminhando para a estabilização. Hilferding editou publicações como *Vorwärts*, *Die Freiheit* e *Die Gesellschaft*. Sua obra mais conhecida é *Das Finanzkapital* (O capital financeiro). (Nota da **IHU On-Line**)

da burguesia agrário-exportadora, ao mesmo tempo em que, aliado ao ciclo de alta na liquidez internacional, essas maiores exportações permitiam a entrada de divisas, o que atende os interesses meramente patrimonialistas do capital fictício-especulativo. Essa conjuntura unificou as três frações de classe da burguesia brasileira (agrário-exportadora, “financeira” e “produtiva”). Tudo isso em pleno governo do Partido dos Trabalhadores, o que nos leva a outra questão.

No capitalismo contemporâneo, a lógica do capital fictício é tão hegemônica que até os trabalhadores passam a se comportar como se fossem proprietários de capital. Isso ocorre porque quando os trabalhadores conseguem poupar alguma parcela de seus salários, do ponto de vista individual, aparece a questão: onde aplicar? Entra-se exatamente no terreno do capital fictício, de forma que os trabalhadores se sentem proprietários de um capital. Do ponto de vista das classes sociais, isso aprofunda também o fracionamento de interesses dentro da própria classe trabalhadora, algo já apontado pela reestruturação produtiva neoliberal.

***IHU On-Line – Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?***

**Marcelo Carcanholo** – Sendo consequente com sua perspectiva teórico-metodológica, Marx tratava a História como um processo aberto. Existem leis de tendência em uma sociabilidade que definem o leque de opções para o futuro, mas, dentro desse leque, o rumo efetivo da época social em questão possui uma determinação sociopolítica. Os seres humanos decidirão, coletiva e conflituosamente (diferentes classes sociais), qual será o rumo efetivo. O que ocorrerá daqui para frente? O socialismo, rumo a uma sociedade comunista? Não há nenhuma garantia disso. Só ocorrerá se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível. Uma nova forma de manifestação histórica do capitalismo? Pode ser. Mas, se assim for, continuarão impe-

rando as leis gerais de seu funcionamento. As crises cíclicas dentre elas, mas existe outra mais trágica para o destino da humanidade: a acumulação de capital desenfreada com a utilização de recursos naturais e produtivos que isso requer, sem nenhuma preocupação com a sua renovação e sustentabilidade. O fim disso é facilmente antevisto.

***IHU On-Line – Você considera razoável a previsão de Marx de que o capitalismo seria substituído por um sistema administrado ou planejado socialmente? Há elementos de mercado que poderiam sobreviver em algum sistema pós-capitalista?***

**Marcelo Carcanholo** – Marx não fez nenhuma previsão sobre a inexorabilidade do socialismo/comunismo. Quando ele falou em necessidade de transformação social, queria dizer que, se o ser humano não implementar uma transformação emancipatória na sua sociabilidade, todos os problemas de alienação, subordinação à lógica do capital, exploração etc. continuariam. Portanto, a transformação social era uma necessidade para uma afirmação do ser humano (social) para si; ali começaria, de fato, a sua história. Se essa época social fosse possível e obtida, a condição necessária para que ela se apresentasse (com o nome que seja, socialismo, comunismo...) era a de que as relações entre os seres humanos fossem imediatamente sociais, e não intermediadas, seja por produtos do trabalho (mercadorias transacionadas no mercado) e/ou por uma instância externa que definisse de antemão o que, como, quanto e para quem se produz. Sendo assim, uma sociedade emancipada que viva sob a lógica da sociabilidade mercantil (onde as relações sociais estão subordinadas ao movimento das mercadorias) é uma contradição insuperável. O socialismo, para ser uma fase de transição para o comunismo, não pode aprofundar a lógica mercantil, ainda que pequenos espaços onde se troquem fortuitamente coisas possam existir, mas não como norma de sociabilidade.

***IHU On-Line – Baseados em Marx, podemos afirmar que o neoliberalismo se aproxima do fim?***

**Marcelo Carcanholo** – Independente de uma interpretação marxista, parece que o período

neoliberal manifestou sua crise ideológica e política de forma aguda com esta crise financeira atual. Isso por uma razão muito simples. A única “saída” para o capital é contar com a atuação incisiva e decisiva do Estado na monetização de grande parte dos créditos podres explicitados na crise. Isto significa que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem nenhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro. Em um contexto como esse fica difícil sustentar qualquer aporia (neo)liberal. Entretanto, é preciso lembrar que isso já aconteceu antes. O que a História nos mostra é que, após um bom período de crescimento na acumulação do capital, esse tipo de ideário acaba voltando, com uma ou outra roupagem. Isso se deve ao fato da ideologia (neo)liberal explicitar de forma mais clara a defesa e propaganda da lógica da economia mercantil-capitalista.

***IHU On-Line – Como o senhor avalia a economia brasileira, a partir do sentimento ufanista de crescimento econômico? Quais os riscos do Brasil ser atingido pela turbulência internacional?***

**Marcelo Carcanholo** – Independente de qualquer coloração teórico-ideológica, há consenso, entre os intérpretes, de que a economia brasileira não ficará imune – ao contrário do que pensou inicialmente nosso presidente – aos impactos da crise financeira. Isso, basicamente, por duas razões. Do ponto de vista do ciclo de liquidez internacional, entramos agora na fase de descenso, ou seja, há escassez no mercado de crédito internacional, pois existe uma crescente demanda por financiamento dos ativos podres. A tentativa dos Bancos Centrais no mundo é a de, por vários instrumentos, sancionar/ratificar esse excesso de demanda, mas o que até agora se viu é que essas tentativas não tiveram sucesso. Isso significa que o excesso

de demanda será precificado, isto é, as taxas internacionais de juros subirão, o que reduzirá o fluxo de capitais para a economia brasileira, ao mesmo tempo em que obrigará a elevação das taxas internas de juros. Por outro lado, a recessão mundial freará o crescimento de nossas exportações, reduzindo os preços das *commodities* e a demanda pelos nossos produtos. Os dois efeitos, em conjunto, significam que os problemas estruturais da economia brasileira em suas contas externas voltarão a se explicitar, após uma fase meramente conjuntural (em razão do cenário externo), de relativo alívio. A restrição estrutural ao crescimento em função do estrangulamento externo voltará com toda sua força.

***IHU On-Line – O senhor acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido o senhor vislumbra mudanças?***

**Marcelo Carcanholo** – É possível, mas, mais uma vez, meramente possível. O que está em jogo neste momento é a capacidade da economia norte-americana exercer sua hegemonia através de sua moeda como medida internacional dos valores, como dinheiro mundial. A crise financeira atual, sob a lógica do capital fictício, poderá significar uma brutal desvalorização, em dólar, dos ativos que o compõe. Dependendo do tamanho dessa desvalorização, o dólar pode ser questionado como padrão monetário internacional. Entretanto, se as taxas de juros americanas subirem, refletindo a enorme falta de crédito em seu mercado, os capitais internacionais podem fluir novamente para a economia americana provocando o efeito inverso; uma tendência de valorização do dólar. Quanto mais para um lado, como para outro, dependerá da capacidade que a economia americana tiver de atender a demanda por liquidez e, portanto, dessa demanda não ser precificada em elevação de seus juros e os consequentes impactos cambiais.

## **“A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista”**

---

*Entrevista com Paulo Nakatani*

Paulo Nakatani é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre pela Université de Paris X, doutor pela Université de Picardie e pós-doutor pela Université de Paris XIII. Nakatani é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), membro do conselho editorial da **Revista de Economia Crítica**, e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O pesquisador também é responsável pela organização do livro **Crise ou regulação. Ensaio sobre a teoria da regulação** (Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994).

“Os escritos de Marx nos permitem entender que o desenvolvimento capitalista é o caminho para a destruição da própria humanidade”, assegura o economista Paulo Nakatani. Na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008, Nakatani afirma que a atual crise pode gerar consequências ainda mais negativas, principalmente para o mundo do trabalho. No contexto em que aparentemente há uma redução das desigualdades sociais e da miséria, a precarização do trabalho tende a aumentar com “a elevação da taxa de exploração do trabalho pela maior intensidade do trabalho, a superexploração de trabalhadores da periferia do sistema pela deslocalização das firmas e pelo aumento da extensão da jornada de trabalho”, aponta o pesquisador. Além de estar “em guerra quase permanentemente em algum lugar do planeta, há décadas”, a crise do capitalismo ainda irá “destruir ferozmente uma massa gigantesca de recursos naturais”, afirma.

**IHU On-Line – Por que hoje muitos retomam Marx como o centro das atenções no debate sobre a crise financeira internacional? Em que sentido as teorias marxistas contribuem para compreendermos a crise no sistema financeiro?**

**Paulo Nakatani** – Como nenhuma das correntes da teoria econômica burguesa tem resposta para as crises econômicas ou suas respostas são insuficientes, alguns economistas e cientistas sociais tentam encontrar em Marx respostas para a crise financeira atual. Outros o fazem por oportunismo. O que chamo de teoria econômica burguesa é constituída por todas as correntes derivadas do neoclassicismo e inclusive os keynesianos e pós-keynesianos. Todas elas defendem o capitalismo e não vislumbram nenhuma saída para a crise fora do modo de produção capitalista.

**Clássicos econômicos ainda podem explicar as crises?**

Um dos fundamentos da teoria neoclássica é o equilíbrio. Portanto, não pode haver crise, a não ser por fatores externos. Quer dizer, a “culpa” é sempre dos outros, nunca do capital. São estes economistas, naturalmente junto com políticos no poder, escolas, meios de comunicação etc., que capitanearam as ideias, proposições e políticas econômicas chamadas de neoliberais que nos conduziram à situação atual. Eles estão incrustados em todos os níveis e esferas da economia e do Estado, defendendo essas ideias, sugerindo as atuais medidas de intervenção e agravando ainda mais a crise do capital.



Os keynesianos e pós-keynesianos acreditam, em maior ou menor grau, que o capitalismo pode ser regulado pelas intervenções do Estado. O principal equívoco deles, nesse caso, é que eles consideram que o Estado e o Mercado são instituições distintas e que uma pode intervir ou interferir na outra. Ao contrário das teorias marxistas do Estado, nas quais a sociedade capitalista é uma totalidade contraditória em sua própria natureza.

Em síntese, a busca ou o retorno a Marx é a necessidade que alguns têm de compreender a natureza da crise. Isso porque Marx demonstrou, há mais de um século, que o capitalismo é uma forma de organização da sociedade que traz em si mesma as crises periódicas. Ou seja, a crise faz parte do modo de existência da sociedade e do modo de produção capitalista.

Além disso, Marx é o teórico que estabeleceu os fundamentos que considero mais adequados para a compreensão das crises financeiras, infelizmente no livro III de *O capital*, que poucos marxistas leram com atenção. Nessa parte de *O capital*, ele desvenda todos os mecanismos da esfera financeira e como a expansão dessa esfera produz os fundamentos de uma crise financeira capitalista. Naturalmente, em razão das condições do desenvolvimento do capitalismo no século XIX, há ainda muita coisa a desenvolver a partir dos fundamentos teóricos que Marx apresentou. A categoria teórica fundamental é a do capital fictício, presente nos dias de hoje na gigantesca dívida pública, no enorme crescimento do valor acionário das empresas e no monumental volume de crédito criado pelas instituições financeiras.

### **IHU On-Line – Em que sentido Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?**

**Paulo Nakatani** – Para Marx, o desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento da sua contradição fundamental entre as forças produtivas e das relações de produção. Vivemos hoje uma época em que as forças produtivas desenvolvidas pelo capital permitiriam a supressão da miséria, da fome, das desigualdades etc. Mas as relações capitalistas de produção, ou seja, a apropriação privada da riqueza produzida, impedem a organização de uma forma de sociedade mais equitativa

e igualitária. É exatamente essa contradição, entre produção e apropriação da riqueza que está se manifestando através da crise financeira.

Além disso, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é extremamente predador tanto da força de trabalho quanto da natureza. Os escritos de Marx nos permitem entender que o desenvolvimento capitalista é o caminho para a destruição da própria humanidade. Por exemplo, o padrão de consumo atual, criado pelo capital, é inviável no longo prazo. Ele só é possível nos dias de hoje porque é restrito a apenas 20% da população mundial.

### **IHU On-Line – A crise atual pode alterar o valor trabalho?**

**Paulo Nakatani** – A crise atual não altera em nada a teoria do valor trabalho. A riqueza capitalista continua sendo, e continuará sendo enquanto o modo de produção capitalista for dominante, baseada na exploração do trabalho. O que a crise pode alterar, como ocorreu nas crises anteriores, é a elevação da taxa de exploração do trabalho pela maior intensidade do trabalho, a superexploração de trabalhadores da periferia do sistema pela deslocalização das firmas e pelo aumento da extensão da jornada de trabalho. Junto a isso podemos acrescentar a precarização do trabalho. Por exemplo, antes desse pico de desvalorização do capital fictício nas bolsas, os ministros do trabalho da União Europeia já haviam decidido implementar em seus respectivos países uma jornada de trabalho de até 65 horas semanais. Isso é um indicador de que o que Marx definiu como aumento da taxa de exploração através da mais-valia relativa está encontrando alguns limites e, portanto, é necessário aumentá-la através da forma absoluta de exploração da força de trabalho, um retorno aos séculos XVIII e XIX, com toda a propalada ideologia da economia do conhecimento, das novas tecnologias, das tecnologias de informação e comunicação etc.

### **IHU On-Line – Em que sentido Marx nos ajuda a entender as profundas contradições do mundo atual no que se refere às crises econômicas e mundo do trabalho?**

**Paulo Nakatani** – Para Marx, as crises capitalistas decorrem do excesso de produção, ao contrário das crises pré-capitalistas, quando ocorriam devido às insuficiências na produção. Em última instância, a crise capitalista é o resultado do excesso de produção de capital e de bens de consumo. Assim, mesmo que haja milhões de pessoas morrendo de fome, há superprodução, porque as pessoas não dispõem de renda para comprar. Paralelamente, o excesso de capital acumulado, não encontrando espaços de acumulação na esfera real, onde se produz mercadorias para atender as necessidades humanas, dirige-se à esfera financeira. Essa, parafraseando Marx, aparentemente “cria dinheiro como uma pereira produz peras”. Só que o dinheiro no capitalismo contemporâneo é muito mais complexo do que na época de Marx, mas ele já havia avançado no livro III de *O capital* todos os elementos para sua compreensão. O dinheiro hoje é dinheiro de crédito e como crédito é, em sua essência, capital portador de juros.

Em relação ao chamado “mundo do trabalho”, não é exatamente uma categoria marxista. Pode-se dizer que é uma expressão criada pela corrente pós-moderna para escapar da categoria proletariado, que acabou sendo adotada por muito marxistas e costumamos utilizá-la correntemente. Essa é uma discussão mais complexa, na qual o ponto principal é a perda do proletariado em seu papel de principal protagonista na luta de classes e da revolução.

O que posso dizer, nesse curto espaço, é que o trabalho sempre foi e continua sendo uma categoria fundamental do marxismo e da realidade da exploração capitalista. As mudanças ocorridas na esfera da produção com a introdução de novas máquinas, comandadas por computador, e novas formas de organização do trabalho, não mudaram significativamente as relações entre capital e trabalho e a exploração dos trabalhadores. O que aconteceu é que essas transformações ocorridas na esfera produtiva aumentaram aceleradamente a taxa de exploração da força de trabalho, precarizaram o trabalho produtivo e ampliaram as atividades além do que era realizado pelos operários industriais. Esses foram frequentemente confundi-

dos com o proletariado, ou seja, esta categoria é muito mais ampla do que a do operariado industrial.

### ***IHU On-Line* – A crise financeira internacional já atingiu a economia real? Que transformações podem ocorrer na economia brasileira caso a crise persista?**

**Paulo Nakatani** – A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista. Ela só ocupou o centro das atenções porque está destruindo vorazmente uma massa enorme de capital fictício e levando à falência muitos capitalistas.

A crise do capitalismo já está presente na esfera real há muito tempo. Ela já produziu bilhões de seres humanos que devem viver abaixo da linha da pobreza e da miséria, destruiu ferozmente uma massa gigantesca de recursos naturais e está em guerra quase permanente, em algum lugar do planeta, há décadas.

### **Risco Brasil**

Em termos mais específicos, a crise financeira já atingiu a produção e o emprego tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e Japão. Ou seja, o desemprego está crescendo e a produção diminuindo. O mesmo está ocorrendo no Brasil, com um agravante que é a pressão sobre a inflação decorrente da acelerada desvalorização cambial ocorrida entre setembro e outubro.

Caso ela continue dessa forma por mais tempo, a vulnerabilidade externa tenderá a crescer e as reservas internacionais não serão suficientes para evitar uma maior desvalorização do real e novas pressões inflacionárias. Um aspecto positivo é que a queda no índice da bolsa está desvalorizando os ativos financeiros dos capitalistas estrangeiros que possuíam mais de US\$ 230 bilhões em carteira na BMF-BOVESPA no final de agosto.

Além disso, as indústrias brasileiras que dependem de insumos importados já programaram férias coletivas para seus operários, os produtos importados já aumentaram de preço, e todas as estimativas apontam para uma queda no crescimento do PIB.

No curto prazo, não deverá ocorrer nenhuma grande transformação, e como sempre os trabalhadores serão os mais penalizados, na medida em que as perdas dos capitalistas serão pagas pelos trabalhadores, através do Estado, como está ocorrendo nos países do centro do capitalismo. A política econômica do governo Lula privilegia, há muito tempo, os capitalistas e especuladores internacionais e não deve ser agora que será mudada.

No longo prazo, não é possível ter nenhuma avaliação. Tudo irá depender do desenrolar da crise e do papel dos movimentos sociais. Refiro-me aos movimentos sociais, porque os maiores e principais partidos de esquerda no Brasil abandonaram a luta pelo socialismo e aderiram de uma forma ou de outra à ideologia neoliberal. Isso não exclui a possibilidade de algum partido, ainda pequeno, possa assumir a liderança e fazer avançar a luta pelo socialismo.

**IHU On-Line – Quais as principais transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira? Que projeções podemos vislumbrar para o futuro, levando em consideração o atual momento financeiro?**

**Paulo Nakatani** – A estrutura de classes não foi fundamentalmente modificada pelo neoliberalismo. As novas tecnologias e formas de organização da produção foram muito mais importantes para as modificações no seio dos trabalhadores assalariados. As técnicas de organização da produção introduzidas desde os anos 1970 transferiram para o próprio trabalhador a tarefa de controlar e vigiar a si próprio e a seus colegas de trabalho, permitindo aos capitalistas suprimirem as funções de vigia e controle da produção, como ocorria no período dominado pela organização fordista/taylorista.

Assim, sua manifestação concreta atual aparece muito mais complexa e diversificada. Por isso, o projeto neoliberal conseguiu dividir cada

vez mais a classe trabalhadora, na qual cada fração acaba enfrentando-se contra outra, beneficiando ao capital em detrimento dos trabalhadores. Por essas razões, qualquer projeção sobre o futuro é muito arriscada. Eu espero que as condições objetivas permitam que os movimentos sociais e os partidos revolucionários avancem na luta de classes e conduzam a uma transformação revolucionária da sociedade brasileira.

**IHU On-Line – Em que medida a interferência do Estado pode evitar colapsos como este que está abalando o sistema financeiro?**

**Paulo Nakatani** – O ponto de vista dos reformistas e sociais democratas é que é possível que o Estado possa regular o capital e transformar o capitalismo em uma sociedade menos desigual e mais justa. Do ponto de vista do marxismo, isso não é possível. Somente uma revolução poderá fundar as bases para a construção de uma nova forma de sociedade mais justa, igualitária e solidária.

A intervenção do Estado tem como limite as leis próprias à acumulação do capital. Assim, o Estado não pode suprimir as crises do capital, mas pode acelerar ou amenizar seus efeitos estendendo-a no tempo. Mais ainda, o desenvolvimento das contradições internas do próprio capital não permite mais que a ação do Estado possa vir a gerar um novo ciclo virtuoso de expansão da economia mundial. O que ainda pode ocorrer são períodos de expansão limitados no tempo e em algumas regiões particulares. É o que alguns autores, como Samir Amin<sup>54</sup> e Jorge Beinstein,<sup>55</sup> chamaram de fase de senilidade do capitalismo.

**IHU On-Line – O senhor acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido o senhor vislumbra mudanças?**

**Paulo Nakatani** – Eu não acredito em qualquer mudança significativa nessas elites políticas e econômicas, nem vislumbro nenhuma mudança em

<sup>54</sup> **Samir Amin** (1931): economista egípcio neo-marxista. Realizou estudos sobre política, estatística e economia, em Paris. Entre 1960 e 1963, atuou como conselheiro do governo de Mali, e em 1970 foi diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, em Dakar, Senegal. Atualmente, é diretor do Fórum do Terceiro Mundo, uma associação internacional formada por intelectuais da África, Ásia e América Latina, também localizada em Dakar. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>55</sup> **Jorge Beinstein**: economista e professor de Economia da Universidade de Buenos Aires. (Nota da **IHU On-Line**)

suas políticas, projetos, propostas e soluções. Eles têm necessariamente que agir em função das necessidades de reprodução do capital. Além disso, as condições objetivas da crise capitalista exigem que eles se mantenham como são, pois as tentativas de reforma do capital encontram suas barreiras na própria crise do capital.

Segundo Marx, os processos históricos não ocorrem de forma espontânea e em uma sequência definida, como muitos acreditavam. A construção de uma nova sociedade só pode ocorrer quando a classe trabalhadora assumir a tarefa de efetuar essa construção. Os caminhos desse processo não estão predeterminados. Será um processo de busca de alternativas, com erros e acertos, onde todo o poder deve ser exercido pela

maioria da população organizada de forma mais democrática possível.

Nesse sentido, considero que alguns países latino-americanos estão, nesse momento, na vanguarda dos processos de enfrentamento ao capital e aos imperialismos norte-americano e europeu. Refiro-me em particular à Cuba, Venezuela, Bolívia e ao Equador. Nos três últimos países, a luta de classes apresenta-se de forma mais aberta e aguda nos quais se observa a interferência direta dos interesses imperialistas associados às burguesias nacionais. A maior novidade nesses países é que os trabalhadores organizados estão assumindo o poder do Estado capitalista para efetuar a revolução socialista e, nesse sentido, a crise financeira é um momento em que esses países podem avançar ainda mais seus processos de transformação.

## O capitalismo ainda não morreu

*Entrevista com Claus Magno Germer*

Claus Magno Germer é graduado em Agronomia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestre em Economia Agrária, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, Germer é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Experiente na área econômica, com ênfase em teoria monetária e financeira, o pesquisador escreveu a tese de doutorado Dinheiro, capital e dinheiro de crédito – O dinheiro segundo Marx.

Para o economista Claus Magno Germer, o atual momento de crise representa apenas uma certeza: a continuidade da barbárie capitalista. “As crises não constituem anomalias do capitalismo, mas são uma das suas características mais fundamentais”, afirma o economista Germer, na entrevista que concedeu para Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008. Seguindo a orientação marxista, ele lembra que Karl Marx já advertia: “As crises financeiras não podem ser evitadas, embora possam ser atenuadas, ou acentuadas, em certa medida, pelo Estado”. Segundo Germer, a crise financeira em curso é prova concreta dos ensinamentos de Marx, a respeito da impossibilidade de reverter quadros como o apresentado no decorrer dos últimos meses. Mesmo com a adoção de inúmeras medidas para conter colapsos financeiros, explica, “as crises sucedem-se porque fazem parte da natureza do capitalismo, e são por esta razão inevitáveis”. Marx dizia ainda “que medidas que se destinam a atenuar as contradições do capitalismo em nível, apenas as projetam para um nível mais elevado, no qual explodem em crises mais graves”. Nesse sentido, a atual crise fi-

nanceira, embora assustadora, é sequência de outras crises monetárias, bancárias e financeiras do capitalismo.

**IHU On-Line – De que maneira Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?**

**Claus Magno Germer** – A teoria econômica de Marx distingue-se das demais pelo fato de reconhecer o caráter transitório, em termos históricos, do capitalismo. Ou seja, concebe o capitalismo como uma forma de sociedade que não é eterna, mas que nasce e chega a um fim como resultado da ação de causas objetivas que se desenvolvem espontaneamente no seu interior. O enfoque dialético de Marx o levou a procurar identificar as forças motrizes da mudança, e as encontrou nas contradições residentes no âmago do capitalismo, cujo núcleo é a oposição de interesses entre as classes fundamentais – a burguesia e a classe trabalhadora –, que se desdobra em um conjunto de contradições em diferentes níveis e dimensões da sociedade capitalista. No plano especificamente econômico, Marx foi o primeiro autor a conceber as crises periódicas não como fenômenos estranhos ao capitalismo, mas como momentos constituintes do desenvolvimento do mesmo. Portanto, a teoria de Marx nos mostra o capitalismo como uma forma de sociedade que se transforma e se move, de modo cíclico, em uma direção determinada – a sua própria superação – movida por tensões intrínsecas à sua estrutura.

**IHU On-Line – Qual a importância de Marx para fazermos uma crítica à economia política? Como ele contribui para entendermos a crise financeira atual?**

**Claus Magno Germer** – Há duas linhas de crítica de Marx no campo da teoria econômica. Uma delas, a mais importante, é a crítica da economia política clássica, representada principalmente por Ricardo, à qual se refere o subtítulo da sua obra prima – *O capital: crítica da economia política*. Marx tinha em alta conta os autores mais destacados desta teoria, como Smith e Ricardo, embora deles divergisse em aspectos fundamentais. A outra linha crítica foi endereçada por Marx ao que denominou economia vulgar. Esta era representada, na sua época, pelos precursores do que viria a ser a escola neoclássica. Marx a denominava vulgar porque, ao invés de uma teoria, constituía, no essencial, na sua opinião, um esforço de justificação do capitalismo. Este esforço tinha como núcleo central a negação de características fundamentais do capitalismo, principalmente o trabalho como fonte da riqueza, a instabilidade intrínseca e a propensão a crises periódicas, o caráter transitório do capitalismo, entre outras. A primeira linha crítica foi concluída por Marx e encontra-se substanciada em *O capital* e está, neste sentido, superada. Consequentemente, a importância atual da obra de Marx, no terreno da polémica teórica, reside na sua crítica à economia vulgar, hoje materializada na teoria neoclássica, como expressão do esforço continuado de justificação do capitalismo e não de compreensão científica das suas características.

No terreno específico das crises do capitalismo, Marx afirmou com clareza e rigor o caráter cíclico do capitalismo, isto é, que este desenvolve-se através de uma sucessão de fases de expansão e de retração ou crise. Foi o primeiro autor a rejeitar vigorosamente a chamada Lei de Say,<sup>56</sup> uma das pedras angulares da ideologia de justificação neoclássica, que implica que crises gerais são impossíveis. Uma das alavancas da acumulação e uma das causas fundamentais das crises é o sistema de crédito. Marx distinguiu dois tipos de crises: as crises do setor produtivo, ou crises gerais, e as crises bancárias ou financeiras, que podem ocorrer separada ou conjuntamente. As crises são momentos necessários, porque constituem a solução de

contradições inerentes ao processo de acumulação, que se avolumam durante a fase de expansão precedente, até o momento da inevitável explosão. Assim sendo, as crises são vistas como momentos de restabelecimento das condições que viabilizam a continuidade da acumulação, mas que ao mesmo tempo fragilizam moral e politicamente o sistema, porque expõem as suas contradições e fomentam o florescimento das potências teóricas e práticas, transformadoras da sociedade.

### **IHU On-Line – Em que medida a interferência do Estado pode evitar colapsos como este que está abalando o sistema financeiro atual?**

**Claus Magno Germer** – A resposta marxista a esta pergunta é que as crises financeiras não podem ser evitadas, embora possam ser atenuadas, ou acentuadas, em certa medida, pelo Estado e o Banco Central, como se pode observar na contundente crítica de Marx à lei bancária inglesa da sua época. Esta resposta decorre do exposto acima: as crises não constituem anomalias do capitalismo, mas são uma das suas características mais fundamentais. Elas não resultam de defeitos do capitalismo, mas das suas maiores virtudes. A acumulação, que é a virtude suprema e a razão de ser do capitalismo, conduz periódica e inevitavelmente a crises, crises de superacumulação ou crises financeiras. Uma prova de que as crises não podem ser evitadas é a própria crise financeira em curso, que ameaça converter-se em uma das mais graves crises da história do capitalismo, a despeito da grande quantidade de supostos mecanismos de prevenção de crises, elaborados a partir da grande depressão dos anos 1930 e continuamente aperfeiçoados. Os bancos centrais foram dotados do poder de “regular” a oferta monetária e o crédito, de supervisionar e intervir no sistema bancário; leis foram elaboradas com a finalidade de “disciplinar” o sistema bancário e os mercados de capitais; criaram-se mecanismos automáticos de “contenção” dos pânicos financeiros nas bolsas de valores, assim como órgãos encarregados de supostamente assegurar a “transparência” destes mercados;

<sup>56</sup> **Lei de Say:** lei econômica, que se manteve como princípio fundamental da economia ortodoxa até a grande depressão de 1930. Foi formulada por Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista francês. (Nota do **IHU On-Line**)

elaborou-se uma lista interminável de indicadores econômicos e financeiros e de modelos econômicos, com a finalidade de antecipar o futuro e prevenir crises etc. A despeito de tudo isto, as crises sucedem-se porque fazem parte da natureza do capitalismo, e só deixarão de existir quando o próprio capitalismo deixar de existir.

### **Uma crise sem fim**

Marx insistiu em afirmar que todas as medidas que se destinam a atenuar as contradições do capitalismo em um nível apenas as projetam para um nível mais elevado, no qual explodem em crises ainda mais graves. A experiência das últimas décadas parece uma comprovação desta afirmação. Muitos dos mecanismos que impedem a eclosão da crise em dado momento têm apenas o efeito de adiá-la, permitindo com isto que o seu potencial destrutivo cresça mais. Deve-se lembrar que a crise atual é apenas mais uma de uma sequência de crises monetárias, bancárias e financeiras que acometem o capitalismo, na nossa época, desde os anos 1960, com intensidade crescente.

**IHU On-Line – Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?**

**Claus Magno Germer** – Marx foi um cientista, não um profeta. Elaborou uma representação teórica do capitalismo. Se a teoria de um fenômeno o representa adequadamente, ela permite antecipar a ocorrência das principais características do desenvolvimento do fenômeno. A teoria de Marx sobre o capitalismo é uma teoria deste tipo, motivo pelo qual lhe permitiu não só explicar a natureza do capitalismo e do seu funcionamento, como ainda antecipar características que só se tornaram visíveis mais tarde. Além do seu pioneirismo na admissão e explicação teórica das crises, Marx explicou e antecipou o processo geral de centralização do capital que está na base da fase monopo-

lista do capitalismo, inaugurada no final do século XIX; explicou a tendência, amplamente comprovada, de queda cíclica da taxa média de lucro; antecipou e fundamentou teoricamente a existência permanente do desemprego no capitalismo; antecipou o processo de proletarização crescente da população, que pode ser ilustrado pelo crescimento contínuo da proporção do proletariado industrial na população, que passou de apenas cerca de 5% da população mundial no início do século XX para mais de 30% no início do século XXI; antecipou o processo de aumento da polarização entre uma minoria de ricos e uma maioria de pobres, que é ilustrada cotidianamente nos meios de comunicação pelas estatísticas da pobreza e da miséria em escala continental, abarcando pelo menos dois terços da população mundial atual. Estes dados ilustram a antecipação mais importante que decorre da teoria de Marx: de que a intensificação progressiva, embora cíclica, da contradição entre a socialização crescente do trabalho e da produção, isto é, da riqueza, e a privatização crescente desta riqueza e sua concentração nas mãos de uma minoria cada vez mais diminuta representam o crescimento das potências transformadoras inerentes ao capitalismo e conducentes ao seu fim. Esta contradição se resolverá, por imposição das circunstâncias, através da abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade social, e da conseqüente abolição do motivo egoísta do lucro como base da regulação do trabalho e da produção social e sua substituição pelo critério do atendimento das necessidades da coletividade, em uma palavra, através do socialismo.

Portanto, embora não se possa fazer previsões precisas, dada a complexidade do processo histórico, o que se pode dizer com base na teoria de Marx é que o capitalismo continuará apresentando uma sequência de expansões e crises, ao longo das quais as contradições enumeradas acima se acentuarão, também de modo cíclico, ampliando a instabilidade global do sistema.

**IHU On-Line – Qual a importância do Estado e da regulação dos mercados para recuperação da ordem financeira internacional?**

**Claus Magno Germer** – O marxismo não é ingênuo em relação à natureza e funções do Estado. O Estado e o mercado são, juntamente com a economia, componentes do sistema integrado que é a sociedade capitalista. O Estado é um órgão do capital, isto é, de representação dos interesses da classe capitalista. Conseqüentemente, os instrumentos de regulação que utiliza destinam-se a preservar os interesses e o domínio desta classe e do processo de acumulação de capital. Nas crises, a ação do Estado consiste em socializar os custos, isto é, “sanear” a contabilidade de bancos e empresas mais atingidos, lançando o passivo sobre a sociedade, especialmente sobre os trabalhadores e pobres em geral. É o que está ocorrendo atualmente: os dois ou três trilhões de dólares das operações de salvamento articuladas até este momento pelos governos dos países capitalistas centrais destinam-se a salvar instituições financeiras, mas nada ou muito pouco se diz sobre o destino dos devedores não-capitalistas e dos trabalhadores lançados no desemprego, ou sobre a origem destes recursos.

**IHU On-Line – A crise financeira pode suscitar uma renovação na política mundial?**

**Claus Magno Germer** – Uma mudança substancial na esfera política mundial é possível e desejável. Mas a renovação mais importante não consistiria em uma nova instrumentalização da intervenção do Estado capitalista na economia. Quaisquer que sejam as características desta intervenção, ela destina-se sempre a assegurar os interesses da classe capitalista e da acumulação, em detrimento dos da classe trabalhadora e da população em geral. A renovação desejável é de outra

natureza. As últimas duas décadas, pelo menos, foram palco do desfile triunfal, sem contestação significativa possível, da ideologia das excelências do mercado, isto é, do capital. A classe trabalhadora e suas necessidades e aspirações viram-se reduzidas a um apêndice sem importância. A intensificação da exploração da força de trabalho e o aumento do empobrecimento em massa atingiram todos os continentes. O desemprego em massa provocado pelo processo geral de reestruturação técnica e econômica do capital, a nível mundial, jogou os trabalhadores na defensiva e os condenou a assistir, com pouca ou nenhuma resistência possível, à abolição de direitos duramente conquistados em quase dois séculos de lutas renhidas. A expectativa otimista é que o fracasso das promessas grandiloquentes de abundância e felicidade eternas, por parte dos ideólogos do “livre mercado”, nas últimas décadas, expresso em uma crise catastrófica mundial como pode ser a atual, poderá reabrir o debate crítico, teórico e político, sobre a natureza real do capitalismo, sobre as suas imensas contradições, e fazer renascer a consciência da necessidade, e mais ainda da possibilidade real, da sua superação.

Com efeito, manifestações explosivas de descontentamento popular com o capitalismo na sua configuração atual surgem em todos os continentes nos últimos anos. Elas ainda não adquiriram a densidade suficiente para converter-se em um movimento consciente de transformação em direção ao socialismo, mas sua potencialidade neste sentido é indubitável e crescente. Esta é a única renovação política real que se pode vislumbrar. Fora ela, o que se pode vislumbrar é apenas a continuidade da barbárie capitalista atual.



## **O vexame da economia da bolha financeira é também** **o vexame da esquerda pós-moderna**

*Entrevistas com Robert Kurz*

Robert Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. É co-fundador e redator da revista teórica EXIT! – Kritik und Krise der Warengesellschaft (EXIT! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. Entre seus livros publicados em português, citamos **O colapso da modernização** (São Paulo: Paz e Terra, 1991), **O retorno de Potemkin** (São Paulo: Paz e Terra, 1994) e **Os últimos combates** (Petrópolis: Vozes, 1998).

Outras entrevistas concedidas por Robert Kurz à **IHU On-Line** podem ser acessadas pela nossa página ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)):

\* **“A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário”**. Entrevista publicada na **IHU On-Line** edição 98, de 26 de abril de 2004, intitulada **A crise da sociedade do trabalho. Estamos saindo do capitalismo industrial?**

\* **“Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”**. Entrevista publicada na **IHU On-Line** edição 161, de 24 de outubro de 2005, intitulada **As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho**.

Publicamos, a seguir duas entrevistas com Robert Kurz. Na primeira, sob o título “O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna”, concedida a Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de

comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008, o ensaísta alemão admitiu que preferia analisar a crise financeira por si só, ao invés de relacioná-la com as teorias de Marx, como foi a proposta da equipe do IHU. Robert Kurz fez uma rica e profunda análise do crítico período financeiro pelo qual passa o mundo inteiro, sem deixar de ressaltar a importância de Karl Marx para compreendermos essa fase. Ele afirma contundentemente que “os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, bem como as capacidades e necessidades humanas, não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos **Fundamentos da Crítica da Economia Política**, “desaba o modo de produção baseado no valor de troca”; manifesta-se a ‘desvalorização do valor’ enquanto limite histórico da valorização do capital”.

Na segunda entrevista, sob o título “A esquerda e a dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno”, concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, traduzida por Benno Dischinger e Walter O. Schlupp, o filósofo Kurz não faz concessões ao aproximar o pensamento pós-moderno com a ideologia neoliberal. Para ele, “a esquerda pós-moderna se depara com os destroços das suas ilusões e é confrontada com a dura realidade de uma crise monumental, a qual desde o começo ela não quis admitir e para a qual ela, por isso, não está preparada”. Incapaz de captar a “dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno”, a esquerda caiu num

“objetivismo tosco ou num subjetivismo igualmente tosco”.

O rótulo de ‘pós-modernidade’ era fajuto, argumenta, “e, no caso de Negri, desembocou no conceito totalmente vazio de ‘multidão’, que significa tudo e nada. O esvaziamento do sujeito tem seu correlato numa virtualização das lutas sociais, que em grande parte somente ainda têm caráter simbólico, sendo cada vez menos capazes de intervenção real”. Dessa forma, continua Kurz, “a esperança pelo ‘renascimento da política’ é a maior de todas as bolhas. Os danos provocados pela limitação política dos prejuízos serão inclusive maiores que a crise atual. O Estado somente ainda consegue regulamentar a morte definitiva do seu capitalismo. Neste aspecto, a esquerda também está desorientada enquanto não conseguir questionar os próprios fundamentos do sistema”. Se a esquerda quiser aproveitar “o bonde da administração estatista da crise” para iniciar suas reformas sociais ela “acabará descarrilhando junto com ele”, vaticina. “Ela bem que merece esse destino”.

### **IHU On-Line – Em que sentido as teorias de Marx são importantes para se compreender o atual momento de crise no sistema financeiro global?**

**Robert Kurz** – A importância da crítica da economia política feita por Marx, para se explicar a grande crise financeira atual, evidencia-se inicialmente em dois níveis: por um lado, um aspecto fundamental é sua derivação da forma monetária no primeiro volume de *O capital*; por outro, em sua análise do crédito, principalmente no terceiro volume. Nessas questões, aqui, somente poderei tratar alguns pontos elementares. A economia burguesa clássica e neoclássica parte, contrafaticamente, de uma pura economia de bens e de relações naturais de troca entre os sujeitos do mercado. Ela abstrai do dinheiro e fala do “véu do dinheiro” sobre as transações econômicas “propriamente ditas”. O dinheiro, aí, aparece como mero signo, sem teor próprio, como constructo jurídico baseado numa convenção social ou num decreto governamental. Para que a economia funcione, importa apenas adequar a quantidade de dinheiro à quantidade de bens (teoria da quantidade). Para Marx,

em contrapartida, o dinheiro não é o “véu” secundário, mas premissa e veículo central, fim em si mesmo, da valorização (*Verwertung*) capitalista. Ele é a forma de apresentação geral do valor incorporado nas mercadorias, ou seja, do valor agregado, o qual precisa voltar a se transformar na forma monetária, que, por sua vez, já representa seu ponto de partida. Por isso, o dinheiro não pode ser mero signo, mas precisa ter, ele próprio, o caráter de mercadoria, inclusive de “rei” das mercadorias. O dinheiro é “mercadoria genérica” colocada à parte, ou o “equivalente genérico”, cujo “valor utilitário” não consiste em sua utilidade concreta, mas em sua propriedade de representar o valor abstrato ou valor agregado de todo o mundo das mercadorias. Para as transações cotidianas, é verdade que signos monetários podem tomar o lugar da mercadoria-dinheiro propriamente dita, mas, em última instância e principalmente nas crises, o real conteúdo de valor do dinheiro precisa ser resgatado como “mercadoria régia”. Por isso, para Marx, o dinheiro não pode emancipar-se totalmente dos metais nobres como mercadoria monetária; isto não por causa do caráter metálico natural, mas em função do valor social ali representado de forma “concentrada”.

### **A questão do crédito e dos juros**

O crédito emana da subdivisão do capital em capital de produção ou capital-mercadoria, por um lado, e capital monetário ou capital-que-rende-juros, por outro. A duplicação da mercadoria em “mercadoria vulgar” (*gemeiner Warenpöpel*) e dinheiro como “mercadoria régia” repete-se no nível do capital. Na economia burguesa, não existe conexão sistemática entre teoria monetária e teoria do crédito. A noção do dinheiro como “véu” e mero signo encontra-se em contradição com a noção do capital monetário a gerar lucros, como uma espécie de produção *sui generis* de mercadoria. Grosso modo, fazem de conta que a “indústria financeira” seria uma produção de mercadorias tão real quanto, por exemplo, a indústria automotiva. O juro parece uma forma independente de valor agregado. Marx, em contrapartida,

mostra o caráter ilusório dessa noção. Ele comprova que o crédito, ou capital que gera lucros, é apenas uma forma derivada, sem formação própria de valor. O juro é o preço da função capitalista do crédito, preço este que precisa ser subtraído do valor social agregado da real produção de mercadorias. Na estatística burguesa, em contrapartida, os “produtos” do capital monetário são somados ao produto social, com o que se distorce o quadro real de valores.

## Dinheiro x Dólar

No século XX, o dinheiro e todo o sistema monetário emanciparam-se definitivamente do ouro como mercadoria monetária real – na aparência, o último lance dessa emancipação foi o abandono da convertibilidade do dólar em ouro em 1973. Isto se correlaciona com o fato de que, no período subsequente, o capital monetário também se desacoplou cada vez mais da real produção de mercadorias. O crédito inflado gerou não só formidáveis montanhas de dívidas, que sempre precisavam ser “roladas”, mas adquiriu uma forma de circulação independente de títulos financeiros (ações, títulos hipotecários, derivativos), onde se criaram valores fictícios de dimensões astronômicas. Na ótica positivista, tratava-se simplesmente de “fatos” que pareciam fundamentar-se a si próprios. Até mesmo teóricos da esquerda, explícita ou implicitamente, abandonaram a teoria marxista do dinheiro e do crédito, porque na aparência ela estava refutada empiricamente.

## A contradição que explica a crise

Esse período de 35 anos desde o fim da convertibilidade do dólar em ouro, que é um período histórico breve, encerrou-se, entretanto, em 2008. Agora se mostra o verdadeiro caráter desse processo. Num processo secular, o capital, em função de crescentes custos preliminares da produção baseada em tecnologia científica, ficou cada vez mais dependente do crédito como antecipação de real valor agregado futuro. As bolhas financeiras

crescentes e excessivamente infladas nas últimas décadas arrebentaram de uma vez por todas a conexão entre “capital fictício” e real produção de valor agregado; a antecipação do valor agregado futuro jamais poderá ser resgatada. Essa contradição amadureceu e se descarrega como crise financeira global. Isto destrói não só a ilusão de um crescimento “tocado pelas finanças”, mas também a ilusão do dinheiro como mero signo. Até o momento, o ouro passa por dramática valorização frente a todas as moedas. Mas a remonetarização do ouro não é possível, porque as potências de produção alcançadas historicamente nem podem mais ser representadas como “riqueza abstrata” (Marx) em forma de valor agregado. A desvalorização do dinheiro corresponde à desvalorização da massa de mercadorias. Em outras palavras: os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, as capacidades e necessidades humanas, não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos “fundamentos”, “desaba o modo de produção baseado no valor de troca”; manifesta-se a “desvalorização do valor” enquanto limite histórico da valorização [*Verwertung*] do capital.

## O Estado como último credor

Nessa situação, o Estado aparece como *lender of last resort* [credor de último recurso]. Para a teoria burguesa, o Estado não é o outro lado, o lado político da relação de capital, mas uma “instância extra-econômica”. Também na esquerda, a ilusão do Estado tem uma longa tradição. Marx não chegou mais a concluir a formulação da sua teoria do Estado. Mas, já nos escritos da sua fase inicial, ele criticou a ilusão estatal-política como “falsa causa pública”. Em sua teoria do crédito, no terceiro volume de *O capital*, o crédito do Estado é definido como forma especial do capital fictício, que continua dependente da real valorização do capital. Na verdade, o vexame da ilusão estatal não é de hoje, ilusão esta que esteve em alta após a grande crise na primeira metade do século XX. No Ocidente, a regulação estatal keynesiana e o crescimento induzido pela expansão do crédito

estatal no início dos anos 1980 fracassaram por causa da inflação sem limites. No Leste, o capitalismo estatal soviético do “resgate da modernização”, no final dos anos 1980, ficou inadimplente e entrou em colapso. Estas já eram formas em que se apresentava a histórica “desvalorização do valor”. Na virada neoliberal, a intervenção do Estado, supostamente “extraeconômica”, foi responsabilizada pelo dilema e substituída por um radicalismo de mercado. Essa virada, porém, não superou a barreira interior da valorização, mas, mediante uma política de desregulação e da inundação monetária pelos bancos centrais, apenas abriu as comportas para uma expansão do crédito privado e da economia baseada na bolha financeira como nunca se viu.

### **O Estado: novamente o salvador?**

Depois que também esta ilusão estourou e o mercado falhou grandiosamente, repentinamente pretende-se que o Estado seja novamente o salvador. Só que o problema não pode mais ser resolvido com nova inundação monetária por parte dos bancos centrais estatais, mediante uma convencional redução da taxa de juros. Acontece que esse tipo de inundação monetária sempre ainda pressupõe a ficção de uma “cobertura” por processos reais de valorização, a qual já se tornou ilusória. Os bancos comerciais somente ainda conseguem depositar nos bancos centrais “garantias” que deixaram de sê-lo, porque consistem em grande parte de títulos podres. Isto impede que se inflem novas bolhas financeiras da forma convencional. O colapso dos créditos hipotecários somente foi o catalisador de um processo de desvalorização de todo o capital financeiro, que vai muito além. Por isso, agora, a crise é elevada ao nível da “última instância”, isto é, das próprias finanças públicas. Só que o Estado não é um demiurgo independente das leis da valorização do capital. Já no ano fiscal recém-passado, a dívida pública dos Estados Unidos triplicou ainda antes da recente crise dramática; e, no caso de se invocarem as garantias estatais concedidas em todo o mundo, o resultado somente pode ser uma grande crise das finanças

públicas. O Estado não pode estancar a desvalorização, mas apenas administrá-la; ou em forma de deflação, caso ponha limite em seu próprio endividamento, ou em forma de inflação, caso saia imprimindo cédulas sem toda e qualquer “cobertura”. Nesta situação nova na História, talvez até ocorram processos deflacionários e inflacionários em paralelo.

### **IHU On-Line – O que representa, na atual crise, a teoria marxista do trabalho abstrato como substância do capital?**

**Robert Kurz** – A economia burguesa clássica baseava-se, ainda, numa teoria do “valor do trabalho”. O valor devia, em última instância, ser determinado pelo trabalho humano. Acontece que essa teoria do “valor do trabalho” era acrítica e incoerente. A teoria marxista da determinação do valor e do valor agregado mediante trabalho abstrato é fundamentalmente diferente. O conceito de trabalho abstrato é entendido de forma crítica e estritamente negativa como “abstração real” da produção concreta de bens. No processo de produção e circulação do capital, a atividade produtiva é reduzida, em sua forma social, ao dispêndio [*Vernutzung*] abstrato de energia humana ou aplicação de mão-de-obra abstrata como “gasto [*Verausgabung*] de nervo, músculo, cérebro” (Marx), onde o teor concreto desse gasto é totalmente indiferente. A massa de trabalho abstrato, uma vez realizada, se apresenta como massa de valor social e como “valor objetificado” [*Wertgegenständlichkeit*] dos produtos. Na “valorização do valor”, o que interessa não é a massa de valor em si, mas apenas a massa de valor agregado, a qual é distribuída aos diferentes capitais pelo mecanismo da concorrência. A valorização como fim em si mesmo transforma em fim em si mesmo também o trabalho abstrato que lhe dá origem, trabalho esse que forma a substância do capital como gasto de energia humana abstrata.

### **Do valor para a relação funcional**

O neoclassicismo burguês abandonou a teoria clássica do “valor de trabalho”. O valor foi re-

duzido ao preço, sendo entendido não mais como substância comum das mercadorias, mas como mera função na interrelação das mercadorias. Correlato disso foi que a filosofia burguesa passou do “conceito de substância” para o “conceito de função”. Pretendia-se eliminar o problema da substância, transformando-o numa relação funcional vazia. A “matematização” dos “modelos” neoclássicos baseia-se nessa transformação do valor numa relação estritamente funcional. Com isto, a teoria do valor foi adaptada à teoria do dinheiro enquanto mero “signo”. Essa “teoria circulatória” funcional do valor, no meio de língua alemã, de certo modo, também conseguiu entrar numa assim chamada “releitura de Marx”, onde a teoria crítica marxista do “valor de trabalho” era rejeitada, por ser “naturalista” ou “substancialista”, negando-se que o dinheiro tivesse caráter de mercadoria.

### **A questão da mão-de-obra**

Como na economia burguesa, isto exclui, por princípio, uma barreira interior absoluta da valorização. A redução a uma relação funcional torna o valor atemporal e eternamente regenerável, na aparência. Marx, em contrapartida, mostrou que o desenvolvimento capitalista contém uma autocontradição elementar. Por um lado, a energia humana abstrata forma a substância real do capital; por outro lado, a concorrência forma o constante desenvolvimento da capacidade produtiva, a qual torna supérflua a mão-de-obra humana e solapa a substância do valor. Até a segunda revolução industrial do fordismo, esse processo secular de desvalorização das mercadorias podia ser compensado por meio do mecanismo do “valor agregado relativo”, analisado por Marx: pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, o valor da mercadoria “mão-de-obra” [*Arbeitskraft*] cai na escala social e a participação relativa do valor agregado na massa total de valor aumenta. Essa participação relativa aumentada do valor agregado, porém, está relacionada com o número de “mãos-de-obra” [*Arbeitskräfte*, trabalhadores, funcionários] produtivamente utilizáveis. Marx não chegou a concluir sua teoria da crise, mas implicitamente

ela faz inferir que o desenvolvimento da capacidade produtiva chega a um ponto em que o número de “mãos-de-obra” produtivamente utilizáveis se reduz a tal ponto que a massa de valor agregado absoluto cai. Então, mesmo o aumento do valor agregado relativo por mão-de-obra de nada serve. Esse ponto é atingido com a terceira revolução industrial da microeletrônica. O histórico mecanismo de compensação do valor agregado relativo se extingue, a massa real absoluta de valor agregado cai, e a “desvalorização do valor” leva à “dessubstancialização do capital”.

### **O capitalismo reduzido às suas reais condições de valorização**

Este é o motivo pelo qual, no período anterior, se podia simular mais valorização somente por meio de bolhas financeiras desprovidas de substância. Quando estas estouram, entretanto, não se atinge novo “ponto zero”, a partir do qual a valorização real possa recomeçar. Ao invés, o capitalismo é reduzido às suas reais condições de valorização, cujo padrão de capacidade produtiva é irreversível. Essa teoria substancial da crise, que fala de uma barreira inferior absoluta do capital, muitas vezes foi criticada como “tecnológica” justamente pela esquerda. Mas não se trata, no caso, do aspecto técnico, mas do efeito da tecnologia sobre as condições da valorização. Marx não formulou uma teoria funcional do valor em termos “atemporais”, mas sim a teoria de um desenvolvimento histórico e dinâmico do capital como deslocamento da substância real, veiculado pela crescente aplicação dos potenciais científicos e tecnológicos e que não pode ser infinitamente prolongado.

### **A tensão na administração da crise**

Sobre isto ainda, cabe fazer duas observações. Em primeiro lugar, as categorias de Marx são categorias reais de uma lógica da sociedade como um todo, a qual se baseia nos fenômenos empíricos, mas não pode ser descrita de forma diretamente empírica. Isto porque empiricamente o

capital não se desloca apenas em veiculações complexas e contraditórias, mas a real agregação da substância de valor social sempre se apresenta apenas em retrospecto. A estatística burguesa nunca capta a real massa de valor ou valor agregado, mas apenas os fluxos superficiais de mercadoria e dinheiro, os quais produzem uma imagem distorcida. Por isso, os crashes também não são previstos, mas apresentam-se de forma eruptiva, quando a lógica basal irrompe para a empiria, como, ao que tudo indica, é o caso atualmente. As curvas caóticas e os saltos descontrolados, por exemplo, do câmbio ou dos índices da bolsa necessariamente precisam ser atribuídos à natureza não-empírica do capital e sua evolução substancial. Isto não está ao alcance de uma teoria categorial permanente ou afirmativa, que só consegue ficar correndo atrás dos fenômenos imprevisíveis. Além disso, a barreira da valorização é estritamente objetiva. Aquilo que “desaba” por entre as curvas é a capacidade de o capital reproduzir-se socialmente. Mas o que não desaba por si mesmo são as formas de consciência ou “formas de pensamento objetivas” constituídas pelo capital (Marx). Ao se alcançar o limite histórico do capitalismo, surge por isso uma tensão colossal entre a impossibilidade de continuar uma valorização real e uma mentalidade generalizada que interiorizou as condições capitalistas de existência e não quer nem consegue imaginar outra coisa senão viver dentro dessas formas. A difícil tarefa está em resolver essa tensão no processo de resistência contra a administração da crise, ou o capitalismo desembocará numa catástrofe mundial. Para isto, não está preparada uma esquerda que se ajustou cada vez mais ao desenvolvimento capitalista.

### **IHU On-Line – Quais as consequências da crise financeira para o nível de emprego em escala mundial?**

**Robert Kurz** – Desde o início da terceira revolução industrial nos anos 1980, os novos potenciais de racionalização eliminaram mão-de-obra industrial do processo produtivo numa escala nunca vista antes. Em consequência, de ciclo em ciclo

aumentou o desemprego e o subemprego em massa na escala global. O reverso da medalha foi a simulação da valorização pelo inchaço de “capital fictício”. Diferentemente de épocas anteriores do capitalismo, entretanto, não ocorreu uma desvalorização rápida do capital monetário destituído de substância, para dar lugar à nova acumulação real. Em vez disso, por falta de novas possibilidades de valorização real, iniciou-se uma imbricação sem precedentes históricos entre economia baseada na bolha financeira e a conjuntura. Os “valores fictícios” não ficaram restritos ao Éden financeiro, mas, por longo tempo e em medida crescente, foram transferidos para a aparente economia real. Assim, surgiu o famoso crescimento “tocado pelas finanças”, que parecia desancar as leis econômicas do capitalismo e permitiu uma onda de altas de conjuntura deficitárias, que na realidade não tinham fundamento sólido. Embora o desemprego em massa aumentasse, ele era mantido em relativos limites porque, no bojo das conjunturas deficitárias, criaram-se, por assim dizer, “postos de trabalhos fictícios” que se alimentavam das bolhas financeiras desprovidas de substância.

### **A distinção entre “trabalho produtivo” e “improdutivo”**

Para se compreender essa evolução, é importante a distinção de Marx entre “trabalho produtivo” e “improdutivo”. Todas as atividades no contexto formal capitalista são trabalho abstrato, o qual é representado em dinheiro. Mas nem todo trabalho abstrato é produtivo em termos capitalistas, nem contribui para a massa de valor agregado social real. Certas funções da relação de capital são, em si, improdutivas e com “custos mortos”. Mas também a atividade produtiva industrial pode tornar-se improdutiva em sentido capitalista, quando ela excede a capacidade [*Fassungsvermögen*<sup>57</sup>] da real produção de valor agregado (“capacidades ociosas”). Todos os resultados do trabalho abstrato assumem a forma de mercadoria enquanto “objetividade de circulação”. Ao conse-

<sup>57</sup> Literalmente, “capacidade de conter, de abarcar” (Nota do tradutor).

guirem um preço, eles assumem uma parte da massa de valor agregado social, não vindo ao caso se sua produção contribuiu ou não para essa massa. Esse caráter social global [*gesamtgesellschaftlich*] da produção de valor e de valor agregado não fica muito claro em Marx, razão pela qual surgiu o famoso problema da transformação valor-preço. Entretanto, esse problema se resolve quando a massa de valor agregado social não se baseia numa soma de valores “individuais” de mercadoria, mas representa uma massa substancial, social global, não quantificável em termos de administração de empresas; sua quantidade se revela somente pela concorrência no nível da circulação. Isto não torna irrelevante o problema da substância, mas nada tem a ver com uma substância de valor da mercadoria individual.

### Uma ocupação improdutiva

Que significa isto para a era da economia baseada na bolha financeira? A queda da massa de valor agregado social real foi mascarada, na aparência, pelo “valor agregado fictício” do sistema de crédito inflado. Dessa forma, gerou-se uma ocupação improdutiva que ultrapassava em muito a capacidade [*Fassungsvermögen*] da real produção de valor agregado. Em primeiro lugar, junto com a “indústria financeira”, o emprego nesse setor inchou de forma desproporcional, emprego esse que não produz valor algum, apenas intermediava transações financeiras. Além disso, criou-se um setor igualmente desproporcional de serviços pessoais improdutivos em termos capitalistas, de indústria publicitária, indústria da informação e da mídia, indústria do esporte e da cultura. Justamente nesses setores, o desprovimento de substância se implementou, por um lado, como remuneração astronômica excessiva de uma pequena elite de astros e, por outro, como precarização em forma de *freelancers*, pseudoautônomos e empresários da miséria. Em terceiro lugar, a conjuntura

deficitária global forçou a ocupação de uma “aristocracia de trabalhadores” nas indústrias de exportação (produção automotiva, máquinas), a qual era igualmente improdutiva porque se baseava não em lucros e salários de real produção de valor agregado, mas era alimentada pelas bolhas financeiras.

### O sistema do trabalho abstrato leva ao absurdo a si próprio

Na mesma medida em que o estouro das bolhas financeiras reduz o capitalismo às suas reais condições de valorização, também boa parte do emprego improdutivo terá de cair. A real massa de valor agregado é muito pequena para que se possa descrever a “objetividade de circulação” desses setores inflacionados como “objetividade de valor”. A depressão global a ser esperada levará de roldão não só grande parte dos financistas capitalistas “donos do universo”, mas também boa parte dos que deles dependem: precárias prestadoras de serviço, *freelancers*, baixo-assalariados, trabalhadores temporários, assim como empregos na indústria de exportação. O sistema do trabalho abstrato leva ao absurdo a si próprio; e o capitalismo global minoritário sofre seu *Waterloo*, mesmo que ninguém queira tomar conhecimento, embora todos o saibam intuitivamente.

### IHU On-Line – Em que consiste o peso do capitalismo na sociedade de hoje, caracterizada por relações virtuais, pelo trabalho imaterial e pela autonomia?

**Robert Kurz** – Os conceitos citados provêm todos da ideologia pós-moderna, que desde o começo acompanhou e formulou o capitalismo financeiro neoliberal do “capital fictício” inflacionado. Já em fins dos anos 1970, em seu livro *A troca simbólica e a morte* (São Paulo: Loyola, 1996), Baudrillard<sup>58</sup> explicitou a relação com a economia ao estabelecer o “capital fictício” como novo prin-

<sup>58</sup> **Jean Baudrillard**: filósofo e sociólogo. Um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade, é autor de vários livros entre os quais destacamos *A troca impossível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002) e *A sociedade do consumo* (Lisboa: Edições 70, 2000). Juremir Machado da Silva apresentou o **IHU Ideias** de 11-09-2003, intitulado “11 de setembro: Ano III. Uma reflexão a partir de Jean Baudrillard”. Sobre esse tema, Juremir concedeu uma entrevista na 74ª edição da **IHU On-Line**, de

cípio de realidade. Também Derrida, num texto sobre “dinheiro falso”, afirmou a virtualidade do capital. A pós-moderna rejeição radical do “essencialismo” ou “substancialismo” corresponde à tentativa do capital de contornar espertamente o seu próprio problema de substância, de certa forma “aristotélico”. O culto da “virtualidade” contagiou todas as esferas da vida, até mesmo as relações pessoais. A redução de valor a uma relação funcional levou à paradoxal “absolutização da relatividade”, que, no entendimento vulgar, se refletiu como “arbitrariedade”. O virtualismo econômico correspondia ao virtualismo tecnológico da internet, que sofreu a mutação para o “second life” de individualizadas existências abstratas de bloggers, os quais são incapazes de se organizar e de resistir em termos reais.

## E a esquerda?

A esquerda pós-moderna acabou órfã desse processo, o qual reduziu a luta social ao nível virtual e simbólico. O “pós-operarismo” de Antonio Negri<sup>59</sup> exprime essa ideologia. O fetichismo objetivo do capital é negado e, juntamente com a crise, reduzido a subjetivas relações de vontade. O lugar da crítica radical do trabalho abstrato e da forma [abstrata] de valor é tomado pela ilusão de uma “autovalorização autônoma” de *freelancers* de um “trabalho imaterial”. Esse conceito não faz sentido [nonsense], porque todo trabalho abstrato, mesmo que não leve a produtos materiais, é

“gasto de nervo, músculo, cérebro”. Só que o “trabalho cognitivo” improdutivo, em termos capitalistas, justamente nada contribui para a real massa de valor agregado social. A “autonomia” dessa forma específica de trabalho abstrato é ilusória, porque continua dependente do mercado mundial. Trata-se da ilusão de uma nova classe média, que perdeu seu fundamento. Quando o capitalismo é reconduzido para suas reais condições de valorização, extingue-se também a “autovalorização” do trabalho abstrato nos setores do “conhecimento” e da comunicação pela mídia. O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna e do seu “anti-substancialismo” ideológico, que pretende declarar toda e qualquer manifestação de vida como “valorização”. A base dessa ilusão não é econômica, e sim “existencialista”, pois recorre a Heidegger.<sup>60</sup> Ao estourar a economia da bolha financeira, a “heideggerização” pós-moderna da esquerda corre o risco de desembocar em sentimentos nacionalistas e antisemitas.

## A esquerda e a dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno

### **IHU On-Line – As atuais crises financeira e ecológica estão relacionadas com o “colapso da modernização”?**

**Robert Kurz** – O termo colapso é um chavão provocativo, geralmente usado em sentido pejorativo, no intuito de desqualificar como “apocalíp-

08-09-2003, sob o título *11 de setembro segundo Jean Baudrillard*. Em 07-03-2007 Baudrillard faleceu. O sítio do IHU deu ampla repercussão ao fato. Para conferir, basta acessar [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>59</sup> **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publicou o livro-manifesto *Império* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bassetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento **Abrindo o Livro**, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>60</sup> **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições da **IHU On-Line** n° 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, e n° 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponíveis para download no sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). Confira, ainda, o n° 12 do **CADERNOS IHU em formação**, intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*. (Nota da **IHU On-Line**)



ticos”, que não devem ser levados a sério, os representantes de uma teoria radical da crise. Não só as elites capitalistas, mas também os representantes da esquerda preferem acreditar que o capitalismo pode renovar-se eternamente. É claro que um sistema social global não desmorona de uma hora para outra como um indivíduo infartado. Mas a era do capitalismo passou. Afinal de contas, a modernização não foi outra coisa senão a implementação e o desenvolvimento desse sistema, não vindo ao caso se os mecanismos eram do capitalismo privado ou do capitalismo estatal.

Apesar de todas as diferenças exteriores, o fundamento comum consiste na “valorização do valor”, isto é, na transformação de “trabalho abstrato” em “valor agregado”. Entretanto, esta não é uma finalidade subjetiva, mas um fim em si mesmo que acabou ficando independente. Tanto os capitalistas quanto os assalariados, assim como os agentes estatais, não passam de funcionários desse fim em si mesmo que se soltou e está incontrolável, o qual Marx chamou de “sujeito automático”. No caso, a concorrência universal força a uma dinâmica cega do desenvolvimento da capacidade produtiva, a qual constantemente gera novas condições de valorização para finalmente encontrar uma barreira histórica absoluta.

A barreira econômica interior consiste no fato de o desenvolvimento da força produtiva levar a um ponto em que o “trabalho abstrato” enquanto “substância” do “valor agregado” é tão reduzido, mediante racionalização do processo produtivo, que fica impossível aumentar o valor real [*reale Verwertung*]. Essa “dessubstancialização do capital” ou “desvalorização do valor” significa que os produtos em si deixaram de ser mercadoria, podendo ser representados em forma monetária como forma genérica de valor, limitando-se a ser meros bens de consumo. A finalidade da produção capitalista, porém, não é a fabricação de bens de consumo para satisfazer necessidades, mas sim o fim em si próprio que é a valorização. Por isso, segundo critérios capitalistas, ao se alcançar a barreira econômica interna é preciso fechar a produção e, portanto, o processo vital da sociedade, mesmo que todos os meios estejam disponíveis.

## Capitalismo virtual

Em termos reais, essa situação já havia surgido em meados dos anos 80, com a terceira revolução industrial. O capitalismo prolongou sua vida em forma “virtualizada”, por um lado, mediante endividamento historicamente sem precedentes (antecipação de valor agregado futuro, que na realidade jamais poderá ser resgatado); por outro lado, pelo inchaço, igualmente nunca visto, das assim chamadas bolhas financeiras (ações e imóveis). Esse pseudoacúmulo de capital monetário “desprovido de substância” foi usado para alimentar também a produção real de mercadorias. Resultou daí uma conjuntura deficitária global com fluxos de exportação de mão única principalmente para os Estados Unidos. As zonas de processamento de exportação da China e da Índia, porém, não representam uma expansão real do “trabalho abstrato”, porque seu ponto de partida não foi poder de compra real, e sim o capital monetário “desprovido de substância” representado no endividamento e nas bolhas financeiras. Por mais de duas décadas, se nutriu a ilusão de que o “crescimento tocado exclusivamente pelas finanças” seria viável. De forma alguma, o fim dessa ilusão consiste exclusivamente numa crise financeira. A decantada “economia real”, na verdade, há muito que já não é mais real, tendo sido alimentada artificialmente com bolhas financeiras “desprovidas de substância”. Agora o capitalismo é reduzido a seus reais fundamentos de valorização. A consequência é uma nova crise da economia mundial, sem que se vislumbrem novos potenciais reais de valorização.

Ao mesmo tempo, o capitalismo esbarra em sua limitação externa natural. Na mesma medida em que ficou supérfluo o “trabalho abstrato” enquanto transformação de energia humana em “valor agregado”, acelerou-se a expansão da aplicação tecnológica das energias fósseis (petróleo, gás). A dinâmica cega do desenvolvimento da capacidade produtiva não controlada socialmente levou, por um lado, ao previsível esgotamento dos recursos de energia fóssil e, por outro, à destruição do clima global e do meio ambiente natural, em grau igualmente previsível.

A barreira natural exterior e a barreira econômica interior apresentam horizonte temporal diverso. Ao passo que o final da real “valorização do valor” já se encontra no passado e a economia capitalista atravessa sua crise histórica agora, no espaço de poucos anos (grosso modo ao longo da próxima década), a barreira natural absoluta ainda se encontra no futuro (num período de no máximo duas a três décadas). A crise econômica e o concomitante fechamento de capacidades de produção refreiam o esgotamento dos recursos energéticos – às custas da crescente miséria social global na forma capitalista. Simultaneamente, porém, os processos de destruição das bases naturais e do clima apresentam tamanho avanço, que não chegam a ser detidos pela crise econômica, sendo que a barreira natural exterior será atingida apesar de tudo.

### **Destruição capitalista da natureza**

O fim da modernização significa, portanto, que, além de ter que superar a forma capitalista da reprodução, durante muito tempo uma sociedade mundial pós-capitalista terá que sofrer e lidar com as consequências da destruição capitalista da natureza. Para a análise e crítica teórica da crise, é importante enxergar a interconexão interna das duas barreiras históricas do capitalismo. Existe, porém, o perigo de jogar um contra o outro esses dois aspectos da crise histórica; isto vale para ambos os lados: para as elites capitalistas bem como para os representantes de um “reducionismo ecológico”, que somente admitem a barreira natural exterior. A gestão capitalista da crise e o reducionismo ecológico poderiam entrar em aliança perversa, que redundaria em negar a barreira econômica e, em nome da crise ecológica, pregar às massas depauperadas e miseráveis uma ideologia da “renúncia social”. Contra isso, é preciso sustentar que a crise, a crítica e a superação da estrutura capitalista têm prioridade, porque a destruição da natureza é consequência, e não causa da barreira interior desse sistema.

### **IHU On-Line – Por que o senhor diz que o vexame da crise é também o vexame da esquerda pós-moderna?**

**Robert Kurz** – A crise não é nenhum vexame, mas um processo objetivo, resultante da dinâmica cega da concorrência e do desenvolvimento descontrolado da capacidade de produção. No que tange à esquerda pós-moderna, pode-se falar de vexame na medida em que descartou, em sua maior parte, a crítica da economia política. O “economismo” dos tradicionais marxistas de partido só foi criticado para eliminar de vez a objetividade negativa das categorias capitalistas de “trabalho abstrato” e “valorização do valor”. A dinâmica de crise inerente ao capitalismo passou totalmente despercebida, tendo sido traduzida para “possibilidades ilimitadas”. Tal como as elites neoliberais, a esquerda pós-moderna acreditava no “crescimento tocado a finanças” e se transformou na expressão ideológica do capital fictício. O virtualismo econômico foi complementado pelo virtualismo tecnológico da internet. O *Second Life*<sup>61</sup> do espaço virtual sofreu a mutação de tornar-se a forma de vida “propriamente dita”, e o suposto “trabalho imaterial” de Antonio Negri acabou sendo a continuação da ontologia capitalista do trabalho.

O real problema de substância do “trabalho abstrato” foi negado; um “antissubstancialismo” ideológico (ou “antiessencialismo”) a contrastar com Marx denunciou esse problema de substância como mera metafísica de um pensamento ultrapassado, em vez de nele reconhecer uma “metafísica real” do capitalismo, a qual não deixa de ser bastante material. Concomitantemente ocorreu uma orientação pela esfera da circulação. A ilusão financeira capitalista, de que atos de compra e venda também poderiam gerar crescimento, como a real produção de mercadorias, também constituiu a premissa implícita do pensamento pós-moderno. O endividado sujeito de mercado e consumo aparecia como portador da reprodução e de uma possível emancipação, sendo que nem mais se podia dizer em que esta consistiria.

O falso virtualismo econômico e tecnológico teve seu correlato filosófico numa epistemologia

<sup>61</sup> Sobre o tema, confira a revista especial produzida pela **IHU On-Line** número 226, intitulada *Second Life: uma fábrica de sonhos e desejos*, publicada em 02-07-2007. (Nota da **IHU On-Line**)

que não mais queria criticar e superar a fetichista “aparência real” da relação de capital, mas seduzia para a crença de a pessoa poder “realizar-se a si própria” nessas condições. Seguindo as ilusões virtualistas, a “gaiola de ferro” (Max Weber<sup>62</sup>) do sistema produtor de mercadorias foi redefinida como “ambivalência” e “contingência” abertas para tudo e a qualquer hora. Mesmo a verdade negativa da crítica não teria mais base objetiva nas condições reinantes, mas podia ser “produzida” e “negociada”. Para a esquerda pós-moderna, a natureza negativa do capital se dissolvia numa indefinível “pluralidade” [“*Vielfalt*”, “diversidade”] de fenômenos, a qual se apresentaria como desconexa “pluralidade” de movimentos sociais, sem focalizar o âmago concreto do capital.

## Pensamento pós-moderno e neoliberalismo

Em termos sociais, a esquerda pós-moderna foi um *trendsetter*<sup>63</sup> da individualização e flexibilização capitalista. O flexi-indivíduo abstrato não foi reconhecido como forma do sujeito burguês em crise, mas recebeu o nimbo de antecipação da individualidade liberta já no seio do capitalismo. Em vez de aparecer como forma última de existência do mercado totalitário e como ameaçadora “guerra de todos contra todos” na concorrência universal da crise, a individualização aparecia como forma atomizada da “autorrealização”, e o “ser humano flexível” (Richard Sennet)<sup>64</sup> se apresentava não como objeto indefeso ao sabor das imposições capitalistas, mas como seu próprio “soberano”, que poderia conquistar novos espa-

ços e transformar a si próprio no que quisesse. A proximidade do pensamento pós-moderno para com a ideologia neoliberal sempre foi inquestionável, apesar dos contrastes exteriores. Agora a esquerda pós-moderna se depara com os destroços das suas ilusões e é confrontada com a dura realidade de uma crise monumental, a qual desde o começo ela não quis admitir e para a qual ela, por isso, não está preparada.

**IHU On-Line – A esquerda de hoje vive uma crise existencialista? Antes de sugerir alternativas para as crises atuais, a esquerda mundial teria de resolver seus próprios impasses? Para o senhor, há atualmente um vazio teórico das esquerdas ou um “desencontro metodológico” na busca de bases comuns para uma teoria?**

**Robert Kurz** – A crise existencial da esquerda de hoje consiste justamente no fato de ela não ter conseguido transformar o marxismo e reformular a crítica da economia política dentro dos padrões do século XXI. Pois naturalmente não existe volta para os paradigmas de uma época passada. O rótulo de “pós-modernidade” era fajuto, porque a real transformação social do capitalismo não inaugurou novos espaços sociais, mas justamente marcou a transição para sua ruína histórica. Nem o fim do antigo movimento operário nem o naufrágio do “socialismo real” foram digeridos criticamente. A transição pós-moderna não superou o marxismo tradicional, apenas lhe deu continuidade numa forma esvaziada. Enquanto desaparecia totalmente de vista o objetivo socialista e se dissolvia aquela falsa “pluralidade” de aspirações meramente particulares, o paradigma da “classe operá-

<sup>62</sup> **Maximillion Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A edição brasileira mais recente foi publicada em 2004, pela Companhia das Letras. Com o título *Max Weber: a ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Cem anos depois*, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004. De Max Weber o IHU publicou o **CADERNOS IHU EM FORMAÇÃO** nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo*. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>63</sup> **Trendsetter**: do inglês, uma pessoa que, entre poucas, passa a utilizar algum tipo de moda ou tecnologia. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>64</sup> **Richard Sennet**: sociólogo americano, autor de, entre outros, *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), *A corrosão do caráter* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001) e *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental* (3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003). Sua obra mais recente é *L’Uomo artigiano* (O homem artesão), ainda sem tradução para o português. (Nota da **IHU On-Line**)

ria” se transformou numa insustentável multidão de sujeitos sociais postigos; no caso de Negri, desembocou no conceito totalmente vazio de “multidão”, que significa tudo e nada. O esvaziamento do sujeito tem seu correlato numa virtualização das lutas sociais, que em grande parte somente ainda têm caráter simbólico, sendo cada vez menos capazes de intervenção real.

Caracterizar essa situação com “impasses” da esquerda é um eufemismo. A esquerda antiga tanto quanto a pós-moderna acabaram. Não existe mais sujeito ontológico do “trabalho”, porque o “trabalho” acabou revelando ser substância histórica do capital e ficou obsoleto. Com isto, também o paradoxal conceito marxista de “sujeito objetivo” em si, que somente precisaria chegar “a si”, está liquidado em termos históricos e não pode ser continuado em sucedâneos. Neste aspecto, o “vazio teórico” da esquerda é idêntico com o “desencontro metodológico”. A esquerda nunca conseguiu captar a dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno. A consequência foi cair num objetivismo tosco ou num subjetivismo igualmente tosco. A oscilação entre esses dois pólos do fetichismo perfaz boa parte das discussões de esquerda que não conseguiram deixar para trás essa polaridade.

## Sujeitos paradoxais

Para um novo movimento social emancipatório, o que importa não é mais despertar pelo beijo um “sujeito objetivo”, mas fazer uma crítica da forma sujeito, sem salvaguarda ontológica, e interpretá-la como forma de existência capitalista. A forma “sujeito” sempre só pode ser um agente do “sujeito automático” da valorização do capital e não pode ser confundida com a vontade para a

ação emancipatória, a qual precisa constituir-se a si própria e não pode ter fundamento ontológico. Isto é algo difícil de ser pensado, porque justamente a esquerda pós-moderna desistiu da crítica do sujeito (o Foucault<sup>65</sup> tardio voltou a apelar para o sujeito particularizado). Essa crítica fracassou principalmente por não estar conectada com a crítica da economia política.

Este problema também está ligado à crítica da moderna relação entre os gêneros. É verdade que a esquerda tradicional e também a esquerda pós-moderna fez suas medidas obrigatórias perante o feminismo, mas nunca levou realmente a sério a sua temática. Também o próprio feminismo, apesar de meritórias análises, em grande parte limitou-se a definir as mulheres como “sujeito objetivo” tão paradoxal quanto a “classe operária”. O postulado de uma “formação de sujeito” feminina, por isso, leva ao mesmo beco sem saída. Também o feminismo foi vitimado pela transição pós-moderna e dissolveu a forma de existência feminina “divergente” [“*abgespalten*”] no capitalismo numa “diversidade” de aspirações emancipatórias particulares que não tangem o problema central. Também aí seria importante mediar a crítica do patriarcado moderno com a crítica da economia política, e não tratá-la como questão “derivada” [“*abgeleitet*”], secundária. No caso, é fundamental a noção de que as categorias aparentemente neutras do capital e a respectiva forma “sujeito” em si já são “masculinas”, e que a “razão” capitalista é androcêntrica na origem. A dissolução da família tradicional e dos respectivos papéis de gênero nada altera no caso, porque o caráter androcêntrico do capitalismo continua de outra forma. A crítica dessas formas sociais e a crítica da relação capitalista dos gêneros condicionam-se mutuamente e precisam ser pensadas em conjunto.

<sup>65</sup> **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da loucura até a História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos, *História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e punir* e *A história da sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004 e edição 203, de 06-11-2006, ambas disponíveis para *download* na página do IHU. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos **Cadernos IHU em formação**. (Nota da **IHU On-Line**)

A crítica do “sujeito objetivo” do “trabalho” e da existência feminina “divergente” não é jogo de palavras, mas tem consequências práticas enormes para a superação do capitalismo. Acontece que desse modo também ficou liquidada a noção do marxismo antigo de emancipação social e de socialismo “dentro” das categorias capitalistas que somente teriam que ser reguladas e moderadas de outra forma. No limite histórico do capitalismo levanta-se o desafio da “crítica categorial” da conexão entre “trabalho abstrato”, forma de mercadoria e “valorização do valor” bem como da relação entre os sexos neste contexto. Isto também é difícil de ser pensado, porque essas condições existenciais estão interiorizadas, tendo sido inclusive firmadas ainda mais pelo pensamento pós-moderno. Somente a formulação de novo objetivo socialista sobre a base de uma “crítica categorial” pode levar ao desenvolvimento de exigências de transição imanentes que também sejam adequadas no processo da crise histórica, assim obtendo real poder de se impor. Sem o foco unificador sobre o âmago do capitalismo, movimentos sociais permanecem indefesos e particularizados. É de se temer, entretanto, que a esquerda, pega de surpresa pela crise, acabe confiando em concepções demasiado tacanhas de suposta “salvação”, assim apenas ratificando sua impotência histórica.

**IHU On-Line – Em que sentido a conjuntura atual tem contribuído para que a política se torne um modelo em extinção? Podemos dizer que a economia “colonizou” a política? Está se repensando a política a partir do que está acontecendo atualmente?**

**Robert Kurz** – A política centrada no Estado como instância sintetizadora do capitalismo está saindo de linha não por ter sido colonizada pela economia, mas por ter fracassado, há muito, em função de suas próprias premissas. O problema não tem a ver apenas com a condição exterior da globalização do capital, a qual rompeu os espaços de economia nacional. A força reguladora do Estado se extingue principalmente pelo fato de substancialmente nada mais haver para ser regulado. A valorização capitalista nas formas de “trabalho abstrato” de dinheiro sempre já tem consti-

tuído a premissa do Estado, a qual ele não consegue contornar. Quando o capital se desvaloriza pelo seu próprio desenvolvimento de capacidade produtiva, o Estado somente consegue reagir a isso mediante inflacionária emissão de dinheiro pelo seu banco central. Isto não supera a falta de substância do capital virtualizado, mas a exacerba como desvalorização do veículo-fim-em-si-mesmo chamado dinheiro. Ocorre que a competência do banco central é puramente formal; sua geração de dinheiro somente pode dar expressão à produção substancial de valor agregado mediante “trabalho abstrato”, mas não consegue substituí-la.

Os limites do crédito estatal já haviam sido alcançados no final dos anos 1970. Naquela época, a expansão do crédito estatal, desprovida de substância, foi punida por surtos inflacionários. A ilusão do neoliberalismo consistiu no fato de atribuir a inflação exclusivamente à atividade do Estado. A desregulamentação neoliberal somente transferiu o problema do crédito estatal para os mercados financeiros. Embora a punição da inflação ficasse protelada por causa do caráter transnacional da economia de bolhas financeiras, o potencial inflacionário começou a manifestar-se na conjuntura deficitária global até 2008. Esse processo, num primeiro momento, foi interrompido porque, desde então, o capital virtual e com ele a conjuntura mundial estão dando seu último suspiro. Mas se agora o Estado é novamente invocado como “última instância” e *deus ex machina*, seus pacotes conjunturais e de salvação novamente terão de provocar a desvalorização do próprio dinheiro; só que isso acontecerá numa fase de desenvolvimento mais elevada e em proporção muito maior que trinta anos atrás.

### **Renascimento da política**

Neste cenário, a esperança pelo “renascimento da política” é a maior de todas as bolhas. Os danos provocados pela limitação política dos prejuízos serão inclusive maiores que a crise atual. O Estado somente ainda consegue regulamentar a morte definitiva do seu capitalismo. Neste aspecto, a esquerda também está desorientada enquan-

to não conseguir questionar os próprios fundamentos do sistema. Na mesma medida em que a suposta “autonomia” dos movimentos sociais particulares e simbólicos vira fumaça pela barreira interior da valorização, é de se temer que a esquerda sofra uma regressão para o seu tradicional estatismo, porque nada mais lhe ocorre. Já agora a maior parte daquilo que pretende ser crítica social de esquerda praticamente não passa de um pouquinho de nostalgia keynesiana. Se é que a esquerda espera lançar suas “reformas sociais” aproveitando o bonde da administração estatista da crise, ela acabará descarrilhando junto com ele e, uma vez passado seu carnaval no virtualismo, ela se tornará um *trendsetter* da política inflacionária. Ela bem que merece esse destino.

**IHU On-Line – Que outras forças de esquerda podem surgir nesse momento?**

**Robert Kurz** – Se fracassar a esquerda global presa nas categorias capitalistas, a gente naturalmente ficará se perguntando onde é que há outras forças de emancipação social. Com certeza, haverá rebeliões e conflitos sociais quando as pessoas ficarem privadas de suas condições básicas de vida, por mais precárias que sejam. Essas erupções também podem tomar o rumo da direita, manifestando-se como sexismo, racismo, antisemitismo e nacionalismo, embora isso não tenha a menor chance de superação reacionária da crise. Também ocorrem levantes sociais espontâneos que se entendem vagamente como esquerdistas, como se pode observar na Grécia faz alguns meses. Esses vândalos juvenis a reagir visceralmente contra a opressão das necessidades vitais já estão sendo mitificados por alguns esquerdistas, que os usam contra a necessária transformação teórica.

Mas o culto da espontaneidade sempre passou vexame. As revoltas espontâneas da juventude, por mais organizadas que sejam, darão em nada, se não puderem adquirir uma noção crítica da situação em termos condizentes com a época. Por isso não existe alternativa, senão desenvolver nova meta socialista por meio de uma crítica categorial que não pode ficar vinculada ao “falso caráter imediato” da práxis espontânea. É preciso aguentar essa tensão para que a emergente resis-

tência social não morra sufocada em seu próprio palavreado a campear “filosofia de vida”.

**IHU On-Line – O senhor diz que a sociedade mundial precisa se libertar do jogo do economismo real e organizar seus recursos de uma nova forma, além do Estado e do mercado. Nesse sentido, como a esquerda pode desenvolver um trabalho revolucionário e mudar a atual conjuntura? Quais seriam, neste caso, as propostas da esquerda diante da crise financeira internacional?**

**Robert Kurz** – É preciso salientar que é justamente a sociedade que precisa ser libertada globalmente do economismo real do capital. É verdade que uma nova forma de reprodução somente pode ter êxito mais além do mercado e do Estado. Nos últimos anos, essa fórmula foi cada vez mais usada no sentido de ser apenas uma economia alternativa cooperativista, por assim dizer “ao lado” da síntese social pelo capital, e a qual de alguma maneira haveria de se ampliar aos poucos. Isto apenas dá continuidade ao particularismo “colorido” pós-moderno. Entretanto, a formação negativa de sociedade [*negative Vergesellschaftung*] do capitalismo somente pode ser superada por inteiro, ou não será superada. A economia alternativa cooperativista já tem um longo histórico e sempre fracassou, da última vez nos anos 1980.

Esta crise de proporções históricas não melhora as condições para semelhantes ideias, muito pelo contrário. Isto porque uma reprodução “alternativa” restrita a um espaço pequeno não só está vinculada a imposições sociais inconfessas, mas também fica na dependência das funções de mercado e Estado, uma vez que por conta própria só consegue satisfazer poucas necessidades vitais. E a reprodução real dos indivíduos fica inserida num encadeamento que Marx, sob condições capitalistas, chamou de “trabalho social total”. Essa estrutura somente pode ser transformada por inteiro; não se pode começar com batatas ou *software* e achar que se criou um “modelo” em escala reduzida, que só precisaria ser aplicado à sociedade como um todo. O “platonismo de modelo” é produto da teoria econômica burguesa, não da crítica radical.

Quando, em plena crise, por falta de “financiabilidade”, se desligam água e luz, quando entram em colapso a assistência médica e a distribuição capitalista de gêneros alimentícios, então o que está em pauta não é o gradativo “entrar em rede” de comunas que pretendem reformar a vida, ou a “formação de rede” de permuta virtual, e sim a transformação do modo capitalista de “formação de rede” de toda a sociedade. Para tanto, é necessária a resistência organizada de toda a sociedade contra a administração da crise que estipula metas próprias em nível de síntese social.

### **Economia Solidária como placebo**

Daí só desviam a atenção os placebos particularistas tipo “Economia Solidária”, que geralmente consistem numa mixórdia de economia de subsistência, “reformas monetárias” ilusórias e abstrata ideologia comunitária. Querem fazer da urucubaca uma bênção. É muito coerente que essas propostas também fiquem namorando com “soluções para a crise financeira” e se aliem à nostalgia keynesiana. Não existe mais solução para a crise financeira; deve-se atacar o próprio critério de “financiabilidade”, se é que se pretenda levar a sério um novo modo de reprodução que vá além do mercado e do Estado.

***IHU On-Line – Considerando que estamos na era da informação e vivendo a crise do capital, que novos rumos irão compor o mundo do trabalho no que se refere à relação capital/trabalho? Considerando a inserção de novas tecnologias na sociedade atual, mas também as atuais crises, é possível pensar em desglobalização na era da informatização? Podemos pensar assim em uma nova economia mundial?***

**Robert Kurz** – A informática enquanto base da terceira revolução industrial justamente gerou o desenvolvimento da capacidade produtiva que necessariamente tinha que levar à barreira interior do capitalismo. Sob condições capitalistas, trata-se de pura “tecnologia da crise”, que só mais além da valorização poderia desenvolver poten-

ciais positivos. A ilusão pós-moderna e do capitalismo financeiro consistia em que a informática implicaria novas formas do “trabalho imaterial”, numa assim chamada sociedade da informação, bem como novas relações entre capital e trabalho, com maior “autodeterminação” dos trabalhadores. Na verdade, a “era da informação” já no passado levou ao desemprego em massa, ao subemprego e à precarização das relações de trabalho. Já a suposta autodeterminação levou a uma compulsiva “autorresponsabilização” dos indivíduos pelo processo de valorização. Antonio Negri pretendia estilizar essa evolução negativa como opção para uma “autovalorização autônoma” (*autovalorizzazione*). Esta acabou virando um chavão para a administração repressiva do trabalho, a qual a transformou na proposta de definir os indivíduos como “autoempresários da sua força de trabalho” e como “gestores do seu próprio capital humano”, a fim de deixá-los totalmente à mercê das condições do capitalismo em crise. A nova crise exacerbaria dramaticamente essas tendências e desmentiria de uma vez por todas as tentativas de tentar enxergar na forma capitalista da sociedade da informação uma “ambivalência” com potencial emancipatório. A metafísica pós-moderna da ambivalência está esgotada.

A globalização não pode ser reduzida à tecnologia da informação. Sob condições capitalistas ela somente poderia ser uma globalização do capital, sob cujo mando também se encontra a informação. É de se esperar que, com a política inflacionária do Estado, o processamento da crise leve a uma “desglobalização” na medida em que se ensaie a retirada para o egoísmo protecionista das economias nacionais, que somente ainda são formais; tudo isso acompanhado de ideologias neoneo-nacionalistas. Só que isto não pode superar a crise, apenas a agrava. Também é de se perguntar se a internet é sustentável – não por causa de um possível colapso tecnológico (embora também aí haja indícios de esgotamento da capacidade) –, mas porque ela depende de uma formidável infra-estrutura, cuja “financiabilidade” está tão em dúvida quanto todo o resto. Uma globalização meramente virtual não é sustentável, caso não esteja ligada à reprodução material transnacional

mais além do capitalismo. As maritacas da blogosfera e os bitolados *freaks* da internet ainda podem levar um baita susto.

**IHU On-Line – Como se pode falar em ética nos moldes atuais da sociedade capitalista?**

**Robert Kurz** – Em todas as formações fetichistas históricas, a ética não passou de uma tentativa de conviver socialmente com as condições de reprodução dadas, pressupostas às cegas, sem superá-las. Mesmo a ética burguesa moderna pretende resolver contradições e crises sem tocar nas causas constitutivas. Nela, o lugar da crítica radical deve ser assumido por um cânon de normas de condu-

ta moral para os indivíduos, para que dentro das formas existentes a pessoa possa ficar *nice* para as outras. O que pode falhar não é o sistema, mas apenas a moral dos indivíduos. A crise atual, aliás, também tem sido atribuída aos déficits éticos dos banqueiros e executivos. Não é por acaso que o “pacote de resgate” de maior volume está na ética, que, para variar, está em alta. Infelizmente, esse pacote está totalmente oco. O “sujeito automático” não está acessível para quaisquer imperativos éticos; ética, portanto, é mais ou menos a última coisa com que a teoria crítica deveria ocupar-se.



## A crise financeira internacional e a vulnerabilidade externa da economia brasileira

*Entrevista com Luiz Filgueiras*

Luiz Filgueiras fez a graduação em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado em Economia, pela mesma universidade, e doutorado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisador em propostas de política econômica para a agricultura brasileira e, atualmente, professor no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também desenvolve pesquisas no Departamento de Economia Aplicada. Ele é autor, juntamente com Reinaldo Gonçalves, do livro **A política econômica do governo Lula** (Rio de Janeiro: Contraponto, 2007).

Antes mesmo de o presidente Lula ser eleito, em 2003, Luiz Filgueiras já lançava severas críticas ao antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Mudou o governo, mas permaneceu o modelo econômico, embora o discurso do governo seja outro, comenta o pesquisador. Os índices de crescimento que estão sendo apresentados na gestão de Lula, afirma Filgueiras, são consequências de “uma fase ascendente do ciclo econômico internacional, que afetou positivamente todos os países do planeta e, em especial, os da periferia do capitalismo”. Entretanto, alerta Filgueiras, “o crescimento por si mesmo não é condição suficiente para permitir uma melhora na distribuição de renda, embora possibilite uma redução da pobreza”. Na entrevista que concedeu à equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada nas **Notícias do Dia** no site do IHU ([www.unisinos.br/ihy](http://www.unisinos.br/ihy)), em 18 de fevereiro de 2008, o economista comentou os possíveis impactos da crise imobiliária americana sobre o Brasil. Nesse cenário, que assusta al-

guns e não preocupa outros, o economista se demonstra pessimista. Para ele, a potencialidade da crise sobre a economia brasileira tem duas portas de entrada: financeira e comercial. Em ambos os casos, “a vulnerabilidade externa da economia brasileira voltará a se manifestar, com impactos sobre as trajetórias da inflação da dívida pública; o que restringirá a capacidade de crescimento a partir do mercado interno”.

**IHU On-Line – Por que o senhor é tão pessimista no que se refere à política econômica e social do governo atual? Há algo de positivo, na sua avaliação, que possa ser destacado?**

**Luiz Filgueiras** – A minha visão crítica da política econômica e social do governo Lula é anterior ao início desse governo em 2003, pelo simples fato de que ela é, no fundamental, a continuação da política econômica do segundo governo de FHC (1999-2002): elevados superávits fiscais primários – tendo a DRU (Desvinculação de Receitas da União) como o seu instrumento principal –; metas de inflação – perseguidas com a manutenção de altas taxas de juros –; e câmbio flutuante, com a liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos. Essa foi a estratégia adotada, após a crise cambial de 1999, para a manutenção do que eu denomino de Modelo Econômico Liberal Periférico (abertura comercial e financeira, privatizações e desregulação do mercado de trabalho), quando ficou evidente a impossibilidade de continuação da chamada âncora cambial, tendo em vista a elevada vulnerabilidade externa da economia brasileira. A análise e a crítica desse

modelo, bem como de suas políticas econômicas, já era feita no meu livro *História do Plano Real* (Editora Boitempo: 2000, 2003 e 2006).

## **Governo Lula. Uma continuidade de FHC?**

O aparente paradoxo, agora, é o fato de que a mesma política econômica, do mesmo modelo econômico, apresenta resultados macroeconômicos menos decepcionantes a partir de 2003, levando a uma redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país – o que abriu espaço para taxas de crescimento econômico um pouco maiores. A resposta cabal é de que isto se deveu a uma fase ascendente do ciclo econômico internacional, que afetou positivamente todos os países do planeta e, em especial, os da periferia do capitalismo. Portanto, a conjuntura internacional benigna é a variável-chave para se entender o que está acontecendo com esses países, inclusive o Brasil. No entanto, a crítica a esse modelo e às suas políticas econômicas tem perdido espaço no debate econômico mais recente, pois o pequeno ciclo de crescimento de curto prazo tem propiciado uma grande euforia, como é próprio dos tempos atuais de hegemonia do capital financeiro, onde o que vale, o que conta e o que é relevante é o aqui e o agora.

### ***IHU On-Line* – No livro *A política econômica do governo Lula, fala-se em mistificação da história brasileira. Como essa mistificação se apresenta e se relaciona na política econômica e social do atual governo?***

**Luiz Filgueiras** – A mistificação se expressa de quatro maneiras: 1 – Em virtude de o atual governo apresentar a sua política econômica como sendo fundamentalmente distinta do governo anterior, aproveitando-se da conjuntura econômica internacional favorável, que tem possibilitado resultados macroeconômicos de curto prazo marginalmente melhores; 2 – Em razão de apresentar esses resultados como sendo um novo ciclo de crescimento econômico de maior fôlego, comparando-o com o período de Juscelino e também com o

período do chamado “milagre brasileiro”; 3 – E, como corolário das duas anteriores, em virtude de se apresentar essa situação como um dos melhores períodos macroeconômicos da história do país, o que não é, de forma alguma, verdadeiro. E isto é repetido, sistematicamente, na forma de “nunca na história desse país...”; 4– Por fim, em razão de se apresentar uma política social focalizada (Bolsa Família), originariamente gestada no interior do Banco Mundial e já aplicada também pelo governo anterior, como sendo a solução para a distribuição de renda no Brasil. Em particular, apresenta-se uma melhora extremamente marginal na distribuição dos rendimentos do trabalho (distribuição pessoal ou familiar da renda) como sendo uma melhora na distribuição da renda em geral. O que também não é verdadeiro; ao contrário, a distribuição funcional da renda (capital X trabalho) só tem piorado contra o trabalho.

### ***IHU On-Line* – O senhor percebeu mudanças no mercado internacional e na política econômica do país, no governo Lula? Ainda carregamos muitas heranças da época de FHC?**

**Luiz Filgueiras** – No seu início (primeiro ano), o governo Lula utilizou-se do *slogan* “herança maldita” da era FHC para justificar a manutenção do mesmo modelo econômico e da mesma política econômica. Afirmava-se, então, que isto seria passageiro e que logo que a situação melhorasse haveria uma outra orientação. No entanto, um novo ciclo econômico mundial iniciou-se em 2003, o que ficou evidente a partir de 2004. Com isso, rapidamente esse discurso foi substituído pela comparação da melhor performance macroeconômica atual com a do período anterior, justificando esse fato como sendo produto de uma nova política econômica. Em suma, a ênfase voltou-se então para a afirmação de que, apesar da “herança maldita”, o governo Lula conseguiu reorientar os rumos do país. Na realidade, o governo Lula ratificou e reproduziu essa herança numa outra conjuntura internacional, o que tem levado, lamentavelmente, a certa legitimação do modelo e da política econômica. Este processo só pode ser devidamente compreendido se entendermos o processo

de transformismo político pelo qual passou o PT a partir dos anos 1990, quando se iniciou, com o governo Collor, a Era Neoliberal no Brasil.

**IHU On-Line – A recessão econômica, que se deve à crise imobiliária nos Estados Unidos, poderá deixar a economia interna brasileira mais vulnerável? E no mercado externo as consequências serão mais drásticas?**

**Luiz Filgueiras** – Os eventuais impactos da atual crise sobre a economia brasileira têm, potencialmente, duas portas de entrada. A primeira é o mercado financeiro, através da livre mobilidade dos fluxos de capitais, com a compra e venda de ações e títulos da dívida pública do estado brasileiro. Nesta porta, os impactos são imediatos e já se fizeram sentir, ainda que longe dos efeitos provocados pelas crises anteriores: caiu a bolsa, subiu o risco Brasil e desvalorizou-se o câmbio; em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, para compensar as perdas no mercado americano. Além disso, o impacto da crise também se manifestou na política monetária, com a decisão da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) de manter a atual taxa de juros e sinalizar para a sua manutenção até o final do ano, ou mesmo a sua elevação. De outro lado, em uma situação de acirramento da crise global, e na ausência de controle dos fluxos de capitais, uma fuga de capitais de grandes proporções será inevitável, em que pese a melhor situação atual do balanço de pagamentos do país, que permitiu, até agora, a redução da dívida externa e um acúmulo de reservas da ordem de US\$ 185 bilhões – o que implicou a redução conjuntural da vulnerabilidade externa.

A motivação dessa fuga não dependerá do chamado “fundamentos da economia”: controle da inflação e trajetória da dívida pública, entre outros. A razão maior se situará, como das outras vezes, na própria dinâmica da especulação financeira, isto é, haverá uma busca por maior segurança através da aquisição de títulos do governo americano. A segunda porta de entrada da crise é o comércio internacional, caso a crise persista e se aprofunde. Neste caso, os impactos no balanço de pagamentos serão de médio e longo prazos, atra-

vés da queda dos preços internacionais das *commodities* (agrícolas e industriais), que representam parte majoritária da pauta de exportações do país. Em ambos os casos, pelas portas financeira e comercial, a vulnerabilidade externa da economia brasileira voltará a se manifestar, com impactos sobre as trajetórias da inflação e da dívida pública, o que restringirá a capacidade de crescimento a partir do mercado interno.

Adicionalmente, o custo do financiamento para empresas e o governo aumentará. De qualquer forma, mesmo que a crise retroceda a partir do atual ponto em que se encontra – o que não é nem um pouco evidente –, não há a menor possibilidade de que a mesma se restrinja apenas a perdas nos mercados financeiros, penalizando exclusivamente os seus participantes. A separação, postulada pela teoria econômica ortodoxa, entre os mercados financeiros e a economia real é, rigorosamente, inexistente; sendo produto de uma concepção equivocada sobre a moeda. Esta última é tão real quanto qualquer outra mercadoria, com a diferença crucial de que a sua demanda (preferência pela liquidez) tem poder de provocar estragos enormes no conjunto da economia, no curto e no longo prazo.

**IHU On-Line – Os países da América Latina podem estar mais suscetíveis a crise internacional? Nesse contexto, qual a situação do Brasil em relação aos vizinhos latino-americanos?**

**Luiz Filgueiras** – Todos os países, em particular os países periféricos, estão sendo afetados e, no futuro, serão afetados mais ainda caso a crise global se aprofunde. Entretanto, o grau de “sofrimento” de cada um deles, agora e no futuro, dependerá de suas respectivas inserções internacionais (comercial e financeira) e de suas políticas econômicas. Aqueles com menores restrições ao movimento dos fluxos de capitais e dependentes de uma pauta de exportação calcada, sobretudo, em *commodities* e produtos com baixa intensidade tecnológica, baixo valor agregado e com pouca dinâmica no comércio internacional, tendem agora, e tenderão no futuro, a sentirem mais os efeitos da crise – quer ela estanque nas próximas semanas, quer ela venha a se aprofundar.

### **Brasil retardará crescimento?**

No caso do Brasil, dada a problemática inserção comercial-financeira do país na economia internacional – com uma grande dependência das exportações de *commodities* e livre mobilidade dos fluxos financeiros –, a eventual continuação e aprofundamento da crise comprometerão seriamente a continuação da retomada do crescimento. E isto será mais verdadeiro ainda, se a resposta à crise for a manutenção da mesma política econômica implementada até agora, pois isto implicará, como é de praxe em seu receituário, a retomada do aumento da taxa de juros e o aumento do superávit fiscal primário, isto é, mais aperto fiscal e monetário. A alternativa a essa política é o controle dos fluxos de capitais, no curto prazo, e a reconfiguração da pauta de exportações do país, no médio e longo prazos, em direção a produtos com maior intensidade tecnológica, maior valor agregado e com maior dinamismo no mercado internacional.

**IHU On-Line – A equação econômica do governo apresenta uma política fiscal em que se aumenta a receita, corta-se gastos e mantêm-se os juros altos. Essa lógica será válida para pagar a dívida pública brasileira? Essas medidas conseguiram remover as principais restrições de crescimento econômico do país?**

**Luiz Filgueiras** – A dívida pública subdivide-se em externa e interna. No governo Lula, a relação da dívida total com o PIB tem caído graças, mais uma vez, ao cenário internacional, que até o ano passado permitiu uma redução das taxas de juros, além de propiciar um maior crescimento do PIB. No entanto, isto se deve à redução, absoluta e relativa, da dívida pública líquida externa, porque a dívida interna cresceu sistematicamente, tanto de forma absoluta quanto como proporção do PIB. Isto vem acontecendo porque, com a atual política, está havendo uma troca de dívida externa (com prazos maiores e menores taxas de juros) por dívida interna (com prazos menores e maiores taxas de juros), em razão do volume de dólares que tem entrado no país. Isto significa dizer que, se a crise mundial se aprofundar, poderá haver um

enorme salto na dívida pública interna e, por extensão, no total da dívida pública. Isto ocorrerá em razão do aumento da taxa de juros e da redução da taxa de crescimento do PIB, com a consequente redução da receita tributária.

**IHU On-Line – Avaliando os últimos governos, como o senhor percebe a distribuição de renda no Brasil, levando em consideração que, no ano passado, o desemprego foi considerado o menor nos últimos cinco anos, atingido 9,3%? O rendimento dos trabalhadores ainda continua baixo e a distribuição de renda desigual? Isso lhe parece uma contradição?**

**Luiz Filgueiras** – A redução da taxa de desemprego é consequência direta de um maior crescimento econômico em relação ao período anterior. Como já mencionado, crescimento este associado direta e indiretamente à conjuntura internacional extremamente favorável a partir de 2003. Entretanto, o crescimento por si mesmo não é condição suficiente para permitir uma melhora na distribuição de renda, embora possibilite uma redução na pobreza. Para se avançar de fato em direção à desconcentração da renda, teriam de ser tomadas medidas de caráter estrutural, como: 1 – Reforma tributária, com taxação da propriedade e da renda de forma progressiva; 2 – Realizar uma reforma agrária verdadeira; 3 – Reformar e regular efetivamente o sistema financeiro; 4 – Implementar uma política de salário mínimo de longo prazo, que garanta de fato o seu aumento real; e 5 – Mudar a política econômica que transfere riqueza para os rentistas do estado e da sociedade.

**IHU On-Line – Qual é a sua avaliação dos programas de incentivos propostos pelo governo? Alguns especialistas afirmam que o Bolsa Família foi responsável por cerca de 40% da redução da desigualdade social. Qual será a consequência desse tipo de assistência, a longo prazo?**

**Luiz Filgueiras** – A distribuição pessoal/familiar da renda (que abarca fundamentalmente os rendimentos do trabalho) melhorou marginalmente. Isto se deveu, sobretudo, ao crescimento do salário mínimo que serve de base para os reajustes

dos benefícios da previdência e da assistência social (que se referem à política social de estado, e não de governo como é o caso do Bolsa Família). Esse último programa é claramente assistencialista, não propiciando qualquer alternativa de saída aos seus beneficiários, que se tornam dependentes, permanecendo na condição de uma espécie de subcidadania. Mas esse foi o caminho escolhido pelo governo Lula, em vez de alterar, mesmo que gradativamente, as condições estruturais do alto grau de concentração de renda no país. Em suma, optou-se por uma política compensatória que funcionaliza a pobreza, que “alivia” (expressão do Banco Mundial) momentaneamente a pobreza, mas não acaba com ela.

**IHU On-Line – Lula disse que, nesse ano, uma das prioridades de seu governo será a reforma tributária. Que mudanças o senhor considera necessárias nesse cenário?**

**Luiz Filgueiras** – Quando Lula e o grande capital falam da necessidade de uma reforma tributária, estão se referindo, em geral, a uma maior racionalização e eficiência do sistema tributário e à desoneração do capital. O fundamental, que é a construção de um sistema tributário justo socialmente – o que implicaria taxaçaõ progressiva da propriedade e da renda, das grandes fortunas e das heranças –, não é nem de longe considerado. E isto sem falar na questão do pacto federativo, que exigiria uma nova relação entre as diversas instâncias de governo.

**IHU On-Line – Durante o mandato, Lula reiterou várias vezes que “em time que está ganhando não se muda”. Entretanto, no ano passado, vários críticos do governo, como Marcio Pochmann, João Sicsu e Coutinho, passaram a integrar “um novo time”. Como o senhor avalia o ingresso desses desenvolvimentistas no segundo mandato de Lula?**

**Luiz Filgueiras** – Esse “novo time” é produto, antes de tudo, do quadro macroeconômico mais favorável que, como já visto, foi resultado fundamentalmente da conjuntura internacional extremamente favorável que tem permitido uma maior folga para a operacionalização da política econô-

mica ortodoxa. De qualquer forma, independentemente da reconhecida competência desses economistas e de suas concepções político-econômicas progressistas, o fato é que o núcleo duro da política econômica continua preservado. Na verdade, o discurso desenvolvimentista do governo acaba sendo mais retórico e também é produto da conjuntura, além de ser uma pequena concessão política à frações mais progressistas da aliança que sustenta o governo.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia a posição do governo frente à insistência na transposição do Rio São Francisco? Lula e os movimentos sociais estão cada vez mais distantes?**

**Luiz Filgueiras** – Não tenho conhecimentos técnicos para defender ou atacar a transposição. No entanto, é evidente que todos os movimentos sociais envolvidos com a problemática, e com atuação na região, se posicionaram contra e foram “olimpicamente” ignorados pelo governo. Mas, em razão do cenário econômico mais favorável, até 2007, com redução das taxas de desemprego, e da política assistencialista do Bolsa Família, a popularidade de Lula continua elevadíssima. E isto apesar da política econômica ortodoxa, da não realização da Reforma Agrária, da liberalização dos transgênicos, da reforma da previdência do funcionalismo público etc. Para isto, é fundamental também o fato das direções sindicais e mesmo da maioria dos movimentos sociais serem ligadas, direta ou indiretamente, ao PT e ao governo Lula – o que tem reduzido a disposição de luta dessas organizações populares. Por outro lado, com o Bolsa Família, Lula fincou as bases para a consolidação do “Lulismo”, a partir de uma espécie de populismo regressivo, que não integra ao mercado de trabalho (como era o de Getulio Vargas).

**IHU On-Line – A política do governo atual, ainda pode ser considerada de esquerda?**

**Luiz Filgueiras** – Por tudo que já disse até aqui, é evidente que a política econômica do governo e o próprio governo Lula não podem ser identificados, nem de longe, como sendo de esquerda.

Aliás, figuras importantes do grande capital percebem e verbalizam isto constantemente, ao elogiar o governo e a sua política econômica, como, por exemplo, em entrevistas dadas recentemente pelos dirigentes maiores do Grupo Itaú e do Grupo Odebrecht.

**IHU On-Line – Quais seriam os novos pilares para mudar e construir uma política econômica eficiente?**

**Luiz Filgueiras** – A eficiência de uma política econômica não pode ser pensada apenas do ponto de vista técnico. A atual política econômica tem sido eficiente, sobretudo, para o rentistas e o agronegócio. Por isso, antes de tudo tem que se fazer a seguinte pergunta: eficiência para quem, resultados para quem? Além disso, toda política econômica é expressão de um certo arranjo político, da hegemonia de certas classes e frações de classe. Por isso, não se pode pensar uma alternativa à atual política econômica sem pensar na necessidade de se reconfigurar o bloco de poder dominante no país. E isto não é nem um pouco fácil ou

trivial. Medidas como controle do fluxo de capitais (com a regulação da conta de capitais do balanço de pagamentos), redução do superávit fiscal primário (com a retomada efetiva dos investimentos pelo estado), administração da taxa de câmbio (tornando-a competitiva para produção de bens de elevado conteúdo tecnológico), reforma e regulação do sistema financeiro (com taxação de seus lucros extraordinariamente elevados), Reforma Agrária efetiva (com o apoio através do crédito e da adoção de novas tecnologias) etc. contrariam, direta e indiretamente, o capital financeiro e o agronegócio, os dois principais pilares do bloco de poder dominante. A questão, portanto, está na dificuldade de se conseguir a reconfiguração política do bloco de poder dominante, numa conjuntura de fracionamento da esquerda e de desmobilização dos movimentos sociais. Basta ver que o principal protesto contra a transposição do Rio São Francisco se resumiu a uma atitude individual de um bispo, com a sociedade praticamente assistindo passivamente o desenrolar da situação.

## A recessão é inevitável

*Entrevista com Paulo Sandroni*

Paulo Sandroni é mestre em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre suas obras, citamos **Dicionário de administração e finanças** (Rio de Janeiro: Best Seller, 1996), **Dicionário de economia do século XXI** (Rio de Janeiro: Record, 2006) e **Traduzindo o economês. Para entender a economia brasileira na época da globalização** (Rio de Janeiro: Best Seller, 2006).

A cada semana, novas medidas são apresentadas para tentar conter a quebra de bancos que estão à beira da falência. As decisões tomadas até então impediram que a situação instalada se agravasse, mas, considerando a dimensão da crise financeira internacional, “uma recessão é inevitável”, avalia o economista Paulo Sandroni, na entrevista que concedeu para Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 279, de 27 de outubro de 2008. Sandroni afirma que a confiança no mercado só será retomada se houver uma forte regulação, e a tranquilidade econômica, aponta, está prevista para 2011. Sobre o futuro das economias capitalistas, ele é enfático: elas terão “um crescimento muito baixo”. O Brasil, por outro lado, “tem condições de superar certas dificuldades, pois acumula reservas e seu setor financeiro não está muito exposto aos riscos”, considera.

**IHU On-Line – Os pacotes de ajuda financeira lançados pelos EUA, pela União Europeia e Inglaterra não conseguiram sanar a crise. Que medidas são prudentes, nesse momento, para conter a instabilidade financeira? O mercado conseguirá elevar novamente os níveis de confiança?**

**Paulo Sandroni** – Creio que o importante agora é evitar a quebra de bancos. Os pacotes europeus, inglês e norte-americano impediram que isso acontecesse. Mas uma recessão é inevitável. Depois de algum tempo, dois ou três anos, a confiança poderá retornar se medidas regulatórias duras forem tomadas

**IHU On-Line – Que custos essa crise irá causar aos Estados? Salvar instituições privadas que estão à beira da falência, com dinheiro público, ainda é pertinente?**

**Paulo Sandroni** – É o custo de quem tem uma única saída. A alternativa de deixar os bancos falirem seria desastrosa.

**IHU On-Line – Qual será o destino das economias capitalistas, nos próximos anos?**

**Paulo Sandroni** – Ter um crescimento muito baixo, e tentar a recuperação com forte intervenção estatal com programas de estímulo ao investimento mantendo a demanda efetiva.

**IHU On-Line – O senhor diz que o Brasil já está sendo atingido pela crise. Que implicações a economia brasileira irá sofrer a partir desse momento? O país tem condições de enfrentá-la?**

**Paulo Sandroni** – O Brasil já foi atingido no setor de crédito, especialmente ao comércio exterior e à agropecuária. Creio que o país tem condições de superar certas dificuldades, pois acumula reservas e seu setor financeiro não está muito exposto aos riscos, portanto deverá ser preservado. Mas, se a crise se aprofundar, creio que também teremos uma forte retração.

***IHU On-Line* – Com o decréscimo da economia chinesa, o senhor diz que a indústria brasileira será bastante prejudicada com a crise. Em que medida a desaceleração da economia brasileira pode gerar, novamente, uma desindustrialização no país?**

**Paulo Sandroni** – Não creio que a indústria sofrerá um golpe tão forte. Mas é claro que, com a desaceleração da economia chinesa, nossas exportações, que estavam crescendo para aquele país, sofrerão uma retração, e todas as atividades atreladas a este setor também passarão por uma forte desaceleração.

***IHU On-Line* – Os índices mostram que várias empresas estão cancelando investimentos no Brasil, e outras, além de darem férias coletivas, já demitiram muitos funcionários. Que consequências o senhor vislumbra para o emprego e a distribuição de renda no país, a partir desses indicativos?**

**Paulo Sandroni** – Em momentos de forte retração da economia, o desemprego normalmente aumenta e a distribuição de renda sofre uma piora. Isto já aconteceu antes no Brasil, especialmente no início dos anos 80.

***IHU On-Line* – Nesse momento, é necessário repensar um projeto econômico e político para o país? Qual seria?**

**Paulo Sandroni** – Na verdade, não creio que exista um projeto econômico e político para o Brasil. O que deve ser repensado é a situação de fragilidade do sistema financeiro internacional, especialmente o americano, que provocou a crise.

***IHU On-Line* – As teorias econômicas ainda são eficientes para explicar e compreender o atual momento de turbulência?**

**Paulo Sandroni** – Creio que as teorias econômicas existentes são capazes para explicar e compreender a crise, especialmente o enfoque keynesiano, e mais recentemente as contribuições de Hyman Minsky. O que a teoria não tem condições é de prever o que irá acontecer com razoável precisão.

***IHU On-Line* – A instabilidade do mercado financeiro levará a economia mundial a uma recessão sem precedentes?**

**Paulo Sandroni** – Não sei se tem precedentes, pois a de 1929 reduziu o PIB americano quase pela metade. Mas o que sabemos hoje é que ela será muito forte.



## **Brasil será atingido pela crise mundial**

*Entrevista com André Filipe Zago de Azevedo*

André Filipe Zago de Azevedo é graduado e mestre em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Economia, pela University of Sussex, Inglaterra. É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Conforme análise do economista André Filipe, na entrevista que concedeu a Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 274, de 22 de setembro de 2008, a economia mundial enfrenta dois problemas sérios: “menor ritmo de crescimento econômico, especialmente das economias desenvolvidas”, e “o aumento da inflação devido ao incremento dos preços das commodities agrícolas e minerais, impulsionados pela manutenção de elevadas taxas de crescimento nos países asiáticos”. Na sua avaliação, o economista faz a seguinte projeção: “Embora o mercado financeiro tenha sido alvo de inseguranças e turbulências, não há motivos para pânico”. Segundo ele, a desaceleração das grandes economias “pode contribuir para aliviar o segundo problema”, ou seja, “o aumento de preços das commodities, reduzindo a pressão da demanda sobre alimentos e petróleo”. Em breve avaliação do cenário latino-americano, Azevedo garante que o Brasil também será afetado pela crise. “Os países latino-americanos irão sofrer devido redução dos preços das commodities agrícolas e minerais, que já está ocorrendo. Como boa parte de suas exportações consiste desses produtos, o valor de suas exportações será afetado pela crise.”

### **IHU On-Line – Como podemos compreender a crise no sistema financeiro internacional?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Ela é resultado, em grande parte, da crise surgida no mercado imobiliário norte-americano, no ano passado. A crise surgiu no mercado de crédito chamado de *subprime*,<sup>66</sup> quando a inadimplência cresceu significativamente. As causas deste crescimento da inadimplência estão associadas a três fatores principais: 1) elevação da taxa básica de juros nos EUA (80% dos empréstimos *subprime* estão atrelados a taxas flutuantes); 2) queda dos preços dos imóveis a partir de 2006, com a conseqüente redução do efeito-riqueza; 3) regulação ineficiente do sistema de crédito imobiliário, especialmente no mercado *subprime*.

### **IHU On-Line – Além da crise financeira americana, que outros motivos têm contribuído para a insegurança do sistema financeiro internacional?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – A economia mundial vem enfrentando dois problemas sérios, atualmente. O primeiro se refere ao menor ritmo de crescimento econômico, especialmente das economias desenvolvidas, provocado justamente pela crise imobiliária norte-americana que teve início ainda em 2007, afetando o sistema financeiro e comprometendo o crescimento do consumo e investimento na maior parte dos países desenvolvidos. O segundo está relacionado ao aumento da inflação devido ao incremento dos preços das

<sup>66</sup> O crédito *subprime* é concedido a pessoas que apresentam um histórico de dificuldades de pagamentos nos EUA. (Nota do entrevistado)

*commodities* agrícolas e minerais, impulsionados pela manutenção de elevadas taxas de crescimento nos países asiáticos, que continuam a pressionar a demanda por esses produtos. Um efeito positivo da redução do ritmo de crescimento das economias avançadas é que ele pode estar contribuindo para aliviar o segundo problema mencionado, relacionado ao aumento de preços das *commodities*, reduzindo a pressão da demanda sobre alimentos e petróleo.

**IHU On-Line – O que explica uma crise internacional como essa? A crise poderia ou devia ter sido prevista com antecedência?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – A crise se propagou porque os bancos e financeiras norte-americanos emprestaram o dinheiro das hipotecas do tipo *subprime* e transformaram este crédito em títulos que venderam a investidores. Vários investidores (nacionais e internacionais) se dispuseram a comprar estes títulos de maior risco, pois pagavam uma taxa de juros mais elevada. Na medida em que houve o crescimento da inadimplência dos empréstimos *subprime* no mercado imobiliário, isto levou a um efeito cascata, levando os bancos a não pagarem os títulos, gerando uma crise de liquidez que se espalhou para todo o sistema financeiro internacional.

**IHU On-Line – Essa crise no setor financeiro pode gerar uma crise na economia real?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Sim, especialmente nos países desenvolvidos, como EUA, União Europeia e Japão. Mas a crise se define como uma desaceleração do crescimento econômico e não como uma depressão econômica.

**IHU On-Line – É possível isolar a economia real das consequências da instabilidade financeira?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Isolar não, mas é possível amenizar seus efeitos na economia real, mantendo as taxas de juros nos patamares atuais (historicamente baixos nos EUA, União Europeia e Japão) e promovendo ações coordenadas dos Bancos Centrais dos EUA, Europa e Japão para garantir liquidez ao sistema financeiro, como já está ocorrendo.

**IHU On-Line – A crise nos EUA iniciou com o sistema imobiliário, afetou o sistema bancário e agora parece estar atingindo as seguradoras. O mundo corre o risco de viver uma crise sistêmica, ou isso já está acontecendo? Vamos assistir à quebra em cadeia de algumas instituições?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Aquelas instituições mais expostas ao risco, que haviam investido fortemente em títulos ligados ao mercado *subprime*, já quebraram ou estão passando por dificuldades. No entanto, as medidas acima mencionadas devem evitar que ocorra uma crise sistêmica.

**IHU On-Line – Como o senhor percebe a atuação do Fed de injetar U\$ 85 bilhões para salvar a seguradora American International Group (AIG)? O governo pode estabilizar o sistema financeiro?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – O Fed parece estar agindo baseado em um critério: o de minimizar o efeito multiplicador da crise. Ou seja, aquelas instituições que a falência traria problemas para muitas outras estão sendo ajudadas e outras, onde o impacto seria mais limitado, não.

**IHU On-Line – Essa crise pode ser comparada à de 1929? Diferente do que ocorreu à época, hoje é possível atenuar a crise e corrigir seus efeitos?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Em hipótese alguma. Aquela crise gerou uma queda de 25% do PIB e do emprego nos EUA. É impensável que isto ocorra nos dias de hoje, com todo o conhecimento que se tem sobre política monetária. Além disso, o próprio Presidente do Fed é um acadêmico com grande conhecimento das causas da crise de 1929. Portanto, não há riscos que haja algo sequer parecido com aquela crise. O que deve haver é uma redução do ritmo do crescimento em algumas nações desenvolvidas, uma ou outra entrando em recessão, mas jamais uma depressão econômica generalizada como aquela de 1929.

**IHU On-Line – Alguns especialistas dizem que essa é a pior crise dos últimos 70 anos.**

**Quais são os impactos dela para a economia latino-americana?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Depende para quem. Para as empresas que pediram concordata, como o Lehman Brothers, que havia investido fortemente em títulos ligados ao mercado *subprime*, sem dúvida essa foi a maior crise dos últimos 70 (o banco foi fundado em 1850). Mas não se pode nem se deve generalizar. Os países latino-americanos irão sofrer devido à redução dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, que já está ocorrendo. Como boa parte de suas expor-

tações consiste desses produtos, o valor de suas exportações será afetado pela crise.

**IHU On-Line – Que lições essa crise pode trazer para as instituições financeiras e para os governos?**

**André Filipe Zago de Azevedo** – Uma regulação mais rígida em determinados mercados, especialmente o *subprime* nos EUA pelo governo, e um cuidado maior na concessão de empréstimos, especialmente quando há um excesso de liquidez no sistema.

## A insatisfação com a sociedade da mercadoria não pode se transformar em mercadoria

*Entrevista com Raphael Alvarenga*

Raphael Alvarenga é graduado, mestre e doutor em Filosofia e Letras pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, com a tese **Dialectique négative et critique du capital. Expérience, subjectivité et non-identité: lecture d'Adorno**. É autor do artigo “Dentro da noite veloz: um balanço do FSM de Belém”, publicado pelas **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 11 de fevereiro de 2008.

“Industrialização periférica nunca foi garantia de ingresso no clube restrito dos grandes acumuladores do mundo. Sabemos por experiência que o mínimo reboiço nas esferas produtiva e financeira no coração do sistema é o bastante para mandar um país já todinho industrializado (Argentina, Chile, Brasil) à condição originária de país marginal no desenvolvimento desigual e combinado das nações”, afirma o filósofo Raphael Alvarenga, na entrevista que concedeu para Márcia Junges, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada nas **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 16 de fevereiro de 2009. Alvarenga considera um engodo falar em desenvolvimento, e, ainda mais, desenvolvimento sustentável, adjetivo que serve para neutralizar o discurso ecológico, que garante “a dominação de classe a nível nacional e a projeção de poder oligárquico no plano internacional”. Por outro lado, o conceito de decrescimento é contraditório: “Sob o pretexto de salvar o planeta e a ‘boa velha convivialidade’, tal discurso visa ao mesmo tempo salvar o fundamento responsável pela destruição sistemática da natureza e das relações humanas, que não é outro senão que o nexos social capitalista”.

Alvarenga acredita que a saída “só pode estar na quebra da inércia da segunda natureza multiseccular, que não é outra senão que a da insociável sociabilidade capitalista, o que só acontecerá através da negação prática e coletiva da vida anemizada e atomizada que levamos em nossos desertos residenciais”. E conclui: “Está mais do que na hora de dizermos um ‘não’ a esta vida que não vive, darmos um ‘basta’ à não-vida do trabalho alienado ou da ausência do mesmo, não-vida normalizada e entretida quotidianamente pelos anestesistas-reanimadores do espetáculo”. Avaliando o Fórum Social Mundial, o filósofo acentua que é imperativo que a insatisfação com a sociedade da mercadoria não se transforme, ela própria, em mercadoria.

**IHU On-Line – Que relações foram estabelecidas entre a crise financeira, a crise energética, a climática e a alimentar no Fórum Social Mundial em Belém do Pará?**

**Raphael Alvarenga** – O que já era óbvio para alguns, mas não para todos, e que chega a ser banal, é que todas as crises atuais remetem à crise fundamental e estrutural que é a do sistema do capital, que, como já havia previsto Marx, se encontra numa dificuldade crescente de realizar a mais-valia no momento de máximo desenvolvimento das forças produtivas. É impossível abordar fenômenos como o desemprego estrutural, a flexibilização e a precarização do trabalho, ou ainda a “virada financeira” da economia mundial, sem se remeter às determinações da produção, no caso à terceira revolução industrial de meados dos anos 1970 (microeletrônica, bioengenharia, robótica, nanotecnologia de modo geral).

No que concerne à crise energética, alguém ainda ignora que a quantidade de energia necessária à reprodução da vida é definida e determinada pelo modo de produção vigente? Alguém duvida que a crise climática e ecológica de maneira geral seja um resultado direto da utilização de meios baratos, mas altamente destrutivos, na exploração máxima de recursos naturais com vistas a se permanecer competitivo no mercado? E a crise alimentar não é o fruto desta marca registrada do capitalismo desde os primórdios de sua existência, a saber, da destruição dos meios tradicionais pelos quais populações do mundo todo teriam condições de enfrentar a penúria, destruição à qual se soma o bloqueio violento do acesso direto aos recursos naturais e à riqueza social? A crise é indivisível, só não vê quem não quer.

**IHU On-Line – Quais soluções foram discutidas para uma mudança de postura que mitigue essa situação calamitosa?**

**Raphael Alvarenga** – É preciso ter em mente que em Belém o número de atividades, palestras e oficinas tendo lugar ao mesmo tempo, com a participação dos mais variados movimentos sociais e grupos militantes de todo o mundo, foi, como sempre, muito grande. Grande demais para que um só indivíduo pudesse se inteirar de tudo o que acontecia durante aqueles dias. Nesse sentido, minha experiência é obviamente muito subjetiva. Só posso falar do que pude ver, ler e discutir durante o Fórum.

Não obstante, a posição de observador particular, uma ideia me pareceu predominar na maior parte das discussões de que pude me inteirar. Para grande parte dos movimentos, não se trata mais de salvar o sistema, visto ser ele próprio o causador da situação calamitosa atual. O que significa dizer que o problema não é o “neoliberalismo” – última expressão política do capital –, mas a própria lógica da acumulação capitalista, que, desde o século XVI, vem devastando tudo o que pinta pela frente na perseguição de uma finalidade autotélica irracional e externa às necessidades sociais e sensíveis: a valorização do valor. Quando esta entra em pane – é posta em pane pela própria lógica do capital –, a capacidade destrutiva do sis-

tema parece não ter limites. Essa compreensão coletiva das raízes do problema é o começo, diria mesmo que é o mínimo, um passo indispensável na direção de uma transformação qualitativa radical da sociedade.

**IHU On-Line – Poderia explicar com mais detalhes por que afirma que a expressão “desenvolvimento sustentável” é um engodo?**

**Raphael Alvarenga** – Não é só a expressão “desenvolvimento sustentável” que é um engodo; a própria noção de “desenvolvimento”, *sans phrases*, é em si uma impostura, como antes dela as noções de “civilização”, “progresso”, “industrialização”, “modernização”, “crescimento”... servindo *tour à tour* a legitimar o esbulho capitalista de sempre. Antigamente, se achava que um país pobre e marginal pudesse atingir o nível de desenvolvimento dos países ricos do centro se industrializasse sua produção e, na medida do possível, se suas instituições se modernizassem. Seria, por assim dizer, um processo natural, uma questão de tempo.

Hoje, sabemos que isso foi um ledo engano. Industrialização periférica nunca foi garantia de ingresso no clube restrito dos grandes acumuladores do mundo. Sabemos por experiência que o mínimo reboiço nas esferas produtiva e financeira no coração do sistema é o bastante para mandar um país já todinho industrializado (Argentina, Chile, Brasil) à condição originária de país marginal no desenvolvimento desigual e combinado das nações. A lei da ordem mundial capitalista é e sempre foi a competição entre grandes acumuladores pelo monopólio ou oligopólio dos excedentes de valor produzidos mundo a fora, na periferia ou no centro. Competição que pressupõe e resulta em polarização, hierarquia e periferização, isso tanto no interior das nações como a nível internacional.

**Resumindo:** a ideologia do desenvolvimento – noção que hoje vem acompanhada do adjetivo “sustentável”, com o qual se incorpora e se neutraliza o discurso ecológico – serve no fundo para garantir a dominação de classe a nível nacional e a projeção de poder oligárquico no plano inter-

nacional. Ou alguém ainda se ilude quanto à possibilidade de se redistribuir riqueza oligárquica, ainda por cima num país como o Brasil, onde heranças coloniais da dominação direta se combinam sem problema com as mais modernas estruturas de dominação capitalista?

**IHU On-Line – Nesse sentido, a saída seria, então, o decrescimento, como propõe o sociólogo francês Serge Latouche?**

**Raphael Alvarenga** – No capitalismo, o decrescimento é impossível; trata-se de um sistema que só sobrevive caso se expanda continuamente. No contexto atual, quando um político pronuncia a palavra decrescimento, sente-se logo o mau hálito ideológico. “Alte Scheisse in neuen Kleidern”, dizia Marx, ou em termos mais polidos: velhas porcarias vendidas com nova roupagem. Quero dizer com isso que, se outrora nossos avós se sacrificavam em nome da civilização, do progresso, do desenvolvimento nacional, hoje a bola da vez é a ecologia e a conservação do meio ambiente, em nome das quais o cidadão que se preze se verá obrigado a apertar um pouco mais a fivela para... salvar o capitalismo.

Assim como aconteceu com a cultura e o ideário de 1968 a partir do fim dos anos 1970, que acabaram por se acasalar com o novo management flexível, agora é a ecologia que vem se integrar naquilo que Paulo Arantes chamou, na esteira de Adorno, jargão da autenticidade empresarial-cidadã. A voga agora é produzir de maneira ecosuficiente, isto é, respeitando normas ecológicas, mas sem perder em eficiência, óbvio, para que se possa continuar a... produzir; pede-se igualmente que se consuma um pouco menos e de forma consciente, para que se continue a... consumir. Prega-se assim uma sociedade alegremente frugal e convivial, como aquela em que supostamente viveram nossos pais, nos gloriosos anos do pós-guerra.

Salta aos olhos a contradição do atual discurso do decrescimento. Sob o pretexto de salvar o planeta e a “boa velha convivialidade”, tal discurso visa, ao mesmo tempo, salvar o fundamento responsável pela destruição sistemática da natureza e das relações humanas, que não é outro senão

que o nexos social capitalista. Enquanto este não for questionado, problematizado e superado por uma práxis transformadora, discursos como este, “progressistas”, só levarão a um maior controle social e político.

**IHU On-Line – Como seria possível subverter a equação perversa do capitalismo e tornar o decrescimento uma alternativa para a salvação do nosso planeta?**

**Raphael Alvarenga** – Dentre as perguntas que volta e meia vêm à tona quando se critica de maneira radical a sociedade presente, e que demonstram cabalmente o grau zero de imaginação a que chegamos, estão: “Mas o que se pode fazer, afinal?”; “Como proceder então?”; “Onde está a saída?”. É como se tivéssemos nos tornado incapazes de imaginar algo melhor do que o mar de pacotilhas desoladoras que inunda e devasta a vida cotidiana e no qual se afogam justamente sonhos de um mundo mais digno e humano.

Para subverter a equação perversa do capitalismo, se faz necessário primeiramente uma teoria crítica profunda, que determine e especifique o objeto de sua negação e que contribua à formação militante. No contexto atual, e é dele que devemos nos ocupar, existem, além disso, duas grandes medidas a serem tomadas contra a sociedade dominante, e que devem ser conjugadas para surtir efeito durável.

A primeira, que pode soar estranha aos ouvidos não acostumados, é se organizar contra e para além do trabalho, o que implica desertar coletivamente o regime da mobilização permanente, que aliás não concerne somente à esfera produtiva. Muita gente da minha geração, em Buenos Aires, Salvador, Barcelona e Berlim, já começa a viver relativamente bem sem essa ficção descabida. Para começo de conversa, não somos precarizados, visto ser a precariedade uma característica ligada à atual roda-viva alucinada do trabalho, hoje a única mercadoria que o sistema oferece descaradamente a conta-gotas. Por isso, já não mais contamos com aposentadoria, com direitos trabalhistas, e menos ainda com o direito ao trabalho. O discurso da “inclusão social” através da “geração de empregos”, enormidade de uma socieda-

de do trabalho sem trabalho, nos insulta. Simples assim, não queremos mais ouvir falar dessa danação. A convicção que nos une é a de que o esgotamento da mercadoria-trabalho no processo produtivo capitalista é sinal que as bases materiais para sua superação efetiva estão postas. Acreditamos assim que a reelaboração a um tempo pulsional e moral de uma nova subjetividade social só pode ter lugar se as atividades criativas e produtivas forem libertadas da redundância despótica do valor cobrado pelo capital.

### **Informação X mercantilização**

E por aí chegamos à segunda medida, que concerne à libertação da riqueza socialmente produzida pela inteligência humana da mortalha do valor. Segundo Paulo Arantes, cujos passos estou seguindo aqui, isso aconteceria caso os protagonistas do trabalho com informação – que é a falsa mercadoria da vez – deixassem de ser prisioneiros da tentação rentista. Porque sem o conhecimento mobilizado pela inteligência humana, explica Arantes, qualquer banco de dados vira um arquivo morto. O que significa isso na prática? Que o poder de veto que prelude uma ruptura radical com a sociedade do capital passa pelo fato de o valor de uso de uma informação residir na interação social: divulgada num ambiente mercantil, a informação se desvaloriza completamente.

Se a junção se der, em larga escala, entre a recusa coletiva da mitologia produtivista e o acesso direto e não-hierárquico à riqueza social uma vez aberta a caixa-preta do mundo digital, é bem possível, mesmo provável, que o espectro do capitalismo e suas formas fantasmagóricas deixem de nos assombrar. Esse me parece ser o caminho das pedras.

### **IHU On-Line – Que medidas estão sendo tomadas a partir do FSM para tornar um outro mundo possível na prática?**

**Raphael Alvarenga** – Não vejo o Fórum como um *locus* da transformação social, mas antes como um espaço internacional de contestação, discussão, reflexão crítica coletiva e troca de infor-

mações e conhecimentos, no qual indivíduos e grupos do mundo todo contribuem com suas próprias experiências e procuram dar uma expressão política mais ampla a seus interesses, desejos de mudança e potenciais rebeldes. Numa palavra: trata-se de um “espaço público oposicional”, expressão cunhada por Oskar Negt e Alexander Kluge para designar espaços públicos que se oponham ao espaço público burguês, no qual o interesse das classes proletárias aparece necessariamente sob a forma de um enorme amontoado de interesses privados, nunca como um modo de criação coletiva de formas qualitativamente outras de participação e consciência política. Segundo os mesmos autores, só a força associativa de mulheres e homens religando seus interesses enquanto indivíduos ao bem comum teria condições de produzir um espaço público crítico e democrático, um espaço de discussão, pesquisa coletiva e criatividade social. Apesar de todos os defeitos, o FSM me parece caminhar nesta direção.

### **IHU On-Line – Você fala que somos conscientes do que há por trás do consumo, e mesmo assim continuamos a consumir, e em excesso. Por onde passaria uma mudança de atitude?**

**Raphael Alvarenga** – Não se trata só de uma mudança de comportamento no sentido que habitualmente se dá a este termo, tampouco de uma moralização de atos individuais, de uma conscientização para o chamado “consumo consciente”. O feitiço/fetice do valor – entendendo-se por valor o nexos social dominante na sociedade da mercadoria – não será quebrado meramente com conscientização; não é questão de consciência. Isso deve ficar claro. Tampouco será a práxis transformadora fruto de um qualquer voluntarismo, mas antes de um longo processo de mediações produtivas, que por sua vez é uma questão de práxis social efetiva, onde esteja premente a consciência possível, para dizer como Lukács, historicamente possível, que nada tem a ver com consciência moral ou com uma qualquer concepção idealizada da natureza humana.

Não sei se respondo à sua pergunta, mas chamaria a atenção para o seguinte fenômeno:

quando o descaso das autoridades governamentais com relação aos mais pobres se torna manifesto, seja na Argentina pós-apagão econômico, seja na Nova Orleans pós-Katrina, a evidência da auto-organização parece ressurgir. Quem sabe com o agravamento da presente crise mundial não surjam, em escala internacional, novas e antigas formas de solidariedade, redes auto-organizadas de entreatajuda produzidas por uma sabedoria social espontânea?

A saída, então, só pode estar na quebra da inércia da segunda natureza multissecular, que não é outra senão que a da insociável sociabilidade capitalista, o que só acontecerá através da negação prática e coletiva da vida anemizada e atomizada que levamos em nossos desertos residenciais. Está mais do que na hora de dizermos um “não” a esta vida que não vive, darmos um “basta” à não-vida do trabalho alienado ou da ausência do mesmo, não-vida normalizada e entretida cotidianamente pelos anestesistas-reanimadores do espetáculo.

**IHU On-Line – Por que razão o FSM também esteve prestes a se tornar uma mercadoria? Hoje a situação é diferente? Por quê?**

**Raphael Alvarenga** – Essa não é uma particularidade do FSM, mas sim uma tendência por assim dizer “natural” numa sociedade cuja organização da produção tenha por *a priori* a mercadoria. A partir do momento em que a força humana de trabalho se transforma em mercadoria, tudo, em princípio, pode por sua vez se tornar mercadoria: saúde, moradia, educação, arte – inclusive os sonhos, a revolta, a contestação.

A capacidade da sociedade capitalista de assimilar forças contestatórias é de fato imensa. Basta pensar na história do movimento operário, na sua integração à sociedade do consumo, ou então nos movimentos identitários: feminista, afrodescendente, gay, queer, os quais, em certa medida e até certo ponto, acabaram por se tornar novos nichos do mercado pós-moderno, que soube explorar muito bem o fetichismo das identidades culturais.

Voltando à sua pergunta, a partir do momento que investimentos privados começam a fazer parte da organização do FSM, o conteúdo do mesmo não fica imune. É uma tendência contra a qual

é preciso lutar. A autonomia do Fórum é condição indispensável de sua legitimidade. Já assistimos ao filme da “anarchy for sale” (título de uma canção do grupo Dead Kennedys nos anos 1980). É imperativo não deixar que a insatisfação com a sociedade da mercadoria se transforme ela própria em mercadoria.

**IHU On-Line – O FSM deste ano experimentou uma renovação, ou melhor, um retorno às suas origens?**

**Raphael Alvarenga** – Não vejo como um retorno às suas origens – vale dizer, um fórum internacional alternativo, privilegiando a dimensão social, por isso mesmo oposto à política econômica propagada pelo Fórum de Davos – possa ser experimentado como uma renovação. O deste ano foi sem dúvida um Fórum diferente dos demais, por causa da magnitude da crise mundial. Ao mesmo tempo, ouviu-se certas declarações meio arrogantes, além de ingênuas, do tipo: “Viram só como tínhamos razão! Os poderosos de Davos se enganaram! O mercado sem amarras não traz prosperidade, e sim a precarização de todas as esferas da vida”.

E alguém lá ignorava isso? É o próprio do atual capitalismo-cassino o ímpeto suicida. Os agentes de mercado não só não desconheciam as consequências sociais e ecológicas desastrosas do capital financeiro correndo o mundo sem freios, como estavam bem cientes dos riscos de perda pessoal. Quem não sabia no que dariam as políticas de crédito e a especulação imobiliária? Talvez não se imaginava que o buraco fosse ser tão grande, o que não impede que ninguém duvidasse que um dia a conta chegaria e que alguém teria de esvaziar os bolsos para pagar.

Voltando ao FSM, a novidade maior, creio eu, talvez tenha consistido na centralidade dada à questão ecológica, como já disse, agora associada à compreensão da crise como indivisível, como crise da sociedade capitalista em todas as suas dimensões.

**IHU On-Line – Em que sentido a não compreensão da superação da sociedade atual como um imperativo histórico pode tornar tarde demais ações contra o capitalismo?**



**Raphael Alvarenga** – No sentido de que só temos este planeta para viver e que se não pusermos um fim à marcha de destruição em curso – marcha irreversível dentro de coordenadas capitalistas, principalmente depois da terceira revolução industrial –, daqui a poucas décadas não restará ninguém para contar a história.

**IHU On-Line – Qual é a importância da participação e do diálogo entre os quatro chefes de Estado, de esquerda, no FSM: Chávez, Correa, Lugo e Morales?**

**Raphael Alvarenga** – Começo a resposta por um comentário de Boaventura de Sousa Santos, que chamou atenção para o problema da visibilidade do Fórum, de sua influência sobre a sociedade e do risco de se tornar irrelevante. Que o evento não apareça senão em poucas linhas e imagens da grande mídia, em geral de forma depreciativa, é compreensível: há muito se sabe que numa sociedade de classes a opinião dominante é a opinião das classes dominantes, um reflexo de sua mentalidade e de suas práticas. Sendo o FSM um vetor de denúncia das mazelas da sociedade capitalista global, é “normal” que não apareça como deveria nos principais meios de comunicação, atrelados que são aos interesses das elites. O fato de não aparecer, senão como caricatura, na grande imprensa e nos principais canais de televisão, não torna de modo algum o evento irrelevante, pelo contrário.

Isso posto, é inegável que a participação dos presidentes em questão trouxe uma maior visibilidade para o Fórum do que sem a vinda deles, mas assim se confirmou a já esperada superinflação de tal presença pela mídia dominante em detrimento de atividades e discussões paralelas, de longe mais importantes e significativas. Ademais, o grande encontro dos presidentes – do qual também participou Lula – entretém uma crença pequeno-burguesa, que, a meu ver, contradiz o espírito do FSM, a saber, de que o futuro do mundo e a resolução dos problemas da humanidade residiriam nas mãos de governantes e chefes de Estado.

Nesse ponto, tem razão Marina Silva em afirmar que não podemos mais depositar nossas esperanças na figura de líderes – o que, diga-se de

passagem, vale também para o “imperador negro”, como chamam Obama em Cuba. O processo político, lembrou ainda a ex-ministra do meio ambiente, deve ser policêntrico, ou seja, a transformação social não deve ocorrer tão-só de cima para baixo. Até porque, para os grandes líderes – e isso não só na América Latina, obviamente –, o ideal de sociedade continua sendo aquele, jurássico, baseado no crescimento econômico constante (só que “sustentável”), na mobilização para o trabalho e na criação de empregos, pouco importando, aliás, o conteúdo dos mesmos: catador de lixo, webdesigner, flanelinha, dançarina de funk, professor de escola pública, fabricante de armas, massagista, fritador de hambúrgueres, babysitter ou prostituta... “Qualquer emprego é melhor do que nenhum”, segundo a antológica *boutade* de Bill Clinton.

Então, a luta por uma nova sociedade deve se travar em diferentes frentes e embora ache que não devemos abandonar sem mais nem menos os recursos do Estado nas mãos das elites, precisa ser muito ingênuo para se crer que uma transformação qualitativa da sociedade ocorrerá no interior da decadente forma política burguesa.

**IHU On-Line – E qual é o significado da ausência de Lula nessa discussão?**

**Raphael Alvarenga** – A discussão em questão, com Lugo, Correa, Morales e Chávez, foi proposta e organizada pelo MST, e, se Lula não foi convidado a participar, a razão é simples: ao contrário dos outros países ali representados, o Brasil não faz parte da Alba (Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe), que seria o tema central abordado. Não creio que na ausência do presidente brasileiro haja um significado maior para além deste fato.

**IHU On-Line – Em termos latino-americanos, como podemos compreender a eleição de quatro líderes de esquerda em menos de dez anos? Nosso continente é o canteiro para o renascimento do socialismo?**

**Raphael Alvarenga** – Há quem sustente que em tal fenômeno tenha pesado uma certa “mudança de consciência coletiva” frente à intensificação da

desintegração social e da degradação ecológica em curso. Mas não é uma explicação que me convence. A questão para mim é outra: no contexto atual, uma vez no poder, partidos de esquerda ideologicamente consistentes fazem ainda alguma diferença? Quero dizer, são qualitativamente superiores aos demais, da direita? Deixo ao leitor se decidir. Só chamaria a atenção para o seguinte: as exigências globais da acumulação capitalista e a decorrente gestão nacional da miséria deixam pouca margem de manobra para reformas sociais não triviais.

América Latina como canteiro para o renascimento do socialismo? Penso que sim, que pode ser, mas não por causa da eleição de líderes de esquerda. A América Latina dos piqueteiros, dos sem-terras, dos zapatistas, essa sim pode vir a apresentar alternativas socialistas. Como disse, não acredito em mudanças estruturais vindas de cima, ainda menos nos moldes clássicos da política burguesa, que há muito deixou de ser deste mundo. Uma mudança qualitativa, se vier, virá de um grande movimento emancipatório transnacional, que deverá ter o cuidado de não se deixar paralisar numa nova unidade burocrática; um movimento sem falsa síntese, com envergadura política suficiente para opor, ao fim-de-feira capitalista,

uma alternativa social e ecológica radical e conscientemente formulada. Caso surja tal movimento, e a atual crise é quiçá propícia à sua emergência, é provável que se aglutinem em torno dele os rebeldes “sem causa” que somos, os insatisfeitos e indignados com a barbaridade que é a sociedade capitalista dita “em crise de legitimação”, no seio da qual só podemos nos reconhecer verdadeiramente na injustiça absoluta do fato de sermos rejeitados à margem da vida.

***IHU On-Line – Ainda nesse raciocínio, considera a América Latina a concretização da Utopia, de Morus, como Chávez assinalou, citando Bolívar em seu discurso no FSM? Por quê?***

**Raphael Alvarenga** – Só se for a concretização de uma má utopia, uma utopia às avessas. Não dá para levar a sério uma declaração dessas. Trata-se de um continente explorado até os ossos por séculos a fio, com feridas sociais e históricas profundas e não cicatrizadas, que nem de longe estão em vias de serem curadas. Aqui o estado de exceção, ou seja, a não-liberdade e a anomia social, sempre foi a regra. É uma enormidade pretender que estas terras de miséria, sofrimento e impotência sejam a utopia realizada.

## **“Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua”**

*Entrevista com Ricardo Antunes*

Ricardo Antunes é graduado em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas, mestre e doutor em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo, e pós-doutor pela University of Sussex. Em 1994, a Universidade de Campinas lhe concedeu o título de livre docente. Atualmente, é professor titular da Unicamp. Escreveu inúmeras obras sobre a questão do trabalho, dentre elas **Os sentidos do trabalho** (São Paulo: Boitempo, 1999), **Um esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT** (Campinas: Autores Associados, 2006) e **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho** (São Paulo: Cortez, 2008).

A crise já se apresenta no Brasil desde o final de 2008 e, com ela, demissões, mudanças na rotina do trabalho, propostas das empresas para mudar a legislação trabalhista, empréstimos do governo sem garantias de manutenção dos empregos e nenhuma intenção de diminuição dos lucros. Enquanto isso, sindicatos e centrais sindicais estão negociando com as empresas sem fortalecer a luta pelos direitos dos trabalhadores. É isso que o professor Ricardo Antunes pensa. “Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua. Não foi a classe trabalhadora que fez os saques dos capitais fictícios, que pegou dinheiro das empresas e aplicou na ciranda financeira, que criou um mundo que se prolonga na produção e que atinge essa ciranda financeira mundial. Então, por que a classe trabalhadora deve pagar o ônus da crise?”, questionou Antunes, na entrevista que concedeu à equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada nas **Notícias**

**do Dia** do site do IHU([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 9 de março de 2009.

### **IHU On-Line – Como o senhor vê a postura dos sindicatos e centrais sindicais diante das demissões que vêm sendo feitas em decorrência da crise financeira mundial?**

**Ricardo Antunes** – Tanto os sindicatos quanto as centrais sindicais não são homogêneas e é preciso, na análise, fazer as devidas diferenciações. As centrais sindicais, como a CUT e a Força Sindical, ainda que tenham diferenças na sua atuação, foram pegadas completamente de surpresa com relação à profundidade da atual crise que atinge o sistema do capital no seu âmago porque estavam, partícipes que são do governo Lula, crenentes que a crise mundial não afetaria o Brasil. Todos nos lembramos que a tese do governo Lula, até pouco tempo atrás, era de que o Brasil se encontrava refratário. Essa tese, porém, se mostrou tristemente grotesca. Elas não se prepararam para enfrentar esse período grave que estamos vivendo desde o final do ano passado. Houve demissões em massa na Vale do Rio Doce, Embraer e em tantos outros setores, como têxtil, de comércio, de turismo. Até o agronegócio sente a retração do mercado externo. Isso mostrou, então, a vulnerabilidade do Brasil neste quadro de crise. Como as centrais sindicais estavam crenentes de que essa crise seria de consequência pequena para o país, quando ela surgiu, foram pegadas de modo desprevenido.

Claro que as respostas são um pouco diferentes: a Força Sindical, como sempre, que talvez pudesse ser chamado de “Força Negocial”, mais do que depressa começou a aceitar redução de jorna-

da com redução de salário, aceitou o *layoff* com salário reduzido, ou seja, rapidamente começou a aceitar estas medidas do capital contra o trabalho. A CUT, oscilando um pouco, tem dito que é contra a redução da jornada de trabalho com a redução de salário e de direitos, mas, muitas vezes, por não ter preparado uma resistência mais forte dos trabalhadores, se encontra numa situação com poucas alternativas. A Conlutas, que é uma central sindical pequena, através do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, tem feito uma dura luta contra as demissões da GM, dos trabalhadores da Embraer etc. Essas comparações são interessantes para mostrar a diferenças entre as centrais sindicais.

### **IHU On-Line – Os sindicatos operam do mesmo modo?**

**Ricardo Antunes** – Quase sempre. Por exemplo: o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos tem tido uma clara posição em relação à crise e não negocia perda de direitos, porque não têm culpa sobre a atual crise. O capital quer acabar com a crise e ainda fazer uma brutal reestruturação produtiva que significa destruir ainda mais os direitos dos trabalhadores, reduzindo o contingente de trabalho, os direitos e permitindo, através da pressão pela flexibilização das leis trabalhistas, que não só os terceirizados sejam demitidos, mas que demissões em massa sejam realizadas sem que isto onere a empresa. Em síntese: em geral, as principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical, por caminhos diferentes, se mostraram despreparadas para resistir a esta crise com a intensidade que ela veio. O mesmo não aconteceu com a Conlutas.

Os sindicatos ligados à Conlutas, à CUT e à Força Sindical, pela pressão das bases, têm procurado oferecer alguma resistência. Para mim, as coisas estão funcionando da seguinte forma: as empresas chegam com um punhal, apontam no peito do trabalhador e nas costas colocam a parte afiada de uma espada na nuca, perguntando aos trabalhadores assalariados: “Você prefere uma apunhalada pelo coração ou uma espadada pela nuca?”. Se um sindicato está junto com o traba-

lhador, mostra que as empresas estão querendo tirar vantagem, isso não acontece dessa forma.

### **IHU On-Line – E como o senhor vê a atuação das centrais sindicais diante dos empréstimos do governo às empresas privatizadas?**

**Ricardo Antunes** – A Embraer lucrou milhões e milhões de dinheiro nesses anos como empresa privatizada. A Vale do Rio Doce tornou-se a mais importante produtora de minérios do mundo, acumulando um volume incalculável de dinheiro. O mesmo se deu com a Companhia Siderúrgica Nacional. Por que agora, ao invés de penalizarem os trabalhadores, elas não são forçadas a penalizarem os seus lucros. É hora não de cortar trabalho ou direito do trabalho, mas sim de cortar e reduzir a taxa de lucro. Todas essas empresas são ex-empresas públicas, que foram privatizadas em condições que a razão desconhece. Os sindicatos deveriam lançar uma campanha pela reestatização da Embraer, da Vale e da CNS. Mas, frente a essa crise, estão prestando um desserviço ao país na medida em que fazem o que é mais fácil.

### **IHU On-Line – Por que as centrais sindicais e os próprios sindicatos não fazem isso?**

**Ricardo Antunes** – Grande parte dos sindicatos tem uma política tímida, sem organização de base junto aos trabalhadores, sem dar importância à resistência de classe e acabam entrando no esquema do punhal e da espada. Eles começam a discutir qual é o menos ruim: a punhalada ou a espadada. Nós precisamos sair desta armadilha! Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua. Não foi a classe trabalhadora que fez os saques dos capitais fictícios, que pegou dinheiro das empresas e aplicou na ciranda financeira, que criou um mundo que se prolonga na produção e que atinge essa ciranda financeira mundial. Então, por que a classe trabalhadora deve pagar o ônus da crise? É importante que os trabalhadores encontrem nos seus sindicatos e nas centrais sindicais uma ferramenta que lhes dê apoio e suporte para resistir. Se não fizerem isso, o gerente da empresa irá dizer: “Ou vocês aceitam a redução da jornada de trabalho e a redução de salário ou serão demitidos”.

**IHU On-Line – Quer dizer que, de certa forma, os sindicatos perderam o vínculo com suas bases?**

**Ricardo Antunes** – O flagelo maior da classe trabalhadora é o desemprego. Não há coisa pior para a classe trabalhadora. Ela pode ter empregos precários, mas pior ainda é o desemprego. Então, neste momento, a maioria dos sindicatos não têm mostrado a situação real das empresas, que elas estão escondendo informações e estão jogando a crise em cima dos trabalhadores. Assim, as empresas aproveitam a situação para fazer uma nova reestruturação produtiva contra os trabalhadores. O mundo das empresas é uma verdadeira guerra, por isso elas fazem essa política de custos penalizando os empregos e os trabalhadores. Os sindicatos que não avançam nessas bandeiras mais confrontacionistas é porque perderam o vínculo com as suas bases. Assim, tornaram-se cupulistas, institucionalistas, governistas, dependem dos FAT's, do imposto sindical. Nesta hora, suas ações mostram sua fragilidade. Os sindicatos que mantiveram vínculos com as bases e algum nível de organização têm conseguido resistir mais. Os outros, que seguiram o caminho da burocracia, estão em maus lençóis.

**IHU On-Line – Professor, por que a luta dos trabalhadores, na década de 1980, parecia tão real e, hoje, certas vezes, parece um pouco utópica?**

**Ricardo Antunes** – De 1990 para cá, o mundo virou de cabeça para baixo. Houve crise estrutural do sistema capitalista, reestruturação produtiva de amplitude global, neoliberalismo criando o ideário da privatização e da financeirização, flexibilização/destruição/precarização da classe trabalhadora, altos índices de informalidade em escala mundial, o fim da URSS e o “fim do socialismo” (como considerou a mídia). Todo esse caldo cultural, nos anos 1990, trouxe transformações muito profundas. E, fundamentalmente, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva vieram as ideias de que o trabalhador não é mais um trabalhador, mas sim um colaborador. Cada colaborador deve por si resolver os seus problemas. Instaurou-se, desse modo, uma competição infernal dentro das

fábricas para calcular justamente qual trabalhador é mais competitivo do que o outro. Ou seja, criou-se um exército de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados com poucos ou mesmo sem direitos e não trouxe o temor do desemprego. Seria impossível que este conjunto de elementos que menciono aqui não afetasse a organização, a consciência e os projetos da classe trabalhadora. Por isso, tenho dito, já há algum tempo, que estamos desafiados a compreender a nova morfologia do trabalho.

**IHU On-Line – E os sindicatos têm espaço entre essa nova classe trabalhadora?**

**Ricardo Antunes** – Neste novo desenho da classe trabalhadora, é evidente que existe espaço para os sindicatos. Esses, afinal, são uma ferramenta do trabalhador e ele precisa dela nesses momentos. A classe trabalhadora precisa dos sindicatos sempre, especialmente nessas situações críticas. No entanto, qual é o sindicato que ela precisa? O sindicato da conciliação? O sindicato negocial? Ou o sindicato da defesa vigorosa dos seus direitos? Veja bem: muitas pessoas dizem que o sindicato precisa negociar, afinal a situação é difícil para as empresas. Então, as empresas vêm aos sindicatos e dizem: vamos desempregar, reduzir salários, flexibilizar. Mas os sindicatos devem apresentar o oposto: o momento é de corte nos lucros, de diminuir os ganhos do capital, porque o direito ao trabalho é um direito sublime, constitucional. Como é que mais de 80 milhões de pessoas que constituem a classe trabalhadora ativa brasileira irão sobreviver se não tiverem o direito sublime do trabalho.

Nós nem estamos discutindo agora as condições e dignidade desse trabalho, mas precisamos preservar a existência do trabalho. Os capitais acham que discutir a redução de jornada com redução de salário é normal para o trabalhador. Pois bem, os sindicatos devem apresentar essa contraproposta: redução da jornada de trabalho sim (aliás, há muito que os sindicatos defendem isso) e dizer não à redução dos salários! Essa é a contraposição. Assim é que o patronato vai perceber que a coisa não é tão fácil. Quando a Embraer demitiu esses funcionários, a Justiça do Trabalho

pediu explicações, que a empresa está se negando a dar. A Justiça do Trabalho está exigindo que a Embraer justifique porque ela está demitindo e qual é a situação, pois a empresa não está falindo. Se a Embraer está numa situação tão desesperadora, que ela seja reestatizada de novo, como está acontecendo com os bancos e outras empresas na Europa.

### **Estatizações e reestatizações**

O governo deveria ser mais ousado e corajoso e dizer para a Embraer que, se a situação está tão difícil, é necessário fazer com que a Embraer (e também a Vale do Rio Doce) volte a ser estatal. A General Motors e todas as outras empresas que dependeram de auxílio público não podem demitir. O governo deveria ser muito mais ousado. Repare nas ações que os governos venezuelano e boliviano vêm tomando. São medidas muito mais corajosas e ousadas do que adotadas pelo governo Lula. Frente ao desabastecimento, as empresas boicotando na Venezuela a produção do arroz, o governo Chávez interveio nas empresas e passou a ter o controle. A mesma coisa aconteceu no governo Morales. Quando foi eleito e percebeu uma exploração intensificada da Petrobras e de outras empresas de petróleo em relação ao seu gás, o governo nacionalizou o recurso. É mais ou menos esse o desenho que temos que fazer aqui no Brasil.

O governo Lula reduziu o IPI para a produção de automóveis. Mas devia tê-lo condicionado, ou seja, só teriam redução de IPI as empresas que não demitissem nenhum trabalhador. Evidentemente, esse governo passa longe disso, porque é um governo de conciliação, que tenta garantir os fortes interesses do capital, da parcela mais pobre do país de forma assistencialista e não toca nos pilares da barbárie brasileira. A alternativa é dos sindicatos, das lutas sociais, dos movimentos dos tra-

balhadores e sociais. Nós estamos vendo agora, paralelamente a isso, uma campanha brutal de demonização e criminalização do MST. Num país onde a corrupção e o desmando é a regra, temos de ouvir e aceitar que o MST é o culpado por receber indevidamente verbas públicas. Este é o cenário conservador que estamos vivendo hoje, e as empresas se utilizam dele. Daí a necessidade de se retomar um sindicalismo compatível com o século XXI, que compreenda a nova morfologia do trabalho e que a situação atual está colocando as questões vitais na mesa.

Veja a situação estrutural que em que nos colocamos: se as empresas continuarem, demitindo o desemprego chegará a níveis brutais. O desemprego chegará num nível ainda mais agudo. Se a produção for retomada, ou seja, se, por algum motivo, tivermos no próximo período uma retomada da produção – o que eu, particularmente, não acredito –, viveremos um aquecimento global insuportável. Assim, “se correr o bicho pega, se parar o bicho come”, porque se produzir mais a lógica destrutiva e descontrolada descompensará ainda mais o nosso modo de produção e de vida. Se continuar desempregando, penaliza os trabalhadores. Isso obriga, então – por isso é uma crise estrutural, muito mais do que uma crise do capital financeiro –, os sindicatos a fazer algumas coisas: compreender a nova morfologia do trabalho e suas questões vitais, lutar pelas reivindicações contingentes e imediatas. É preciso começar a refletir sobre como devemos iniciar uma discussão mais profunda em direção a construir um novo modo de vida e produção que dê sentido a humanidade. Essa é uma questão vital. Alguns sindicatos, passada a paralisia da última década e meia, começam a perceber que precisamos voltar a ter uma discussão mais profunda sobre os caminhos da sociedade, para além das questões do dia-a-dia (maior ou menor salário, maior ou menor direito etc). Precisamos saber para qual sociedade estamos olhando.

## **É preciso construir alternativas de produção e distribuição de riquezas**

---

*Entrevista com Jonas de Oliveira Bertucci*

*Jonas de Oliveira Bertucci possui graduação em Ciências Econômicas, pelo Centro Universitário do Distrito Federal, e mestrado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Participou da equipe de coordenação do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atualmente, cursa o programa de doutorado em Sociologia, na Universidade de Brasília.*

*As políticas chamadas de neoliberais objetivaram o crescimento econômico, mas trouxeram também efeitos perversos sobre as relações sociais de trabalho, precarizando-o. Isso gerou uma perda de confiança no trabalho e na economia como um todo, analisa o economista Jonas Bertucci na entrevista que concedeu a Graziela Wolfart e Márcia Junges, jornalistas da equipe de comunicação do IHU e publicada nas **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 17 de fevereiro de 2009.*

*A crise mundial que hoje presenciamos “demonstra a necessidade de construção de alternativas de produção e distribuição de riquezas. A concentração, a desigualdade e a pobreza são os reflexos mais evidentes de uma sociedade que tem o lucro como orientação principal para sua produção econômica e para a satisfação de suas necessidades”, disse à reportagem. Ele sugere que o consumo de algumas camadas da população diminua, o que permitiria ampliar a qualidade de vida de todos. “O aumento na produção atualmente não é absolutamente necessário para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.”*

*Segundo Bertucci, “a sociedade atual cria indivíduos que tem o racionalismo e a eficiência como critério para tomada de decisões em quase*

*todos os momentos da sua vida cotidiana e que se orientam para um grande objetivo final – o sonho do consumo. A afetividade e a emoção perdem sentido. Muitos vivem para trabalhar e se destacarem em meio a uma realidade altamente competitiva e o próprio ato de (se) doar sem se esperar nada em troca é tido como tolice”.*

**IHU On-Line – O que caracteriza a atual crise do capitalismo? É possível estabelecer relações entre a crise do capitalismo, a crise do mundo do trabalho e a crise financeira internacional? O que explica esse caos mundial?**

**Jonas Bertucci** – Nas últimas décadas do século XX, os países capitalistas passaram por um processo de abertura comercial e pela flexibilização do mercado de trabalho. Essas políticas, chamadas de neoliberais, visavam gerar o crescimento econômico, mas, ao contrário, tiveram efeitos perversos sobre as relações sociais de trabalho, na medida em que crescia a instabilidade e que o estado do bem-estar social saía de cena, junto com uma série de proteções ao trabalho que ele garantia. Essa precarização gerava uma perda de confiança no trabalho e na economia como um todo.

Mais recentemente, vivemos os efeitos de um outro processo de liberalização, a financeira, que ocorreu paralelamente a este. Com a globalização dos mercados financeiros, a ampliação do campo de atuação dessas instituições se deu de modo tão rápido quanto o das multinacionais que buscavam se instalar nos países em desenvolvimento, buscando mão-de-obra barata. Isso significa que há uma teia de relações complexas que torna interdependente toda a economia mundial. Essa in-

terdependência existe desde o início do capitalismo, consolidado há pouco mais de dois séculos. Contudo, a velocidade com que os efeitos de uma crise são espalhados pelo mundo nunca foi tão grande.

**IHU On-Line – Com a crise do capitalismo, que mudanças o senhor vislumbra na estrutura do emprego e no mundo do trabalho a curto e longo prazo?**

**Jonas Bertucci** – É muito difícil prever a nova configuração do mundo do trabalho nas próximas décadas. O que se considerava antes como uma classe homogênea, o proletário, assume uma configuração altamente diversificada hoje, não sendo possível tratá-la como uma classe com objetivos e interesses imediatos comuns. Ao mesmo tempo, a produção dá lugar ao setor de serviços num quadro global de revolução das tecnologias de informação. Cada vez se produz mais e melhor. A quantidade de trabalho necessária para se satisfazer as necessidades básicas de toda a população se reduz, o que nos permite dizer, num cálculo simples, que todos poderiam trabalhar menos e se dedicar mais a atividades criativas – e serem mais felizes.

**IHU On-Line – A crise financeira internacional tem gerado estragos violentos no mundo do trabalho. Qual o desfecho dessa situação para os trabalhadores e para a humanidade?**

**Jonas Bertucci** – De um ponto de vista técnico, a fome é um problema que poderia ser resolvido há muito tempo. No entanto, isso não é tão simples. Trata-se de uma questão política e social, que não se resolve pela implementação de uma ideia vinda de uma mente brilhante. De um ponto de vista sociológico, é compreensível que a redução da jornada de trabalho e a redistribuição do lucro não sejam algo que será imediatamente aceito por todos. Mais do que isso, é possível dizer que tais medidas são contraditórias ao desenvolvimento capitalista. O resultado é o que já conhecemos: o desemprego e a pobreza ao lado da abundância.

**IHU On-Line – Nesse contexto de mudanças, a Economia Solidária pode ganhar algum destaque ou transformar esse cenário?**

**Jonas Bertucci** – No meio desse processo, uma das expressões dessas contradições é esse conjunto de atividades e práticas associativas, organizadas de maneira coletiva no campo e na cidade por trabalhadores excluídos dos meios formais de trabalho. Essas novas formas, conhecidas no Brasil como Economia Solidária, se organizam e se reproduzem em diferentes configurações pelo mundo e têm como ponto em comum o questionamento da relação de subordinação do trabalho capitalista – conhecida como “emprego” ou “trabalho assalariado”. Da autogestão do trabalho, passamos a uma ideia mais ampla da autogestão social.

**IHU On-Line – Para o senhor, a crise internacional já atingiu de modo intenso o mundo do trabalho ou maiores transformações irão ocorrer?**

**Jonas Bertucci** – Muitos acreditam que, pouco a pouco, a compreensão do emprego dará lugar a uma ideia mais ampla de trabalho, na medida em que se amplia o poder dos trabalhadores sobre os meios de produção e de decisão, seja pelas formas mais tradicionais (e indiretas) de participação acionária nos ganhos da empresa, seja pelo crescimento de alternativas coletivas, seja pelas experiências em conselhos comunitários que autorizam políticas de orçamentos participativos. Estes permitem o uso de recursos públicos mais bem coordenados com os interesses da população local, que se vê obrigada a refletir sobre seu futuro. Contudo, esta é apenas uma aposta, cujo resultado só pode ser resolvido na prática política e social.

**IHU On-Line – Para os otimistas, momentos de conflito podem gerar mudanças positivas. Em que sentido a teoria do valor trabalho pode ajudar a compreender atual crise?**

**Jonas Bertucci** – A teoria do valor trabalho foi elaborada para explicar o funcionamento do capitalismo, suas crises, a produção e distribuição de valores em uma sociedade baseada no mercado. A teoria continua válida, evidentemente. O que acontece é que esta é uma teoria para explicar sociedades capitalistas. Se outras formas de reprodução, que se baseiam em relações de produção não capitalistas, começam a se multiplicar, a lei do



valor começará a perder o sentido como meio de organização da atividade econômica e da vida – mas isso é um processo longo cuja forma e caminho é impossível prever.

**IHU On-Line – A crise do capitalismo sugere a construção de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social? Que mudanças são necessárias?**

**Jonas Bertucci** – A crise, historicamente, demonstra a necessidade de construção de alternativas de produção e distribuição de riquezas. A concentração, a desigualdade e a pobreza são os reflexos mais evidentes de uma sociedade que tem o lucro como orientação principal para sua produção econômica e para a satisfação de suas necessidades. No entanto, não podemos parar aí. Mesmo se não houvesse crises, seria preciso questionar, em todas as suas dimensões, a forma de convivência social na qual estamos hoje inseridos. A sociedade atual cria indivíduos que tem o racionalismo e a eficiência como critério para tomada de decisões em quase todos os momentos da sua vida cotidiana e que se orientam para um grande objetivo final – o sonho do consumo. A afetividade e a emoção perdem sentido. Muitos vivem para trabalhar e se destacarem em meio a uma realidade altamente competitiva e o próprio ato de (se) doar sem se esperar nada em troca (ao menos algo que não possa ser compreendido como útil) é tido como tolice. Nesse sentido, a saída não advém de uma resposta técnica, mas política, de um conjunto de escolhas mais ou menos livres que os próprios cidadãos precisarão fazer ao nível local e cotidiano, sem desconsiderar as restrições que o global os impõe. Não é possível, aqui, detalhar todos esses aspectos, mas é possível exemplificar, mais do que políticas em si, algumas orientações as quais, entre muitas outras, acredito que devem ser cada vez mais (per)seguidas de maneira coordenada e articulada neste novo milênio.

**Redução de consumo**

No campo macroeconômico-financeiro imediato, o Estado tem o papel de deter o pânico, res-

taurar a confiança e permitir medidas mais duráveis de reforma e re-regulação financeira que corrijam os excessos da liberalização dos anos 1980. Isso deve ser articulado a um esforço de melhoria dos serviços públicos, como saúde e educação (e não à sua privatização), assim como a uma mudança de orientação das políticas que se baseiam na ideia ilusória do crescimento econômico (ideologia a qual mesmo os governos ditos mais à esquerda tem dificuldade de superar).

Como discutimos resumidamente antes, o aumento na produção atualmente não é absolutamente necessário para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mais do que isso, talvez seja necessário reduzir o consumo de algumas camadas da população para se permitir uma ampliação da qualidade de vida de todos. Isso significa iniciar um amplo processo de redução/readequação equilibrada do nível de produção que orientaria a sociedade a desenvolver outras práticas de saúde, de lazer, alimentação etc. (o que traz à tona também a necessidade de regulação da emissão de poluentes e do sério problema ambiental que teremos que enfrentar).

Para exemplificar, é possível partir da problemática dos transportes. No campo das políticas urbanas, é perfeitamente possível e desejável reduzir o número de carros nas ruas (motivo de estresse e problemas de todos os tipos nas grandes cidades). Isso pode ser feito, implementando-se uma política de taxações que desincentivariam o uso do veículo, coordenada ao mesmo tempo com políticas estruturais que permitiriam um refluxo de recursos para alternativas de locomoção que favoreceriam o transporte público, em detrimento do transporte privado. Assim, também se revalorizariam os meios de mobilidade não motorizada, associado ao planejamento de ciclovias, espaços públicos de lazer e a medidas de facilitação da locomoção de pedestres. Num sentido ecológico amplo, este tipo de medida parte de uma visão sistêmica que vê no desenvolvimento local uma possibilidade de valorização de formas de produção, de cultura e de saberes populares autônomas, sem que se negue os avanços que a tecnologia pode oferecer.

## O último baluarte da ortodoxia no governo Lula é o Banco Central

*Entrevista com José Luís Oreiro*

*José Luís Oreiro é doutor em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, atualmente, diretor do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).*

*“O último baluarte da ortodoxia neste governo é o Banco Central. O regime de metas de inflação brasileiro precisa ganhar um contorno mais heterodoxo urgentemente, para não matarmos o crescimento econômico”, constata José Luís Oreiro, na entrevista que concedeu a Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008. Considerado um economista pós-keynesiano, Oreiro critica as metas econômicas do governo brasileiro e sugere um modelo com “metas de câmbio, política monetária discricionária à la Fed (ou seja sem um compromisso explícito com uma meta numérica de inflação) e política fiscal contra-cíclica”.*

**IHU On-Line – Como o senhor percebe o empréstimo concedido pelo Fed ao banco JPMorgan, que comprou o Bear Stearns, aceitando como garantia títulos chamados de “lixo tóxico”, vinculados a hipotecas, e levando em consideração a atual crise no mercado imobiliário?**

**José Luís Oreiro** – O Fed está apenas cumprindo a sua função básica de “emprestador de última instância” e de garantidor da solvência do sistema financeiro. Devemos ter bem claro que os mercados financeiros não são como os demais mercados da economia como, por exemplo, o mercado de automóveis ou de eletrodomésticos. O grande “insumo” utilizado pelas empresas do setor financeiro é a “informação” e nesses mercados a “in-

formação assimétrica” é muito forte. Isso significa que coisas como “contágio”, “comportamento de manada”, “profecias autorrealizáveis” são particularmente relevantes nesses mercados. Dessa forma, ao “salvar” um banco em dificuldades, o Fed não está simplesmente impedindo que “especuladores azarados” paguem pelas suas apostas arriscadas. O Fed está impedindo que problemas localizados se transformem numa crise sistêmica cujas consequências seriam catastróficas para a “economia real”. Se o passado é um bom guia para o futuro, o histórico de crises financeiras como a de 1929 mostra que uma crise desse tipo pode gerar uma contração de 10% do PIB. No caso dos Estados Unidos, isso é equivalente a 1,5 trilhão de dólares. Alguns bilhões gastos para se salvar um banco em dificuldades podem ser, na verdade, a medida mais inteligente para se evitar gastar centenas de vezes mais no futuro.

**IHU On-Line – Até que ponto o Fed e o governo devem subsidiar esses bancos? Por que o Estado americano tenta salvar essas instituições, mesmo elas apresentando um quadro de falência? O Estado deve defender um socorro público em larga escala para todos os bancos com problemas?**

**José Luís Oreiro** – O fundamental é impedir a crise sistêmica. Se para isso for necessário salvar uma dezena de bancos em dificuldades, então que assim seja. Eu acho uma irresponsabilidade muito grande criticar os programas de socorro aos bancos em momentos como o que estamos vivendo com base em argumentos como “isso é uma socialização de prejuízos”. Na verdade, a sociedade deve pensar esses programas de socorro aos

bancos em dificuldades como um seguro contra crises sistêmicas. É o mesmo princípio do seguro de automóveis.

Para que eu faço um seguro? Para que, no caso de meu carro ser roubado, eu não tenha um prejuízo igual ao valor integral do carro. Assim, estou disposto a pagar um certo percentual do valor do carro por ano para me proteger dessa possibilidade. O mesmo ocorre com os programas de socorro aos bancos. A sociedade utiliza uma parte dos recursos tributários para “salvar os bancos” e assim se precaver contra uma crise sistêmica, cujo custo é astronômico.

***IHU On-Line – Paul Davidson, economista keynesiano, diz que, atualmente, a atitude do Fed é a melhor alternativa para salvar o sistema do colapso. Para ele, o empréstimo conferido pelo Banco Central americano não está salvando uma única instituição, mas sim mercados financeiros. Segundo ele, se os bancos falirem, pessoas inocentes também sairão perdendo. O senhor também concorda com essa posição?***

**José Luís Oreiro** – Inteiramente. Esse é o ponto fundamental. Quando uma fábrica de automóveis vai à falência, perdem os donos da empresa, os trabalhadores e o governo (com a redução da arrecadação de impostos). Mas a falência de uma fábrica, em geral, não leva as demais a quebrar. Pelo contrário, dependendo do “espaço” deixado pela fábrica que quebrou, as restantes podem até mesmo aumentar a produção, contratar mais trabalhadores e lucrar mais. Não é o que acontece nos mercados financeiros. Quando um banco quebra, ocorre um abalo na confiança dos depositantes de outros bancos sobre a situação financeira dessas instituições. Isso pode gerar uma corrida dos depositantes para sacar os seus depósitos. Assim, uma crise localizada pode se tornar uma crise sistêmica, paralisando o sistema financeiro, produzindo a “evaporação do crédito” e resultando numa queda drástica do nível de atividade econômica.

***IHU On-Line – Considerando os ensinamentos de Keynes, que mudanças são necessá-***

***rias para regular o mercado internacional e desenhar uma economia que proporcione mais empregos para a sociedade?***

**José Luís Oreiro** – Precisamos de mercados financeiros mais regulados. Devemos dispor de instrumentos capazes de impedir uma expansão excessiva do crédito direcionada para a compra de ativos cuja oferta é relativamente inelástica como imóveis e ações. Uma proposta nesse sentido foi dada por um economista pós-keynesiano chamado Thomas Palley. Ele propôs, em 2006, a instituição de um requerimento de depósitos com base nos ativos do sistema bancário. A ideia é estender o depósito compulsório para todos os ativos dos bancos. Assim, ao invés de recolher apenas um percentual fixo sobre os depósitos a vista, os bancos deveriam recolher ao Banco Central um certo percentual sobre cada um dos ativos que possuem no seu portfólio. Dessa forma, se o Banco Central quiser desestimular o crédito imobiliário, por exemplo, ele precisaria apenas aumentar a alíquota do compulsório sobre todos os ativos lastreados em operações no mercado imobiliário. Isso teria o mesmo efeito que um imposto sobre essas operações, devendo desestimular as mesmas.

***IHU On-Line – Para o senhor, a crise econômica internacional pode afetar o Brasil? O país está preparado para enfrentar essa situação?***

**José Luís Oreiro** – Tudo irá depender do ritmo de desaceleração do crescimento da economia mundial, particularmente da China. Se a desaceleração da economia chinesa for forte, então o preço das *commodities* no mercado internacional irá despencar, fazendo com que o saldo da balança comercial se evapore. Nesse caso, o Brasil poderia se defrontar novamente com um déficit em conta corrente de 3 a 4% do PIB. A experiência brasileira mostra claramente que déficits em conta corrente dessa magnitude não podem ser sustentados por muito tempo. Assim sendo, estaríamos caminhando rapidamente para uma crise cambial, expressa por uma depreciação rápida e violenta da taxa nominal de câmbio, o que obrigaria o Banco Central a aumentar a taxa de juros para níveis bastante elevados, causando uma desacelera-

ção brutal do crescimento econômico e o aumento da dívida pública.

**IHU On-Line – O senhor concorda com a ideia de que o governo atual apresenta uma política econômica de duas faces: política fiscal desenvolvimentista e política de juros que visa apenas manter o controle da inflação?**

**José Luís Oreiro** – Concordo que o último baluarte da ortodoxia neste governo é o Banco Central. O regime de metas de inflação brasileiro precisa ganhar um contorno mais heterodoxo urgentemente, para não matarmos o crescimento econômico.

**IHU On-Line – Qual é a sua proposta para o tripé superávit fiscal, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação?**

**José Luís Oreiro** – Precisamos ter clareza de que não é possível derrubar o tripé da noite para o dia. A transição para um novo modelo macroeconômico deve ser gradual e deve ser precedida de certas pré-condições. O meu modelo macroeconômico ideal seria um modelo com metas de câmbio, política monetária discricionária à la Fed (ou seja sem um compromisso explícito com uma meta numérica de inflação) e política fiscal contracíclica. Mas eu não tenho dúvida de que se trata de um objetivo de médio a longo prazo. No momento, o que podemos fazer é flexibilizar o tripé. Primeiramente, é necessária uma flexibilização do regime de metas de inflação. Essa flexibilização envolve adoção do *core inflation*, aumento do prazo de convergência de 12 para 24 meses e o reconhecimento de que 4,5% é o centro da banda de inflação, não o seu teto. Essa flexibilização permitiria, mesmo nas condições atuais, a continuidade da queda da Selic.

Um outro problema gravíssimo é o câmbio. A taxa de câmbio encontra-se fortemente valorizada, o que terá impacto de médio e longo prazo sobre o saldo em conta corrente e o crescimento da economia brasileira. Precisamos corrigir esse desalinhamento. Aqui nos defrontamos com dois grandes problemas. O primeiro problema é que no marco atual de abertura da conta de capitais o Banco Central não pode controlar câmbio e juros

ao mesmo tempo. Ou controla os juros e deixa o mercado determinar o câmbio, ou controla o câmbio e deixa o mercado determinar a taxa de juros. Assim, para corrigir o desalinhamento cambial sem jogar fora, num primeiro momento, o regime de metas de inflação, o Brasil precisa adotar controles de capitais, tanto na entrada como na saída. O segundo problema é que a desvalorização do câmbio tem efeitos inflacionários. Para mitigá-los, será preciso, num primeiro momento, aumentar o esforço fiscal. Em outras palavras, na transição para o novo regime, o governo seria obrigado a aumentar a meta de superávit primário, digamos, para 5% do PIB. Para que isso não seja obtido por intermédio de uma redução do investimento público, é necessário que a economia adicional venha de uma redução no ritmo de expansão dos gastos de conta corrente do governo. Minha proposta é que se crie uma meta de expansão dos gastos de consumo corrente, e se responsabilize o Ministro da Fazenda pela sua obtenção. Uma proposta concreta, nesse sentido, seria uma meta de expansão nominal igual à meta de inflação definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Assim, quando a inflação superar a meta, o governo será obrigado a efetuar uma política fiscal contracionista, pois o PIB nominal irá crescer mais do que os gastos de consumo corrente. Seria uma forma de coordenar a política fiscal e monetária no sentido de gerar um crescimento sustentado com estabilidade de preços.

**IHU On-Line – Em que o senhor se sustenta ao comentar que o Brasil tem o sistema de metas mais conservador e intolerante do mundo? Qual sua proposta para mudar esse quadro?**

**José Luís Oreiro** – A experiência internacional com o Regime de Metas de Inflação mostra que vários países têm um regime mais flexível que o brasileiro. Por exemplo, vários países adotam *core inflation*, ao passo que o Brasil adota índice cheio. Também existem vários casos de países nos quais a convergência para a meta de inflação é definida para 18 ou 24 meses, ao passo que no Brasil é definida com base no ano calendário. Isso reduz muito a flexibilidade do Banco Central em responder

a choques. Num artigo que elaborei com o Marcos Rocha, da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), mostramos que regimes de metas de inflação mais rígidos estão associados com um crescimento menor da economia no longo prazo. Assim, um regime mais flexível deve levar a um crescimento maior. Minha proposta foi elaborada em conjunto com o Prof. Luiz Fernando de Paula, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e com o Gabriel

Squeff, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Achamos que o Brasil deve adotar um regime de metas de inflação mais flexível com base no *core inflation*, prazo de convergência de 24 meses, metas de inflação ajustável com base no cenário internacional etc. Nossa proposta foi apresentada recentemente num seminário na Universidade de Oxford e em breve estará disponível para o grande público.

## O combate à desregulamentação financeira americana.

### Ainda há tempo?

*Entrevistas com Reinaldo Gonçalves*

Reinaldo Gonçalves é graduado em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mestre na mesma área, pela Fundação Getúlio Vargas. Cursou o doutorado em Faculty Of Letters And Social Sciences na University of Reading, na Inglaterra. Atualmente, Reinaldo é professor do Instituto de Economia da UFRJ. Entre suas obras bibliográficas, destacamos **A economia política do Governo Lula** (Rio de Janeiro: Contraponto Editora. 2007), escrito com Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia.

Outras entrevistas concedidas por Reinaldo Gonçalves à **IHU On-Line** podem ser acessadas pela nossa página ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)):

\* **Fracasso para o governo, vitória para o povo brasileiro.** Entrevista publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 2 de agosto de 2008.

\* **O “voo da galinha” da economia brasileira, “sem rumo e sem prumo”.** Entrevista publicada na edição número 253, de 7 de abril de 2008, intitulada **Uniões homoafetivas. A luta pela cidadania civil e religiosa.**

\* **Política cambial. “Essa é uma anomalia do governo Lula”.** Entrevista publicada nas **Notícias do Dia** do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 12 de julho de 2007.

Publicamos, a seguir, três entrevistas do economista e professor Reinaldo Gonçalves. Na primeira, sob o título “O combate à desregulamentação financeira americana. Ainda há tempo?”, concedida a Patricia Fachin, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição

253, de 7 de abril de 2008, o economista acusa o neoliberalismo como principal responsável pela crise mundial. Ele destaca também o problema da desregulamentação do capital financeiro e comenta a necessidade de intensificar a fiscalização de bancos, fundos de investimentos, companhias de seguros e corretoras. “A fiscalização, tanto do Fed como de outras agências de governo, é fundamental”, considera. E acrescenta: “A questão operacional central consiste na transparência e divulgação de informações referentes às operações financeiras”.

Na segunda entrevista, sob o título “‘Capitalismo de compadres’. MP 443 e o balcão de negócios”, publicada nas **Notícias do dia** no site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 30 de outubro de 2008, o economista e professor Gonçalves reflete sobre as consequências da crise econômica para o Brasil e a América Latina e, ainda, sobre as estratégias traçadas pelo governo Lula para conter a expansão da crise no país. Para ele, o governo brasileiro subestimou a crise e afirma que “o argumento central é que a crise atual brasileira tem repercussões e está envolvida em incertezas críticas muito mais sérias do que aquelas implícitas nas medidas tomadas pelo governo Lula no imediato pós-crise nos Estados Unidos”.

De todas as medidas anunciadas pelo governo americano, Gonçalves diz que as mais significativas dizem respeito à re-regulamentação do sistema financeiro. Entretanto, se demonstra apreensivo quanto à aplicação das iniciativas. “Não é evidente que estas medidas serão implementadas com eficácia, visto que o sistema financeiro tem enorme poder e já está resistindo a pressões no sentido da sua regulamentação”, afirma o economista.

Na terceira entrevista, sob o título “O capitalismo é essencialmente um sistema irracional, insustentável e injusto”, concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, o economista considera o “salvacionismo apresentado pela fórmula ‘keynesianismo + regulacionismo’” como superado e insuficiente para acalmar os ânimos do mercado e reestruturar a economia. Na ótica da esquerda, alerta, “a saída está na ‘purificação’ do grande capital com recursos públicos financiados pela taxação dos ganhos do capital financeiro nos últimos anos, bem como na redistribuição de riquezas e na apropriação dos meios de produção estratégicos pelo Estado”. A alternativa, segundo o economista, é “a reestruturação do aparelho produtivo e a reconfiguração do poder econômico a favor da classe trabalhadora”. Nessa busca pela “purificação”, Gonçalves lembra que “recursos públicos não podem ser usados para salvar o grande capital sem condicionais que favoreçam o trabalhador”.

Ao comentar a possibilidade de investir novamente em políticas nacionalistas, ideia defendida por alguns intelectuais da esquerda, ele é enfático: “O nacionalismo é espaço preferencial dos quinta-colunas, porque o nacionalismo é o biombo para a proteção do grande capital e a maior exploração do trabalhador”. Nesse momento de turbulência e instabilidade internacional, nasce uma “excelente oportunidade para punir o capital”, ressalta o economista.

**IHU On-Line – Como o senhor percebe a crise norte-americana? Concorda com a teoria de que a maior economia do mundo está vivendo uma “crise terminal da hegemonia”?**

**Reinaldo Gonçalves** – Trata-se de uma crise provocada pela desregulamentação financeira, que tem impacto no lado real da economia. Neste sentido, é uma crise distinta das crises tradicionais do capitalismo que têm origem no excesso de capacidade de produção. Não é uma crise terminal e muito menos é uma crise de hegemonia.

**IHU On-Line – Como os Estados Unidos chegaram a esse ponto? A sua crise econômica é consequência da política neoliberal?**

**Reinaldo Gonçalves** – O neoliberalismo é, sem dúvida alguma, o principal responsável por esta crise. Dentre os principais elementos do neoliberalismo, está a desregulamentação, com ênfase no capital financeiro. Não é por outra razão que, no final de março, o governo dos Estados Unidos adotou medidas no sentido de aumentar a eficácia do aparato regulatório referente ao capital financeiro.

**IHU On-Line – A crise atual pode repetir o histórico dos anos 1970, em que, depois de uma longa crise, os Estados Unidos saíram fortalecidos?**

**Reinaldo Gonçalves** – Este cenário deve ser considerado, principalmente, se levarmos em conta que os grupos dirigentes estadunidenses podem aprender com os seus próprios erros. Na realidade, pode ocorrer a repetição, nem tanto dos anos pós-1970, mas principalmente da experiência do início do século quando os Estados Unidos deslançaram como potência mundial. Não devemos esquecer que o Banco Central dos EUA (Fed) foi criado em 1913 para combater crises financeiras provocadas pela desregulamentação.

**IHU On-Line – Como explicar o poder da economia norte-americana, levando em consideração que o país apresenta um sistema financeiro nacional desregulado e, ao mesmo tempo, é considerado a alavanca do crescimento global?**

**Reinaldo Gonçalves** – O poder dos Estados Unidos deriva, em primeiro lugar, da sua extraordinária base material (território, população e riqueza). Ademais, eles têm enorme dinamismo tecnológico e é o centro dos sistemas monetário e financeiro internacional. Deve-se considerar o poderio militar e a influência cultural, bem como a institucionalidade. O poder dos Estados Unidos tem muitos fatores determinantes e, no futuro previsível, é difícil conceber perda significativa de poder.

**IHU On-Line – Como o senhor avalia as mudanças anunciadas no megaplano de reforma do sistema financeiro dos Estados Unidos? Essas medidas evitarão outras turbulências?**

**Reinaldo Gonçalves** – Há medidas de curto e médio prazo nas esferas monetária, fiscal e creditícia que tendem a suavizar o impacto da crise. As medidas mais significativas só foram anunciadas recentemente e tratam, precisamente, da re-regulamentação do sistema financeiro. O problema é que não é evidente que estas medidas serão implementadas com eficácia, visto que o sistema financeiro tem enorme poder e já está resistindo a pressões no sentido da sua regulamentação. A questão é saber se o próximo governo levará a sério a política de re-regulamentação.

**IHU On-Line – A fiscalização do Fed no sistema financeiro será importante? Que medida deveria ser tomada para que a população norte-americana consiga superar a crise com poucos prejuízos?**

**Reinaldo Gonçalves** – A fiscalização, tanto do Fed como de outras agências de governo, é fundamental. A questão operacional central consiste na transparência e divulgação de informações referentes às operações financeiras, bem como critérios claros que balizem a conduta de bancos comerciais, fundos de investimento, bancos de investimento, companhias de seguros e corretoras. Trata-se de fiscalização e intervenção preventiva ou prudencial.

**IHU On-Line – Países que aderiram ao Nafta e ao Cafta, mais dependentes dos Estados Unidos, serão atingidos com mais facilidade pela crise internacional?**

**Reinaldo Gonçalves** – Países que têm forte dependência em relação aos Estados Unidos já estão sofrendo os efeitos da crise. O melhor exemplo é o México, que no ano passado teve crescimento econômico medíocre (3,0%), bem abaixo da média histórica do país e da média da economia mundial. A produção industrial do México, por exemplo, depende da demanda de peças e componentes por parte da indústria dos Estados Unidos. A desaceleração ou recessão nos Estados Unidos afeta diretamente a produção industrial e, portanto, a renda e o emprego no México.

**IHU On-Line – A expansão muito rápida do crédito e as taxas de juros elevadas contri-**

**buíram para o avanço da crise norte-americana. Esse cenário recorrente nos Estados Unidos explica a preocupação do governo em sugerir a contenção do crédito no Brasil?**

**Reinaldo Gonçalves** – A situação brasileira é completamente distinta. Nos Estados Unidos, a expansão do crédito foi determinada pela redução da taxa de juros, pela elevação da renda e pela desregulamentação. Ou seja, a expansão do crédito é causa, mas é, principalmente, consequência de fatores positivos (crescimento da renda, expectativas favoráveis e baixa taxa de juros). Por outro lado, a expansão do crédito no Brasil é causa do crescimento do consumo das famílias no contexto de crescimento medíocre da renda, com as taxas de juros mais elevadas do mundo e expectativas altamente voláteis. A contenção do crédito nos Estados Unidos é consequência da crise financeira. No caso do Brasil, a contenção do crédito tem na origem na pressão inflacionária e a deterioração das contas externas. Ambos os fatores derivam da falta de estratégia e erros de política econômica do governo Lula.

No caso dos Estados Unidos, a contenção do crédito deriva do erro que é a desregulamentação financeira, que tem origem nos anos 1980. A contenção no Brasil deriva do manejo macroeconômico equivocado do governo Lula. Nos Estados Unidos, o problema está nos valores (doutrina liberal) e nas pressões dos grupos de interesses (setor financeiro). No Brasil, os erros de política macroeconômica derivam das pressões dos grupos de interesses (bancos) e da própria ambiguidade e incompetência do governo Lula. Entre muitos problemas, o governo Lula gerou a trajetória de “voo da galinha”, com a economia sofrendo avanços e retrocessos, sem rumo e sem prumo.

**‘Capitalismo de compadres’.  
MP 443 e o balcão de negócios**

**IHU On-Line – O governo afirmou que o país está sofrendo forte especulação, assim como outros países emergentes. O que podemos esperar de consequências para o Brasil ainda dentro desta crise?**



**Reinaldo Gonçalves** – O Brasil tem enorme vulnerabilidade externa nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira. A blindagem do Brasil é falsa. É uma blindagem de papel crepom. As reservas internacionais correspondem ao valor da dívida externa, porém o passivo externo total é cinco vezes maior do que estas reservas. Somente o passivo de curto prazo é três vezes maior do que estas reservas. Além disto, com a liberalização financeira e cambial, estas reservas desaparecem em poucas semanas, pois qualquer um (estrangeiros e brasileiros) podem converter ativos monetário (reais), ativos financeiros e ativos reais em divisas estrangeiras (dólares) e enviar para o exterior.

**IHU On-Line – Qual a sua opinião sobre as medidas que o governo tomou em relação ao BB e CEF para com as instituições mais afetadas pela crise? É possível distinguir quais instituições são essas ou quais têm tendência para sofrer com as consequências da crise?**

**Reinaldo Gonçalves** – A Medida Provisória nº 443 (22 de outubro de 2008) permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal comprarem participação em empresas financeiras (bancos, seguradoras, empresas de previdência, capitalização etc.) e construtoras. As *asset management companies* (AMCs) podem ser instrumentos eficazes de reestruturação financeira. O caso bem-sucedido é o da Suécia, em 1992. Entretanto, a eficácia das AMCs depende não somente do marco jurídico e institucional, mas também da qualidade do quadro de administradores e da natureza dos ativos. Em outros países, as experiências com AMCs não foram tão positivas. Em países com má governança e “capitalismo de compadres”, o risco maior é o das AMCs se transformarem em balcão de negócios – bons negócios para grupos específicos e mal negócio – para o Tesouro Nacional. Portanto, cabe criar mecanismos públicos de supervisão das AMCs.

**IHU On-Line – O Brasil subestimou a crise?**

**Reinaldo Gonçalves** – A situação brasileira é particularmente grave em decorrência das vulne-

rabilidades e fragilidades do país, bem como dos erros de estratégia e política do governo Lula. Os países desenvolvidos defrontam-se com crises gêmeas (lado real e setor financeiro), enquanto no Brasil o espectro de crises e incertezas críticas é muito maior: crise no lado real, crise financeira, crise cambial, crise no setor de *commodities*, deterioração acelerada dos desequilíbrios de fluxos externos (balanço de pagamentos), elevado desequilíbrio de estoque (passivo externo de curto prazo), pressão inflacionária e risco de má governança.

Após a eclosão da crise no Brasil, o governo Lula tem se limitado a um conjunto de medidas que se enquadram na chamada “estratégia da linha de menor resistência”. Nesta estratégia, a maior parte das medidas tem viés pró-setores dominantes (bancos, agronegócio e construtoras). Não há dúvida que o governo Lula subestima os riscos de ocorrência de crise cambial e econômica ainda mais grave no país. O argumento central é que a crise atual brasileira tem repercussões e está envolvida em incertezas críticas muito mais sérias do que aquelas implícitas nas medidas tomadas pelo governo Lula no imediato pós-crise nos Estados Unidos. Não há dúvida que nos países desenvolvidos e, mais ainda no Brasil, a crise atual é multidimensional. Portanto, é necessário tomar medidas que efetivamente evitem a eclosão de uma mega crise cambial e econômica e que estejam à altura do potencial de destruição da crise.

**IHU On-Line – O senhor diz que a Bolívia e o Peru não sofrerão com a desaceleração da economia, que Paraguai, Colômbia e México terão forte desaceleração econômica e que Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai terão forte efeito de desaceleração. O que explica as consequências sobre estes países?**

**Reinaldo Gonçalves** – A análise do impacto da crise internacional na região destaca o nível da taxa de crescimento da renda e a sua desaceleração no período 2008-09. Três grupos de países podem ser identificados. No primeiro, estão os “sobreviventes” – Bolívia e Peru –, que terão taxas de crescimento relativamente elevadas e não sofrerão o processo de desaceleração. No segundo

grupo, estão os países “atropelados” – Paraguai, Colômbia e México – com baixas taxas de crescimento e forte desaceleração econômica. O terceiro grupo é o de “atingidos”, composto do restante dos países do painel: aqueles que terão taxas relativamente baixas de crescimento e sofrerão menor impacto de desaceleração (Equador, Chile e Brasil); e aqueles países (Argentina, Venezuela e Uruguai) que terão taxas elevadas de crescimento e sofrerão forte efeito de desaceleração.

O custo do enfrentamento da crise internacional nos países da região depende da situação das finanças públicas. Situações fiscais relativamente confortáveis são as da Bolívia, do Chile, do Peru e, em menor medida, da Argentina e Venezuela. Entretanto, a fragilidade de muitos dos países da região está na forte dependência da receita fiscal em relação à exportação e aos preços das *commodities* internacionais (com destaque para Equador, Venezuela e Bolívia).

No que se refere às contas externas, de modo geral, o processo de deterioração deve se agravar. Este processo implica maior risco econômico. Na ausência de maiores turbulências no sistema financeiro internacional, a expectativa é de manutenção de significativos ingressos líquidos de capital externo privado. Portanto, a percepção otimista é que haja menor risco financeiro. Entretanto, vale destacar que crises financeiras internacionais restringem a oferta de crédito e encarecem a captação de recursos externos. Estes fatos provocam tensão nos sistemas financeiros dos países da América Latina. Vale notar que o agravamento da crise financeira nos Estados Unidos provocou significativa contração de créditos internacionais, principalmente no início do segundo semestre de 2008.

No que se refere ao risco financeiro associado ao descompasso entre ativos e passivos correlatos, a existência de bolhas de preços de ativos ou de volume de crédito, volume excessivo de investimentos em ativos imobiliários, a evidência disponível não é robusta. Dados sobre investimentos no exterior de fundos de pensão mostram, por exemplo, a pequena exposição dos fundos na Argentina e a grande exposição de fundos no Chile. A integração da economia do México na economia dos Estados Unidos e a dolarização no

Equador também sugerem elevado risco financeiro frente a problemas no sistema financeiro dos Estados Unidos.

O desalinhamento da taxa de câmbio também aumenta o risco financeiro. O *trade-off* evidente destas apreciações cambiais é o risco financeiro. Forte apreciação cambial aumenta a probabilidade de desvalorizações abruptas e, portanto, maior risco financeiro. Atualmente, constata-se significativa apreciação cambial nos casos do Paraguai, Brasil, da Venezuela e Colômbia, o que expõe estes países a maiores riscos financeiros frente aos problemas internacionais. Este problema reduz, também, o grau de liberdade dos países no sentido de usar a taxa de câmbio para combater as pressões inflacionárias no futuro próximo.

### **IHU On-Line – Será preciso repensar um projeto econômico para o Brasil?**

**Reinaldo Gonçalves** – No caso específico do Brasil, a análise aponta no sentido de que o país está no grupo de países latino-americanos mais afetados pela crise econômica internacional que se iniciou em meados de 2007 e que eclodiu em meados de 2008. A vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira e os erros de estratégia e política econômica do governo Lula são os fatores determinantes da “blindagem de papel crepom” do Brasil. Esta crise econômica deve forçar o país a repensar a sua trajetória “sem rumo e sem prumo” dos últimos anos (principalmente, depois de 1990). O Brasil está se tornando um verdadeiro “fracasso civilizatório”. Defendi este argumento no meu livro *Vagão descarrilhado* (Rio de Janeiro: Record, 2002).

### **IHU On-Line – De que forma o desaquecimento da economia chinesa muda o “jogo” para o Brasil? Podemos nos aproveitar, de certa forma, dessa crise?**

**Reinaldo Gonçalves** – A economia brasileira ficou mais dependente da China nos últimos anos. Isto é particularmente ruim, pois o Brasil exporta produtos primários e importa manufaturados. Houve aumento das participações da China e do México como destino das exportações brasileiras. E estes países dependem significativamente do

mercado dos Estados Unidos. Outrossim, no período em questão houve aumento do peso relativo das exportações de bens como fonte de expansão da demanda agregada. Em 2006, o coeficiente de abertura da economia foi de 14,6%. O resultado destes processos é que, no conjunto, os três mercados (Estados Unidos, China e México) tornaram-se importantes para a economia brasileira. Por um lado, houve queda na participação total destes três mercados nas exportações de bens do Brasil de 31,2%, em 2001, para 27,3%, em 2006. Por outro, com a elevação do grau de abertura da economia brasileira e a maior importância relativa da China e do México nas exportações do país, estes três países passaram a ter maior impacto direto sobre o PIB brasileiro. Assim, as exportações do Brasil para Estados Unidos, China e México tiveram impacto direto sobre o PIB do país de 0,38%, em 2001, e 0,40%, em 2006. Ou seja, o crescimento de 10% das exportações para estes três mercados tem como efeito direto o aumento do PIB brasileiro de 0,38%, em 2001, e 0,40%, em 2006. Assim, ao longo dos anos, a queda do peso específico dos Estados Unidos foi mais do que compensada pelo aumento do grau de abertura da economia brasileira e pelo peso específico da China e do México, que dependem do dinamismo do mercado dos Estados Unidos.

**IHU On-Line – Essa crise afeta de que forma o modelo econômico atual? Podemos prever um novo tipo de modelo para depois que a crise acabar?**

**Reinaldo Gonçalves** – O “fracasso civilizatório” brasileiro atingiu um nível que talvez seja o da irreversibilidade. Isto significa, na prática, a manutenção de tendências quanto a putrefação dos grupos dirigentes, a força do bloco dominante (bancos, agronegócio, empreiteiras), a vulnerabilidade externa da economia, a ineficiência sistêmica da econômica, a deterioração das instituições, a degradação do tecido social, a fragilidade da sociedade civil e a inércia do povo. Todos estes processos já atingiram níveis críticos. Muito provavelmente o Brasil sairá ainda mais subdesenvolvido e frágil desta crise. No livro *A economia política do governo Lula*, já alertava para o risco que o Brasil

sofria com a reversão da fase ascendente do ciclo internacional.

Para evitar o aprofundamento da crise, o governo Lula teria de tomar as seguintes medidas:

1. Redução da taxa de juro básica e na ponta dos empréstimos
2. Aumento dos limites de garantias de depósitos
3. Punição da administração temerária
4. Controle pela sociedade das operações de resgate e capitalização via Caixa Econômica e Banco do Brasil
5. Imposto de exportação
6. Internalização da receita de exportação (obrigar os exportadores a trazerem os dólares que ficam no exterior)
7. Redução da carga tributária sobre os trabalhadores
8. Expansão dos gastos públicos
9. Controles de capitais (entrada e saída)
10. Controle do câmbio

Lula não tem interesse nem coragem para tomar estas decisões. O que é trágico para o país. Ele só implementará estas medidas se houver sério risco de perda de legitimidade do Estado; mais, especificamente, uma grave crise de governabilidade. De qualquer forma, até 2010 muita água (podre) correrá embaixo da ponte.

**“O capitalismo é essencialmente um sistema irracional, instável e injusto”**

**IHU On-Line – O que o senhor entende por esquerda, atualmente? Como ela deveria se posicionar diante dessa turbulência e em especial do que o senhor chama de “fracasso civilizatório”?**

**Reinaldo Gonçalves** – Ser de esquerda é reconhecer que o capitalismo é um sistema irracional que inibe a capacidade do ser humano dar sentido à vida, ou seja, viver com dignidade, felicidade e liberdade. Ser de esquerda é o combate permanente por um projeto de orientação socialista. É ignorância imaginar que ser de esquerda se restringe a defender bandeiras como progresso eco-

nômico, reforma social, democracia e interesses nacionais. Partes do centro e da direita também defendem estas bandeiras, de uma forma ou de outra. É má-fé imaginar que a distinção entre esquerda e direita se restringe ao ideário econômico via a armadilha binária “estado versus mercado”. Defender um Estado que é capturado por grupos dirigentes corruptos não é ser de esquerda. Ser de esquerda implica compromisso com distribuição de riqueza (maior igualdade possível na distribuição de riqueza, renda e conhecimento), controle social do estado (combater a apropriação do estado por grupos dirigentes e grupos econômicos) e uso social do excedente econômico (planejamento e propriedade pública dos principais meios de produção).

**IHU On-Line – Qual é a relação que podemos estabelecer entre esquerda e partidos políticos? Ainda há no Brasil algum partido que possa ser caracterizado como de esquerda?**

**Reinaldo Gonçalves** – É má-fé e ignorância a declaração da direção nacional do PT eleita em 2005 de que “tem plena consciência do que está em jogo, tanto para o Brasil quanto para a América Latina: não permitiremos o retorno, ao governo federal, de partidos comprometidos com o ideário neoliberal, com os interesses do capital financeiro e dos Estados Unidos. Por isto mesmo, o Partido dos Trabalhadores envidará todos os seus esforços para que a esquerda saia vitoriosa nas eleições de 2006”. Vejam a contradição: o governo Lula – apoiado pelo PT – implementa um modelo liberal periférico (ou seja, um neoliberalismo de terceira categoria), transformando o Brasil em verdadeiro paraíso fiscal, e é visto por Washington como parceiro bem comportado (por exemplo, na OMC, na América do Sul e no Haiti). Temos aqui mais um exemplo do processo de “africanização” do Brasil. O Brasil tem se mostrado como um fracasso civilizatório nas últimas décadas: desestabilização macroeconômica, vulnerabilidade externa, esgarçamento do tecido social, degradação política e deterioração institucional. Esta visão da direção nacional do PT a respeito da distinção entre esquerda e direita expressa, além de oportunismo,

a degradação das instituições políticas no Brasil. O fracasso civilizatório não se expressa unicamente na degradação do Executivo, Legislativo e Judiciário, mas também na deterioração das organizações da sociedade civil. Portanto, é evidente que o PT não é um partido de esquerda. Ele se transformou no instrumento de poder de grupos de dirigentes com ânsia de poder para alavancar glória, riqueza, poder e, em alguns casos, luxúria. O PT se transformou num “partideco”. Qual é a diferença entre o PT e o PMDB? Nenhuma, exceto quanto aos “beneficiários principais”, ou seja, aqueles que usam o partido para fins privados.

**IHU On-Line – Que outras forças de esquerda ganham destaque na conjuntura atual?**

**Reinaldo Gonçalves** – Naturalmente, o PSOL se destaca como partido de esquerda. Por outro lado, o PCdoB tornou-se um capataz do governo Lula e está em processo avançado de apodrecimento tendo em visto o seu processo de procura de cargos. O Partido Socialista parece que desapareceu, enquanto o PDT também foi cooptado pelo governo Lula. As organizações da sociedade civil se enfraqueceram sobremaneira durante o governo Lula. Vejam o lamentável caso da CUT, que se tornou um instrumento do governo para controlar a classe trabalhadora. A Força Sindical nunca valeu grande coisa e continua na mesma. Boa parte das ONGs foram cooptadas via projetos do governo federal, inclusive, com recursos do Banco Mundial. Viraram empresas de consultoria. O MST, por seu turno, foi fragilizado com as políticas assistencialistas do governo Lula: o Bolsa Família foi uma das armas de maior impacto em termos do processo de destruição do MST. Por estas e outras razões, afirmamos que a herança de Lula será ainda mais trágica do que a de Fernando Henrique. Vejam o meu livro *A economia política do Governo Lula* (coautoria com Luiz Filgueiras).

**IHU On-Line – Uma esquerda renovada deveria investir mais no nacionalismo e percebê-lo como alternativa nesse momento? De que maneira isso pode ser feito?**

**Reinaldo Gonçalves** – O nacionalismo pode ser uma armadilha, visto que é bandeira tanto da es-

querda quanto da direita. Diria mesmo que a direita tem maior propensão ao nacionalismo. Desconfio dos intelectuais e formadores de opinião nacionalistas que são “queridinhos” da direita e da esquerda. Geralmente, o nacionalismo escamoteia o verdadeiro problema, que é o conflito de classes e grupos de interesses dentro de cada país. O maior perigo – que desvia o foco do combate – é o nacionalismo com alguma dose de defesa do Estado e da distribuição de renda. Invariavelmente, esta posição negligencia a concentração de riqueza e poder, bem como o controle do Estado-nacional pelos setores dominantes e por grupos dirigentes incompetentes e corruptos. Setores e grupos estes que, também invariavelmente, são internacionalizados. Intelectuais frequentemente se escondem por trás do nacionalismo por conservadorismo, venalidade, covardia ou incompetência. Veja, por exemplo, o que tem acontecido durante o governo Lula. Houve uma avalanche de nova geração de analistas de política externa concentrados na crítica ao governo Bush. Estas “novas autoridades” se eximiram de criticar a política externa de Lula, marcada por muita alegoria e pouco enredo. E, o que é pior, ficaram silenciosos (coniventes e cúmplices) com políticas e estratégias que aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira, inclusive, nas esferas produtiva (maior desnacionalização) e financeira (desregulamentação e liberalização). Naturalmente, muitos deles fora presenteados com consultorias generosas do governo federal. Se Dante tivesse escrito a *Divina comédia* cinco, seis séculos depois, teria criado um círculo especial no Inferno para os nacionalistas da proto-esquerda e da direita. No campo da esquerda, o nacionalismo é o espaço preferencial dos quinta-colunas porque o nacionalismo é o biombo para a proteção do grande capital e a maior exploração do trabalhador. Todo o cuidado é pouco com o discurso nacionalista – devemos desconfiar sempre. Com frequência, ele pode ser altamente negativo para a classe trabalhadora. Entretanto, não devemos desprezar o nacionalismo de centro ou de direita, visto que há momentos em que ele pode ser útil. A pergunta é sempre a mesma: a que interesses atende determinado discurso?

**IHU On-Line – Qual seria a alternativa, então?**

**Reinaldo Gonçalves** – Não há dúvida que as diretrizes estratégicas são a redução da vulnerabilidade externa estrutural do país e a criação de espaços para implementação de políticas econômicas consistentes com o crescimento econômico, a redistribuição de riqueza e mudança na estrutura de poder econômico. A reconfiguração do poder econômico é condição necessária. Os setores dominantes (agronegócio e bancos) operam no sentido de aumentar a vulnerabilidade externa e a fragilidade sistêmica do país. Para ser mais objetivo, a exportação de *commodities* não é o futuro, mas, sim, o passado do Brasil. Esta atividade tem sido estimulada pelo governo Lula, que também estimula a exportação de capitais pelas empresas brasileiras. Isto tudo enfraquece o país. Naturalmente, cabe a reversão da liberalização e da desregulamentação financeira, principalmente via controle de capitais externos. O fato concreto é que o governo Lula implementa um modelo liberal periférico de terceira categoria. Este modelo (e este governo) precisa ser combatido.

**IHU On-Line – Quais são as propostas da esquerda frente à crise financeira internacional?**

**Reinaldo Gonçalves** – A estratégia por trás de medidas específicas é, naturalmente, enfraquecer o grande capital e fortalecer o trabalhador. Recursos públicos não podem ser usados para salvar o grande capital (por exemplo, a compra de ações do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil) sem condicionalidades que favoreçam o trabalhador. Redes de proteção social devem ser implementadas. A crise é uma excelente oportunidade para punir o grande capital e implementar o maior controle dos meios de produção estratégicos pelo Estado visto que os preços dos ativos estão menores.

**IHU On-Line – O senhor demonstra pessimismo ao avaliar as estratégias do Brasil diante da crise financeira internacional. Na sua opinião, a esquerda tem condições de se utilizar desse momento e pensar um novo modelo político, econômico e ambiental para o Brasil?**

**Reinaldo Gonçalves** – Sem dúvida alguma. O “rei fica nu” na crise, visto que é cada vez mais evi-

dente que o governo Lula se posiciona a favor dos setores dominantes (agronegócio, empreiteiras e bancos) e dos grupos mais retrógrados da sociedade brasileira. Isto permite uma visão mais clara da real situação política, econômica e social do país. E, em particular, fica evidente a mediocridade do governo Lula.

**IHU On-Line – Como avalia a atuação das diferentes esquerdas na América Latina no que se refere à crise financeira internacional? Os projetos de cada país têm determinado as consequências perante a crise?**

**Reinaldo Gonçalves** – As esquerdas somente têm maior influência em três países: Bolívia, Venezuela e Equador. Nestes países, há um esforço coerente no sentido de se reduzir a vulnerabilidade externa, aumentar a autonomia de políticas domésticas e estabelecer as bases de projetos de orientação socialista. No restante, há muita alegoria e pouco enredo, ou então pura mistificação, pois o que se procura atender prioritariamente são os interesses dos setores dominantes e dos grupos dirigentes.

**IHU On-Line – O que a turbulência financeira ensina sobre a condução da economia e o capitalismo?**

**Reinaldo Gonçalves** – A crise atual, apesar de suas especificidades e gravidade, não nos ensina nada do que já não sabíamos há muito tempo. O capitalismo é essencialmente um sistema irracional, instável e injusto. O protocolo de contenção de crises já é conhecido no âmbito da Ciência Econômica há muito tempo. Há 200 anos de teoria e experiência. A questão central é identificar e escolher ganhadores e perdedores.

**IHU On-Line – Muitos economistas dizem que, embora as ideias de Keynes e Marx sejam úteis para compreender esse momento, elas não são suficientes para acabar com a instabilidade econômica. Que outras alternativas a esquerda pode oferecer nesse sentido?**

**Reinaldo Gonçalves** – Definitivamente, o *salvacionismo* representado pela fórmula “keynesianismo + regulacionismo”, que enfatiza a expansão dos gastos públicos, não resolve o problema ainda que ajude a suavizar o impacto do crise. A saída schumpeteriana (*progresso técnico* que traz novos bens, serviços e maior produtividade) precisa da coordenação e do planejamento inexistentes no capitalismo. A saída dos gastos bélicos (*guerra*) só se aplica a poucos países. A *internacionalização da produção* (exportação de bens e serviços) não funciona no contexto de crise global. Na ótica da esquerda, a saída está na “purificação” do grande capital com recursos públicos financiados pela taxa dos ganhos do capital financeiro nos últimos anos, bem como na *redistribuição da riqueza* (via reforma tributária) e na apropriação dos meios de produção estratégicos pelo Estado. Ou seja, a saída não é o salvacionismo com a socialização dos prejuízos, mas, sim, a reestruturação do aparelho produtivo e a reconfiguração do poder econômico a favor da classe trabalhadora.

**IHU On-Line – Vivemos um momento de superação do capitalismo? O capitalismo sobreviverá ao século XXI?**

**Reinaldo Gonçalves** – No horizonte previsível, o capitalismo sobreviverá. A médio prazo, teremos um capitalismo injusto, irracional e instável e, provavelmente, mais regulado. A longo prazo, a disputa terá, de um lado, as forças de direita defendendo mais desregulamentação e liberalização e, do outro lado, as forças de esquerda defendendo projetos de orientação socialista. O centro continuará como aliado natural da direita, exceto nos momentos de crise aguda. A luta é dura e permanente. Não precisamos de virtudes teológicas (fé, esperança e caridade) para derrotar o capitalismo. Precisamos, sim, das virtudes cardinais (força, justiça, prudência e temperança) e da crença no mecanismo desafio-resposta: quanto maior o desafio, maior é a luta por um futuro marcado por liberdade, dignidade e felicidade. E a única boa notícia é que não morreremos de tédio!

## A crise do capitalismo e a construção de alternativas

Entrevista com David Harvey

David Harvey é formado na Universidade de Cambridge, e atualmente é professor da City University of New York, onde trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. Entre suas obras, citamos **A condição pós-moderna** (São Paulo: Loyola, 1992), **O novo imperialismo** (São Paulo: Loyola, 2004), **Espaços de esperança** (São Paulo: Loyola, 2005) e **A produção capitalista do Espaço** (São Paulo: Annablume, 2005).

“O pensamento de esquerda não convergiu para algum consenso de propostas para enfrentar as dificuldades presentes, e pode levar algum tempo até que tal consenso surja”, aponta David Harvey, geógrafo marxista britânico. Para ele, a humanidade está vivenciando o “início de uma crise de legitimação”, na qual questiona “se o capitalismo é uma forma viável de satisfazer as necessidades humanas”.

“Sou a favor de se estabilizar o capitalismo através de medidas keynesianas que se transformem em possibilidades marxistas”, afirma David Harvey, em entrevista concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, e traduzida por Luis Marcos Sander. “Sou favorável a isso porque um colapso ulterior do capitalismo sem nenhuma alternativa pronta para tomar seu lugar causará miséria e sofrimento incalculável para a massa da população, incluindo as pessoas que estão no setor informal, enquanto que a classe capitalista escapará relativamente incólume. A classe capitalista consolidará seu poder numa crise e tentará se proteger pela promoção de formas fascistas. A única maneira que consigo conceber de impedir isso é estabilizar o sistema a fim de criar uma ordem política mais forte para a construção da alternativa”, é o que defende o geógrafo marxista David Harvey.

**IHU On-Line – Quais são, para o senhor, as propostas da esquerda frente à crise internacional?**

**David Harvey** – O pensamento de esquerda não convergiu para algum consenso de propostas para enfrentar as dificuldades presentes, e pode levar algum tempo até que tal consenso surja. Estamos no início de uma crise de legitimação no mundo inteiro, em que um número cada vez maior de pessoas tem de questionar se o capitalismo é uma forma viável de satisfazer as necessidades humanas. Isto, por sua vez, levanta a questão de alternativas. Atualmente, há pessoas que procuram reformar o capitalismo de modo a obter maior igualdade e sustentabilidade ambiental *versus* aquelas que defendem um caminho mais revolucionário que procuraria derrubar diretamente o capitalismo. Entre estas últimas, há uma cisma profunda entre as pessoas que consideram vital tomar o poder estatal e revolucioná-lo a caminho do socialismo e aquelas que procuram construir sistemas sociais e políticoeconômicos fora do capitalismo, do Estado capitalista e de suas instituições dominantes. O que é possível depende muito das circunstâncias políticas e econômicas. Nos Estados Unidos, sou a favor de um caminho de reformas que, gradativamente, leve o sistema na direção de soluções mais revolucionárias e não consigo ver outra forma de fazer isso exceto que as forças progressistas tomem o poder estatal e usem esse poder para dismantelar as estruturas de poder existentes.

**IHU On-Line – Como a história da geografia mundial pode nos ajudar a compreender os rumos do capitalismo e a crise atual?**

**David Harvey** – É muito importante entender o desenvolvimento geográfico desigual do capitalis-

mo e que isso produz um terreno geográfico desigual de possíveis movimentos oposicionistas. Nos Estados Unidos, as condições objetivas e subjetivas para se dedicar à luta anticapitalista são radicalmente diferentes das condições existentes na China ou no Brasil, e um movimento global rumo ao socialismo tem de reconhecer essas diferenças e trabalhar com elas para tentar alcançar seus objetivos.

**IHU On-Line – Considerando as questões geográficas e a crise do capital, que economia o senhor vislumbra para o futuro? O fato de o leste asiático poder se transformar numa potência é sinal de alguma mudança estrutural na economia?**

**David Harvey** – Já faz alguns anos que os Estados Unidos vêm perdendo sua posição hegemônica dentro da economia global. Eles perderam sua dominância na manufatura nas décadas de 70 e 80, e agora estão perdendo sua dominância nas finanças, bem como sua influência política e autoridade moral (que estão sendo parcialmente recuperadas agora pela eleição de Obama). A única coisa que restou é o poder militar, e ele é limitado em terra, como vemos no Iraque e no Afeganistão.

O mundo está se tornando muito mais multipolar com a ascensão da China e do Leste da Ásia como centro importante de poder, com a formação da União Europeia. As propostas de formar um banco latino-americano sugerem que essa região também poderá se tornar um poder regional mais consolidado.

**IHU On-Line – É possível resgatar o capitalismo dos capitalistas e “de sua falsária ideologia neoliberal”? Em que medida isso pode ser feito pela esquerda?**

**David Harvey** – O neoliberalismo não acabou. Formas secretas dele ainda estão profundamente arraigadas em instituições e estruturas financeiras, e, se o neoliberalismo tem a ver com a consolidação do poder de classe, é bem possível que vejamos uma consolidação ulterior disso até chegarmos a ficar sem as legitimizações ideológicas da ciência econômica do livre mercado. É a esta consolidação do poder de classe capitalista que a esquerda tem de se opor resolutamente, até nas

ruas, se necessário. Esta é grande batalha que tem de ser travada por todas as facções da esquerda.

**IHU On-Line – Economistas de todo o mundo recorreram às teorias de Marx e Keynes para pensar em alternativas à crise. Considerando o atual momento, a esquerda pode fazer mais do que isso, ou seja, propor novas alternativas ao invés de ficar atrelada apenas a essas teorias de salvamento da economia?**

**David Harvey** – Esta é uma questão controvertida, de modo que vou dar minha própria opinião. Sou a favor de se estabilizar o capitalismo através de medidas keynesianas que se transformem em possibilidades marxistas. Sou favorável a isso porque um colapso ulterior do capitalismo sem nenhuma alternativa pronta para tomar seu lugar causará miséria e sofrimento incalculável para a massa da população, incluindo as pessoas que estão no setor informal, enquanto que a classe capitalista escapará relativamente incólume. A classe capitalista consolidará seu poder numa crise e tentará se proteger pela promoção de formas fascistas. A única maneira que consigo conceber de impedir isso é estabilizar o sistema, a fim de criar uma ordem política mais forte para a construção da alternativa. Mas sei que muitas pessoas discordarão de mim, e não estou totalmente certo de ter razão.

**IHU On-Line – Para o senhor, a esquerda de hoje pretende desaparecer com o capitalismo ou reformulá-lo?**

**David Harvey** – O projeto de longo prazo é criar a alternativa ao capitalismo, e o longo prazo não pode ser muito longo porque esta crise nos mostra que o capitalismo como sistema histórico mundial está próximo de seu fim e suas possibilidades estão perto de serem exauridas. Portanto, temos de passar de modo rápido, mas deliberado, pela reforma para a transformação revolucionária.

**IHU On-Line – Diante da crise, muitos especialistas tratam da importância de regular o mercado. Nesse sentido, que função deve ser desempenhada pelo Estado? Que estratégia é primordial nesse momento?**



**David Harvey** – Nossos problemas atuais não serão resolvidos pela regulamentação, absolutamente. Essa não é a questão. O Estado tem um papel crucial a desempenhar no lançamento de um programa de estabilização para o capitalismo, mas, por definição, esse programa de estabilização tem de empoderar os trabalhadores, de modo que, quanto mais empoderados estiverem, tanto mais o Estado se tornará um instrumento em suas mãos que pode ser usado para delinear a transição para o socialismo.

**IHU On-Line** – **O senhor concorda com as medidas adotadas pelos governos mundiais, que estão disponibilizando dinheiro para salvar instituições falidas? Por que não há uma redistribuição de recursos a favor dos setores mais necessitados da sociedade? Quais serão as consequências disso a longo prazo?**

**David Harvey** – A regra áurea neoliberal, desde a década de 70, tem sido salvar as instituições financeiras às expensas do povo, e é exatamente isto que estamos vendo agora. É por isso que eu digo que o neoliberalismo não acabou. Essa preferência por salvar as instituições financeiras e, ao mesmo tempo, ferrar o povo, continuará, a menos que haja uma oposição maciça a ela. Se isso continuar, talvez saíamos da crise atual de tal forma que muitos de nós terão perdido seu ganha-pão e seus ativos, e ainda por cima seremos lançados de novo numa crise mais profunda e mais complicada daqui a cinco anos. A frequência e a profundidade das crises financeiras aumentaram nos últimos 30 anos de dominação neoliberal, e isso não deixará de ser assim até que desmantalemos a versão neoliberal do capitalismo e, em última análise, o próprio capitalismo. Mas temos de fazer isso dando um passo de cada vez.

## A crise e a esquerda. Diagnóstico e prognóstico diferentes

*Entrevista com Paul Singer*

Paul Singer é graduado em Economia e Administração e doutor em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP). É professor da USP desde 1984, e secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, é autor de vários livros, entre eles **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas** (São Paulo: Contexto, 1998), **O Brasil na crise: perigos e oportunidades** (São Paulo: Contexto, 1999), **Para entender o mundo financeiro** (São Paulo: Contexto, 2000) e **Economia socialista** (São Leopoldo: Perseu Abramo, 2000).

Outras entrevistas concedidas por Paul Singer à **IHU On-Line**, podem ser acessadas pela nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

\* **Duas crises e o limite ecológico do mundo. Onde vamos parar?** Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 16 de maio de 2008.

\* **Por um sistema financeiro social.** Artigo publicado nas **Notícias do Dia**, do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 10 de julho de 2007.

\* **Uma política de economia solidária.** Artigo publicado nas **Notícias do Dia**, do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 27 de março de 2007.

Há 60 anos, a esquerda diverge sobre posições políticas e econômicas. Entretanto, esse indicativo não demonstra, na opinião do economista e sociólogo Paul Singer, um vazio teórico por parte da esquerda. Ele divide a esquerda em duas partes. Por um lado, “keynesiana”, que “propõe a restauração do crédito mediante a nacionalização dos bancos quebrados, além do aumento vigoroso

da inversão pública e de políticas redistributivas da renda, que recuperem o mercado interno”. Por outro lado, a esquerda herdeira da ortodoxia marxista “tem como proposta lógica a revolução proletária como única saída”, explica o sociólogo Paul Singer, na entrevista que concedeu a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009.

Defensor de alternativas energéticas ecologicamente corretas, Singer também aposta no crescimento econômico, e diz que não é preciso renunciar ao próprio crescimento. Este crescimento, segundo Singer, “pode ser proporcionado também pelo ecossocialismo, sem perda de recursos naturais irre recuperáveis”. Para ele, a construção de uma sociedade ecossocialista é possível e já está acontecendo através de uma “miríade de empreendimentos solidários, nos numerosos interstícios que o capitalismo se mostra já há muito tempo incapaz de preencher”.

**IHU On-Line – Duas ideias se tornaram unânimes: a crise será duradoura e os seus efeitos devastadores. Arrastará parte considerável do planeta para a recessão, e os indicadores sociais, particularmente do emprego, se agravarão. Por outro lado, observa-se dificuldades da esquerda em apresentar propostas. O senhor concorda com a análise que assistimos a certo vazio teórico das esquerdas? Quais são, para o senhor, as propostas da esquerda frente à crise?**

**Paul Singer** – Não há unanimidade na esquerda quanto ao diagnóstico das causas da crise e por consequência tampouco quanto ao prognóstico e

menos ainda no que propor para superar a crise e criar uma economia imune a crises como esta. Cumpre notar que a última vez em que a esquerda mundial pôde se unir foi no combate prioritário ao nazifascismo na Segunda Guerra Mundial já faz mais de 60 anos. Desde então, ela sempre esteve dividida entre diversas interpretações e diferentes programas.

Hoje, uma parte da esquerda sustenta que o keynesianismo apresenta um repertório de políticas anticíclicas que se mostrou eficaz contra a recessão dos anos 1930 e continua sendo eficaz atualmente. Por isso mesmo, a maioria dos governos afetados pela crise estão desenvolvendo programas keynesianos, sem sequer se dar ao trabalho de justificar a reviravolta face às teses neoliberais, até há pouco hegemônicas. O diagnóstico da crise para esta parte da esquerda (à qual pertença) é que ela tem por causa o estouro de bolhas imobiliárias em diversos países, que provocou ampla inadimplência de credores hipotecários, arruinando os maiores intermediários financeiros do mundo, nos Estados Unidos, na União Europeia e no Japão. A crise financeira resultante eliminou quase toda oferta de crédito à produção, ao comércio e ao consumo, provocando, assim, aguda retração da economia real. O que acarreta rápido aumento do desemprego e da pobreza nos países mais industrializados.

Outra parte da esquerda atribui a crise a uma falha sistêmica do modo de produção; a crise seria de superprodução causada pela concentração da renda resultante das políticas neoliberais. A insuficiência da demanda popular por bens e serviços de consumo levaria à queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, à depressão da economia real. Portanto, a crise só poderia ser superada se houvesse redistribuição da renda, o que seria impossível sem a abolição do capitalismo. São os que sustentam estes pontos de vista que preveem que a crise será longa e devastadora e que só irá cessar quando houver mudanças sistêmicas anticapitalistas.

Não é verdade, portanto, que haja um vazio teórico na esquerda e nem que ela não tenha propostas. A esquerda “keynesiana” propõe a restauração do crédito mediante a nacionalização dos bancos quebrados, além do aumento vigoroso da

inversão pública e de políticas redistributivas da renda, que recuperem o mercado interno. A esquerda herdeira de certa ortodoxia marxista tem como proposta lógica a revolução proletária como única saída.

### ***IHU On-Line – O desemprego já é uma realidade na conjuntura atual. Que outras transformações prevê para esse cenário?***

**Paul Singer** – Neste momento, a crise está se aprofundando, nos países centrais, devido à paralisia dos seus sistemas financeiros. Somente países como o Brasil, a China e outros, em que grande parte da banca é pública, têm meios de recuperar rapidamente o crédito por meio da expansão da oferta de crédito pelos bancos estatais. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a nacionalização de bancos apenas conseguiu impedir que sofressem corridas dos clientes para sacar depósitos, mas ela está longe de suscitar uma oferta de crédito que permita a restauração do consumo, das vendas e, portanto, do nível de emprego. Tanto bancos como grandes indústrias e companhias de seguro estão revelando prejuízos bilionários, o que reduziu o valor dos seus capitais cotados em bolsa a uma fração mínima do seu nível pré-crise. O governo Obama está recapitalizando estas firmas, mas elas só sobrevivem. Quando os planos de inversão pública do presidente Obama se tornarem realidade nos EUA, o que ainda levará meses, é de se esperar que comece a recuperação da economia real.

### **Cenário brasileiro**

No Brasil, a situação é diferente: as firmas não tiveram prejuízos exorbitantes, o crédito está sendo restaurado aos poucos pelos bancos federais e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está em plena execução. No futuro próximo, pode-se prever o agravamento da crise no centro desenvolvido da economia mundial, mas os países periféricos em desenvolvimento, que antes da crise estavam liderando o crescimento mundial – China, Índia, Venezuela, Argentina e outros –, mostram ter condições de limitar a crise aos se-

tores mais afetados pela queda da demanda externa e substituí-la pela expansão do mercado interno por meio de amplos programas de investimentos liderados pelo setor público.

**IHU On-Line – A crise mundial afeta também os empreendimentos da Economia Solidária, ou eles, por funcionarem com outra lógica, são menos afetados?**

**Paul Singer** – Os empreendimentos de Economia Solidária não visam lucro e não despedem trabalhadores, mesmo quando seu mercado se retrai, porque todos são coproprietários deles. Parte dos empreendimentos de Economia Solidária integra redes em que eles intercambiam seus produtos e por isso são menos afetados pela queda da demanda decorrente da crise. Mas muitos outros empreendimentos solidários dependem de setores do mercado atingidos pela crise e, portanto sofrem a retração de suas vendas. Como as demais empresas, eles necessitam de crédito para sobreviver ao período de vacas magras. Torna-se urgente que os bancos públicos ofereçam crédito abundante e a juros baixos às cooperativas de pequenos produtores e às empresas recuperadas até que o PAC, os aumentos do salário mínimo e da Bolsa Família e demais políticas redistributivas do governo de Lula consigam promover o retorno do crescimento da economia.

**IHU On-Line – A crise, para além de romper com a hegemonia da financeirização do mundo, não seria também uma oportunidade para avançar em direção a uma sociedade sustentável?**

**Paul Singer** – A redução da atividade econômica, promovida pela crise, oferece uma espécie de trégua na guerra que o capital trava contra a preservação da natureza. Pode ser uma trégua, mas jamais a paz. Como uma parte não desprezível da humanidade ainda carece de meios para satisfazer suas necessidades essenciais, um modo de produção que vise o bem-estar de todos não pode abrir mão do crescimento econômico.

É possível conciliar crescimento com sustentabilidade ambiental por meio de tributação pesada das atividades poluidoras e com a arrecadação

destes impostos subsidiar atividades ecologicamente corretas que as substituam. São exemplos o desenvolvimento de usinas eólicas, coletores de energia solar e a produção de energia a partir da biomassa em lugar das usinas movidas a carvão ou a petróleo, a agricultura e o extrativismo ecológicos em lugar dos monocultivos com uso intensivo de poluidores químicos etc. O que deve culminar num consenso internacional sobre o combate do aquecimento da terra, em cada país planejado e pactuado entre sociedade e Estado, com cronogramas aprovados por tratado internacional, já inaugurado pelo Protocolo de Kyoto.

**IHU On-Line – É possível propor um modo de produção e consumo calcado no bem-estar e não no crescimento econômico? Como inserir o ecossocialismo nessa proposta de mudança?**

**Paul Singer** – Se o objetivo é proporcionar bem-estar a todos e não só a alguns, o crescimento econômico continua sendo imprescindível. É claro que esta tese é contestada pelos que apontam a considerável destruição de recursos naturais já ocorrida nos últimos dois séculos, em função do crescimento comandado pelo capitalismo em acelerada expansão no mundo. Hoje, a opinião pública já compreende que o capitalismo livre de controle pelo estado é insustentável, mas daí não segue que é preciso renunciar ao próprio crescimento. Este pode ser proporcionado também pelo ecossocialismo, sem perda de recursos naturais irrecuperáveis.

**Ecossocialismo**

A proposta do ecossocialismo é construir uma economia cujas empresas não visem maximizar o lucro privado, mas que tenham por meta sua própria sobrevivência e, portanto, da humanidade, num mundo em que o povo que produz e consome tenha efetivamente bem-estar, não só pela satisfação de suas necessidades materiais, mas também pelo desenvolvimento multilateral das suas potencialidades e aspirações enquanto indivíduos e coletividades. O que exige a substitui-

ção do capitalismo por uma sociedade sem classes, em que todos terão reais possibilidades de participar de todo tipo de atividades, não enquanto assalariados, mas como gestores autônomos de empreendimentos unipessoais, familiares, associativos ou comunais, de diferentes tamanhos e diversas formas de organização, mas sempre preservando seu caráter socialista, ao não admitir qualquer distinção de poderes entre os que pensam e os que executam, entre os que mandam e os que obedecem, entre os que aportam mais recursos intelectuais ou materiais e os que aportam menos. A prova de que uma sociedade ecossocialista é possível no mundo de hoje é que ela já está sendo construída por uma miríade de empreendimentos solidários, nos numerosos interstícios que o capitalismo se mostra já há muito tempo incapaz de preencher.

***IHU On-Line – Em que sentido a crise pode possibilitar um novo rumo econômico e político para o Brasil, estabelecendo assim um projeto de nação para o país? A esquerda pode, neste momento de cautela, tornar o país competitivo internacionalmente, alavancando o crescimento econômico e a soberania nacional?***

**Paul Singer** – A crise assume tal gravidade, no plano mundial, que impede o prosseguimento das políticas neoliberais até há pouco praticadas pela maioria das nações. Em seu lugar, o Estado volta a assumir o comando da economia com a meta imediata de assegurar o pleno emprego compatível com certa estabilidade dos preços.

Além disso, a esquerda terá de escolher entre manter os intermediários (bancos, fundos, companhias de seguro etc.) em mãos privadas ou só admitir que sejam públicos ou autogeridos pelos próprios depositantes. Há boas razões para dar

preferência à segunda alternativa: primeiro, os bancos públicos ou cooperativos não buscam o lucro e por isso não especulam com o dinheiro dos depositantes; segundo, por outro lado, é difícil impedir que bancos capitalistas apliquem o dinheiro dos depositantes em ativos, cujo valor é diariamente determinado em leilões e por isso depende do humor dos especuladores; terceiro, bancos capitalistas não têm interesse em emprestar pequenas quantias a pequenas e médias empresas, porque o montante de juros pagos por estas últimas não compensa o custo fixo mínimo de qualquer empréstimo, acrescido do risco de inadimplência, que é tanto maior quanto menor for o tamanho do devedor.

Por outro lado, não cumpre à esquerda tornar o país internacionalmente competitivo, mas eliminar a obrigatoriedade do livre comércio hoje vigente por força de tratados internacionais. Estes impedem aos governos nacionais de regular o comércio do seu país com os demais, o que deixa esta regulação a um punhado de transnacionais, em geral pertencentes a capitalistas dos países dominantes. A restauração do comando governamental da economia nacional seria apenas aparente se a movimentação de capitais e mercadorias sobre as fronteiras nacionais continuasse condicionada à busca privada do lucro máximo. A globalização hoje vigente, tanto das finanças quanto do comércio, é uma das causas da crise e sua revogação é imprescindível para que a economia das nações atinja sustentabilidade, pleno emprego dos recursos e redução ininterrupta das desigualdades.

***IHU On-Line – Qual deveria ser o projeto político da esquerda?***

**Paul Singer** – O projeto político da esquerda deveria ser de uma democracia capaz de se tornar cada vez mais direta e participativa.

## Esquerda traiu projeto original do socialismo

*Entrevista com Eric Toussaint*

Eric Toussaint é doutor em Ciências Políticas, pela Universidade de Liège, Bélgica, e pela Universidade de Paris VIII, França. É autor de **A bolsa ou a vida** (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002).

Ele já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**, disponível na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), intitulada “Interconexão entre as crises”, na edição número 285, intitulada **Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental**, de 8 de dezembro de 2008.

Ao avaliar a crise internacional e as propostas da esquerda frente à catástrofe que se forma no mundo contemporâneo, Eric Toussaint apresenta duas esquerdas diferentes e diz que ambas propõem rumos distintos para resolver o emaranhado que se formou nos últimos anos. A esquerda radical, explica, ainda se preocupa com o socialismo e com as questões ecológicas, fala em ecosocialismo, se manifesta através dos movimentos sociais, e luta para por em prática “soluções anticapitalistas, feministas e anti-racistas”. Na outra frente, está a esquerda social liberal ou social democrata, presente em governos como Barack Obama, Lula, Gordon Brown, Zapatero. Esses, afirma Toussaint, além de investirem num modelo econômico neoliberal, são incapazes de perceber a amplitude da crise ecológica, “reforçam o modo de produção produtivista colocando talvez um pouquinho da cor verde sem, de forma alguma, adotar as medidas radicais que se impõem”.

A crise civilizatória por qual passa a humanidade atualmente é também, para o politólogo belga, reflexo da história da esquerda social democrata que “adaptou-se à sociedade capitalista”. Na entrevista que concedeu a Patricia Fachin, jorna-

lista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, com tradução de Luciana Cavalheiro, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, Toussaint afirma que, além de não se respeitar a “verdadeira democracia baseada na auto-gestão”, “a crise profunda da esquerda está ligada, de certa forma, a uma deformação das propostas dos socialistas, dos comunistas como Karl Marx e Friedrich Engels”. Ao defender o socialismo do século XXI, ele ressalta que ele não deve reproduzir o que foi colocado em prática no século XX, mas, sim, “ser uma resposta profundamente democrática e autogerenciável às experiências negativas do passado”.

Questionado sobre a possibilidade de construir uma proposta mais radical que leve ao fim do capitalismo, ele é incisivo: “Isso implica em profundas mobilizações sociais para recolocar em pauta um verdadeiro processo revolucionário como o que triunfou há 50 anos em Cuba, em 01 de janeiro de 1959”. E enfatiza: “É preciso uma nova política anticapitalista, socialista e revolucionária que deve incluir uma dimensão feminista, ecologista, internacionalista, antirracista. É preciso que estas diferentes dimensões sejam integradas de maneira coerente no que está em jogo no socialismo do século XXI”.

**IHU On-Line – O senhor diz que para resolver os problemas das crises globais é necessário fazer uma ruptura radical. Isso ainda pode ser proposto pela esquerda? Como?**

**Eric Toussaint** – Pode-se constatar, claramente, que a proposição de uma ruptura radical com a sociedade capitalista é feita por setores da esquerda, como partidos e organizações sociais. Ela partiu da esquerda radical em todo o mundo, através

de partidos da esquerda revolucionária como, no Brasil, o PSOL, o PSTU. Há outros partidos com esta mesma orientação na América Latina. Na Europa, se constroem partidos revolucionários, como na França, onde acaba de ser fundado, há um mês, o Novo Partido Anticapitalista (NPA),<sup>67</sup> que tem como figura pública o funcionário dos correios Olivier Besancenot.<sup>68</sup> Temos o mesmo processo em outros países, igualmente na Ásia. No que se refere aos movimentos sociais, toma-se conhecimento de suas declarações, adotadas no momento do Fórum Social Mundial em Belém, em 30 de janeiro. Constata-se também que esta declaração de movimentos sociais convida a uma ruptura total com o capitalismo e recusa a perspectiva de uma reforma do capitalismo e de uma nova regulamentação. Se lermos a declaração da Marcha Mundial das Mulheres, adotada em 1º de fevereiro em Belém, e a declaração final dos povos indígenas, percebemos que a mesma opção é afirmada.

Então, minha resposta é: é claro que hoje, no mundo, diferentes partidos e diferentes organizações sociais propõem uma ruptura radical com o capitalismo.

**IHU On-Line – Entre os setores da esquerda, duas opções são discutidas quando trata-se de pensar em modificações. Alguns buscam a superação da fase neoliberal recuperando**

**um desenvolvimento regulado pela ação estatal, e outros defendem uma ruptura socialista. Esses são caminhos possíveis? Não está na hora de propor algo novo?**

**Eric Toussaint** – Sim, é claro que estes caminhos são possíveis. O primeiro esquema que você descreve é colocado em prática por organizações de esquerda que estão na situação de governo. Esta é a política, por exemplo, de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil; essa é a mesma política aplicada por Cristina Kirchner,<sup>69</sup> Bachelet<sup>70</sup> etc. Na Argentina, há dois meses, o governo de Cristina Kirchner renacionalizou os fundos de pensão. Então, estas políticas de recuperação, que é a primeira observação que você apresenta em sua questão, são colocadas em prática. Mas isso não permite responder, em minha opinião, ao desafio que nos estabelece a crise global. Pode-se constatar que a acepção política que mantém a dominação da crise capitalista sobre o conjunto da sociedade é a de que o Estado intervém facilmente para apagar o incêndio provocado pela crise global do capitalismo. Então, a outra observação que propõe uma verdadeira ruptura socialista, é o de um Estado de proposição. Não posso citar governos, atualmente no poder, que coloquem em prática de maneira coerente esta orientação, mesmo se alguns deles, como os de Hugo Chávez<sup>71</sup> ou de Evo Morales,<sup>72</sup> agem parcialmente nesta direção. Seus discursos são de ruptura socialista, mas suas

<sup>67</sup> **Novo Partido Anticapitalista (NPA)**: criado a partir de um congresso fundador com a presença de Olivier Besancenot entre 5 e 8 de fevereiro de 2009, o NPA tem como referências programáticas a ruptura com o capitalismo e a independência total em relação ao Partido Socialista francês. Conhecido como “esquerda da esquerda” francesa. Para maiores informações, consulte as **Notícias do Dia** 18-02-2009, do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), sob o título “Nasce, na França, o Novo Partido Anticapitalista”. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>68</sup> **Oliver Besancenot**: integrante do Novo Partido Anticapitalista (NPA), fundado em fevereiro de 2009. Nas eleições presidenciais de 2002, obteve 4,25% dos votos como candidato da Liga Comunista Revolucionária (LCR). Desde os 14 anos, é filiado à Juventude Comunista Revolucionária. Besancenot é formado em História e trabalha atualmente como carteiro, na França. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>69</sup> **Cristina Elisabet Fernández de Kirchner** (1953): política e advogada argentina. Ex-senadora pela província de Buenos Aires, Cristina é a atual presidente da Argentina. Casada com o ex-presidente Nestor Kirchner, entre 2003 e 2007 foi primeira-dama do país. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>70</sup> **Verónica Michelle Bachelet Jeria** (1951): médica e política chilena. É a atual presidente da República do Chile, eleita em 2006. Desde 2008, é também presidente da União de Nações Sul-Americanas. Membro do Partido Socialista do Chile, ela ocupou o lugar de Ministra da Saúde no governo de Ricardo Lagos, entre 2000 e 2002, e mais tarde, o cargo de Ministra da Defesa, sendo a primeira mulher a exercer este cargo na América Latina. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>71</sup> **Hugo Rafael Chávez Frias** (1954): político e militar venezuelano. É o 53º e atual presidente da Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>72</sup> **Juan Evo Morales Ayma** (1959): atual presidente da Bolívia e líder do movimento esquerdista boliviano *cocalero*. Morales é também líder do partido Movimento para o Socialismo. (Nota da **IHU On-Line**)

práticas são mais moderadas do que isso. Então, será que o esquema mais radical é possível? Certamente que ele é possível. Mas isso implica em profundas mobilizações sociais para recolocar em pauta um verdadeiro processo revolucionário como o que triunfou há 50 anos em Cuba,<sup>73</sup> em 1º de janeiro de 1959. Nesse momento, se assistiu a uma verdadeira revolução com mudanças intensas, com profundas redistribuições de riquezas, uma supressão do controle pelos capitalistas dos grandes meios de produção e uma profunda democratização também. Na sequência, Cuba, submetida ao bloco dos Estados Unidos e, igualmente, à influência da União Soviética, mudava parcialmente de direção. Mas não se pode esquecer disso. E eu acabo de indicar que isso começava por um autêntico processo revolucionário. Não vejo por que, diante desta crise capitalista global, não se poderia, novamente, conhecer, no futuro, explosões revolucionárias, como se conheceu em Cuba.

**IHU On-Line – O senhor argumenta que o atual momento não trata apenas de uma crise econômica ou financeira, e diz que a questão é muito mais profunda. Em que sentido esse emaranhado global tem a ver também com a crise da esquerda? Podemos dizer que ambos aspectos estão entrelaçados?**

**Eric Toussaint** – Sim. Há, efetivamente, uma crise da gestão social e liberal. E eu entro na gestão social liberal, na política do governo Lula, na política do governo Zapatero,<sup>74</sup> na Espanha, ou de Gordon Brown,<sup>75</sup> na Grã-Bretanha para dar exemplos, ao mesmo tempo, na Europa e na América do Sul. Há uma crise profunda, pois há aqueles que votaram para colocar estes governos no poder esperando outro tipo de política. É preci-

so lembrar, em todo o caso na eleição de Lula, que o programa com o qual ele foi eleito em 2002 anunciava uma verdadeira ruptura com as questões neoliberais. Ao invés de uma ruptura, assistiu-se a uma continuidade. Então, a crise de credibilidade da esquerda faz parte da crise global. É claro que, na memória coletiva, há também os ciclos dramáticos da experiência do socialismo real do século passado. Na memória coletiva, fica a ideia de que o socialismo é associado com uma estatização completa da economia, com a dominação de um partido único e uma ausência de verdadeira liberdade democrática. Então, há, por um lado, um balanço muito negativo da gestão social liberal, ou seja, da política social democrata, e, por outro, um balanço desastroso da gestão do cachimbo staliniana ou do socialismo burocrático que dominou a experiência do bloco soviético do século XX. Ainda não se superou esta crise de credibilidade. E é isto que está em jogo no debate de que alguns chamam de socialismo do século XXI. O socialismo do século XXI deve ser uma resposta profundamente democrática e autogerenciável às experiências negativas do passado. Então, não se trata de reproduzir o que foi colocado em prática no decorrer do século XX. Trata-se de, diante desta crise global do sistema capitalista, com aspecto de crise de civilização, responder igualmente à crise da esquerda. É preciso uma nova política anticapitalista, socialista e revolucionária, que deve incluir uma dimensão feminista, ecologista, internacionalista, anti-racista. É preciso que estas diferentes dimensões sejam integradas de maneira coerente no que está em jogo no socialismo do século XXI.

**IHU On-Line – O que está acontecendo com a esquerda mundial? Por que existe uma la-**

<sup>73</sup> **Revolução Cubana:** movimento popular que consistiu na derrubada do governo de Fulgencio Batista pelo movimento de 26 de Julho e o estabelecimento de um novo governo liderado por Fidel Castro, no início de 1959, durante o período da Guerra Fria. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>74</sup> **José Luis Rodríguez Zapatero** (1960): político e professor espanhol. Tornou-se o quinto presidente do governo da Espanha desde a restauração democrática em 1978. Foi secretário-geral do Partido dos Trabalhadores Socialistas espanhol (PSOE), desde 2000. Entre as medidas realizadas no seu governo, destacam-se a retirada das tropas espanholas do Iraque, a legalização do matrimônio entre homossexuais e uma nova regulamentação para os imigrantes. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>75</sup> **James Gordon Brown** (1951): primeiro ministro britânico e membro do Partido Trabalhista. Assumiu o cargo em 2007, sucedendo Tony Blair. Foi Ministro das Finanças do Reino Unido desde o início do governo de Tony Blair, em 1997. (Nota da **IHU On-Line**)



### **cuna entre a teoria e a prática do pensamento político de esquerda?**

**Eric Toussaint** – A esquerda mundial atravessa uma crise profunda devido a sua história. A história da corrente social democrata é uma derrota profunda, pois adaptou-se à sociedade capitalista. É também a derrota da esquerda, para utilizar uma palavra conhecida, da esquerda staliniana, ou seja, a experiência que dominou as tentativas de construção do socialismo na União Soviética e na China. Esta também foi uma derrota profunda, pois não se respeitou a verdadeira democracia baseada na autogestão, porque se quis tudo estatizar e tudo dominar a partir do Estado. Houve um profundo erro. O socialismo não é o controle de toda economia pelo Estado. E, justamente, a crise profunda tem a ver com a questão seguinte que você previu. A crise profunda da esquerda está ligada, de certa forma, a uma deformação das propostas dos socialistas, e comunistas, como Karl Marx e Friedrich Engels.<sup>76</sup> Karl Marx dizia que a sociedade à qual aspiramos, o comunismo, é a associação livre dos produtores livres. Dizia também que a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Marx acrescentava que o Estado, no comunismo, terá desaparecido. E o socialismo é a transição entre o capitalismo e o comunismo. E, no socialismo, o Estado existe ainda, mas ele existe de maneira provisória e deve visar ao seu próprio desaparecimento.

Ora, o que foi feito na experiência soviética? Ao invés de provocar o desaparecimento do Estado, a parte comunista, sob a direção de Stalin<sup>77</sup> reforçou como nunca o Estado, e proibiu aos outros toda uma série de expressões democráticas. Foi uma profunda perversão do projeto socialista que é, ao contrário, profundamente democrático. Se pegamos a experiência dos socialistas, o que eu chamo de social democracia, Lula, Daniel Ortega, da Nicarágua, Zapatero e Gordon Brown também não são a favor do desaparecimento do Estado. São a favor da manutenção do Estado capitalista com socialistas no governo. Então, eles precisam de um Estado capitalista regulamentando um pouquinho a atividade do capital. A esquerda que está no poder e que dominou no passado traiu o verdadeiro projeto libertador e emancipador do socialismo. Aí, estão, portanto, as razões profundas da crise da esquerda. Há uma esquerda radical e revolucionária que defende o projeto socialista original, que tenta, a partir de uma atividade nos movimentos sociais, se fortalecer através de diferentes meios. Esta esquerda radical participa também das campanhas eleitorais. Ela tenta eleger parlamentares que conduzam uma luta anticapitalista nas instituições parlamentares, ligada à uma perspectiva de ruptura, não a uma perspectiva de adaptação ao sistema. A ideia é de favorecer uma autêntica revolução, uma transformação radical das relações de propriedade e das relações sociais na sociedade.

<sup>76</sup> **Friedrich Engels** (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o *Manifesto comunista* e *O capital*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>77</sup> **Josef Stalin** (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin chegou ao posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira, ainda, a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da **IHU On-Line**, intitulada *Stalin e Roosevelt: uma troca de cartas reveladora*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler. (Nota da **IHU On-Line**)

## Está caindo o “muro de papel” da nova finança.

### Será o fim do capitalismo?

*Entrevista com Mario Deaglio*

Mario Deaglio é economista, professor de Economia internacional da Università di Torino, Itália. Ele dedica-se a investigação científica sobre as economias ocidentais modernas e os problemas gerados pela globalização; trata especialmente de temas como a distribuição de renda, economia subterrânea e poupança. Deaglio trabalhou em vários jornais e revistas, incluindo *The Economist*, *Panorama* e atualmente é economista do jornal *La Stampa*.

“A esquerda teve medo de aplicar a análise marxiana – talvez modificando-a – à situação atual; demonstrou uma inferioridade tanto teórica como política com relação ao mercado, do qual aceitou a hegemonia; não soube construir quase nada com base nos valores das democracias sociais europeias dos anos 50 e 60”, afirma o economista e professor Mario Deaglio, na entrevista que concedeu a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, e traduzida por Benno Dischinger e Maria Cristina Tagliari.

Deaglio avalia também a postura da esquerda desde a queda da União Soviética, ao afirmar que as “posições da esquerda são principalmente conservadoras, procura-se defender direitos e prerrogativas (as “conquistas”) dos trabalhadores que já têm um trabalho e são relativamente anciãos”. Para ele, nas sociedades ricas, “a esquerda deu muita importância aos problemas dos aposentados e pouquíssima aos dos jovens”.

Quase 20 anos se passaram desde a queda do Muro de Berlim e do colapso do regime socialista na União Soviética, e agora “está caindo o ‘muro de papel’”, aponta Deaglio. Esses momen-

tos históricos “mostram a incapacidade dos modelos tradicionais frente às mudanças das tecnologias e das sociedades”, considera. Nesse emaranhado, a esquerda “se encontra hoje numa situação de desastre ideológico, amadurecido lentamente, enquanto que a direita hiperliberalista se encontra num desastre ideológico surgido improvisamente com a crise financeira”, explica.

#### **IHU On-Line – Diante da crise financeira internacional, como o senhor percebe a estrutura das economias ocidentais modernas? É possível pensar em uma mudança na estrutura capitalista?**

**Mario Deaglio** – De um ponto de vista externo, as modernas economias ricas se encontram num mundo improvisamente mudado: no período de 2000 a 2006, mais da metade da nova produção mundial (ou seja, do aumento do produto bruto) provém da Ásia sul-oriental. Nos 200 anos anteriores, provinha da área atlântica (que agora representa 27%). Não se trata de simples mudança de localização das multinacionais ocidentais; de fato, estão surgindo novas multinacionais de países emergentes, entre os quais a China, Índia, Brasil, Rússia, que nos últimos anos realizaram aquisições relevantes de empresas europeias e americanas. Em síntese: não são mais os ricos de antes que estão no comando. Desse modo, o baricentro econômico do mundo está se deslocando.

De um ponto de vista interno, a crise financeira atingiu as economias ricas com uma intensidade e violência extraordinária. Isto colocou em discussão as funções da “nova burguesia” que dominou a finança nos últimos 20 anos. Frequen-

temente, de modo relutante, os governos precisam intervir para salvar bancos, sociedades de seguros e outras empresas financeiras. Também neste caso, há um deslocamento de poder, da finança privada, e portanto do mercado para o Estado. Resta verificar se se trata de um fenômeno passageiro ou de uma transformação duradoura. No momento, considero mais provável a segunda hipótese.

**IHU On-Line – Considerando os inúmeros impactos gerados pela crise no mundo do trabalho, em especial no que diz respeito às demissões, como deve ocorrer a distribuição de renda nessas economias? A desigualdade tende a aumentar ou os países emergentes podem representar uma alternativa para a crise?**

**Mario Deaglio** – Todos os governos dos países avançados, os quais sofrerão mais os efeitos da crise, deverão intervir, de maneira mais ou menos incisiva, para redistribuir a renda dos “novos ricos” (a “nova burguesia”) aos “novos pobres” (os jovens intelectuais com escassas possibilidades de trabalho estável). Não é certo que esta intervenção seja suficiente para resolver os problemas, e isto deixa de fora os “pobres tradicionais”, ou seja, os operários e os empregados tradicionais, cujo lugar de trabalho está em risco. Por isso estão acumulando – e se acumularão ainda mais – tensões e ressentimentos que poderiam resultar numa oposição violenta, principalmente nas grandes cidades, no decorrer do próximo verão europeu.

Nos países emergentes, a situação é muito variável. Nações com um forte mercado interno e uma boa balança comercial podem dirigir o crescimento das exportações aos consumos (privados, mas principalmente públicos). Neste sentido, está se mobilizando o plano chinês de relançamento, e na mesma direção irão a Índia, o Brasil e talvez a Rússia e a Indonésia (cujas dimensões econômicas estão no limite daquilo que seria necessário). Para todos estes países, o crescimento deveria continuar, mesmo em ritmo reduzido, e, se a difícil política de conversão do crescimento terá sucesso, a grande crise comportará somente uma leve flexão no ritmo de aumento da produção. Os peque-

nos países da África subsaariana estão em maior desvantagem e podem encontrar-se imediatamente em condições críticas (não por acaso, já tivemos motins e trocas violentas de governo).

**IHU On-Line – A falência do sistema financeiro mundial está relacionado com seu comentário publicado no *La Stampa*, em 8-5-2002, de que a esquerda perdeu talvez uma parte de seu significado tradicional?**

**Mario Deaglio** – Quando caiu a União Soviética, pensou-se que o capitalismo tivesse vencido sem reservas. Quase 20 anos depois da queda do muro de Berlim, está caindo o “muro de papel” da nova finança. Os fenômenos estão relacionados: mostram a incapacidade dos modelos tradicionais frente às mudanças das tecnologias e das sociedades. A esquerda, particularmente, encontra-se em dificuldade para analisar os novos tipos de trabalho (não repetitivos, não facilmente expressos em termos de horas homem/máquina, exigem frequentemente iniciativa pessoal).

**IHU On-Line – Nesta mesma publicação, o senhor diz também que as forças políticas, e a esquerda em particular, deveriam recomençar a pensar alto, bem além de uma simples permanência (conservação) dos direitos tradicionais. Nesse sentido, que avanços e reformas teóricas e práticas deveriam surgir da esquerda, em especial num momento de crise como esse?**

**Mario Deaglio** – Se eu soubesse com precisão, teria resolvido os problemas da esquerda! Nas sociedades ricas, a esquerda deu muita importância aos problemas dos aposentados e pouquíssima aos dos jovens. São necessárias revisões importantes; precisa-se considerar (não necessariamente adotar) projetos e experiências como aquelas do “salário de cidadania” a ser dado a todos, do “capital” para dar aos jovens quando completam 18 anos (um esquema parcialmente seguido na Grã Bretanha pelo governo Blair), do microcrédito para os jovens e organizações de atividades gratuitas (muitas destas se desenvolvem na internet, e em mais “grupos de aquisição” por parte de núcleos de consumidores etc).

**IHU On-Line – Para resolver os impasses da crise atual, economistas de todo o mundo recorreram às teorias de Keynes e Marx. Em que medida essas teorias podem ser úteis para esse momento? Chegou a hora de pensar em uma profunda renovação prática e teórica?**

**Mario Deaglio** – Nem em Marx nem em Keynes encontramos uma receita pronta que nos cure da crise atual; em ambos encontramos acenos úteis. De Marx, me parece importante o conceito de “modo de produção”, do qual provém a distribuição de renda. Isto porque o “modo de produção” está mudando muito rapidamente. É necessário, então, unir ao tradicional raciocínio econômico, baseado no indivíduo, aquele marxiano, baseado na classe. De Keynes, me parece importante o conceito de despesa pública financiada em déficit, que será depois recuperado, logo que acabe a crise; e a ideia de que, com o aumento da renda e da riqueza, os consumos privados tendem a aumentar num ritmo inferior. Por isso, uma intervenção pública crescente surge como estruturalmente necessária.

Em resumo, me parece que Keynes possa servir para implantar políticas de curta duração para sair da crise e que seja necessário considerar, entre outras coisas, as ideias de Marx para implantar políticas de longo período.

**IHU On-Line – Quais são as propostas da esquerda frente à crise? Em que sentido ela pode desempenhar um papel relevante na dialética da crise mundial?**

**Mario Deaglio** – As posições da esquerda são principalmente conservadoras. Procura-se defender direitos e prerrogativas (as “conquistas”) dos trabalhadores que já têm um trabalho e são relativamente anciãos. O resultado é que os jovens não a seguem. Na minha opinião, deveria-se agir no sentido que indiquei nas duas respostas anteriores.

**IHU On-Line – Como avalia a atuação da esquerda em escala mundial? Governos de esquerda pressupõem alternativas à crise?**

**Mario Deaglio** – Nos países pobres, muitos dos objetivos da esquerda tradicional me parecem ainda perseguíveis (maiores liberdades, maiores

direitos sindicais, uma sensível correção na distribuição de renda, uma rede de serviços públicos que compreenda assistência sanitária e instrução). Nos países avançados, deveria-se agir conforme indiquei anteriormente, na resposta à quarta pergunta.

**IHU On-Line – Para o senhor, há atualmente um vazio teórico das esquerdas ou um “desencontro metodológico” na busca de bases comuns para uma teoria? Que lições a crise apresenta à esquerda?**

**Mario Deaglio** – A esquerda teve medo de aplicar a análise marxiana – talvez modificando-a – à situação atual; demonstrou uma inferioridade tanto teórica como política com relação ao mercado, do qual aceitou a hegemonia; não soube construir quase nada com base nos valores das democracias sociais europeias dos anos 50 e 60. Por isso, se encontra hoje numa situação de desastre ideológico, amadurecido lentamente, enquanto que a direita hiperliberalista se encontra num desastre ideológico surgido improvisamente com a crise financeira.

Para ambos, do meu ponto de vista, pode valer a constatação de que há coisas boas no mercado, mas que o mercado é um remédio muito potente, com efeitos colaterais potencialmente graves. Por isso, deve ser tomado nas doses corretas, que variam dependendo dos tempos. Os políticos têm a tarefa de estabelecer as “doses de mercado” adequadas; na atual fase histórico-econômica, estas doses devem ser reduzidas, mesmo sendo difícil saber o quanto.

**IHU On-Line – Sendo a questão ecológica o grande desafio do século XXI, como o senhor vê a atuação da esquerda nesse sentido?**

**Mario Deaglio** – A direita hiperliberalista apostou na capacidade de encontrar soluções de mercado para os problemas ecológicos (por exemplo, com o mercado das emissões poluidoras, com políticas baseadas em incentivos e impostos para incentivar, no sentido ecológico o comportamento dos indivíduos).

A esquerda deveria, ao contrário, aprofundar o tema das políticas públicas, com intervenções diretas, de tipo construtivo, relacionadas ao ambien-

te, principalmente para problemas como o desmatamento tropical, a escassez de água, a redução dos recursos dos oceanos, começando pela pesca.

Um bom resultado deveria conter um “mix” entre as duas colocações, mas a segunda é extremamente carente. Tem muito trabalho a ser feito também com relação ao impacto da produção no ambiente; muitas previsões feitas 20 ou 30 anos atrás não se realizaram (a essas alturas, Veneza e as Maldivas deveriam estar embaixo d’água). Os climatologistas frequentemente ignoram conceitos econômicos fundamentais que os induzem a superestimar o emprego futuro de recursos.

**IHU On-Line – As análises propostas por Negri e Hardt em relação ao mundo do trabalho são pertinentes nesse momento de crise global? Como o senhor percebe os conceitos de Império e Multidão nesse sentido?**

**Mario Deaglio** – O trabalho de Negri e Hardt constitui-se – no meu conhecimento – na única resposta articulada da esquerda aos problemas da globalização de mercado. O fato que tenha tido pouco impacto constitui uma confirmação da fraqueza ideológica da esquerda.

Também Negri e Hardt, porém, parecem não ter dado a devida importância à mudança que está ocorrendo no próprio conceito de trabalho, e, conseqüentemente, do “mundo de trabalho”. Num planeta onde 70% da produção é do setor de serviços, ou seja, produtos invisíveis, não armazenáveis, que frequentemente não exigem mais a concentração física dos trabalhadores, os quais podem ser encontrados em qualquer parte do mundo, instantaneamente através da internet, me parece que também esta análise seja suficiente.

Mais pertinente é a sua análise do Império,<sup>78</sup> ou seja, da economia e da política global centrada num só país dominante (os Estados Unidos). Ao meu ver, o Império perdeu muitas das suas prerrogativas com esta crise – que poderia ser uma crise final. Seria necessário alcançar soluções que repitam, em escala mundial, aquelas alcançadas na Europa com o Congresso de Viena<sup>79</sup> após a queda de Napoleão<sup>80</sup> (porém, sem o seu conteúdo político conservador): um equilíbrio de potências, um conjunto de regras comportamentais frequentemente não escritas, uma harmonia mundial. Percebo que são indicações vagas, mas, quando se começa a construir alguma coisa absolutamente nova, tudo tende a ser vago.

<sup>78</sup> **Império** (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003): obra escrita pelo intelectual italiano de esquerda, Antonio Negri, em parceria com seu ex-aluno Michael Hardt, que conferiu-lhe notoriedade nos primeiros anos do século XXI. É conhecida como um manifesto anti-globalização, cuja sequência é dada pelo livro *Multidão*. *Império* foi o primeiro livro apresentado no evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, em abril de 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>79</sup> **Congresso de Viena**: conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que teve lugar na capital austríaca, entre 1º de outubro de 1814 e 9 de junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica na primavera anterior, iniciar a recolonização (como visto na Revolução Liberal do Porto, no caso do Brasil), restaurar os respectivos tronos às famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão Bonaparte (como a restauração dos Bourbon) e firmar uma aliança entre os signatários. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>80</sup> **Napoleão Bonaparte** (1769-1821): dirigente da França a partir de 1799 e Imperador de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar rapidamente de 20 de março a 22 de junho de 1815. (Nota da **IHU On-Line**)

## Crise abre espaço para a política do comum

Entrevista com Michael Hardt

Michael Hardt é teórico literário, filósofo político e professor na Duke University, na Carolina do Norte. Parceiro intelectual de Antonio Negri, escreveu com o autor italiano as obras **Império** (Rio de Janeiro: Record, 2001) e **Multidão. Guerra e democracia na era do império** (Rio de Janeiro: Record, 2005). No ano passado, Hardt lançou em parceria com Gregory Conti e Christian Marazzi, a obra **Capital and language** (MIT Press, 2008). Com Christian Marazzi confira a entrevista “Política do comum: uma fonte direta de valor econômico”, publicada em 23-03-2009 nas **Notícias do Dia** do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).

Entre as críticas feitas pela esquerda ao neoliberalismo, destaca-se a necessidade de regular o mercado através do controle estatal da economia baseada principalmente nas propostas do economista John Maynard Keynes. Atrelada a esse pensamento que emergiu para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos, “isso é tudo o que grande parte da esquerda é capaz de propor”, nesse momento em que o mundo revive o colapso econômico dos anos 30, avalia Michael Hardt.

Em entrevista concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, traduzida por Luis Marcos Sander e Ana Paula Penkala, o filósofo Hardt se manifesta favorável a medidas de regulação e controle estatal, necessários para amenizar e proteger a sociedade dos “desastres e perigos que as políticas neoliberais produziram”. Entretanto, enfatiza a necessidade de pensar em um novo modelo político, pois, “em uma visão mais ampla, penso que o comum ficou fora dessa equação”, lamenta o pes-

quisador. “Muito frequentemente, hoje vemos o mundo e nossas vidas como divididos entre o público e o privado, como se essas fossem as únicas alternativas”, questiona Hardt. Recordando os ensinamentos de Marx, um dos intelectuais mais solicitados no século XXI, Hardt completa: “Marx disse: ‘A propriedade privada nos tornou estúpidos’ – e, neste caso, nos tornou cegos ao comum”.

Para o pesquisador, a crise simboliza o fim do neoliberalismo, que ainda irá perdurar por pouco tempo, mas isso não representa o fim do capitalismo. “Estamos em um período de interregno no qual a ideologia e a estratégia do capitalismo acabaram e uma nova ainda não começou”, conclui.

### **IHU On-Line – Qual é a resposta da esquerda diante desse cenário de catástrofe econômica, social e ecológica?**

**Michael Hardt** – As respostas mais visíveis da esquerda para a crise financeira e econômica se focam na mudança de mercados livres pela regulação estatal e de propriedade privada para propriedade pública. Tem se tornado uma hipótese dominante a de que corporações capitalistas e mercados requeiram um nível muito mais alto de regulação e controle estatal do que estiveram sujeitos nos últimos trinta anos.

Na verdade, é interessante o quão rápido a visão dominante mudou, especialmente na mídia. A ideologia do neoliberalismo e suas estratégias econômicas de privatização foram difundidas extraordinariamente. Nos Estados Unidos, qualquer um que criticou o neoliberalismo e alertou sobre seus perigos foi ridicularizado ou ignorado pelos meios de comunicação. Até mesmo governos de esquerda pelo mundo foram forçados, em muitos

casos, a adotar estratégias neoliberais. Nos últimos seis meses, houve uma extraordinariamente rápida mudança profunda, tanto que a *Newsweek* pode proclamar em sua capa: “Somos socialistas agora”.

**IHU On-Line – Isso representa o fim do capitalismo e do neoliberalismo? Como a teoria do Império contribui para pensar esse cenário?**

**Michael Hardt** – Não, não é o fim do capitalismo, mas eu diria que, sim, o neoliberalismo está morto. Estamos em um período de interregno no qual a ideologia e a estratégia do capitalismo acabaram e uma nova ainda não começou. Dizer que o neoliberalismo está morto não quer dizer que não possa ainda ter poderosos e horríveis efeitos. Por exemplo, nos Estados Unidos, dar dinheiro do governo para salvar os bancos (e talvez as corporações de automóveis) é outra forma de transferir dinheiro público para mãos privadas, o que é típico do neoliberalismo. As estratégias neoliberais sempre funcionaram melhor em tempos de crise e desastre, como diz Naomi Klein.<sup>81</sup>

Mas o neoliberalismo está morto no sentido de que não tem futuro. Vai perambular por alguns poucos anos mais, talvez trazendo destruição, mas o neoliberalismo é agora um zumbi. É ainda uma reação instintiva de vários em posições de poder que ainda não têm nenhuma outra ideia.

Parece-me que, por trás da maior parte das críticas da esquerda ao neoliberalismo nos últimos anos, está a hipótese do keynesianismo ou alguma outra forma de controle e regulação estatal da economia. Agora, quando o neoliberalismo é tão repentinamente desacreditado, isso é tudo o que grande parte da esquerda é capaz de propor: em vez de mercados livres, controle estatal; em vez de fazer tudo propriedade privada, fazê-lo propriedade pública.

**IHU On-line – Que parâmetros deveriam compor as ações de uma nova esquerda?**

**Michael Hardt** – Nas decisões governamentais imediatas no que concerne à crise, certamente

concordo que um aumento de regulação e controle estatais são necessários como proteção contra todos os desastres e perigos que as políticas neoliberais produziram. Mas, em uma visão mais ampla, penso que o *comum* ficou fora dessa equação. Muito frequentemente, hoje vemos o mundo e nossas vidas como divididos entre o público e o privado, como se essas fossem as únicas alternativas. Marx disse: “A propriedade privada nos tornou estúpidos” – e, neste caso, nos tornou cegos ao *comum*.

**IHU On-Line – Em que consiste a política do comum?**

**Michael Hardt** – O *comum* deve ser compreendido em dois registros diferentes. O *comum* é a Terra e tudo o que pertence a ela – terra, água, ar, florestas e assim por diante. Por outro lado, o *comum* é o resultado do trabalho humano que dividimos, como ideias, imagens, conhecimento, linguagens, códigos e afetos. Parte do desafio apresentado pelo conceito de *comum* é relacionar esses dois domínios comuns. Deve-se chamar o primeiro de *comum* natural e o segundo de *comum* artificial, mas a divisão entre o natural e o artificial rapidamente se desfaz. Um fator importante que une esses dois domínios é que devemos dividir o *comum* com livre acesso a ele para que sobreviva e seja produtivo. Os dois domínios são muito diferentes, principalmente pelo fato de que o *comum* “natural” é limitado, ao passo que o *comum* “artificial” é reprodutível. Eu sou fascinado pelo modo como estes dois “comuns” se relacionam e como podemos criar uma política que os entenda juntos.

**IHU On-Line – Como a produção artificial do comum se relaciona com o capitalismo cognitivo?**

**Michael Hardt** – Um número de economistas usa o termo “capitalismo cognitivo” para indicar as formas com que a produção do *comum* está se tornando cada vez mais central na economia capitalista. Toni Negri e eu também usamos os termos “produção imaterial” e “produção biopolítica”

<sup>81</sup> Naomi Klein (1970): jornalista, escritora e ativista canadense. De suas obras traduzidas para o português, destacamos *Sem Logo* (Rio de Janeiro: Record, 2002) e *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008). (Nota da IHU On-Line)

para nos referirmos a diferentes aspectos desse fenômeno. Uma razão para eu não usar o termo “capitalismo cognitivo” é que me parece que ele superenfatisa os aspectos mental e intelectual dessas formas de produção e subenfatisa seus aspectos corporal e afetivo. Prefiro focar no trabalho afetivo, por exemplo, que é tão importante em ocupações de trabalhadores da saúde, educadores, prestadores de serviços e outros. De qualquer forma, todas essas diferentes concepções estão tentando dominar aspectos das formas recém dominantes de produção do *comum*.

**IHU On-Line – Como a política do comum pode contribuir para resolver os problemas sociais e econômicos da sociedade?**

**Michael Hardt** – Devemos manter em mente que as políticas do neoliberalismo visam privatizar não apenas os bens comuns, mas também o *comum*. Indústrias extrativistas (como a do petróleo) foram centrais nas políticas neoliberais e todos os elementos naturais como a água, foram alvo da privatização. O *comum* “artificial” também foi objeto de várias formas legais de privatização, como patentes e direitos autorais [*copyrights*]. A assim chamada biopirataria é um bom exemplo disso, na medida em que envolve corporações capitalistas fazendo propriedade privada através de patentes de conhecimentos indígenas e recursos compartilhados, como o conhecimento das propriedades medicinais de uma planta.

Incidentalmente, não penso que “pirataria” seja um nome preciso para esta prática neoliberal, porque piratas roubam propriedade privada. Aqui, em vez disso, corporações estão assaltando o *comum* e o transformando-o em propriedade privada.

Um ponto central aqui é que o *comum* é destruído ou se torna menos produtivo quando é feito privado (e também, eu acrescentaria, quando é feito público, ou seja, objeto de gerenciamento estatal). Trabalhadores da internet e todos os tipos de produtores de conhecimento já notaram faz tempo o quanto o livre acesso à informação e conhecimento são necessários para a futura produção de conhecimento. Em comunidades científi-

cas, por exemplo, cientistas precisam ter acesso em comum aos resultados de trabalhos anteriores e a todo o arquivo de conhecimento para que possam produzir novos conhecimentos, o que deve ser feito comum para outros cientistas. Quando o conhecimento é privatizado, pelo contrário, a futura produção de conhecimento é dificultada. Essa lógica funciona para uma ampla variedade de atividades que produzem o *comum*. Quando as linguagens se tornam privadas elas não podem mais comunicar; quando códigos são privados se tornam menos produtivos; quando afetos são privados eles param de criar relações sociais.

Uma vez que a produção do *comum* se torna mais central na economia capitalista, uma contradição nas relações capitalistas fica cada vez mais grave. Por outro lado, o capital deve expropriar valor desses tipos de produção do *comum* como propriedade privada. Por outro lado, toda vez que o *comum* é feito privado se torna menos produtivo.

**IHU On-Line – Ainda a partir da crise financeira, como podemos pensar em novas dimensões no mundo trabalho e na instituição do comum?**

**Michael Hardt** – Essa é uma das lições que Toni Negri e eu buscamos em nosso novo livro, *Commonwealth* [Comunidade].<sup>82</sup> O título, infelizmente, não tem boa tradução para o português. Penso que o termo em inglês deva ser usado (ou um título diferente deva ser criado). Em inglês, de qualquer forma, intentamos duas coisas com o título. Primeiro, é uma referência às nossas riquezas comuns, tanto o mundo material que devemos aprender a compartilhar [em comum] (caso contrário continuaremos a destruí-lo) quanto o mundo imaterial das ideias, conhecimentos, e afetos que devem permanecer comuns e abertos ao acesso para que sejam produtivos. Segundo, *commonwealth* em inglês significa uma forma de governo, institucional. Então nosso objetivo nesse livro é articular uma alternativa às formas republicanas baseadas em propriedade privada ou àquelas baseadas em propriedade pública. Isso seria um autogoverno autônomo e aberto do *comum*.

<sup>82</sup> Comunidade, no termo original, é usado como em “Comunidade das Nações”. O título em inglês também faz uso da palavra “comum” (common), que é o conceito com que trabalha o autor. (Nota da Tradutora)



## A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda

*Entrevistas com Ricardo Abramovay*

Ricardo Abramovay é mestre em Ciências Políticas, pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade de Campinas (Unicamp), e possui ainda cinco pós-doutorados, entre eles o curso concluído na École des Hautes Études em Sciences Sociales. Coordenador do Núcleo de economia socioambiental (NESSA), ele faz parte do Programa de pesquisa Dinâmicas Territoriais Rurais do Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), do Chile, e do International Development Research Center (IDRC), do Canadá.

Publicamos, a seguir, duas entrevistas do economista e professor Ricardo Abramovay. A primeira, sob o título “A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda”, concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009. Nela, o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) argumenta que o desafio hoje “está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza”. Para ter um alcance expressivo, “isso tem de ser feito no quadro do fortalecimento da democracia, da valorização das instituições republicanas e não como manifestação especial de certas culturas nacionais e de certas etnias”, considera.

Para o economista Ricardo Abramovay, mais do que discutir quais são as propostas da direita ou esquerda, a crise trouxe a “necessidade de repensar a relação entre sociedade e natureza”. Segundo o pesquisador, a relação entre economia, sociedade e natureza “se faz de maneira evolutiva, colocando desafios inéditos e imprevisíveis que vão

muito além da ideia de que o controle social e planejamento dos grandes meios de produção e troca resume o que de mais importante existe num projeto emancipador”.

Dedicado aos estudos dos biocombustíveis, da sustentabilidade socioambiental e dos mecanismos de incentivo subjacente às políticas públicas de combate a pobreza, Abramovay defende a integração articulada entre sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica. Para ele, muitos economistas de esquerda desconsideram esse fato e ignoram o debate ambiental, preocupados apenas com a ideia “de que é necessário intervir para garantir o crescimento e a melhor distribuição de renda”.

Na segunda entrevista, sob o título “Economia e a relação com nossa intimidade”, publicada nas **Notícias do Dia** do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), de 20 de março de 2007, o economista Abramovay utiliza-se do exemplo apresentado na novela **Páginas da vida**, em que a avó tenta “vender” o neto ao próprio pai, para abordar a questão da economia dentro de nossas relações pessoais.

**IHU On-Line – Qual é sua proposta para transformar as bases materiais e energéticas em que se exprime, como o senhor diz, o extraordinário aumento de renda do mundo contemporâneo?**

**Ricardo Abramovay** – O sistema capitalista contemporâneo tem extraordinária capacidade de reduzir a pobreza absoluta. Em 1970, a fome atingia nada menos que 37% da população mundial. A cifra atual de 850 milhões de famintos (evidentemente inaceitável sob qualquer aspecto)

corresponde a menos de 15% dos habitantes do Planeta. Nos últimos dez anos, a proporção dos que vivem com menos de US\$ 1.000,00 por ano (calculado em paridade de poder de compra), ou seja, US\$ 2,75 por dia, caiu de 30% para 17% da população mundial, segundo relatório da Goldman Sachs, publicado há alguns meses. No Brasil, já se tornou um lugar comum a constatação de que um número próximo a 20 milhões de pessoas mudou para cima o andar que ocupam na pirâmide social, nos últimos cinco anos. Mesmo com a crise atual, estas tendências não serão revertidas. É o que explica, em grande parte, a pressão para que as metas relativas ao aquecimento global, por exemplo, não se restrinjam aos países historicamente responsáveis pelas atuais mudanças climáticas, mas sejam assumidas também pelos mais prósperos entre os países em desenvolvimento.

## Pés de barro

Esta prosperidade tem pés de barro em dois sentidos. Em primeiro lugar, mesmo que em países como o Brasil a diminuição da pobreza seja acompanhada por certa redução da desigualdade, este não parece ser o caso de outros países em desenvolvimento (China e Índia, por exemplo), o que amplia de maneira assustadora as tensões sociais. Além disso, é impossível simplesmente promover a extensão para toda a humanidade daquilo que se consome hoje. Em 2000, se estimava que em 2007 haveria 600 milhões de carros e, em 2030, nada menos que 1,2 bilhão de automóveis, no mundo. Ora, em 2006 já havia 956 milhões e a estimativa atual é de dois bilhões para 2030!

Existem, então, dois elementos que começam a ficar claros, a partir destas informações. Eles não constituem proposta de alguém, mas, antes, um movimento amplo, difuso, descentralizado. O primeiro refere-se à pressão social cada vez

maior em direção à mudança na matriz energética que caracteriza as sociedades contemporâneas. O segundo vai mais longe: trata-se dos próprios padrões de consumo que marcam o mundo atual. Inúmeros documentos internacionais e relatórios nacionais constataam que o padrão de consumo das sociedades contemporâneas é insustentável. Mas é preciso reconhecer que ninguém sabe exatamente como se alteram os padrões de consumo de uma sociedade, sobretudo quando as aspirações de consumo, decorrentes da pobreza secular, são tão grandes.

## **IHU On-Line – Quais são as propostas da esquerda frente à crise internacional?**

**Ricardo Abramovay** – Em primeiro lugar, seria necessário saber precisamente de quem se está falando quando se pronuncia a palavra esquerda. Para muitos, a posição de esquerda consiste basicamente em defender a ideia de que são necessárias medidas heterodoxas e maior intervenção do Estado para garantir a volta ao crescimento econômico. No entanto, são cada vez mais expressivas, internacionalmente, as vozes que não vinculam a crise atual apenas à desregulamentação. Estas vozes procuram estabelecer algum tipo de vínculo entre os eventos recentes e o nível de consumo totalmente insustentável do mundo contemporâneo. Insistem, por exemplo, no fato de que, a partir de certo nível de abundância material, vai-se reduzindo a capacidade de o crescimento econômico propiciar bem-estar. O grande sociólogo britânico Anthony Giddens<sup>83</sup> acaba de publicar um livro enfatizando esta crescente dissociação entre o aumento da riqueza e a real satisfação das necessidades humanas. É uma retomada do pensamento do próprio Marx a este respeito: é estranha ao pensamento de Marx a ideia de que, numa sociedade capaz de controlar racionalmente o uso de seus recursos produtivos, o crescimento econômico seja o objetivo central. Ao contrário, a supe-

<sup>83</sup> **Anthony Giddens**: sociólogo inglês, foi diretor da London School of Economics and Political Science (LSE). É autor de 34 obras, publicadas em 29 línguas, e de inúmeros artigos. Em 1985, foi co-fundador da Academic Publishing House Polity Press. É também conhecido como o mentor da ideia da Terceira Via. Entre suas obras publicadas em português, citamos *As consequências da modernidade* (Oeiras: Celta, 1992), *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber* (Lisboa: Editorial Presença, 1994), *Transformações da intimidade – Sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas* (Oeiras: Celta Editora, 1996). Em março de 2009, lançou *The politics of climate change* (A política de mudança climática, Polity Press, 256 págs.). (Nota da **IHU On-Line**)

ração do capitalismo, para ele, era uma forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica, de submeter a produção material às necessidades sociais e não o contrário, como ocorre no capitalismo. Mais importante do que saber se são ou não “de esquerda”, o que chama a atenção é a convergência em torno da necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza contida numa imensa quantidade de trabalhos recentes, de autores vinculados a correntes intelectuais muito variadas. Cito apenas três exemplos, além de Giddens: Thomas Homer-Dixon<sup>84</sup> (*The upside of down*), Jonathon Porritt<sup>85</sup> (*Capitalism as if the world matters*) e o recém-lançado livro de Thomas Friedman<sup>86</sup> (*Hot, flat and crowded*), entre tantos autores capazes de fazer propostas cuja execução revolucionaria as bases materiais da sociedade contemporânea e cuja classificação no tabuleiro político como de esquerda ou direita soa completamente artificial.

**IHU On-Line – Como a esquerda tem lidado com a questão energética e econômica? Para o senhor, a esquerda ainda não percebeu a relação existente entre essas duas questões?**

**Ricardo Abramovay** – Gostaria de me opor a duas ideias muito frequentes, com relação ao que se chama de esquerda. A primeira é que não há diferença entre esquerda e direita. Claro que há. A

crença de que a alocação dos recursos sociais será tanto melhor quanto menor a intervenção consciente e voluntária em sua organização é típica do pensamento de direita. E a ideia de que a inteligência humana é capaz de responder de maneira criativa, imprimindo sentido ao que fazem os homens na sua vida material é um dos mais importantes traços humanistas que marcam a formação do pensamento de Marx desde seus célebres *Manuscritos* de 1844. Não há dúvida de que Marx exerceu fortíssima influência sobre alguns dos pensadores contemporâneos mais inovadores, como Amartya Sen,<sup>87</sup> John Kenneth Galbraith<sup>88</sup> ou sobre a crítica de André Gorz,<sup>89</sup> no produtivismo que marca as sociedades de hoje.

A segunda ideia à qual gostaria de me opor, então, é a de que a questão ambiental e energética é estranha ao horizonte de Marx. Por um lado, é verdade que, em sua obra principal, o limite do capital é o próprio capital e nunca a natureza. É verdade também que matéria e energia só entram no estudo que faz Marx do capitalismo à medida que se convertem em valores. No entanto, Marx reconhece que o trabalho não é a única fonte da riqueza e, mais do que isso, ele mostra que a produção pela produção, ou seja, o aumento da riqueza como meta independente da real satisfação das necessidades humanas só pode ocorrer num sistema em que os indivíduos estão cada vez mais alienados, distantes do que fazem e do que produ-

<sup>84</sup> **Thomas Homer-Dixon**: cientista político canadense, ocupa a cátedra do Centre for International Governance Innovation Chair of Global Systems no Balsillie School of International Affairs em Waterloo, Ontário. É professor no Centre for Environment and Business Da Faculty of Environment, na Universidade de Waterloo. Entre outros, é autor de *The upside of down: catastrophe, creativity, and the renewal of civilization* (Toronto: Knopf, 2006). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>85</sup> **Espeie Jonathon Porritt** (1950): ambientalista inglês e escritor. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>86</sup> **Thomas Friedman** (1953): jornalista norte-americano, atualmente é editorialista do jornal *The New York Times*. Friedman já ganhou o prêmio Pulitzer em três ocasiões 1983, 1988, 2002. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>87</sup> **Amartya Sen** (1933): economista, recebeu o prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1998, pelas suas contribuições para a teoria da decisão social. Ele já lecionou na Delhi School of Economics, London School of Economics, Oxford e Harvard. Reitor de Cambridge, é também um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia e Desenvolvimento, da ONU. Entre suas obras, citamos *On economic inequality, Poverty and famines* e *On ethics and economics*. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>88</sup> **John Kenneth Galbraith** (1908): economista norte-americano. Em seus livros *A sociedade da opulência* (1958), *O novo estado industrial* (1967) e *A ciência econômica e o interesse geral* (1974), faz um requisitório contra a sociedade de consumo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>89</sup> **André Gorz**: filósofo austríaco radicado na França desde 1948. Escreveu 16 livros, dos quais vários traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do presente, riqueza do possível* (São Paulo: Annablume, 2004). A **IHU On-Line** realizou entrevista com Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista **IHU On-Line**, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos **Cadernos IHU Ideias**, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. Sobre André Gorz, também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado no número 5 dos **Cadernos IHU**, de 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

zem. De certa maneira (num horizonte resignado e não crítico como o de Marx), Max Weber também insiste neste mesmo ponto em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Mas foi Georgescu-Roegen<sup>90</sup> e seu discípulo Herman Daly<sup>91</sup> que mostraram que o principal limite da ciência econômica está no fato de ela só poder lidar com matéria e energia sob a forma de preços daquilo que se vende e se compra. A mais importante renovação das ciências sociais contemporâneas está no esforço de integrar de maneira organicamente articulada sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica: é o que faz a atual econômica ecológica e é o que muitos economistas de esquerda, voltados apenas à ideia de que é necessário intervir para garantir o crescimento e a melhor distribuição de renda, solenemente ignoram.

**IHU On-Line – Alguns especialistas dividem a esquerda em duas: a que está no poder, representada pelos governos, e a que acredita no ecosocialismo, representada na grande maioria pelos movimentos sociais. Como essa esquerda que se preocupa com o debate ecológico pode se utilizar dessa bandeira e chegar ao poder, projetando assim um novo modelo de governo? O senhor vislumbra avanços nesse sentido?**

**Ricardo Abramovay** – Talvez a divisão real não seja entre estar no poder e estar junto aos movimentos sociais. Carlos Minc<sup>92</sup> não abandonou sua postura “ecolibertária” ao assumir o Ministério do Meio Ambiente. O avanço da democracia contemporânea vem permitindo a expressão inédita

de movimentos sociais no poder de vários países. A trajetória de Barak Obama, neste sentido, é notável: ele foi um militante ligado a alguns dos mais importantes movimentos sociais norte-americanos. Evo Morales e Rafael Correa<sup>93</sup> também exprimem importantes movimentos sociais, da mesma forma que Lula. As novas constituições da Bolívia e do Equador incorporam demandas fundamentais destes movimentos.

### Exercício do poder

Há, entretanto, dois problemas cuja solução ainda não está clara, neste sentido. O primeiro é que, com frequência impressionante, o caráter universal, generoso, emancipador de muitas aspirações dos movimentos sociais converte-se em modalidades mesquinhas, corporativistas e antidemocráticas de satisfação de necessidades de certos grupos. O recente atentado a direitos de opinião no Equador (denunciado por destacados membros da esquerda daquele país) e a extrapolação dos direitos indígenas em expressões contrárias aos brancos na Bolívia são, neste sentido, muito preocupantes. São situações em que a organização republicana e a própria democracia, longe de se afirmarem como direitos universais, passam a ser vistas, de forma inquietante, como expressões da chamada cultura dominante que seria afastada pelo poder e pela cultura supostamente populares. Permita-me citar trecho de um importante livro recente de Alain Touraine,<sup>94</sup> *Um novo paradigma – Para compreender o mundo de hoje:*

<sup>90</sup> **Nicholas Georgescu-Roegen** (1906-1994): matemático e economista romeno. Seus trabalhos resultaram no conceito de decrescimento econômico, e é conhecido também por ser o fundador da economia ecológica. Graduado em Estatística, pela Universidade de Paris, exerceu importantes cargos públicos em seu país. Terminou seus estudos de economia em 1946, quando emigrou para os EUA. Sua obra principal é *The entropy law and the economic process*, publicada em 1971. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>91</sup> **Herman Daly**: economista e professor estadunidense. Leciona na Escola de Política Pública de College Park, nos Estados Unidos. Foi economista chefe do departamento ambiental do Banco Mundial, onde auxiliou no desenvolvimento de princípios políticos básicos relacionados ao desenvolvimento sustentável. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>92</sup> **Carlos Minc Baumfeld** (1951): político e geógrafo brasileiro. Atualmente, é ministro do Meio Ambiente do governo Lula. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>93</sup> **Rafale Vicente Correa Delgado** (1963): economista, político e atual presidente do Equador. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>94</sup> **Alain Touraine**: sociólogo francês, conhecido por ter sido o pai da expressão “sociedade pós-industrial”. Ele já concedeu algumas entrevistas à **IHU On-Line**. Elas estão disponíveis na nossa página eletrônica ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). De suas obras, citamos *Um novo paradigma – Para compreender o mundo de hoje* (Porto Alegre: Vozes, 2006). (Nota da **IHU On-Line**)

“Não é raro que os movimentos sociais se degradem até se transformarem naquilo que é o contrário deles mesmos: afirmação comunitária, rejeição do estrangeiro ou do diferente, violências contra as minorias ou contra o que é chamado de heresia ou cisma. Isso se produz quando a ação coletiva se define pelo ser ou pelo ter que ela defende, e não por sua referência a um valor universal. Para que este referência se forme, a condição primeira é que o ator ou o combatente reconheça em um outro esta ascensão em direção ao universal que ele sente em si mesmo. Quando o movimento de liberação nacional torna-se nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres, eles deixam de ser movimentos sociais e cedem à obsessão da identidade”.

O segundo problema com o recente avanço dos movimentos sociais em várias partes do mundo está na debilidade e na inconsistência do próprio projeto em torno do qual se organiza o exercício do poder. Na raiz deste projeto, encontra-se a ilusão de que crescimento econômico e políticas massivas de transferência de renda são as chaves para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo. Nosso maior desafio está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza. E isso precisa ser feito no quadro do fortalecimento da democracia, da valorização das instituições republicanas e não como manifestação especial de certas culturas nacionais e de certas etnias.

Estes dois problemas estão elaborados de maneira precária pelos movimentos sociais, estejam eles ou não no exercício do poder.

***IHU On-Line – O que falta para a esquerda avançar no âmbito econômico, ecológico e social? É possível, nesse momento de crise, pensar num novo projeto de esquerda, revolucionário? Chegou a hora de pensar em uma profunda renovação prática e teórica?***

**Ricardo Abramovay** – Sem dúvida: esta renovação está em curso, o que não significa que ela

será necessariamente vitoriosa. A expressão “novo projeto de esquerda, revolucionário”, a meu ver, é contraproducente e estimula justamente o que os movimentos sociais têm de pior: a ideia de que eles precisam caracterizar-se pela permanente e radical diferenciação com relação a forças que não fazem parte de seu universo imediato. O resultado disso são os tão frequentes discursos em que assentados, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, agricultores familiares vão unir-se para promover mudanças radicais. Que estes sejam atores decisivos, não há dúvida; no entanto, um projeto de mudança na maneira de organizar a relação entre natureza e sociedade passa por transformações decisivas na organização empresarial. E, como bem mostra o trabalho de André Gorz, não é mais possível imaginar que estas transformações decorrerão da expropriação das empresas pelo poder popular e do planejamento central. Um dos mais importantes desafios para um projeto de mudança social hoje está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado. O mercado não é a ficção científica exposta nos manuais de economia. Mercados são estruturas sociais e, portanto, funcionam com base em pressões sociais. Um dos maiores desafios às forças populares (que muitos movimentos sociais já compreenderam e do qual tiram consequências interessantíssimas) consiste em participar ativamente deste processo de reorganização empresarial e não apenas em concentrar suas demandas sobre o poder público. Nosso desafio não está apenas em circunscrever, delimitar e impedir a extrapolação do mercado em direção a domínios da vida social que não devem ficar sob seu domínio. Está também, e de forma cada vez mais decisiva, no fato de que os movimentos sociais sejam protagonistas da maneira como os próprios mercados se estruturam.

***IHU On-Line – Gorz foi um dos primeiros a profetizar a crise do emprego e chamar a atenção para a importante distinção entre trabalho e emprego. O senhor avalia que a crise é uma oportunidade para fortalecer as propostas de Gorz na perspectiva de valorização do trabalho?***

**Ricardo Abramovay** – Certamente. Os programas brasileiros de transferência de renda têm um papel muito positivo nesta direção. Há forte indício de que uma de suas principais consequências está na eliminação de atividades que só existiam por se apoiarem em formas aviltantes de utilização e remuneração do trabalho. Hoje, no Nordeste do Brasil, as pessoas não são mais obrigadas a trabalhar por um prato de comida e isso é muito positivo. As transferências públicas de renda são modalidades embrionárias do que Gorz, de forma pioneira, e depois Rifkin<sup>95</sup> e Van Parijs<sup>96</sup> irão chamar de renda de cidadania. O desafio é fazer com que estas transferências permitam fortalecer as sociedades locais, as formas de interação social que não se apoiam estritamente no trabalho assalariado e no mercado. Mas também as transferências de renda podem e devem dar lugar à formação de mercados dinâmicos ligados à vida social local. Há um fenômeno novo e muito importante: a junção entre o fato de as pessoas viverem (de maneira saudável) cada vez mais e trabalharem durante um período cada vez menor de suas vidas. Quando se aposentam, muitos não querem permanecer ali onde estiveram durante sua vida ativa e decidem voltar a suas regiões de origem ou ir para áreas sem os problemas das concentrações metropolitanas. Parte da migração de retorno em direção ao Nordeste brasileiro dos anos 1990 e 2000 tem aí sua raiz. Estas pessoas com renda estão na origem de um dinamismo econômico, cuja marca não é a competitividade globalizada e a oferta de bens industriais altamente sofisticados, mas sim a satisfação de necessidades locais, ligadas potencialmente à valorização da cultura, da biodiversidade, à restauração, aos esportes de aventura, ao turismo, à produção agropecuária de qualidade, à

assistência aos idosos: são atividades econômicas mercantis, não globalizadas e cujo exercício só pode ser feito num ambiente marcado pela valorização do que a sociedade tem de melhor: seus atributos naturais, a qualificação profissional de seus habitantes e a construção de relações sociais de proximidade que se distingam do que ocorre nas grandes metrópoles.

**IHU On-Line – Alguns dizem que esse é o momento propício para por fim ao capitalismo. Outros defendem a sua reformulação. Para o senhor, qual é a saída adequada?**

**Ricardo Abramovay** – Se colocar fim ao capitalismo é expropriar as grandes empresas e substituir o mercado pelo planejamento central, então eu gostaria de saber quais são hoje as forças políticas que expõem com clareza este projeto para a sociedade. E, se não é disso que se trata, então estamos mais próximos do que você chamou de “reformulação”. Mesmo que se conte com um segmento crescente de empresas, cujo controle é exercido diretamente pelos trabalhadores em regime de autogestão, o fato de o mercado operar como mecanismo de alocação dos recursos sociais e de que a sobrevivência das empresas depende de sua eficiência em mercados competitivos faz com que a organização empresarial tenha caráter capitalista. Mas é fundamental que esta constatação não dê lugar à posição conformista segundo a qual o mercado é uma caixa-preta, opaca, invisível e inacessível à pressão social. Ao contrário, a maneira como as empresas e o mercado se organizam depende, antes de tudo, daquilo que, com relação a eles, fazem as forças organizadas da sociedade. Neste sentido, a reformulação não é uma tarefa menor à qual temos que nos conformar di-

<sup>95</sup> **Jeremy Rifkin**: autor das obras *O fim dos empregos* (São Paulo: Makron Books, 2004), desde 1994, Rifkin tem atuado como membro do Wharton Scholl's Executive Education Program, onde ministra sobre as novas tendências na ciência e na tecnologia e de suas influências na economia e na sociedade. Presidente da Fondation on economic trends, em Washington, ele é crítico feroz da energia nuclear e de organismos geneticamente modificados. Também é autor do livro *A economia do hidrogênio* (São Paulo: Makron Books, 2003) e *A era do acesso* (São Paulo: Makron Books, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>96</sup> **Philippe Van Parijs** (1951): filósofo e economista político belga, conhecido como proponente e principal defensor do conceito de renda mínima. Ele estudou na Universidade de Saint Louis, em Bruxelas, e nas universidades de Louvain, Oxford, Bielefeld e Califórnia. Leciona na Faculdade de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica da Louvain, onde dirige a Cátedra Hoover desde a sua criação, em 1991. É também professor visitante da Universidade de Harvard desde 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

ante da impossibilidade de por fim ao capitalismo. A relação entre economia, sociedade e natureza se faz de maneira evolutiva, colocando desafios inéditos e imprevisíveis que vão muito além da ideia de que o controle social e planejado dos

grandes meios de produção e troca resume o que de mais importante existe num projeto emancipador. Isso dificulta, mas torna certamente muito interessantes os desafios políticos e civilizatórios que temos pela frente.

## “A esquerda não pode ser um mero salva-vidas do capitalismo”

*Entrevista com James Petras*

James Petras é professor emérito de Sociologia na Universidade Binghamton, em Nova York, e desenvolve um trabalho especial com o movimento dos Sem Terras. Cursou a graduação na Universidade de Boston e o doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley. É autor de mais de 62 livros publicados em 29 línguas, entre os quais citamos **A mudança social na América Latina** (2000), **Globalização: O imperialismo do século XXI** (2001), **Sistema em crise** (2003) e **Multinacionais Trial** (2006). Entre 1973 e 1976, foi membro do Tribunal Bertrand Russel sobre a repressão na América Latina. Atualmente, escreve uma coluna semanal do jornal mexicano La Jornada. A íntegra da entrevista com James Petras pode ser conferida no site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), nas **Notícias do Dia** de 29-03-2009.

Mudanças de posicionamento são cruciais nesse momento, mas como propor algo diferente se a maioria das organizações de esquerda se tornaram sócias do capitalismo? E quando, ao mesmo tempo, movimentos sociais não apresentam o caráter revolucionário de décadas passadas? Ao se questionar sobre esses dilemas, o sociólogo estadunidense James Petras afirma que estamos diante de um grande paradoxo. Na entrevista que concedeu a Márcia Junges e Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, e traduzida por Luis Marcos Sander e Walter Schlupp, o sociólogo Petras admite “o questionamento dos fracassos do capitalismo e dos destruidores do meio ambiente, ao mesmo tempo em que não há o surgimento de uma esquerda alternativa claramente articulada”.

Ao comentar a relutância da esquerda frente aos problemas ambientais do Planeta, Petras é incisivo e diz que a falta de integração da esquerda não se dá apenas com a questão ambiental. E exemplifica: “Não existe um movimento político para os colonos sem terra, nem existe um movimento para os desempregados e para o número crescente de trabalhadores depauperados”. Para ele, essas questões representam “um fracasso em conseguir livrar-se das parcerias entre capital e trabalho, vinculações entre cientistas e seminários”. A esquerda precisa adotar uma posição estratégica, aconselha. “Ela não deveria encarar-se a si própria como mero salva-vidas do capitalismo, onde o governo não é apenas um parceiro de empresas capitalistas falidas, numa espécie de keynesianismo bastardo”. Precisamos, continua o sociólogo, “pensar sobre a reorganização da indústria com base justamente nas forças produtivas, que são trabalhadoras, engenheiros, cientistas, que projetam produtos para consumo doméstico e, caso necessário, para comércio regional, se é que isto é possível”.

Relembrando as teorias de Marx e Keynes, ele propõe uma nova discussão. O debate hoje não é mais sobre o Estado e o mercado, assegura, “mas sobre o papel que o Estado deveria desempenhar ao substituir ou restaurar o mercado, contra aqueles que encaram o Estado como um instrumento para o poder social dos trabalhadores e para reorganizar a economia”. E dispara: “Penso que voltamos à seguinte posição: não é uma questão de intervenção do Estado em si, mas de intervenção do Estado em favor de qual projeto econômico?”.



**IHU On-Line – Considerando a crise financeira internacional, como o senhor encara as ações dos diferentes grupos de esquerda na América Latina? Quais são as perspectivas da América Latina em vista dessa crise?**

**James Petras** – Claramente, o tremendo declínio no mercado de exportações afetará a América Latina, não como um todo. As limitações de créditos, financiamentos e a descapitalização das subsidiárias no continente trarão efeitos. Mas é necessário considerar que a recessão mundial, que está virando depressão, irá gerar impactos diferentes nos países latino-americanos. É importante observar as condições institucionais, econômicas e as lideranças políticas dos países, para notar como a crise irá afetar cada um deles. Obviamente, países menos diversificados, dependentes da exportação, sofrerão mais que países com mercado doméstico profundo, com economia diversificada e reservas acumuladas. Ao menos na primeira fase da crise, os países com grandes reservas podem começar com seus pacotes de estímulo, como está acontecendo no Brasil, Argentina e Chile. Porém, essas são vantagens passageiras, ou seja, medidas que podem desacelerar o início da crise econômica, mas que não mudam os aspectos fundamentais. Por aspectos fundamentais, entendo o fato de que o sistema de produção no Brasil, particularmente de automóveis, além dos bens primários e setor de transportes, será profundamente afetado.

**A crise do acúmulo**

Uma coisa que deveríamos saber é que, como as matrizes nos países de origem estão em profunda crise, começaram a descapitalizar as suas subsidiárias nos outros países. A GM é um exemplo disso. A GM, a Ford, principalmente a Chrysler, estão indo à falência. Elas não têm capacidade para superar suas perdas de 100 bilhões de dólares. Estão buscando mais ajuda do governo, e já receberam 14 bilhões. O colapso dessas multinacionais levantou a questão, em muitos países, se as economias nacionais e os governos estão dispostos a comprar essas fábricas e transformá-las em algum tipo de unidades de produção autônomas, ou se experi-

mentarão os efeitos posteriores do colapso da indústria americana de transportes.

A economia americana desencadeou esta crise financeira, mas a crise mundial é uma crise de acúmulo excessivo de lucros mediante a exploração excessiva, das finanças, do crédito etc. Isto teve efeitos tremendos sobre o setor financeiro, na busca de lucros para manter as taxas originais do processo de acumulação. A crise financeira estourou primeiro nos EUA porque o colapso financeiro da América Latina. Antes disso, tinha imposto certos controles sobre o sistema financeiro, o que limitou sua capacidade de se ligar aos ativos tóxicos, subprime, hipotecas e outros meios especulativos. Mesmo assim, na medida em que a crise se desloca das finanças para a produção e para o comércio, é inevitável a futura contração das economias na América Latina, mais tarde que nos EUA. Mas, em última análise, a depressão começará no final de 2009, senão antes, de forma igualmente profunda.

**IHU On-Line – A esquerda também está passando por uma crise? E, no seu entender, qual seria a razão para essa falta de direção ou mudança na esquerda mundial?**

**James Petras** – Temos um fenômeno que emergiu na América Latina no início desta década: movimentos de massa que iniciaram nos anos 90 e culminaram em numerosas insurreições e derrotas dos neoliberais, desacreditando o neoliberalismo diante de movimentos de massa, seja na forma de insurreições como na Argentina, Bolívia, Equador, seja na forma de derrotas eleitorais, ou como na Venezuela, que, além de eleitoral, também foi contragolpe. Mas o resultado final não foi uma transformação básica, porque esses movimentos foram incapazes de criar suas próprias alternativas. Então, o que emerge é um híbrido, que adotou algumas características de massa dos movimentos sociais radicais, mas que se adaptou às estruturas econômicas existentes, inclusive provocando tremendo crescimento e ênfase sobre o crescimento do setor primário. Tivemos enormes investimentos em produtos agrominerais na Argentina, no Brasil, no Uruguai, na Bolívia. Todos esses assim chamados governos de centro-esquerda

tocaram esses *booms de commodities*, sem mudar a renda, mudar a propriedade, ou dinamizar as economias internas. Essencialmente, tomaram uma parte da riqueza acrescentada e criaram programas contra a pobreza, programas de compensação. Mas as estruturas básicas do passado não mudaram. Lula, em particular, tornou-se um dos maiores defensores do livre comércio na América do Norte, inclusive criticando Bush por não ser tão aberto, abrindo os mercados com comércio totalmente livre. Percebo que esses assim chamados governos de centro-esquerda agora estão enfrentando as consequências, na medida em que ganharam terreno com os *booms de commodities* e com o crescimento irrestrito do capitalismo. Agora, o outro lado da medalha, é que eles irão sentir o impacto em cheio do declínio dos mercados mundiais e dos preços, bem como do comércio; não demonstraram quaisquer inovações estruturais.

**IHU On-Line – Quais são as propostas da esquerda em vista deste cenário de catástrofe econômica, social e ecológica? Quais parâmetros deveriam orientar as ações de uma nova esquerda?**

**James Petras** – Uma das propostas é frear o desemprego. A esquerda não pode permitir que empresa alguma demita trabalhadores, transforme programas de estímulo de gastos de renda em investimentos sociais de grande porte, grandes investimentos produtivos, grandes projetos de emprego, grandes obras públicas pagando salários ao nível de sindicalizados. A meu ver, a finalidade principal não é colocar recursos nas mãos de capitalistas na esperança de que eles vão investir o dinheiro e gerar empregos. É o inverso: colocar dinheiro na renda e no emprego dos trabalhadores, independentemente dos fracassos do capitalismo. Devemos concentrar os programas no sentido de que governo seja proprietário, em grande escala e a longo prazo, do sistema produtivo e financeiro. Eles fracassaram, destruindo a produção e as finanças. Não podemos sustentar perdedores, fracassos. Precisamos começar da frente. Não podemos construir em cima de sistemas quebrados. A noção de botar um remendo aqui, estimular ali, está errada. Os trabalhadores não podem permitir

desemprego maciço que irá derrubar os salários ainda mais, e levar à concentração de algumas poucas empresas que conseguem resistir à tempestade.

**Esquerda brasileira**

Temos um lugar para grandes gastos do governo, mas não subsidiando as perdas do capitalismo; trata-se de levantar o padrão de vida e a demanda dentro do país. Num lugar como o Brasil, isto significa investimentos em grande escala no desenvolvimento da agricultura familiar no interior, para criar demanda doméstica por suprimentos. Significa, ao mesmo tempo, assumir as indústrias falidas no setor industrial e não simplesmente proporcionar-lhes bilhões de dólares de subsídios e subsidiar empréstimos. O governo declara que a finalidade é criar empregos e abrir o crédito; isto canaliza para empresas que não irão investir, se não enxergarem um mercado, porque a demanda está baixa. Para gerar demanda, é preciso focalizar a renda diretamente nas mãos dos consumidores. Se você quiser gerar produção, você não irá subsidiar empresas capitalistas improdutivas e inviáveis.

Esta é uma posição estratégica que a esquerda necessita adotar. Ela não deveria encarar-se a si própria como mero salva-vidas do capitalismo, onde o governo não é apenas um parceiro de empresas capitalistas falidas, numa espécie de keynesianismo bastardo. O que precisamos fazer agora é pensar sobre a reorganização da indústria com base justamente nas forças produtivas, que são trabalhadores, engenheiros, cientistas, que projetam produtos para consumo doméstico e, caso necessário, para comércio regional, se é que isto é possível.

**IHU On-Line – Que mudança o senhor visualiza no capitalismo?**

**James Petras** – O que está acontecendo são gigantescos gastos do governo para dívidas, os quais serão sustentados mediante aumento de impostos e cortes de programas sociais nos orçamentos para subsidiar a recuperação capitalista. Vejo um

enorme retrocesso nas receitas e nos gastos do governo, ou, colocando em outros termos, entre os ganhos corporativos e os salários corporativos. Veremos imenso crescimento do abismo à medida que avança a crise. Não tenho absolutamente dúvida alguma em relação ao fato de que um governo que assume dívidas enormes, nas quais o pagamento dos juros soma um quinto ou um sexto do orçamento federal, não terá espaço algum para encarar despesas sociais, para aumentar ou mesmo manter programas sociais. Penso que a recuperação capitalista significa que os trabalhadores pagam pelo prejuízo, a não ser que você tenha um governo diferente, com compromissos sociais diferentes e compromissos de classe diferentes, que procure financiar a recuperação dos padrões de vida dos trabalhadores, que garanta o emprego dos trabalhadores e que intervenha nas fábricas que vão contra essa política – intervir no sentido de assumir, assumir o gerenciamento, a direção, o investimento e a política salarial. Não há dúvida alguma de que irão falar sobre “sacrifício igual” dos capitalistas e dos trabalhadores. Mas os capitalistas irão continuar donos das fábricas, sem quaisquer perdas, e os trabalhadores perderão seu salário. Então, qual é o sacrifício igual, quando um mantém os instrumentos básicos de produção e distribuição, e o outro sofre as consequências de redução de salário e dos benefícios sociais?

**IHU On-Line – Em que sentido as transformações com a crise financeira, econômica e ecológica implicam inovação política?**

**James Petras** – Existe uma tremenda lacuna nessas questões. Existem dois fatores que precisamos reconhecer: as condições objetivas para mudança estão em seu momento mais favorável. Ou seja, nunca antes na história tanta gente reconheceu a questão do aquecimento global, da mudança climática. De modo semelhante ocorre o mesmo com o capitalismo: nunca antes vimos um colapso tão profundo dos sistemas financeiro e produtivo ao mesmo tempo no palco mundial, indo da Rússia à Patagônia, da Patagônia ao declínio do comércio na Ásia, ao desmoronamento das principais indústrias nos EUA. Falando objetivamente, o questionamento em relação ao capita-

lismo e ao meio ambiente está mais forte do que nunca. Os capitalistas nunca estiveram tão na defensiva e os defensores da poluição e do aquecimento global nunca estiveram tão fracos. Mesmo assim, não estamos enxergando mudança alguma, porque objetivamente também estamos num dos pontos mais fracos: os social-democratas se tornaram sócios do capitalismo na Europa; nos EUA, não há movimento algum, pois o movimento contra a guerra virtualmente desapareceu, assim como os movimentos pelos direitos civis e dos imigrantes desapareceram. Também não existe sindicato organizado nem partido algum que represente alternativas valiosas. Na Europa, talvez na França e na Itália ainda existam movimentos de sindicatos, mas eles não estão numa posição de exercer poder governamental. Há protestos maciços por toda a China, os quais podem se aprofundar. Por sua vez, na América Latina, há um histórico de lutas, um reavivamento em potencial, mas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é muito restringida e os outros sindicatos têm sido muito submissos, em vários casos incorporados no sistema, ao menos no regime de Lula. Com exceção da Venezuela e em grau mais reduzido Equador e Bolívia, não há sequer governos nacionalistas; só há nacionalismo setorial na Bolívia e no Equador, onde muitas multinacionais ainda ocupam posições estratégicas. Assim sendo, afirmo que, na América Latina, não estamos na mesma posição que ocupávamos no final dos anos 90, com os movimentos sociais em ascensão e governos neoliberais em declínio. Não vejo a centro-esquerda virando para a esquerda. Também não percebo a direita desaparecer. Ela, na verdade, está retornando na Argentina, e na Bolívia estão fazendo esforço para influenciar um terço do país.

**Um grande paradoxo**

Digamos o seguinte: temos um grande paradoxo – aprofunda-se o questionamento dos fracassos do capitalismo e dos destruidores do meio ambiente, ao mesmo tempo em que não há o surgimento de uma esquerda alternativa claramente

articulada. Isto pode mudar. Não se pode especificar o ponto em que algo novo poderia aparecer, algum movimento social revitalizado e dinâmico: quando o desemprego for de 15% no Brasil, ou 18% ou 20% na Argentina, ou quando a pobreza aumentar ainda mais no México. Não estou excluindo isto, nem sou um pessimista estratégico, mas tento ser realista a este respeito: temos essa realidade dupla de grandes oportunidades e grandes fraquezas subjetivas.

**IHU On-Line – Alguns críticos dizem que a esquerda está ultrapassada, superada, porque não percebeu a importância de construir um novo modelo energético e ecológico. O que o senhor pensa sobre essa crítica?**

**James Petras** – Talvez a esquerda esteja desconectada de um movimento bem amadurecido. Mas essa falta de integração acontece também com outros segmentos da sociedade. Por exemplo, não existe um movimento político para os colonos sem-terra, nem um movimento para os desempregados e para o número crescente de trabalhadores depauperados. Portanto, não se trata exclusivamente de não se conseguir construir algum modelo em torno da questão energética. Trata-se do fracasso em conseguir livrar-se das parcerias entre capital e trabalho, vinculações entre cientistas e seminários – cientistas e teóricos do clima vão para fóruns sociais no Pará, aplaudem-se mutuamente, vão para casa e celebram o fato de que ganharam a atenção das pessoas. É uma falta de coerência total: nenhuma dessas conferências ecológicas resultou em alguma coalizão ao redor das questões econômicas, ecológicas e afins. Percebo que o grande fracasso está com os movimentos ecológicos. Na Alemanha, eles se tornaram anexos dos partidos mais importantes. Na França, deixaram de fazer conexões com os principais mo-

vimentos de greve, e na Itália eles têm sido uma força muito limitada e marginal, com exceção de ocasionais demonstrações. Nos Estados Unidos, há 110 grupos ecológicos diferentes, cada qual tentando pressionar o governo existente, em vez de montar uma força política independente; consideram-se mais como lobbies a fazer pressões, e grupos locais com identidades muito específicas: centrados em árvores, em energia, vento etc. Alguns começam como movimento social e depois acabam como capitalistas de risco.

**IHU On-Line – O pensamento marxista ainda é pertinente na América Latina?**

**James Petras** – Esta pergunta foi respondida pelos próprios capitalistas. Vemos, na imprensa, que o interesse pelo marxismo levou a compras maciças dos livros de Karl Marx. Os jornais financeiros de maior circulação estão usando a mesma linguagem, falando de “colapso do capitalismo”, “fracassos do capitalismo”, da incapacidade operacional do sistema financeiro, em outras palavras: mesmo as publicações financeiras hoje reconhecem seu diagnóstico fracassado, seus erros de receita até agora, de modo que abriram espaço para um debate. O debate hoje não é mais sobre o Estado e o mercado, mas sobre o papel que o Estado deveria desempenhar ao substituir ou restaurar o mercado, contra aqueles que encaram o Estado como um instrumento para o poder social dos trabalhadores e para reorganizar a economia. Acredito que o liberalismo está morto. Todo escritor capitalista afirma isso. Agora a questão é: quais são as alternativas para o liberalismo? E aqui dois teóricos de projeção estão em confronto, Keynes e Marx. Voltamos à seguinte posição: não é uma questão de intervenção do Estado em si, mas de intervenção do Estado em favor de qual projeto econômico?

## A política externa americana para o Oriente Médio: petróleo, poder e ideologia

*Por Silvia Feraboli*

*Silvia Feraboli é graduada em Jornalismo, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e especialista em assuntos políticos do Oriente Médio. Além disso, prepara-se para cursar doutorado nessa área na Universidade de Cambridge, Inglaterra.*

*No artigo escrito pela jornalista Silvia para a **IHU On-Line** e publicado na edição 210, de 5 de março de 2007, Silvia apresenta as conclusões que fazem parte da pesquisa desenvolvida em sua dissertação em Relações Internacionais, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2005, sob o título A (des)construção da Grande Nação Árabe: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no Mundo Árabe.*

Esse breve ensaio busca responder três questionamentos centrais que intrigam aqueles que acompanham o desenrolar dos conflitos no Oriente Médio. São eles: 1) qual é o real interesse dos Estados Unidos no Oriente Médio? 2) por que a aliança com os dois Estados-chave do Mundo Árabe – o Egito e a Arábia Saudita – não é vista como suficiente para assegurar os interesses norte-americanos na região? 3) por que Israel é percebido como o aliado central e necessário dos Estados Unidos no Oriente Médio? Esse debate, que envolve, necessariamente, o entendimento do peso do petróleo, do poder e da ideologia nas

ações de política externa americana para o Oriente Médio, terá por base o pensamento de Emmanuel Todd<sup>97</sup> e Edward Said<sup>98</sup> sobre o assunto em questão.

No que concerne à fixação dos Estados Unidos no Oriente Médio, Todd (2003) acredita que essa não seja fruto do temor de uma insuficiência do abastecimento de petróleo. Já metade das importações petrolíferas americanas provém do chamado Novo Mundo, que está militarmente seguro para os Estados Unidos. Ainda, se forem somadas as quantidades provenientes desses países à própria produção americana, chega-se a um total de 70% do consumo dos Estados Unidos.

Os países do Golfo Pérsico fornecem apenas 18% do consumo americano. Dessa forma, a energia que se trata de controlar não é a dos Estados Unidos, mas a do mundo e, mais especificamente, a da Europa e do Japão, os dois pólos que, economicamente, desafiam a supremacia norte-americana. “A verdade é que, pelo controle dos recursos energéticos necessários à Europa e ao Japão, os Estados Unidos esperam manter a possibilidade de exercer pressões significativas sobre eles”. (TODD, 2003, p. 167).

Essa afirmação, feita pelo demógrafo francês, em 2003, vai ao encontro da fala do secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles,<sup>99</sup> ainda em 1958, que, na essência, advertia que o fornecimento vital de petróleo para a Europa Oci-

<sup>97</sup> **Emmanuel Todd** (1951): historiador e cientista político francês. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>98</sup> **Edward Said** (1935-2003): teórico literário palestino-americano, além de ativista palestino. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>99</sup> **John Foster Dulles** (1888-1959): estadista americano. Foi secretário de Estado no governo de Eisenhower, de 1953 a 1959. (Nota da **IHU On-Line**)

dental pelo Oriente Médio se tornaria crítica se os Estados árabes uniformizassem suas políticas petrolíferas. Assim, impor um sistema que impeça qualquer possibilidade remota de unificação das políticas árabes em relação ao petróleo, de maneira que sirva aos seus interesses, e não do mercado internacional da *commodity*, revela-se de vital importância para a manutenção da pretensa hegemonia americana no pós-Guerra Fria.

Por certo que as políticas petrolíferas dos Estados árabes já estão unificadas via OPEP. Contudo, essas políticas servem aos interesses dos membros dessa organização, especialmente das petromonarquias, não de todo o Mundo Árabe. Assim, impedir o desenvolvimento de qualquer forma de integração árabe que possa vir a alterar a correlação de forças na região em favor daqueles que querem mudanças políticas e econômicas que diminuam o poder dos chefes de Estado sobre os recursos nacionais e sobre suas populações é parte constituinte do esquema de ações de política externa norte-americana para o Oriente Médio. Nas palavras de Said,

[ . . . ] assim como as campanhas francesas, britânicas, israelenses e americanas contra Nasser foram desenhadas para derrubar uma força que abertamente demonstrava sua ambição de unificação dos Estados árabes em uma força política independente, o objetivo americano hoje é refazer o mapa do Mundo Árabe para servir aos seus interesses, não os dos árabes. A política estadunidense gera fragmentação, ausência de ação coletiva e fraqueza política e econômica árabe (2003a, p. 1).

A invasão norte-americana do Iraque, em 20 de março de 2003, esteve diretamente relacionada com essas questões, pois visava a permitir a instauração definitiva no país de um regime subserviente. A Arábia Saudita, desde o 11 de setembro, é uma aliada problemática para os Estados Unidos, já que a maioria dos terroristas envolvidos nos ataques de 2001 era saudita, e a possibilidade de tê-la sob controle militar direto, via novo Iraque, certamente deve ser considerado um dos motivadores da intervenção estadunidense.

Porém, o percebido declínio da hegemonia norte-americana também deve ser considerado uma força significativa por trás das ações que levaram à invasão do Iraque. Ainda conforme Todd (2003), o desgaste da hegemonia estadunidense

obriga o país a atacar Estados fracos, como o Iraque e o Afeganistão, para mostrar ao mundo que os Estados Unidos ainda são indispensáveis para a defesa do planeta e que a comunidade internacional precisa de sua proteção contra o terrorismo global – o inimigo contemporâneo que veio substituir o comunismo como legitimador das ações imperialistas norte-americanas.

Quanto à segunda questão, pode-se afirmar com segurança que a impossibilidade de construção de uma ordem estadunidense no Oriente Médio que tivesse como centro a Arábia Saudita e o Egito reside no fato de que os regimes árabes, em sua totalidade, são a antítese do modelo americano de democracia e livre mercado. Assim, convencer as elites americanas da desejabilidade de criação de um sistema centralizado em uma monarquia absolutista e numa ditadura militar seria negar a supremacia dos valores americanos. Além disso, a importância dos aspectos culturais não deve ser subestimada: de um lado, a América, país das mulheres *castradoras*, cujo anterior presidente foi obrigada a depor numa comissão de inquérito para provar que não dormiu com uma estagiária; de outro, Bin Laden, um terrorista polígamo com seus inúmeros meios-irmãos e meias-irmãs (TODD, 2003, p. 162).

Israel, por sua vez, é um país ocidental por natureza, que é visto pela população americana como uma democracia virtuosa, moderna e racional, ou seja, o Estado israelense é a antítese dos regimes árabes-islâmicos – pelo menos na percepção de boa parte dos norte-americanos.

Além desse compartilhamento de valores democráticos e liberais capitalistas, as políticas de Israel e dos Estados Unidos são aproximadas por meio do Comitê de Relações Públicas Israelense-Americano – AIPAC –, um poderoso *lobby* de Washington que há décadas vem influenciando a política estadunidense para o Oriente Médio, e cuja força advém de uma população judaica bem-organizada, bem-conectada, altamente visível, bem-sucedida e abastada e que, por isso mesmo, enfrenta pouquíssima resistência. “Há um saudável temor e respeito pelo AIPAC em todo o país, mas especialmente em Washington, onde, em questão de horas, o Senado quase inteiro pode ser

conduzido a assinar uma carta ao presidente em favor de Israel” (SAID, 2003b, p. 98). Já os árabes “são muito fracos, divididos, desorganizados e ignorantes” (SAID, 2003b, p. 96) para fazer frente ao poder político da comunidade sionista norte-americana. No que tange à terceira questão, pode-se então inferir que a centralidade israelense no esquema estadunidense para o Oriente Médio é assegurada pela afinidade de visões de mundo entre Israel e Estados Unidos e pelo forte lobby sionista que trabalha efetivamente para a manutenção da posição de Israel como o mais importante aliado norte-americano na região.

Essas conclusões parecem corroborar a tese de Said (2003a) de que nos mais de cinquenta anos desde que os Estados Unidos impuseram a sua *pax* no mundo e, especialmente, no pós-Guerra Fria, o país tem conduzido a sua política externa para o Oriente Médio apoiada em dois princípios únicos e essenciais: a defesa de Israel e o livre fluxo do petróleo árabe, ambos envolvendo oposi-

ção direta às ambições de independência dos povos árabes ante a dominação ocidental, que iniciou há mais de 200 anos, com a invasão napoleônica do Egito, e que parece não ter previsão para acabar.

### Referências bibliográficas

- FERABOLLI, Silvia. *A (des)construção da Grande Nação Árabe: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no Mundo Árabe*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS, 2005.
- SAID, Edward. *The Arab Condition*. *Al-Ahram Weekly*, Cairo, May 2003a. Disponível em: <<http://weekly.ahram.org.eg/2003/639/on2.htm>>. Acesso em: 1 maio 2005.
- SAID, Edward. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

## **Temas dos Cadernos IHU em formação**

- Nº 01 – *Populismo e Trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola*
- Nº 02 – *Emmanuel Kant: Razão, liberdade, lógica e ética*
- Nº 03 – *Max Weber: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*
- Nº 04 – *Ditadura – 1964: A Memória do Regime Militar*
- Nº 05 – *A crise da sociedade do trabalho*
- Nº 06 – *Física: Evolução, auto-organização, sistemas e caos*
- Nº 07 – *Sociedade Sustentável*
- Nº 08 – *Teologia Pública*
- Nº 09 – *Política econômica. É possível mudá-la?*
- Nº 10 – *Software livre, blogs e TV digital: E o que tudo isso tem a ver com sua vida*
- Nº 11 – *Idade Média e Cinema*
- Nº 12 – *Martin Heidegger: A desconstrução da metafísica*
- Nº 13 – *Michel Foucault: Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*
- Nº 14 – *Jesuítas: Sua Identidade e sua Contribuição para o Mundo Moderno*
- Nº 15 – *O Pensamento de Friedrich Nietzsche*
- Nº 16 – *Quer Entender a Modernidade? Freud explica*
- Nº 17 – *Hannah Arendt & Simone Weil – Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX*
- Nº 18 – *Movimento feminista: Desafios e impactos*
- Nº 19 – *Biotecnologia: Será o ser humano a medida do mundo e de si mesmo?*
- Nº 20 – *Indústria Calçadista: Quem fabricou esta crise?*
- Nº 21 – *Rumos da Igreja hoje na América Latina: Tudo sobre a V Conferência dos bispos em Aparecida*
- Nº 22 – *Economia Solidária: Uma proposta de organização econômica alternativa para o País*
- Nº 23 – *A ética alimentar: Como cuidar da saúde e do Planeta*
- Nº 24 – *Os desafios de viver a fé em uma sociedade pluralista e pós-cristã*
- Nº 25 – *Aborto: Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher*
- Nº 26 – *Nanotecnologias: Possibilidades e limites*
- Nº 27 – *A monocultura do eucalipto: Deserto disfarçado de verde?*
- Nº 28 – *A transposição do Rio São Francisco em debate*



Nº 29 – *A sociedade pós-humana: A superação do humano ou a busca de um novo humano?*

Nº 30 – *O trabalho no capitalismo contemporâneo*

Nº 31 – *Mística: Força motora para a gratuidade, compaixão, cortesia e hospitalidade*

Nº 32 – *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*

Nº 33 – *A família mudou. Uma reflexão sobre as novas formas de organização familiar*